



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

RAQUEL DIVINA SILVA

**HETEROGENEIDADE DISCURSIVA NA MÍDIA IMPRESSA:
O CASO DO “MANÍACO DE LUZIÂNIA”**

**CATALÃO (GO)
2014**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

RAQUEL DIVINA SILVA

**HETEROGENEIDADE DISCURSIVA NA MÍDIA IMPRESSA:
O CASO DO “MANÍACO DE LUZIÂNIA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - nível de Mestrado - da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial de créditos para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Erislane Rodrigues Ribeiro.

CATALÃO (GO)
2014

RAQUEL DIVINA SILVA

**HETEROGENEIDADE DISCURSIVA NA MÍDIA IMPRESSA:
O CASO DO “MANÍACO DE LUZIÂNIA”**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – UFG – Campus Catalão. Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Erislane Rodrigues Ribeiro – UFG/CAC
Orientadora – Presidente

Profª. Drª Jauranice Rodrigues Cavalcanti – UFTM/ MG
Membro Titular

Profª. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza– UFG/CAC
Membro Titular

Dedico este trabalho a Deus, que tantas graças tem me proporcionado e por ter me permitido alcançar mais essa meta que, para mim, era tão importante!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me conduzido e me fortalecido para que eu pudesse concluir mais essa etapa em minha vida, me ajudando a vencer cada obstáculo que surgia ao longo do caminho.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof^a Dr^a Erislane Rodrigues Ribeiro, pela prontidão, dedicação e profissionalismo com que sempre me atendeu durante todo esse período. Pela paciência que teve em ler e reler o trabalho, por inúmeras vezes, sempre com muita atenção, me apontando várias possibilidades e caminhos a serem seguidos. Pelas diversas orientações, diálogos e reflexões que, para mim, foram extremamente válidos. Com a senhora, adquiri conhecimentos valiosíssimos que levarei comigo por toda a vida. Sentirei saudades. Obrigada e que Deus a recompense por ter me ensinado tanto.

Ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem (PMEL) da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG-CAC) e a todo o corpo docente, por também terem me transmitido tantos conhecimentos novos.

À Prof^a Dr^a Grenissa Bonvino Stafuzza e à Prof^a Dr^a Jauranice Rodrigues Cavalcanti por terem aceitado tão prontamente participar da minha banca de qualificação e da banca de defesa e pela competência e cuidado que tiveram ao ler essa pesquisa. Saibam que todas as sugestões feitas na qualificação foram extremamente valiosas para o prosseguimento e término da pesquisa. De um modo especial, à Prof^a Dr^a Grenissa Bonvino Stafuzza, por ter despertado em mim, ainda como aluna especial do Programa, o interesse por estudar Análise do Discurso. Nunca me esquecerei das suas aulas de introdução à AD.

A todos os amigos e colegas que compartilharam comigo todo esse período de estudo e que, direta ou indiretamente, contribuíram com essa pesquisa. Em particular, ao meu amigo Edilair José dos Santos que, um dia, no intervalo de uma disciplina que fazíamos juntos, eu ainda como aluna especial, me sugeriu trabalhar com discurso midiático relacionado à violência que, por sinal, se revelou muito instigante. Além disso, obrigada pelas inúmeras vezes que nos encontramos para discutirmos e aprendermos noções teóricas, comuns as nossas pesquisas. E, também, as minhas amigas Ana Marta, Aparecida e Fabrícia, pelas inúmeras vezes em que compartilhamos angústias e ansiedades do mestrado. E, a minha prima, Ana Paula, pela amizade e por ter compartilhado comigo dos dois processos de seleção para ingresso no mestrado.

A minha querida amiga Chaiane de Medeiros Rosa, pela disponibilidade, dedicação e cuidado que sempre teve em fazer as correções ortográficas dessa pesquisa e pela imensa amizade, desde a época da graduação. Sou muito grata por tudo que fez, saiba que tenho um carinho imenso por você. E a Wanély Aires, por também ter contribuído com as correções desta pesquisa.

De uma forma muito especial, aos meus pais, Neuza Basílio da Silva e Ivanildo Aparecido da Silva, por terem me dado a vida e por nunca terem medido esforços para que eu pudesse estudar, sempre me incentivando e estimulando a continuar. Vocês são fundamentais em minha vida, serei eternamente grata por tudo que fizeram e fazem por mim. Amo muito vocês. Em particular, agradeço a minha mãe, pela paciência de me ouvir falando sobre a pesquisa, sobre as análises, durante todo o período de escrita, por ter compartilhado das minhas angústias e por sempre me ajudar tanto, em todos os aspectos da minha vida.

Ao meu namorado, Valter Ferreira da Fonseca, por sempre me incentivar em tudo o que faço e, de uma forma especial, por ter me ajudado tanto durante a escrita da dissertação, principalmente na organização do *corpus* de pesquisa. E por sempre ter compreendido tão bem as diversas vezes que tive que me ausentar, em função da pesquisa.

Não posso aqui deixar de agradecer, finalmente, a todos os funcionários do Campus – Catalão e, especialmente, à bibliotecária Lilian Jordânia Batista Franczak, por ter se colocado sempre à disposição para solicitar livros teóricos que precisei de outras bibliotecas, com muita prontidão e rapidez. A sua ajuda, também, foi fundamental para a escrita dessa pesquisa.

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.”

Michel Foucault

RESUMO

Esta pesquisa tem como escopo analisar as formas da heterogeneidade discursiva, conceito cunhado por Jacqueline Authier-Revuz (2004), presentes no discurso midiático sobre a violência. Para tanto, analisaremos sequências discursivas produzidas sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, em que o pedreiro Admar de Jesus Silva estuprou, assassinou e ocultou os corpos de seis jovens no município de Luziânia-GO. Essas sequências discursivas, materializadas em vinte textos - entre reportagens, notícias e entrevistas - constituem o *corpus* da nossa pesquisa. Os textos foram divulgados entre os dias 12 de abril a 21 de maio de 2010 por quatro veículos diferentes: o jornal Diário de Catalão, de circulação local; o jornal O Popular, de circulação regional; o jornal Correio Braziliense, de circulação regional, e a Revista Veja, de circulação nacional. A partir da análise da presença das heterogeneidades discursivas, interpretamos os efeitos de sentidos sobre a violência produzidos por meio do discurso midiático. Para o desenvolvimento da temática, adotamos como base teórico-metodológica a Análise do Discurso (AD) de linha francesa articulada à perspectiva adotada pela linguísta Authier-Revuz sobre a questão da heterogeneidade discursiva. Em nossas análises, fundamentamo-nos especialmente nos conceitos de: sujeito, efeito de sentido, formação ideológica, interdiscurso, memória discursiva (Pêcheux); formação discursiva (Foucault e Pêcheux); paráfrase (Pêcheux, Fuchs e Athayde Júnior) e heterogeneidade discursiva (Authier-Revuz). Nossa análise, primeiramente, versa sobre a heterogeneidade constitutiva. Através das sequências discursivas, percebemos que, em meio a uma dispersão de enunciados sobre o caso, alguns são regulares e podem ser agrupados em uma mesma formação discursiva. A interdiscursividade contribui para a constituição da formação discursiva, pois, cada formação discursiva, ao manter relação interdiscursiva com as outras, acaba retomando o já-dito. Isso possibilita a constituição das relações parafrásticas, que apontam para a presença da heterogeneidade do discurso. Posteriormente, nossa análise trata da heterogeneidade do tipo mostrada-marcada. Notamos que a mídia utiliza-se frequentemente dessa heterogeneidade para demarcar a presença do Outro no seu discurso, seja como forma de dar autenticidade ao seu discurso, isentar-se de responsabilidades, causar sensacionalismo, ou comoção.

Palavras-chaves: Heterogeneidade Discursiva; discurso midiático; violência; “maníaco de Luziânia”.

ABSTRACT

This research had as a scope analyze the forms of discursive heterogeneity, a concept coined by Jacqueline Authier-Revuz (2004), present in the media discourse about violence. For this, we will analyze discursive sequences generated on the case of "maniac of Luziânia" in which the builder Admar de Jesus Silva raped, murdered and hid the bodies of six young people in the city of Luziânia-GO. These discursive sequences, materialized in twenty texts - including reports, news and interviews - constitute the corpus of our research. The texts were published between 12 April and 21 May 2010 for four different vehicles: the newspaper Diário de Catalão, of local circulation; the newspaper O Popular, of regional circulation; the newspaper Correio Braziliense, of regional circulation, and the magazine Revista Veja, of nationwide circulation. From the analysis of the presence of discursive heterogeneities we have interpreted the effects of meaning about violence produced by the media discourse. For the development of the theme, adopted as a theoretical and methodological basis the Discourse Analysis (DA) of the French line articulated to the perspective adopted by the linguist Authier-Revuz about the issue of discursive heterogeneity. In our analyzes, we are fundamented especially in the concepts of: subject, meaning effect, ideological formation, interdiscourse, discursive memory (Pêcheux); discursive formation (Foucault and Pêcheux); paraphrase (Pêcheux, Fuchs and Athayde Junior) and discursive heterogeneity (Authier-Revuz). Our analysis primarily turns to the constitutive heterogeneity. Through the discursive sequences, we realized that, amid a scattering of statements about the case, some are regular and can be grouped in the same discursive formation. The interdiscursivity contributes to the constitution of the discursive formation, because every discursive formation, by maintaining interdiscursive relationship with the other, just retaking the already-said. This enables the constitution of paraphrastic relations that point to the presence of the heterogeneity of speech. Thereafter, our analysis refers to the heterogeneity of the shown-marked type. We note that the media often uses this heterogeneity to demarcate the presence of the Other in his speech, either as a way to give authenticity to his speech, disclaim of responsibility, cause sensationalism or hype.

Keywords: discursive heterogeneity; media discourse; violence; " maniac of Luziânia".

LISTA DE SIGLAS

AD - Análise do Discurso

AD-1 - Primeira fase da Análise do Discurso (AD-1)

AD-2 - Segunda fase da Análise do Discurso (AD-2)

AD-3 - Terceira fase da Análise do Discurso (AD-3)

AIE - Aparelhos Ideológicos do Estado

ARE - Aparelhos Repressivos do Estado

BA - Bahia

CB - Correio Braziliense

DC - Diário de Catalão

DF - Distrito Federal

DR – Discurso relatado

FD - Formação discursiva

FI - Formação ideológica

GO - Goiás

MG - Minas Gerais

NE - Número do enunciado

NP - Núcleo parafrástico

OP - O Popular

PA- Pará

RR - Referência da reportagem

RV - Revista Veja

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PARA INÍCIO DE CONVERSA	13
CAPÍTULO I.....	21
1. FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA A ANÁLISE DO DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE A VIOLÊNCIA.....	21
1.1 A gênese e a constituição da Análise do Discurso	21
1.2 A Análise do Discurso sob o signo da heterogeneidade discursiva	27
1.2.1 Discurso, ideologia, formações ideológicas e formações discursivas	27
1.2.2 Sujeito e sentido.....	33
1.2.3 Já-dito, pré-construído, interdiscurso e memória discursiva	42
1.2.4 Heterogeneidade discursiva	48
1.2.4.1 Discurso direto (DD) e discurso indireto (DI)	54
1.2.4.1.1 <i>Verbo dicendi</i>	56
1.2.4.2 Modalização em discurso segundo	57
1.2.4.3 Aspas (Ilha textual).....	58
CAPÍTULO II	62
2. O DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE A VIOLÊNCIA: O CASO DO “MANÍACO DE LUZIÂNIA”	62
2.1 Das condições de produção do discurso midiático sobre a violência.....	62
2.1.1 O que faz com que algo vire notícia	68
2.1.1.1 Dos gêneros do discurso: entrevista, notícia e reportagem.....	71
2.1.2 Do discurso midiático sobre a violência	75
2.1.3 Rápido histórico sobre cada veículo de circulação do <i>corpus</i>	77
2.1.4 Conhecendo o caso do “maníaco de Luziânia”	78
2.2 A heterogeneidade discursiva na mídia impressa: o caso do “maníaco de Luziânia”	78
2.2.1 Análises da heterogeneidade constitutiva.....	79

2.2.1.1 FD-1: “O Estado falhou”	82
2.2.1.1.1 “O Estado falhou” (em relação à soltura de Admar).....	83
2.2.1.1.2 “O Estado falhou” (em função do trabalho desenvolvido pela polícia em relação à investigação dos casos e ao monitoramento de Admar).....	85
2.2.1.1.3 “O Estado falhou” (em relação ao cuidado que deveria ter tido com a integridade física de Admar).....	86
2.2.1.2 FD-2: “O Estado não falhou”	87
2.2.1.2.1 “O Estado não falhou” (em relação à soltura de Admar)	87
2.2.1.2.2 “O Estado não falhou” (em todos os sentidos no que se refere à execução do seu trabalho).....	88
2.2.1.2.3 “O Estado não falhou” (quanto ao cuidado com a integridade física do pedreiro)	89
2.2.1.3 FD-3: “Admar era doente”	90
2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio”	91
2.2.1.5 FD-5: “Admar: doente e assassino”	93
2.2.1.6 FD- 6: O discurso de defesa do “maníaco de Luziânia”	94
2.2.1.6.1 O discurso religioso	94
2.2.1.6.2 O discurso econômico	95
2.2.1.6.3 O discurso clínico	95
2.2.1.6.4 Os assassinatos como forma de vingança.....	95
2.2.1.6.5 Os assassinatos como consequência do medo	96
2.2.1.6.6 O discurso do arrependimento.....	96
2.2.1.6.6.1 A culpa é das vítimas	97
2.2.1.6.6.2 Admar não era homossexual, as vítimas eram	97
2.2.1.6.6.3 Admar não era viciado em drogas, as vítimas eram	97
2.2.1.7 FD-7: Da presença do discurso religioso	98
2.2.1.8 FD-8: Os discursos dos familiares e da população	99
2.2.1.8.1 <i>Surpresa, repúdio, estupor e indignação frente aos acontecimentos</i>	99
2.2.1.8.2 <i>Sequências discursivas que referem à expectativa que os familiares e a população de um modo geral tinham de que a justiça seja/fosse feita</i>	99
2.2.1.8.3 <i>A luta das mães por justiça continua</i>	100

2.2.1.8.4 <i>Da dor decorrente da perda dos jovens</i>	101
2.2.2 Análises da heterogeneidade mostrada marcada	104
2.2.2.1 O jornal “Diário de Catalão”	106
2.2.2.2 Jornal “O Popular”	110
2.2.2.3 Jornal “Correio Braziliense”	127
2.2.2.4 “Revista Veja”	144
2.2.2.5 Categorias utilizadas pelas 04 (quatro) instituições jornalísticas para demarcar a presença do Outro de forma explícita	147
PALAVRAS DERRADEIRAS – PARA (NÃO CONCLUIR).....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS TEÓRICAS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO <i>CORPUS</i>	162
APÊNDICES	164
ANEXOS	179

INTRODUÇÃO

PARA INÍCIO DE CONVERSA

A cada dia as notícias sobre casos de violência na sociedade têm se proliferado. Basta termos acesso a qualquer jornal, televisivo ou impresso, para nos depararmos e ficarmos estarrecidos com os mais variados casos de extrema violência que são praticados, muitas vezes, por motivos banais. A violência existe desde os primórdios, não sendo, portanto, um fato característico somente dos dias atuais. De acordo com Pereira *et al* (2000, p. 22), “a violência sempre esteve presente em qualquer coletividade, pois a luta e a disputa são o fundamento de qualquer relação social”. O que se mostra novo e chama a atenção é a grande quantidade de casos e tipos de violência cometidos atualmente, como os atos contra os homossexuais, crianças, idosos, mulheres, deficientes, policiais, bem como a violência no trânsito, contra os animais e outros tipos. Pode ser que o aumento dessa fúria, na atualidade, decorra, parcialmente, do fato de que houve um aumento significativo na quantidade de meios de informação e na acessibilidade que temos a eles, o que nos permite ter notícias sobre uma quantidade maior de casos. A violência tem de fato tomado conta dos mais diversos ambientes e vitimado todos os grupos de indivíduos, indiscriminadamente. E, conseqüentemente, tais casos têm sido, com grande frequência, divulgados pelos diversos meios de comunicação.

Vivemos em meio a uma gama de problemas, tais como tráfico e uso de drogas, desemprego, os quais acabam por desencadear casos de violência, criando, pois, uma situação de calamidade que parece não se extinguir. Assaltantes roubam e tiram a vida das pessoas; pedófilos praticam crimes com grande brutalidade; mulheres sofrem violência praticada pelos próprios maridos; mães abandonam filhos, até mesmo recém-nascidos; filhos matam os pais interessados nos patrimônios que poderão herdar; policiais são mortos em chacinas. Nota-se, desse modo, que são diversos os casos de violência que nos cercam cotidianamente e, se quiséssemos, poderíamos preencher páginas e mais páginas com os mais diversificados exemplos.

Estamos, assim, expostos todos os dias à violência e, diante dessa realidade, vivemos sempre com medo do que possa vir a acontecer. Com isso, acabamos ficando reclusos em nossas casas, entre cercas elétricas, muros altos, reforçados portões e alarmes. Os bandidos estão soltos nas ruas e a parcela da população que busca viver uma vida digna, tenta proteger-se de tamanha violência, retida em seus lares. Casos de violência atingem várias pessoas, especialmente as que possuem menos condições de se defender, como crianças, idosos,

mulheres e deficientes. E esses acontecimentos, repletos de tragicidade, provocam indignação na sociedade uma vez que afetam a opinião pública.

No meio social, existem diversas instituições, como a igreja, a escola, a mídia, as quais são consideradas por Althusser (1985) como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), já que são capazes de exercer grande influência na vida das pessoas. Essa influência pode ser exemplificada, através dos mais variados meios midiáticos (televisão, internet, rádio, revistas, jornais e outros), por meio do acesso às notícias sobre tudo o que está acontecendo na sociedade. Assim, a mídia, sob a perspectiva althusseriana (1985), é um aparelho ideológico de extrema importância, uma vez que muito influi no cotidiano das pessoas, seja ditando modas ou determinando tendências, permeando todos os âmbitos da vida social ao apresentar e divulgar assuntos referentes à família, à saúde, à educação, à política, à religião, ao esporte, dentre tantos outros, de forma rápida e abrangente.

Os veículos midiáticos interpretam uma série de acontecimentos e os representam a seu modo, de acordo com as suas ideologias. As notícias divulgadas pela mídia não são imparciais, uma vez que trazem um posicionamento de quem as transmite, bem como apresentam marcas ideológicas, próprias da instituição midiática que veicula a notícia. Por esse motivo, torna-se imprescindível estudar os discursos veiculados pela mídia de modo que possamos compreender os mecanismos que ela utiliza no processo de mediação entre público e realidade.

A mídia interpreta os acontecimentos e os coloca em circulação sob a forma de matérias. E essas informações difundidas precisam ser analisadas para que se possam compreender seus modos de significar, bem como identificar os seus vários intuitos na divulgação de um determinado acontecimento. Essa análise se mostra necessária uma vez que a mídia busca obter o maior público possível e, para alcançar essa meta, faz uso de diversos mecanismos para seduzir o seu público alvo e também procura eliminar seus concorrentes midiáticos.

Um desses mecanismos é a constante preferência dada pela mídia impressa à divulgação de casos de extrema violência e à apelação para a comoção do público com o foco em casos polêmicos, que são capazes de proporcionar grandes índices de audiência. Desse modo, com o intuito de impulsionar as vendas de jornais e revistas e fazer crescer ainda mais a audiência, a divulgação dos fatos acaba se transformando em espetacularização e sensacionalismo. Sobre o que seria o sensacionalismo, Costa (2002) explica:

Na produção jornalística [...] o sensacionalismo define-se apenas pela absolutização do conteúdo das mensagens quando a narrativa manifesta a transgressão do senso determinante da normalidade dos fatos, evidenciando um detalhe, uma anomalia e uma curiosidade que despertem imediatamente o interesse dos receptores. (COSTA, 2002, p. 136)

É preciso destacar que a violência envolve diversos aspectos da vida humana e não deveria ser banalizada, esquecida, tampouco espetacularizada, dentro de nosso contexto cultural. Nesse sentido, Costa (2002) irá ponderar:

A compulsão pela novidade informativa e a exploração da curiosidade, do grotesco, acomodando a narrativa dos fatos à determinação da lógica de que tudo deve fluir rapidamente e paradoxalmente de forma repetitiva em diversos canais, meios e circunstâncias, traz comprometimentos à formação da sensibilidade em tal ordem que, de modo crescente e cumulativo, o receptor deixa de ser capaz de se sensibilizar quanto ao trágico, à miséria, à dor. A repetição continuada da violência amortiza a indignação e age no sentido de sua banalização. (COSTA, 2002, p. 135)

Como uma das principais detentoras de poder na sociedade e, portanto, disseminadora de ideologias, conforme Althusser (1985), a mídia poderia, com mais frequência, criar uma cultura de valorização da vida ao noticiar casos de violência e, assim, servir como catalisadora de transformações sociais, não focando na divulgação da notícia até o ponto de torná-la espetáculo. Sobre isso, Duarte (2006) irá explicar que:

a exploração cada vez maior de imagens e acontecimentos violentos pelos *mídia* contribuem para banalizar a violência, tornando-a normal e integrada ao cotidiano do leitor. O fenômeno da violência, nos dias atuais, é um problema enfrentado por toda a sociedade e os movimentos sociais que pensam essa questão objetivam não somente diminuí-la, mas principalmente erradicá-la por meio de medidas de segurança mais eficientes. Torna-se necessário então buscar desconstruir o discurso que visa à redução da violência através de soluções rápidas e práticas, haja vista que tal discurso, além de naturalizar o fenômeno, normaliza a violência. (DUARTE, 2006, p. 45)

Exemplos de violência que sempre detêm muita atenção são os casos de *serial killers*, expressão de origem inglesa que significa assassinatos em série. Buscamos em Ilana Casoy, autora do livro “Serial killer: Louco ou cruel?”, algumas informações relevantes sobre o perfil desse tipo de assassino. Ilana fez um estudo aprofundado sobre os principais casos e características de um *serial killer* e traz em sua obra aspectos gerais e da área da psicologia. De acordo com Casoy (2004):

O termo *serial killers* é relativamente novo. Foi usado pela primeira vez nos anos 70 por Robert Ressler [...] Aceitamos como definição que *serial killers* são indivíduos que cometem uma série de homicídios durante algum período de tempo, com pelo menos alguns dias de intervalo entre eles. O espaço de tempo entre um crime e outro os diferencia dos assassinos de massa, indivíduos que matam várias pessoas em questão de horas. (CASOY, 2004, p. 14)

No Brasil, ocorreram diversos casos de *serial killers*, os quais, cada qual em sua época, ganham grande repercussão pela mídia, sendo amplamente noticiados, causando comoção e também indignação social.

Como exemplo desse tipo de crime, um dos casos mais conhecidos que podemos citar é o que Karla (2011) denomina de o “monstro do Morumbi”. Nesse caso, ocorrido entre os anos 1960 e 1970, o autor dos crimes, José Guerra Leitão, atacava mulheres que tivessem a aparência semelhante com a de sua mãe, deixava-as nuas e amarrava-lhes seus pés e mãos. Um fato curioso é que todas as vítimas desse criminoso, aproximadamente dez, foram encontradas com pedaços de papel amassado nas orelhas, na boca e no nariz. Posteriormente a esse caso, surgiu o “monstro de Rio Claro”. Entre os anos 1970 e 1999, Laerte Patrocínio Orpinelli, um andarilho, matou cerca de onze crianças com faixa etária entre quatro e dez anos de idade. Já entre 1991 e 1992, houve o caso do “vampiro de Niterói”. Marcelo Costa de Andrade fez treze vítimas, todas meninos entre seis e treze anos de idade. O criminoso levava as vítimas para uma área deserta, onde as estuprava e as estrangulava. Em seguida, depois das vítimas mortas, retirava-lhes o sangue e o bebia, alegando que isso lhe traria juventude. Prosseguia, também, praticando atos sexuais com os cadáveres, até os mesmos atingirem avançado estado de decomposição. Também houve o “maníaco do parque”, caso em que Francisco de Assis Pereira, um motoboy, no decorrer do ano de 1998, seduzia mulheres nas redondezas do Parque do Estado de São Paulo, situado na região sul da cidade de São Paulo. O criminoso convidava as mulheres para um suposto ensaio fotográfico, com a falsa proposta de uma carreira de modelo fotográfico e as estuprava e as enforcava. Ele fez nove vítimas fatais, e mais outras cinco que conseguiram escapar com vida. Além desses casos citados acima, vários outros existem, tanto no Brasil como no exterior.

Outro episódio em que o criminoso também se caracteriza como um *serial killer*, sobre o qual foram feitas diversas produções discursivas pela mídia impressa, as quais constituem o *corpus* desta pesquisa, refere-se ao recente caso do “maníaco de Luziânia”, cidade localizada no estado de Goiás (GO), a 60 km de Brasília, no Distrito Federal (DF). O “maníaco de

Luziânia” foi Adimar Jesus da Silva¹, 40 anos de idade, pedreiro, baiano, entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, estuprou, assassinou e ocultou os cadáveres de seis jovens. Em 10 março de 2010 o maníaco foi preso e confessou todos os crimes e, após uma semana, foi encontrado morto na sela onde estava preso, em um presídio na cidade de Goiânia-GO. (DRUMMOND, 2010, p. 2-3)

Casoy (2004) explica que os *serials killers* podem ser classificados em quatro tipos distintos: visionários, missionários, emotivos e libertinos. Observando as colocações feitas por ela sobre cada um desses tipos, podemos chegar à conclusão que Admar de Jesus Silva, o maníaco de Luziânia, a partir da grande maioria das sequências discursivas produzidas sobre ele e até mesmo por ele, é um *serial killer* do tipo visionário, que é definido por Casoy (2004) como sendo “um indivíduo completamente insano, psicótico. Ouve vozes dentro de sua cabeça e as obedece. Pode também sofrer alucinações ou ter visões.” (CASOY, 2004, p.15) Ao lermos a reportagem divulgada pelo jornal Correio Braziliense, no dia 13 de abril de 2010, temos uma fala de Admar que deixa evidentes as características do tipo visionário. Vejamos: “São vozes apitando, dizendo ‘vai, faz isso’. Eu não quero mais, o que eu quero é um tratamento. Depois que eu matava, vinha na minha cabeça que eu não tinha matado, que eles estavam vivos. Mas aí eu via na TV, eu me desesperava.” Através desse trecho, podemos perceber que Admar afirmava que ouvia vozes que lhe mandavam matar os garotos e que, logo após matar, pensava não os ter matado, ou seja, ele tinha alucinações e, somente se dava conta de que realmente tinha assassinado os garotos, quando via as reportagens divulgadas na televisão.

Na grande maioria das reportagens, por diversas vezes, Admar é descrito como sendo um psicopata². A psiquiatra, palestrante e escritora, autora do livro “Mentes perigosas: o Psicopata Mora ao Lado”, Ana Beatriz Barbosa Silva, traz considerações importantes em relação aos psicopatas. Para ela, os psicopatas

em geral são indivíduos frios, calculistas, inescrupulosos, dissimulados, mentirosos, sedutores e que visam apenas o próprio benefício. Eles são incapazes de estabelecer vínculos afetivos ou de se colocar no lugar do outro. São desprovidos de culpa ou remorso e, muitas vezes, revelam-se agressivos e violentos. Em maior ou menor nível de gravidade e com formas diferentes de manifestarem os seus atos transgressores, os psicopatas

¹ É importante informar que, ao longo de todas as sequências discursivas que analisamos, ocorre uma flutuação em relação ao nome do “maníaco de Luziânia”, desse modo, ora ele é chamado de Admar, ora de Ademar e Adimar.

² Vale ressaltar que não temos, em momento algum, nessa pesquisa, o intuito de avaliar se Admar Jesus da Silva, o maníaco de Luziânia, era um psicopata ou não. O que nos interessa é analisar as sequências discursivas que foram produzidas e divulgadas sobre esse caso de violência.

são verdadeiros "predadores sociais", em cujas veias e artérias corre um sangue gélido. Os psicopatas são indivíduos que podem ser encontrados em qualquer raça, cultura, sociedade, credo, sexualidade, ou nível financeiro. Estão infiltrados em todos os meios sociais e profissionais, camuflados de executivos bem-sucedidos, líderes religiosos, trabalhadores, "pais e mães de família", políticos etc. Certamente, cada um de nós conhece ou conheceu algumas dessas pessoas durante a sua existência. Muitos já foram manipulados por elas, alguns vivem forçosamente com elas e outros tentam reparar os danos materiais e psicológicos por elas causados. (SILVA, 2008, P. 32-33)

Algo também importante de ser dito sobre os casos de *seriais killers* é que cada um deles tem suas características específicas para praticar os crimes. Tais vestígios, posteriormente, contribuem para a polícia desvendar quem é o criminoso. Conforme Casoy (2004, p.57), "a cena onde acontecem os fatos tem especial significado para o criminoso e pode fornecer pistas vitais sobre quem é ele." Admar, "o maníaco de Luziânia", de acordo com reportagem divulgada pelo jornal "O Popular", no dia 13 de abril de 2010, atraía os jovens até o local do crime, oferecendo dinheiro, drogas ou mesmo oferta de trabalho. Então, mantinha relações sexuais com os garotos, sem o consentimento dos mesmos, ao que tudo indica. Depois, os matava sempre com pauladas ou marteladas. Em seguida, os enterrava em covas rasas cavadas pelo maníaco, em muitas das vezes, com as próprias mãos. O fato, pois, de Admar praticar os crimes sempre da mesma forma, fazendo a sequência do crime de modo semelhante em todos os assassinatos cometidos, deixou pistas que evidenciaram ser o mesmo autor para os seis homicídios. Essas pistas, ou seja, essa regularidade nas características dos homicídios, é que formaram os indícios que levaram à percepção de que se tratava de um caso de *serial killer* e contribuíram para que a polícia conseguisse chegar até o criminoso.

O caso do "maníaco de Luziânia" e a produção de textos midiáticos sobre o mesmo rememoraram uma série de discursos, os quais nos levaram a propor, nesta pesquisa, como objetivo principal, analisar as formas da heterogeneidade discursiva frequentes em sequências discursivas produzidas pela mídia impressa sobre o caso do "maníaco de Luziânia". Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi feita a análise de textos jornalísticos impressos, de produção e circulação local, estadual e nacional, referentes ao caso. Por meio da análise das formas de heterogeneidade discursivas no *corpus* em questão foi possível, também, interpretar os efeitos de sentidos sobre a violência produzidos por meio de discursos veiculados nos textos midiáticos analisados.

O *corpus* da pesquisa constitui-se de sequências discursivas, materializadas na forma de notícias, reportagens e entrevistas, publicadas nos jornais: "Diário de Catalão", de circulação local; jornal "O Popular", de circulação regional; "Correio Braziliense", de

circulação regional; e na “Revista Veja”, de circulação nacional, entre os dias 12 de abril a 21 de maio de 2010. Escolhemos o jornal “Diário de Catalão” porque queríamos que textos de um jornal local fizessem parte do nosso *corpus* também. A escolha pelo jornal “O Popular” se justifica pelo fato de este ser um jornal regional e, portanto, tendo o caso ocorrido em Luziânia, estado de Goiás, o mesmo foi amplamente divulgado por esse veículo, oferecendo uma quantidade significativa de sequências discursivas para a composição do *corpus*. Já o jornal “Correio Braziliense” não constava no projeto inicial, mas foi incorporado ao *corpus* posteriormente, pois, no decorrer da pesquisa, constatamos que esse jornal, por ser de Brasília, cidade que fica muito próxima da cidade de Luziânia, também deu ampla cobertura ao caso. Por fim, elegemos a “Revista Veja” por se tratar de uma revista de circulação nacional. É importante destacar que foi divulgada pela revista apenas uma reportagem, de modo que a opção por incluí-la deu-se com vistas a realizar uma contraposição/comparação entre os discursos materializados nos textos dos três jornais com a de uma revista. Desse modo, compõem o *corpus* desta pesquisa um total de vinte textos, sendo dois do “Diário de Catalão”, seis de “O Popular”, onze do “Correio Braziliense”, e um da “Revista Veja”. Porém, se considerarmos que, incorporado ao rodapé de duas reportagens, uma do jornal “O Popular” e outra da “Revista Veja”, existem duas entrevistas que são analisadas de forma separada, tem-se, então, um total de 22 textos.

Para o desenvolvimento da temática, adotamos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa como base teórico-metodológica, articulada à perspectiva desenvolvida pela linguísta por Authier-Revuz sobre a questão da heterogeneidade discursiva. Assim, busca-se compreender os conceitos citados a seguir a partir dos seguintes autores: sujeito (Pêcheux, 1997a); efeito de sentido (Pêcheux 1997c); formação ideológica (Pêcheux, 1997a); formação discursiva (Foucault, 2007) e (Pêcheux, 1997a); interdiscurso (Pêcheux, 1997a); memória discursiva (Pêcheux, 1997a); heterogeneidade discursiva (Authier-Revuz, 1990; 2004) e Maingueneau (1996; 2001), e paráfrase (Pêcheux e Fuchs, 1997c) e (Athayde Júnior, 2001). Além desses, faremos uso de alguns outros que fundamentam o item sobre as condições de produção do discurso midiático, como: Benites (2002); Duarte (2006); Arbex Júnior (2001); Costa (2002); Rodrigues (2002); Erlobato (1991); Motta (2002); Dela-Silva (2011); Rondelli (2000) e Pereira *et al* (2000), dentre outros.

O trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos. No primeiro, apresentamos uma explicação sobre a gênese e a constituição da AD. Posteriormente, refletimos sobre alguns fundamentos da AD para a análise do discurso midiático sobre a violência, buscando evidenciar que a AD transitou de uma perspectiva do discurso sob o signo da homogeneidade

para o signo da heterogeneidade discursiva. Além disso, trazemos reflexões acerca do conceito de heterogeneidade discursiva, cunhado por Authier-Revuz. Esses fundamentos e/ou conceitos servem como embasamento teórico para as análises do discurso midiático realizadas no capítulo dois desta pesquisa.

No segundo capítulo, fazemos algumas considerações a respeito do discurso midiático sobre a violência, para isso, discorremos sobre as condições de produção do discurso midiático, refletindo sobre quais aspectos fazem com que um determinado acontecimento vire notícia e seja divulgado pelos meios midiáticos; tratamos, também, do sensacionalismo feito pela mídia, nos casos de violência, como forma de obter maiores números de vendas de jornais e revistas; e, posteriormente, fazemos algumas considerações a respeito dos discursos sobre a violência, que são divulgados pela mídia, especificamente através dos jornais e revistas. Além disso, apresentamos cada um dos quatro veículos em que as sequências discursivas que compõem o *corpus* foram publicadas. Em seguida, trazemos detalhes sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, com base nos discursos produzidos e divulgados sobre o mesmo. Depois, realizamos as análises, em dois momentos: primeiramente, analisamos a heterogeneidade constitutiva, por meio do agrupamento das sequências discursivas que são regulares no corpus em algumas FDs para, através das análises das mesmas, evidenciarmos o caráter heterogêneo do discurso. Utilizamos, ao longo dessa pesquisa, por diversas vezes, o termo e/ou expressão “sequências discursivas”. Para explicarmos o termo, citemos Santos (2004, p. 114), quando eles explicam que as sequências discursivas “representam conjuntos de enunciados, recortados do escopo da manifestação em estudo, que sinalizam uma evidência por recorrência, particularidade ou efeito, e passam a constituir unidades-base de análise”. Depois, analisamos a heterogeneidade do tipo mostrada-marcada, isto é, as marcas explícitas do discurso do Outro, dentro do discurso jornalístico, por meio da análise do discurso relatado. Por fim, trazemos as considerações finais desta pesquisa, as referências bibliográficas teóricas e do *corpus* de análise, os apêndices e anexos.

CAPÍTULO I

1. Fundamentos da Análise do Discurso para a análise do discurso midiático sobre a violência

1.1. A gênese e a constituição da Análise do Discurso

Discorrer sobre o campo disciplinar da AD de linha francesa não é meramente ponderar acerca de uma disciplina que tenha surgido do nada, que não contenha um percurso histórico antecedendo a sua origem. É um fecundo entrecruzar das teorias estruturalista, marxista e psicanalítica em uma base interdisciplinar, formando uma tríplice aliança que, conforme Pêcheux (1997c), em meados dos anos de 1960, na França, surgiu esse campo do saber e que muitas contribuições têm trazido para uma série de pesquisas nos dias atuais.

Saussure, de acordo com Pêcheux (1997c), fez uma sistematização da língua, explorando continuamente as relações binárias, o que lhe possibilitou compreender a língua como um sistema em que cada elemento se define, ou seja, obtém seu significado, a partir da relação que mantém com outro elemento. A partir das teorias de Saussure, surgiu a linguística estrutural, pensando a língua como sendo constituída por um sistema, e essa relação acontecia sempre de forma estruturada, o que justifica o nome da teoria: estruturalismo. Teixeira (2005, p. 97) explica que, para Saussure, “a *língua* é definida [...] como um sistema de signos, descrito em termos de relações internas, em que a realidade de um elemento depende dos outros elementos do conjunto”. Saussure foi, assim, considerado o pai da linguística moderna e, paulatinamente, seus conceitos foram permeando vários campos disciplinares, como a Sociologia, a Antropologia, e outros. Sobre a linguística, Teixeira (2005) pontua que:

Com efeito, para adquirir *status* científico, a linguística teve que operar exclusões, colocando na exterioridade de seu objeto – a *língua* – questões que não deixam de lhe dizer respeito: o sujeito, a referência, a história... Quando se trata de abordar o campo enunciativo (e discursivo) – ultrapassando-se o formalismo que encerra a língua nela mesma – isso que ficou como *resíduo*, retorna à língua, pois dela faz parte. (TEIXEIRA, 2005, p. 66).

No que diz respeito à AD, é definida, desde o princípio, “como uma disciplina preocupada em contemplar o que está excluído da abordagem saussuriana”. (TEIXEIRA, 2005, p. 97) Para os estruturalistas, de acordo com Pêcheux (1997a), a língua deve ser

pensada enquanto uma estrutura fechada em si, sem qualquer tipo de relação com a exterioridade. Ao mesmo tempo, para Pêcheux (1997a, p. 16), a linguística “se ocupa da significação das palavras e da evolução dos seus sentidos”. O autor parte da ideia de Saussure, entendendo a língua como sendo um sistema, porém considera ilusório o par língua/fala, uma vez que:

[...] no par língua/fala, o termo “fala” reage sobre o termo “língua” sobrecarregando sua sistematicidade própria (fonológica, morfológica e sintática) com a suposta sistematicidade extralinguística do pensamento como reflexo ou visão da ‘realidade’. (PÊCHEUX, 1997a, p.61)

Foi a partir das propostas colocadas por Freud, Saussure e Marx que, segundo Gregolin (2006), surgiram os conceitos de sujeito, língua e história, sendo, por conseguinte, da relação existente entre esses três novos conceitos que emergiu a noção de discurso. Por essa perspectiva, o discurso é produzido por um sujeito que, inserido em um determinado lugar na história, faz uso da língua para interagir com as outras pessoas.

As teorias de Althusser (1985), baseadas nos preceitos de Marx, interferiram e cooperaram de forma expressiva para a constituição da AD, já que a noção de ideologia foi amplamente trabalhada também por ele, em especial na obra “Aparelhos Ideológicos do Estado”, e foi retomada pela AD, especialmente por Pêcheux. Para Althusser (1985), a linguagem é um dos lugares em que a ideologia se materializa, o que justifica dizer que todos os discursos trazem suas próprias marcas ideológicas. Segundo Althusser (1985), a ideologia molda as ações dos indivíduos em suas atividades cotidianas, transformando-os, através da interpelação, em sujeitos.

Apesar de surgir em um terreno linguístico, diferentemente da linguística, que se preocupa com o estudo das palavras e que deu origem a disciplinas como a morfologia, a fonética e outras, a AD, conforme Pêcheux (1997a), leva em conta a relação do discurso com as questões ideológicas e com a noção de sujeito. Considera, pois, a exterioridade linguística, visto que tanto o sujeito quanto os sentidos são perpassados historicamente e ideologicamente.

A contribuição dada pela Psicanálise para a constituição inicial da AD refere-se à descoberta do inconsciente. A noção de inconsciente, que foi extremamente relevante para o desenvolvimento das teorias de Freud, foi ressignificada por Lacan, segundo Mussalim (2004), e, em virtude disso, foi muito útil à AD, por propor que o inconsciente fosse pensado como a linguagem do outro. Para Teixeira (2005 p. 17-18), “o recurso ao campo da

psicanálise faz-se [...] no intuito de permitir a inclusão, nos estudos da linguagem, daquilo que foi *recalcado* no ato de fundação da lingüística formal: o sujeito e o sentido”. Então, com base nessa definição de inconsciente, os teóricos da AD e especialmente Pêcheux cogitam a possibilidade da existência do Outro (entendido aqui, inicialmente, como o inconsciente) no discurso, atravessando-o constantemente. Desse modo, o sujeito é concebido como clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, constituindo-se através da linguagem.

Após apresentar quais foram os caminhos que tornaram possível o surgimento e a constituição da AD, acreditamos ser de extrema relevância caracterizar as especificidades das três fases que a constituem, as quais sofreram mudanças e reelaborações teóricas ao longo do tempo. Objetivamos, a partir da apresentação das mudanças ocorridas em cada fase da AD, observar de que forma o discurso do Outro foi adquirindo relevância, passando a ocupar um lugar central entre os temas e conceitos de interesse da AD. Para tanto, serão consideradas as noções de pré-construído, já-dito, interdiscurso, memória discursiva, heterogeneidade, entre outros conceitos.

O discurso foi, aos poucos, deixando de ser percebido como tendo um caráter predominantemente homogêneo, como era na primeira fase da AD, passando a ser entendido como possuidor de um caráter heterogêneo. No decorrer das fases da AD, o discurso passa a ser visto como permeado de marcas do Outro, perpassado por enunciados ditos anteriormente e em outras condições de produções.

Pêcheux foi um dos maiores responsáveis pela fundação da AD. De acordo com Malidier (2003, p. 22), foi Michel Pêcheux quem “de fato [no] fim dos anos 60 [...] ocupado com as ciências humanas contribui, paralelamente, ao linguista Jean Dubois, para a fundação de uma nova disciplina: a análise do discurso”. Embasando-se nas teorias de Althusser (1985), Pêcheux buscou compreender a relação entre a linguagem (enquanto discurso), o sujeito e a história, considerando que é através do uso da língua que o sujeito produz um discurso em um contexto histórico. Ele tinha um grande fascínio por ferramentas, instrumentos e também pelas máquinas, o que o levou, ao pensar o discurso, a compará-lo com uma máquina, que ora é vista como uma máquina discursiva, fechada em si mesma, sem qualquer tipo de relação com o exterior; ora é tida como perpassada por outras máquinas.

O trajeto de constituição da AD se inicia nos anos de 1960, com a publicação da obra AAD - 69. A obra de Pêcheux intitulada “Análise Automática do Discurso”, publicada no ano de 1969, considerada de forma inicial como uma máquina de ler, foi um grande marco na construção desse campo disciplinar. Como o próprio título da obra indica, Pêcheux intencionava fazer análise dos discursos de uma forma automática, o que, segundo Teixeira

(2005, p.31), aconteceria através da “utilização de processos algorítmicos efetivos, [...] [de modo à] eliminar as *evidências subjetivas da leitura* para trazer à tona traços da *estrutura subjacente* do *corpus* estudado”. Essa obra circulou pela sociedade no final dos anos 1969, época em que havia uma preocupação crescente em se entender o terreno epistemológico da linguagem e serviu como uma espécie de laboratório. A partir dela, começaram a aflorar reflexões de suma importância acerca da leitura, dos textos e da produção dos sentidos. Não se tratava, então, de uma obra completa, acabada. Nesse sentido, Teixeira (2005) irá afirmar que:

Em seu conjunto, a obra de Pêcheux não oferece sínteses acabada, mas uma série de interrogações, decorrentes de uma reflexão que se faz no diálogo como outras disciplinas, atenta a suas dissonâncias internas e que, diante dos problemas que vão se colocando, não teme a reformulação. Isso faz com que a AD tenha um percurso em que é possível observar uma contínua evolução teórica. (TEIXEIRA, 2005, p.26)

Por isso, todos os conceitos que foram teorizados inicialmente por Pêcheux (1997c) em “Análise Automática do Discurso” tiveram caráter provisório. O texto serviu, dessa forma, para gerar indagações sobre esse novo campo disciplinar que surgia e colaborou de forma significativa para provocar diversos questionamentos que levaram a mudanças, reformulações nesse campo do saber. Em razão de embates, reconstruções e reformulações teóricas que perpassaram o processo de constituição da AD, esse processo foi constituído de três fases. É importante ressaltar que o pensamento de Pêcheux dialogava constantemente com as teorias de Althusser (1985), o que provocou, segundo Gregolin (2006), as transformações conceituais ao longo das três fases pelas quais passou todo o processo de constituição da AD.

Com o texto de Pêcheux (1997c), “Análise Automática do Discurso”, teve início a primeira fase da AD (AD-1), na qual se pensa no conceito de sujeito perpassado pela ideologia, constituído através de um processo de assujeitamento. Marcada também pelo estruturalismo trazido por Saussure, a AD-1 é caracterizada pela ideia de uma máquina discursiva fixa, estruturada e fechada em si mesma. Essa máquina caracteriza-se por produzir discursos mais homogêneos, sendo as condições de produção consideradas relativamente estáveis. Sobre essa primeira fase, Pêcheux (1997c) expõe:

[...] AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*. (PÊCHEUX, 1997c, p. 313)

Ao se propor um método de análise automática do discurso, intenta-se compreender o modo de funcionamento do processo discursivo dentro de uma máquina totalmente fechada em si mesma. Dessa forma, em conformidade com Pêcheux (1997c), nota-se que a AD-1 é uma fase na qual se trabalha apenas com os discursos de caráter mais estabilizado. É o caso, por exemplo, dos discursos de certos grupos políticos, os quais, sob essa perspectiva, não sofreriam grandes alterações discursivas nas condições de produção, o que permitiria a eles serem estáveis.

O fato de o discurso ser compreendido como mais estável implicava, necessariamente, que as condições de produção também o fossem, o que gerava conseqüentemente menos embates políticos e ideológicos. E é essa concepção de condições de produções estáveis que suscitou a noção de máquina discursiva fechada em si, referente à produção de certos discursos.

Nessa primeira fase da AD, de acordo Pêcheux (1997c):

[...] a análise discursiva do *corpus* consiste principalmente em detectar e em construir sítios de identidades parafrásticas interseqüenciais (isto é, entre fragmentos de seqüências saídas de discursos empíricos diferentes): enquanto pontos de variação combinatória, estas identidades parafrásticas formam o lugar de inscrição de *proposições de base* características do processo discursivo estudado. (PÊCHEUX, 1997c, p. 312-313)

Na segunda fase da AD (AD-2), não se considera mais a produção de cada discurso como sendo uma máquina estrutural fechada em si. Para Pêcheux (1997c, p. 313-314), “o deslocamento teórico que abre o segundo período resulta de uma conversão (filosófica) do olhar pelo qual são as *relações* entre as ‘máquinas’ discursivas estruturais que se tornam objeto da AD”. A noção de máquina estrutural fechada em si começou, portanto, a ser deixada de lado em razão do aparecimento da noção de formação discursiva (FD). Pêcheux (1997c) explica que:

[...] a noção de *formação discursiva* tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”). (PÊCHEUX, 1997c, p.314)

De acordo com essa noção, tomada de empréstimo de Foucault (2007), podemos entender que uma FD se define em vista da relação que mantém com outras formações (de onde surge a noção de dispersão). Os discursos se relacionam sempre com a exterioridade e, por isso, não podem mais ser considerados como fechados em si mesmos. Nota-se, portanto, que na AD-2, conforme Pêcheux (1997c), ao invés de se propor a análise de máquinas discursivas fechadas em si, como na AD-1, a ideia é analisar as relações discursivas existentes entre uma máquina discursiva e outra, uma vez que, nesse caso, os discursos são tidos como menos estabilizados. Já com relação aos procedimentos de análise, são mantidos basicamente os mesmos da AD -1.

A terceira fase da AD (AD-3), segundo Pêcheux (1997c), se caracteriza por ser aquela em que é suprimida a ideia de maquinaria discursiva, bem como a de estabilidade dos discursos. É, pois, uma fase em que são suscitadas novas questões acerca do sujeito, sobre o papel da memória, reformulando, mais uma vez, esse campo disciplinar.

Pêcheux (1997c, p. 315) ressalta que na AD-3 “o procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente”. Dessa maneira, a noção de máquina discursiva cai finalmente por terra, pois se entende que os discursos se constituem na relação mantida entre uns com os outros, porque, de acordo com Pêcheux (1997a, p. 162), “‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”. Nesse sentido, todo discurso mantém relação com outros discursos; os enunciados são compreendidos como estabelecendo relações interdiscursivas com os demais, de modo que a noção de interdiscurso passa a ser o objeto de análise nessa terceira fase.

É perceptível que a AD foi constituindo-se em um campo teórico-metodológico através do qual, hoje, é possível fazer análises dos mais variados tipos de discursos, pois, como ressalta Maldidier (2003, p. 75), em sua terceira fase, a AD “volta-se para o formigamento dos discursos ordinários, o exame das falas anônimas, o conversacional”.

A AD tem por intuito principal entender quais são e como funcionam as condições de produção do discurso, bem como o processo de significação que permite a produção de sentidos em meio aos contextos históricos, isto é, busca perceber como é que o discurso significa. Conforme Teixeira (2005, p. 25), “é a problemática do sentido que efetivamente ocupa essa disciplina”. Por assim ser, sempre que pensamos no funcionamento da linguagem, sob a perspectiva da AD, devemos considerá-la como não sendo neutra, uma vez que possui materialidade simbólica que lhe permite significar. A linguagem se constitui a partir das relações sociais e, por isso, sempre será perpassada pela historicidade, pelas ideologias vigentes, pelo lugar social de onde cada sujeito enuncia. Isso justifica o fato de a linguagem

em uso não poder ser considerada como neutra, tampouco transparente, através dos discursos que materializa.

Após termos apresentado uma síntese da gênese e constituição da AD, prosseguiremos fazendo uma reflexão sobre os conceitos da AD que servirão de fundamento para nossas análises. Primeiro, iremos discorrer sobre conceitos que são básicos para qualquer pesquisa cuja fundamentação teórica seja dada pela AD, a saber: sujeito, efeitos de sentido, ideologia, formações ideológicas (FI) e FD. Posteriormente, pensando o discurso sob a perspectiva do Outro, isto é, da presença do Outro no discurso, abordaremos, inicialmente, as noções de pré-construído, já-dito, interdiscurso e memória discursiva; e, em seguida, refletiremos sobre o conceito de heterogeneidade discursiva, que foi proposto por Authier-Revuz (1990; 2004) a partir do conceito de dialogismo de Bakhtin. O conceito de heterogeneidade é primordial para as análises do *corpus* que serão realizadas. Vale ressaltar que buscaremos, de forma paralela à reflexão sobre os conceitos, demonstrar a relação e a necessidade de abordar tais conceitos para o bom desenvolvimento da parte analítica de nossa pesquisa.

1.2. A Análise do Discurso sob o signo da heterogeneidade discursiva

1.2.1. Discurso, ideologia, formações ideológicas e formações discursivas

A noção de discurso ou processo discursivo que surge na AD-1 não é a mesma durante as outras duas fases. Pêcheux (1997c, p. 311) pontua que, na primeira fase, “um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos”. Desse modo, considera-se o discurso como uma máquina discursiva fechada em si, sem qualquer relação com o contexto, com a exterioridade. Nesse caso, o discurso seria produzido a partir de condições relativamente estáveis, o que justifica o fato de o discurso ser visto como homogêneo marcado por um constante retorno ao mesmo. Na AD-1, de acordo com Mussalim (2004, p. 117), explora-se “a análise de discursos mais ‘estabilizados’ [...] por permitirem [...] uma menor abertura para a variação do sentido”.

Na AD-2, conforme Pêcheux (1997c, p. 313-314), já começa a se considerar que existem “*relações entre as ‘máquinas’ discursivas estruturais*”. Significa que o discurso não é mais visto como sendo algo fechado em si, homogêneo, sem relação com outros discursos. Com a elaboração de formação discursiva, conclui-se que não existe apenas uma máquina discursiva, mas sim, várias, e que elas mantêm relações entre si. Não se pensa mais o discurso

como sendo fechado, mas se começa a considerar o Outro como aspecto constitutivo do sujeito e do discurso. No que se refere à estabilidade dos discursos, a partir da segunda fase, eles deixam de ser vistos como fixos e estáveis, passam a ser compreendidos como marcados por intensa heterogeneidade, o que possibilita ao analista do discurso analisar e distinguir quais são as formações discursivas que constituem cada um deles.

Segundo Pêcheux (1997c), o surgimento da noção de FD muito influenciou na mudança de perspectiva ao se pensar o discurso como mantendo relação com outros discursos. Para Mussalim (2004, p.119), “uma FD, ao definir-se sempre em relação a um externo, ou seja, em relação a outras FD, não pode ser mais concebida como um espaço estrutural fechado”. A partir da noção de FD até a AD-2, considera-se que existem diversas máquinas discursivas que não são mais fechadas em si, mas que mantêm relações interdiscursivas. Desse modo, o discurso não é visto mais como homogêneo, pois traz marcas de outros discursos.

Tanto Foucault quanto Pêcheux deram suas contribuições para a constituição do conceito de FD. Para Foucault (2007), a FD se dá a partir da dispersão, através da qual é possível perceber certa regularidade entre os enunciados. Para Pêcheux (1997a), a FD compreende o que pode e deve ser dito em um determinado contexto histórico-social, sob influência das ideologias vigentes. Para esse autor, o conjunto do que pode e deve ser dito é constituído a partir de aspectos ideológicos, uma vez que a ideologia constitui o sujeito. De acordo com Pêcheux (1997a), o discurso e as FD mantêm relação direta com a ideologia e são constituídas, também, em um espaço de luta de classes, uma vez que ela contribui para determinar o que constitui cada FD. Assim, à medida que os aspectos ideológicos e a luta de classe sofrem modificações, o que pode e deve ser dito em cada FD também se altera.

A noção de formação discursiva é teorizada por Foucault (2007), em sua obra “Arqueologia do Saber”, noção essa que, posteriormente, é trazida para a AD através de uma releitura feita por Pêcheux. Foucault (2007) parte da ideia de dispersão em sua conceituação e explica que:

[...] no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2007, p.43)

Foucault (2007) aponta que os elementos que constituem um discurso não têm, a *priori*, ligação entre si e, por isso, são vistos como acontecimentos dispersos. Os discursos são constituídos através de regras de formação e são essas regras que fazem com que eles sejam agrupados em um mesmo conjunto, de acordo com características em comuns, e, assim, passem de sistemas de dispersão para certa regularidade, constituindo as mais diversas FD. O autor explica, ainda, que o discurso consiste em “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade”. (FOUCAULT, 1996, p.53) Assim, existem regras e estratégias que regem a formação dos discursos, as quais fazem com que os mesmos possuam certa regularidade e se insiram em uma determinada FD.

Para Foucault (2007, p. 42), descobrir essa regularidade consiste em encontrar, no meio de uma grande variedade de enunciados, produzidos por diversos sujeitos, inseridos em posições-sujeitos diferenciadas, que, por sua vez, enunciaram referindo a objetos distintos, “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas”. Portanto, a partir do momento em que os enunciados apresentam as características descritas anteriormente, eles passam de um sistema de dispersão para um sistema de regularidade, o que faz com que um determinado enunciado pertença a uma FD e não a outra.

Acerca da forma de se individualizar uma FD, Foucault (2007) diz que:

Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão o tempo) de um mesmo jogo de relações. (FOUCAULT, 2007, p.76)

É importante ressaltar que, para Foucault (2007), as FD não são fixas, imóveis, mas mudam constantemente. Fazem, portanto, parte de processos temporais, pois mantêm relação direta com a exterioridade (com aspectos políticos, econômicos, sociais, enfim, com todo contexto histórico).

No que diz respeito à conceitualização da noção de formação discursiva para Pêcheux, o que o autor faz na realidade, é uma releitura do conceito formulado por Foucault, de modo que a formação discursiva se relacione também ao conceito de ideologia e à questão da luta de classes. Da noção de formação discursiva, interessava a Pêcheux o fato de que, por meio da visão foucaultiana, o discurso era entendido como prática. Pêcheux (1997a) defende que há

uma explícita relação de dependência entre os conceitos de FD e FI. Pêcheux (1997a) esclarece que é nas FD que a ideologia adquire materialidade. Por essa perspectiva, discurso e ideologia estão constantemente intrincados, posto que o discurso sempre traz consigo marcas ideológicas das instituições e/ou classes dominantes, mesmo que de forma imperceptível. Segundo o autor:

[...] o sistema de ideologias teóricas, próprio a uma época histórica dada, com as formações discursivas que lhes são correspondentes, é, em última instância, determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença (isto é, o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado). (PÊCHEUX, 1997a, p. 191)

Uma FD irá, conforme Pêcheux (1997a), definir aquilo que pode, bem como aquilo que não pode nem deve ser dito em um determinado espaço social. Vale aqui fazer uma breve, mas importante observação: em se tratando da AD, falaremos sempre em formações discursivas. Assim, temos, por exemplo: uma FD política, uma FD jurídica, uma FD religiosa, dentre tantas outras existentes. Porém, é relevante ressaltar que quando dizemos “uma” formação discursiva, fazemos isso apenas sob o ponto de vista didático e limítrofe, pois, como bem sabemos, não é possível construir fronteiras entre uma FD e outra. Prova disso é que as formações discursivas mantêm relações interdiscursivas o tempo todo entre si, o que evidencia mais uma vez o quanto as FD estão interligadas, o que torna uma tarefa complexa, para não dizer impossível, a de tentar delimitar precisamente o início e o fim de cada FD.

Para refletirmos e repensarmos sobre o conceito de FI, é necessário remetermo-nos ao conceito de ideologia postulado por Althusser (1985), em “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Para Althusser (1985, p. 41), “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material”. De acordo com Althusser (1985, p. 21 -22), são os aparelhos do Estado que “funcionam de maneira maciçamente prevalente à base da ideologia [...] secundariamente à base da repressão”, permitindo a existência e manifestação da ideologia na sociedade, através da interpelação dos indivíduos.

Segundo o autor, é através desses aparelhos que o poder do Estado se exerce, e é através da ideologia que as posições de classes são definidas. Porém, torna-se relevante esclarecer que a ideologia não interpela os indivíduos isoladamente, mas socialmente, através das relações sociais que acontecem no cotidiano dos mesmos. Desse modo, a ideologia, em conformidade com as colocações feitas por Althusser (1985, p.42), age sobre o coletivo nas “relações sociais ‘reais’”. Isto é, nas relações práticas que põem em relação os homens entre si e com a natureza” e não de forma individualizada.

Sobre o modo de funcionamento da ideologia, Althusser (1985) diz que ela funciona através do “recrutamento” dos indivíduos, transformando-os em sujeitos por meio da interpelação que acontece nas situações mais corriqueiras do cotidiano. Nesse sentido, a ideologia é constitutiva do sujeito, pois, a partir do momento em que o indivíduo é interpelado por algo ou por alguém, é que ele se torna sujeito. A ideologia “recruta”, interpela a todos, pois, de acordo com Althusser (1985), não nos tornamos sujeitos, mas somos sujeitos. É preciso salientar ainda que, segundo Althusser (1985, p. 98), a ideologia desde sempre existiu e nunca deixará de existir, e, portanto, “sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos [...] o que necessariamente nos leva à última formulação: *os indivíduos são sempre/já sujeitos*”.

Segundo Althusser (1985), a sociedade é composta pelos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) e pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Em conformidade com o autor, os aparelhos repressivos funcionam, em um primeiro momento, com base na repressão, que pode ser até mesmo física, e, em um segundo momento, pelo uso da ideologia. Esses aparelhos, portanto, não podem ser considerados como sendo unicamente repressivos. Para Althusser (1985, p. 70), os aparelhos ideológicos fazem primeiramente e principalmente uso da ideologia, não deixando de usar também da repressão, mesmo que de forma “bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica”.

Pensando na definição de AIE, dada por Althusser (1985), entendemos que a mídia, através das suas mais variadas formas de existir (jornais impressos, televisão, internet, e outros), é uma grande detentora de poder, pois permeia a vida de todas as pessoas. Nesse sentido, a mídia é um desses AIE, já que influencia na produção de determinados sentidos, através do poder que possui e dos discursos que veicula. Dessa maneira, se a mídia detém poder, ela dissemina ideologias e não quaisquer ideologias, mas a ideologia dominante, ainda que às vezes de forma imperceptível, e assim consegue se impor perante a sociedade, influenciando a vida de boa parte da população, seja ditando modas, fazendo interferências no modo de agir das pessoas, expondo seus posicionamentos sobre os mais variados assuntos, de forma aparentemente neutra e imparcial.

Segundo Haroche *et al* (2008 s/p.), “as formações ideológicas [...] comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito*”. Portanto, a FI contribui para indicar aquilo que pode ser dito em uma determinada FD. A existência da ideologia e, logo, das FI somente torna-se possível em razão da existência da linguagem, que é um dos lugares de materialização da ideologia, através da produção dos discursos.

No que se refere à noção de FD, Pêcheux (1997a) diz:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc). (PÊCHEUX, 1997a, p.160)

Para Pêcheux (1997a), a FD, para se constituir, depende das posições ocupadas pelos sujeitos no momento em que enunciam, posições estabelecidas a partir das lutas de classes, isto é, com a exterioridade. Isso ocorre tendo em vista que, de acordo com Althusser (1985 p. 46-47), “as ideologias não ‘nascem’ nos AIE, mas das classes sociais às voltas com a luta de classes: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc”, o que implica que a FD não pode ser considerada como sendo, de acordo com Pêcheux (1997c, p.314), “um espaço estrutural fechado”. Pêcheux (1997a) entende que a FD mantém relação com a ideologia e, também, como consequência das FI, com as constantes lutas de classes.

Como já foi dito anteriormente, essa pesquisa tem por intuito analisar os discursos midiáticos produzidos acerca do caso do “maníaco de Luziânia”. Logo, a reflexão sobre a noção de discurso é fundamental para nossa pesquisa. Entendemos que o discurso midiático não é neutro, pois todo discurso é perpassado ideologicamente e marcado por intensa heterogeneidade discursiva. As instituições midiáticas que produziram os enunciados/discursos, materializados nos vinte textos que compõem o nosso *corpus*, enunciam, a partir de determinadas formações discursivas e ideológicas. E, nesse contexto, essas formações configuram-se como o lugar de onde enunciam os sujeitos dos quais decorrerão os mais variados efeitos de sentidos produzidos a partir dos discursos midiáticos. Vimos, com Pêcheux (1997a), que a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito em determinado momento. Assim, essas formações discursivas de onde enunciam cada uma das quatro instituições midiáticas e as ideologias que perpassam cada uma delas irão definir o que será produzido/enunciado sobre um determinado acontecimento, como foi o caso do “maníaco de Luziânia”.

Por todas essas considerações, arroladas anteriormente, é possível perceber que refletir sobre a noção de discurso, de ideologia, formação ideológica e de formação discursiva é de grande relevância para as análises que faremos posteriormente. Algo que deve ser ressaltado também, pois é pertinente à parte analítica da nossa pesquisa, refere-se à questão da regularidade dos discursos, colocada por Foucault (2007), o qual atesta que é possível encontrar em meio a uma gama de enunciados dispersos, enunciados que apresentam características em comum, regulares, isto é, uma ordem em seu aparecimento sucessivo, o que

faz com que os mesmos passem a pertencer a uma mesma formação discursiva. Isso fica perceptível durante as análises, em meio a uma grande quantidade e/ou dispersão de enunciados produzidos sobre o maníaco, por quatro instituições midiáticas distintas. Assim como é possível perceber enunciados regulares, que evidenciam o retorno ao mesmo, ao já-dito, e permitem identificar a presença de relações parafrásticas e, ao mesmo tempo, a presença de diversas formações discursivas dentro do discurso midiático, que são expostas e analisadas no capítulo dois desta pesquisa.

1.2.2. Sujeito e sentido

Para a AD, tão primordial quanto a noção de discurso é a noção de sujeito, pois esses conceitos se relacionam. Outro conceito essencial para se pensar no sujeito enunciando e produzindo seus discursos é a ideologia, pois nenhum discurso é neutro, visto que é produzido por sujeitos que são, a todo o momento, perpassados por aspectos ideológicos. Dessa forma, a noção de sujeito é inerente ao discurso, pois é o sujeito que, por meio do uso da linguagem, enuncia e produz seus mais variados discursos. A noção de sujeito surge somente a partir do momento em que se deixa de entender a língua como tendo por função a mera representação do real e passa-se a considerá-la, também, como sendo um lugar de constituição da subjetividade.

Na AD-1, conforme Pêcheux (1997c, p.311), a concepção que se assume é de que “os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando, na verdade, são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”. Desse modo, sob o ponto de vista da AD-1, apesar de o sujeito ter a ilusão de controlar o que diz, ele é controlado pelo discurso e pelas ideologias vigentes, que são impostas através de diversas instituições. Por isso, o sujeito é considerado assujeitado.

Já a partir da AD-2, começa-se a pensar no sujeito não mais como unidade. Para Foucault (2007), o sujeito é visto como dispersão, do mesmo modo pelo qual se pensa as FD, que são definidas através das características que tornam os enunciados regulares, em meio a uma dispersão dos enunciados. O sujeito, a partir desse momento, é visto como podendo ocupar diferentes posições no ato da enunciação, posições essas que irão designar em que FD ele se insere. Porém, apesar de poder transitar de uma posição discursiva para outra, o sujeito não pode dizer tudo o que quiser, tendo em vista que, segundo Foucault (2007), existem regras que determinam o que é aceitável dizer em uma determinada FD.

Assim, falar da noção de sujeito, para Foucault (2007), é falar de dispersão, de lugar, de posição. Segundo o autor, quando o sujeito enuncia, ele o faz de um determinado lugar, de

uma determinada posição-sujeito, visto que ele se encontra na linguagem. No que tange a essa noção de sujeito cunhada por Foucault (2007), Pêcheux (1997a) diz que é sujeito aquele que, ao enunciar, ocupa uma determinada posição.

Em conformidade com o que diz Foucault (2007), ao colocar o sujeito como lugar, posição, Brandão (2002) afirma que o sujeito não pode ser pensado de forma unificada, como era pensado na AD-1, porque o sujeito ou a posição-sujeito é um lugar que pode ser preenchido por diferentes indivíduos no momento da enunciação. Os sujeitos, por essa perspectiva, inserem-se em determinados lugares na estrutura social e é o lugar ocupado por eles, no momento de sua enunciação, que irá determinar o seu dizer, ou seja, a FD na qual se inserem.

De acordo com Foucault (2007), o sujeito é histórico, é falante e falado, pois na sua fala se percebem as falas de outros sujeitos que se materializam no discurso. Assim, constatamos que, no discurso da mídia, a qual é vista como sujeito enunciador da nossa pesquisa (metaenunciador), circulam a fala e/ou discursos de outros sujeitos, nas formas da heterogeneidade mostrada, marcada e também da constitutiva. O sujeito é também posição (histórica), tendo em vista que vários indivíduos podem ocupar essa posição e, a partir dela, proferir seus enunciados. Para Foucault (2007, p.107), o sujeito “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”.

A concepção de sujeito assumida por Pêcheux (1997a) é baseada no norte central dos estudos de Althusser (1985). Para o referido autor, o sujeito sofre assujeitamento ideológico, o qual acontece através dos AIE. Entende-se, por conseguinte, que é a partir do momento em que o indivíduo é interpelado pela ideologia que ele se torna um sujeito.

De acordo com Pêcheux (1997a), o sujeito nunca será a fonte do seu dizer, pois seu discurso estará sempre atravessado pelo inconsciente e pela ideologia, visto que é um ser social. Nesse sentido, a afirmação de que o sujeito nunca será a fonte do seu dizer justifica-se pelo fato de ser o sujeito discursivo sempre afetado pelo esquecimento, que pode se manifestar de duas formas: esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2.

O sujeito, que está sempre inserido em uma determinada FD, ao enunciar, dispõe de dizeres possíveis, característicos dessa formação, que podem ser ditos de outras formas através das relações parafrásticas, de acordo com o esquecimento nº 1. Já o esquecimento nº 2, do qual fala Pêcheux (1997a), relaciona-se com o inconsciente do indivíduo. Esse tipo de esquecimento, o sujeito, ao enunciar, tem a ilusão de ser a fonte do que diz, quando na realidade ele apenas retoma o que já foi dito antes; reformula os discursos anteriormente produzidos em outras situações, dizendo-os de outro modo. Como coloca Pêcheux (1997a), a

existência desses dois tipos de esquecimento é crucial para a continuidade da produção dos discursos, dos sujeitos e também dos sentidos, uma vez que é somente tendo a ilusão de que está dizendo algo novo, inédito e que não é dominado pelos discursos, que o sujeito continuará produzindo seus discursos.

É através da linguagem que os sujeitos se constituem. A língua (gem) somente passa a ter sentido a partir do momento em que ela se inscreve na história e, quando isso acontece, ela assume um caráter discursivo. Assim, pela perspectiva da AD, devemos pensar numa relação em que o sujeito é constituído pela linguagem dentro de um contexto histórico. Não nos tornamos sujeitos, pois, de acordo com Althusser (1985):

A ‘constituição’ do sujeito não é [...] um processo histórico ou um processo datado na vida de um indivíduo, somos *sempre já* sujeitos, isto é, a categoria do sujeito preexiste a cada indivíduo concreto e é uma condição de sua existência social. (ALTHUSSER, 1985, p.43)

Dessa forma, fazemos uso da linguagem e estamos inseridos em determinadas FD e FI e, por isso, somos sempre já sujeitos do discurso, conforme as colocações de Pêcheux (1997a) e Althusser (1985). O sujeito, enquanto sujeito-falante, ocupa determinadas posições ao enunciar e, ilusoriamente, faz essas tomadas de posição de forma livre, ou seja, em liberdade de seus atos.

Para Pêcheux (1997a), se o sujeito “supostamente” é livre para ocupar a posição que bem entende, ele deve ser responsável por todos os seus atos, no plano linguístico. Porém, de acordo com o próprio Pêcheux (2002), os enunciados de cada época são controlados por determinadas regras, específicas de cada período. Por isso, essas posições que podem ser ocupadas pelo sujeito para enunciarem seus discursos são regidas por condições que regulam a produção dos discursos. É por esse motivo que as pessoas não podem ocupar a posição-sujeito que bem entenderem e enunciarem qualquer discurso.

Para Pêcheux (1997a), o sujeito é visto como ideológico e psicanalítico ao mesmo tempo, já que, retomando a tese althusseriana (1985), os sujeitos são interpelados ideologicamente. De acordo com Pêcheux (1997a, p. 161), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Para Althusser (1985, p. 93), os sujeitos e os sentidos apenas se constituem em razão da existência da ideologia, que “interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Com base em Althusser (1985), é a ideologia a responsável pela relação existente entre a linguagem e o mundo.

Sobre o modo como se dá essa interpelação do indivíduo pela ideologia, de modo a tornar-se sujeito, Pêcheux (1997a) esclarece que:

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que esses elementos do interdiscurso [...] constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1997a, p.163)

Podemos perceber que discurso, sujeito e ideologia concorrem juntamente, numa relação de intrínseca dependência, uma vez que não existe discurso se não houver um sujeito para produzi-lo, da mesma forma que não existe sujeito que não seja ideologicamente marcado. Sobre essa complexa relação existente entre sujeito e ideologia, Althusser (1985, p. 93) aponta que “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento”. Por isso, o sujeito será sempre visto como sendo ideologicamente marcado.

Pêcheux (1997a) salienta ainda que, ao enunciarem, ao produzirem discurso, os sujeitos ocupam uma determinada posição, e não outra. Esse posicionamento do sujeito perante o discurso, que é determinado ideologicamente, indica que ele faz parte de uma FD e uma FI específica. A possibilidade de haver diferentes posições ocupadas pelos sujeitos ao enunciarem é o que faz com que uma mesma palavra (signo) possa ter significados diferenciados, caso seja enunciada a partir de duas FD distintas.

Na AD-3, em decorrência do surgimento do conceito de interdiscurso, o sujeito passa a ser visto, segundo Authier-Revuz (1990, p.28), como um “sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado”, posicionamento este com o qual concordamos, que se constitui a partir de fatores históricos, sociais e ideológicos, estabelecendo, portanto, total relação com a exterioridade. Nesse sentido, podemos depreender que o sujeito está sempre ocupando uma posição, um lugar de onde ele diz, estando inserido em um contexto histórico, porque se constitui historicamente, o que justifica o fato de o sujeito discursivo nunca ser o mesmo.

Após termos refletido sobre a noção de sujeito, sob a perspectiva da AD, entendemos ser essencial deixar claro qual é o sujeito da nossa pesquisa. Apesar de serem os repórteres, os redatores, enfim, os jornalistas quem produzem as matérias/reportagens a respeito do caso do maníaco, consideramos como sujeito de nossa pesquisa a mídia, uma vez que os repórteres

são apenas funcionários da instituição midiática, obedecem às regras impostas por ela para a produção dos discursos, ou seja, enunciam em nome dessa instituição. Maingueneau (2013), na edição mais atualizada da obra “Análise de textos de Comunicação”, traz aspectos relevantes sobre quem é o responsável por um determinado texto (discurso) produzido e/ou escrito. Assim, ele irá asseverar que:

No que se refere [...] às produções verbais da esfera midiática, eles estão bem longe de reconhecer a imagem que se faz comumente do autor, como sendo um indivíduo bem identificado que elabora um texto do qual ele seria o único responsável. (MAINGUENEAU, 2013, p.173)

E isso acontece porque, dentro de cada instituição midiática, existem diversos funcionários que são responsáveis pela produção de matérias jornalísticas. Desse modo, para Maingueneau (2013, p.173), o autor “é a instância que é apresentada como responsável”. Maingueneau (2013), ainda a respeito dessa questão da responsabilidade sobre o que está sendo escrito, explica que:

Para o tipo de relação que se estabelece entre o autor de um artigo de jornal e este jornal como instância de nível superior, diremos que o jornal é o **metaenunciador** do conjunto desses artigos, que se complementam para formar um todo. (MAINGUENEAU, 2013, p. 175-176, Grifos do autor)

Nesse sentido, a mídia é um sujeito (nas palavras de Maingueneau, um metaenunciador) que, pensada sob a tese althusseriana, assujeita e é assujeitada ao mesmo tempo. Vejamos: se a mídia, através dos discursos que produz e faz circular na sociedade, consegue ditar modas, influenciar na forma de agir e pensar das pessoas, isso significa que ela assujeita, através do poder que detém e exerce na vida das pessoas. Mas, se levarmos em conta, que a mídia (como defende esta pesquisa) é um Aparelho Ideológico do Estado e o sujeito que produz esses discursos midiáticos sobre a violência, pode-se constatar que a mídia não produz e divulga tudo o que quer, da maneira como bem entender. Ela, enquanto sujeito, é um aparelho do Estado, o que significa que detém certo poder, que vem do Estado, o que justifica o fato dela ser assujeitada/trabalhar para o Estado, e, através desse poder, por meio da ideologia dominante, consegue interferir/influenciar diariamente, na vida de milhares de pessoas, mesmo que de forma aparentemente neutra, natural e imperceptível.

Uma vez que o sujeito está, de acordo com Orlandi (2007), sujeito à língua, ao simbólico, sendo interpelado ideologicamente, ele não é unívoco. Nesse sentido, Brandão (2002, p. 59) entende que na AD “questiona-se aquela concepção do sujeito enquanto ser

único, central, origem e fonte do sentido [...] porque na sua fala outras vozes também falam”. Para Brandão (2002), o sujeito é sempre histórico, sendo compelido a tomar uma posição ao enunciar, e jamais pode ser considerado como a fonte do seu dizer, já que o seu discurso traz sempre marcas e resquícios de discursos produzidos em outro momento e em outro lugar.

Em conformidade com Fernandes (2005), para se compreender os discursos:

[...] é preciso sair do especificamente lingüístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, objeto a ser focalizado para análise. (FERNANDES, 2005, p. 24-25)

Assim sendo, ao conceito de discurso estão atreladas inúmeras questões que devem ser levadas em consideração. De acordo com Courtine (2010),

[...] o discurso é pensado como uma relação, uma correspondência entre língua e questões que surjam no exterior desta, no que diz respeito a todo discurso concreto: quem fala, qual o sujeito do discurso, e como é possível caracterizar a emergência do sujeito nos discursos? Do que fala o discurso, como *identificar* dentro dele a existência de temas determinados? Em quais condições, enfim o discurso é produzido, mas também compreendido e interpretado? Em que medida tais condições inscrevem na relação do discurso com a língua? Como o exterior da língua se reflete na organização linguística dos elementos do discurso? (COURTINE, 2010, p.30)

Posto isto e se relacionando aos conceitos de sujeito e de discurso, temos a noção de efeito de sentido, isto é, a produção dos sentidos distintos de acordo com cada discurso produzido. Assim, um dado discurso, produzido em um determinado contexto histórico-social, marcado por certas questões ideológicas, terá um efeito de sentido diferente do que teria se fosse produzido em outro momento histórico.

Para ponderarmos sobre a noção de efeito de sentido, precisamos resgatar o que Pêcheux (1997c) diz a respeito do discurso e também sobre os sentidos que são produzidos a partir dele. Pêcheux (1997c, p.82) aponta que o discurso “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, de modo geral, mas de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. Esses pontos podem ser compreendidos como os sujeitos que enunciam de uma determinada posição, pois, para Pêcheux (1997c, p.82), “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”, e, com seus enunciados materializados no discurso, produzem variados efeitos de sentido, decorrentes das formações discursivas nas quais se inserem esses sujeitos ao enunciar.

O sentido, conforme Pêcheux (1997c), não é dado *a priori*, mas é constituído no momento da enunciação do sujeito e na relação que esse discurso mantém com os outros. Assim, é coerente que o sentido de uma palavra, de um signo, constitua-se a partir das relações metafóricas que essa palavra estabelece com as demais, em decorrência das relações parafrásticas.

Como a produção de todo discurso sofre influência do contexto histórico, das ideologias vigentes e das formações discursivas inerentes a cada discurso, os sentidos produzidos pelos discursos nunca serão fixos. Para Pêcheux (1997a), não é nas próprias palavras que estão fixados os sentidos das mesmas, porque esses sentidos surgem exatamente da relação interdiscursiva existente entre os discursos, possibilitada pela interação dos sujeitos que enunciam e, assim, produzem os discursos. É, portanto, durante o processo de produção dos discursos, que os sentidos, assim como os sujeitos, são constituídos. Essa afirmação fica clara quando Pêcheux (1997a) explicita que:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1997a, p. 160)

Assim, as palavras, quando enunciadas por um sujeito discursivo, não são ditas de forma neutra, tampouco transparente. Isso porque a ideologia perpassa essas palavras e/ou enunciados, de modo que, no momento da enunciação, todas as palavras encontram-se carregadas de sentidos. Esses sentidos são decorrentes do aspecto ideológico que constitui tanto os sujeitos quanto os discursos e também da FD na qual o sujeito discursivo está inserido no momento da enunciação. E, uma vez que os sujeitos são sociais, constituídos na e pela história, sendo sempre perpassados por aspectos ideológicos, pertencentes a uma determinada FD, e é por isso que uma mesma palavra pode ter mais de um sentido.

Para Pêcheux (1997a, p. 161), “as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra”, ou, nas palavras de Maltby (2003, p. 31), “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Dessa maneira, os sentidos decorrem da posição que o sujeito ocupa ao enunciar, da FI e da FD na qual está inserido, bem como de todo contexto histórico e social.

A esse respeito, Pêcheux (1997a) pontua que:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se referirem a esta ou aquela formação discursiva, é porque - vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1997a, p. 161)

Em razão disso, segundo Pêcheux (1997c), não podemos pensar em um sentido que seja unívoco, singular, mas temos que pensar em efeitos de sentido, pois os sentidos constituem-se durante cada enunciação, no decorrer de cada processo discursivo. De acordo com Pêcheux (1997c, p. 169), toda sequência discursiva deve, necessariamente, ser pertencente a uma determinada FD, pelo fato de que “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)”.

Assim, é através da análise de uma FD e das relações interdiscursivas, mantidas entre as FD, que se torna possível refletir acerca da produção de sentidos, os quais são perpassados e influenciados por aspectos ideológicos. Segundo Fernandes (2005), os elementos de uma FD podem ser advindos de outros espaços sociais, porém novas condições de produção, dentro de outro contexto histórico, acarretam, também, a produção de novos sentidos.

É de acordo com a FD, a partir da qual o sujeito enuncia, que as palavras adquirem determinados sentidos. De acordo com Teixeira (2005, p.42), “se o sentido não é previamente dado, ele também não pode ser qualquer um, pois aí opera a determinação histórica”. Assim, os sentidos das palavras decorrem da FD na qual elas se inserem, bem como da relação que uma formação discursiva mantêm com as outras, o que nos remete a outro conceito essencial para a AD e para esta pesquisa: o interdiscurso, conceito este que também surgiu na AD-2.

Portanto, nessa pesquisa, assumimos que os sentidos não são inerentes à língua. Antes, dependem das relações constituídas nas e pelas FD. De tal modo, para Pêcheux (1997a):

[...] o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. Simultaneamente, a transparência do sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência desta última em relação ao interdiscurso. Na verdade, a

metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma *região* do interdiscurso. (PÊCHEUX, 1997a, p.263)

Nota-se, dessa forma, o quanto é relevante, para AD, a enunciação na constituição dos sentidos, uma vez que é somente nesse momento que as palavras enunciadas por um sujeito discursivo adquirem seus sentidos ou efeitos de sentidos.

Em relação a quem tem a função de atribuir sentidos às palavras, além de todos os aspectos exteriores que contribuem na constituição desses sentidos, Orlandi (2007, p. 10) explica que: “há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de ‘atribuir’ sentidos) tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, [o jornalista], etc. Sob essa perspectiva, podemos dizer que os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”, notando-se que, até mesmo na constituição dos sentidos, existem relações de poder que se mostram presentes. Para Orlandi (2007, p. 40), “são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno”.

Nesse sentido, levando em consideração os postulados de Foucault (2007), a mídia (sujeito que é da nossa pesquisa) é lugar, posição e não é um sujeito unificado, pois nela existem vários lugares, posições-sujeitos que podem ser ocupadas por diversos repórteres, que enunciam, que fazem ouvir suas vozes, representando a mídia. E, por meio desses discursos midiáticos, que circulam pela sociedade, sobre a violência, são produzidos os mais variados efeitos de sentidos, os quais, como vimos, irão variar de acordo com cada contexto sócio-histórico, com suas próprias marcas ideológicas, no qual esse discurso é produzido. Além disso, os sentidos irão decorrer de qual sujeito enuncia, da formação discursiva da qual ele faz parte no momento em que produz o discurso, da relação que esse discurso mantém com outros discursos já produzidos sobre a violência e mesmo com outros discursos, em outros momentos, por outros sujeitos.

O fato é que a questão da produção de sentidos é essencial para nossa pesquisa, pois a mídia produz efeitos de sentidos sobre a violência, através dos discursos que veicula. Para Rondelli (2000):

a mídia tem um papel importante em relação a esta produção de sentidos exercidas sobre a violência, pois, ao oferecê-la à exibição pública, convoca os demais atores a se pronunciarem e a estabelecerem seus juízos de valores sobre ela e a constituírem um opinião coletiva, um certo consenso social que pode levar a manifestações sociais e políticas. Neste sentido, a mídia coloca-se como dispositivo que pauta a violência na agenda diária na

constituição dos discursos e/ou dos sujeitos sociais. (RONDELLI, 2000, p.155-156)

A partir das colocações de Rondelli (2000), fica mais visível o poder que a mídia detém sobre os indivíduos e como contribui para a produção de sentidos. Assim, quando a mídia divulga um discurso, inevitavelmente e automaticamente, ela convoca os sujeitos que acessam esse discurso a se posicionarem diante dele, constituindo opiniões coletivas em relação ao assunto abordado, criando novos sentidos que serão arquivados na memória coletiva, contribuindo para a constituição dos sujeitos.

1.2.3. Já-dito, pré-construído, interdiscurso e memória discursiva

Uma das principais teses da AD é que, a produção dos discursos, o sujeito discursivo faz uso do discurso do Outro. Assim, sobre esse tema, ao longo da história da AD, alguns termos são empregados: já-dito, pré-construído, interdiscursos e dizeres enunciados ou também que determinado discurso mantém relação interdiscursiva com outro; e que, através da memória discursiva, o sujeito retoma algo que foi dito antes e em outro lugar, o que ficou arquivado na memória discursiva, que não é individual, mas coletiva. Foucault (2007) refere-se a essa questão de que sempre existirá algo anterior a todo e qualquer discurso, e para isso faz uso do termo já-dito. De acordo com Foucault (2007):

[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um 'jamais-dito' [...] Supõe-se, assim, que tudo o que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. (FOUCAULT, 2007, p.28)

Conforme Foucault (2007), há um meio-silêncio e todo discurso produzido estaria articulado a ele e, portanto, não seria algo novo, mas algo já-dito, ou mesmo “jamais-dito”. Sobre a noção de pré-construído, Pêcheux (1997a, p. 99) explica que esse termo é usado para “designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Pêcheux (1997a, p. 164) explica que esse termo corresponde ao “‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’)”. Teixeira (2005, p. 48), discorrendo sobre o que diz Pêcheux em relação ao termo pré-construído,

explica que: “O *pré-construído* é o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse *sempre-já-aí*”. Já para Courtine (2009),

Ele [o *pré-construído*] marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso como lugar de construção do *pré-construído*, e o intradiscurso, como lugar da enunciação por um sujeito. Trata-se do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob forma de *pré-construído*, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali [...]. Se o *pré-construído* dá seus objetos ao sujeito enunciador sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade se apaga (ou se esquece) no movimento da identificação (COURTINE, 2010, p. 74)

Como se pode perceber, o conceito de *pré-construído* é também essencial para que possamos compreender como se dá a produção dos discursos. Maldidier (2003), sobre a noção de *pré-construído*, expõe como se deu sua construção:

Uma noite, ao sair do seminário de Culioli, na esquina da rua Feillantines e Saint Jacques, no fogo da discussão, Michel Pêcheux propõe o termo *pré-construído*. A teoria do discurso acabava de receber um novo conceito: despojado de qualquer sentido lógico, o *pré-construído* constitui a reformulação da pressuposição no novo terreno do *discurso*. Ele permite pensar e apreender o interdiscurso, o conceito chave [...] o mais difícil, mas sem dúvida o mais fundamental de toda a construção teórica de Michel Pêcheux. (MALDIDIER, 2003, p. 36)

A partir dessa citação, podemos perceber que o termo *pré-construído* foi proposto por Pêcheux, inicialmente em uma discussão pelas ruas, e, posteriormente, o conceito foi aprofundado nas reflexões e considerações feitas por Pêcheux e por Paul Henry. De acordo com Maingueneau (1998), o termo *pré-construído*:

[...] [distingue] duas dimensões no discurso: aquilo sobre o que ele se apóia, que ele apresenta como natural, como subtraído à asserção do enunciador (o *pré-construído*); e aquilo que ele pretende trazer, o que ele *constrói* a partir daí (MAINGUENEAU, 1998, p.114-115)

Para Maingueneau (1998), existem conteúdos que são admitidos em uma determinada coletividade e são esses conteúdos que ele considera como sendo o que já é *pré-construído*. Em uma linguagem mais simples, podemos dizer que o *pré-construído* são aqueles discursos que, além de serem admitidos, aceitáveis pela coletividade, se mantêm dentro de uma FD, funcionando de forma independente. Assim, os novos discursos se apóiam naquilo que está *pré-construído* para se constituírem. O *pré-construído* não tem autoria definida, são elementos

anteriores e exteriores ao discurso, que se fazem, de alguma forma, presentes nos novos discursos, isto é, são sentidos que pré-existem na coletividade para dar sustentação aos novos discursos, sentidos esses que estão circunscritos histórica e ideologicamente.

Conforme Pêcheux (1997a), o sujeito, ao enunciar algo já dito ou pré-construído, não o faz de modo consciente, mas inconscientemente retoma algo já dito antes, em outro lugar, e o diz de outra forma, em outro momento discursivo, a partir de outro discurso. E é justamente essa retomada e reformulação do já-dito que propicia, no nível do discurso, a existência do interdiscurso, de um discurso que mantém relação interdiscursiva com outro.

Pêcheux (1997a, p.142) explica ainda que “[...] esse efeito de pré-construído consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”. Assim, de acordo com Pêcheux (1997a),

o *pré-construído* [...] remete simultaneamente ‘aquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’. (PÊCHEUX, 1997a, p. 159)

Em relação ao conceito de interdiscurso, formulado posteriormente às noções de já-dito e pré-construído, remete à presença do Outro dentro de um determinado discurso. Pêcheux (1997a) irá explicar que diz respeito:

[...] a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1997a, p. 162)

Isso torna ainda mais claro a intrínseca e constante relação entre discurso, FD e FI dentro de um contexto histórico e social. O conceito de interdiscurso é de extrema relevância para o desenvolvimento teórico da AD, tendo em vista que foi a partir desse conceito que a noção de discurso como máquina estrutural, fechada em si mesma, sem relação com o exterior e com outros discursos, começou a ser extinta. Pêcheux (1997c, p. 314) afirma que, durante a AD-2 “a noção de *interdiscurso* é introduzida para designar ‘o exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva”. Sobre a noção de interdiscurso, o autor acrescenta que, em se tratando de discurso, “‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997a, p.162). Para Pêcheux (1997a), o sujeito nunca

será a origem do seu dizer, em virtude de que no seu discurso será possível reconhecer marcas de outros discursos. E se um discurso é sempre perpassado por outros, isso só se torna possível porque existem as relações interdiscursivas.

Segundo Maldidier (2003), já na obra “Análise Automática do Discurso”, vislumbrava-se a questão do interdiscurso, já se cogitava a possibilidade de todo dizer se relacionar com algo já-dito anteriormente. Para ela, “o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (MALDIDIER, 2003, p. 51)

Conforme Orlandi (2010), o interdiscurso apenas é possível de acontecer quando algo que já foi dito em um determinado momento por um sujeito discursivo é apagado na memória, e, por isso, passa a fazer parte do “anonimato”. A partir desse momento, o que foi apagado é retomado por outro sujeito, ou mesmo pelo próprio sujeito, e dito de outra forma, produzindo novos sentidos, sem deixar, contudo, de manter relação interdiscursiva com aquilo que foi dito anteriormente.

Outro conceito que surge durante o período que compreende a AD-2 é o de memória ou memória discursiva. De acordo com a AD, é no interior das FD que os enunciados adquirem determinados sentidos, os quais são decorrentes da relação que eles mantêm com outros enunciados, ditos antes e em outras FD. E essa relação é possibilitada pelos jogos de memória.

Logo, é através do discurso que, conforme Gregolin (2007), acontece a materialização dos efeitos de sentido, os quais, por sua vez, se fixam na memória coletiva. Para Gregolin (2007, p.180), “os sentidos estão sempre à deriva. No entanto, podem ser compreendidos porque atualizam (isto é, estabilizam/desestabilizam a memória discursiva)”. Desse modo, vemos que a memória discursiva é constituída em meio a esse processo alternado de estabilização e desestabilização dos discursos.

Em conformidade com Pêcheux (2010, p. 50), é fundamental esclarecer que a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Dessa forma, o conceito de memória, sob a perspectiva da AD, não se refere à memória individual, mas refere-se à memória coletiva, em que os sentidos vão sendo fixados, e, ao mesmo tempo, modificados de acordo com as mudanças históricas.

Sobre a definição de memória, Pêcheux (2010) esclarece que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p.52)

Nota-se, nos dizeres de Pêcheux (2010), que a memória é imprescindível para a produção dos sentidos dos discursos porque ela se torna “a condição do legível”. Todo discurso que é produzido precisa manter relação com aquilo que já foi dito e está arquivado, ou mesmo apagado, na memória discursiva da coletividade. Necessita-se, assim, da memória discursiva para compreendermos e darmos significados aos novos acontecimentos que surgem.

Brandão (2002) pontua que através da memória discursiva é:

[...] possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscorso de uma FD, o aparecimento, a rejeição, ou a transformação de enunciados pertencentes a formulações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história. (BRANDÃO, 2002, p. 77)

À medida que os sujeitos enunciam seus discursos, os sentidos dos mesmos, que são constituídos dentro de um contexto histórico, vão sendo fixados na memória coletiva dos indivíduos que compõem a sociedade. Os enunciados não são fixos, estando sempre em constante movimento juntamente com a história. É bem por isso que por se tratar de uma memória que considera o enunciado associado à história, efeitos produzidos pela memória não são estáveis, podendo ser apagados, transformados ou renovados.

A memória discursiva não funciona apenas através do resgate de fatos passados, mas também através de apagamentos de determinados elementos/acontecimentos, o que acaba por produzir certos efeitos de sentido. Brandão (2002) salienta que:

A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos. (BRANDÃO, 2002, p. 79)

Segundo Brandão (2002), o conceito de memória refere-se ao conjunto de sequências discursivas preexistentes à sequência discursiva de referência. Dessa forma, toda produção discursiva se dá por determinadas condições conjunturais e faz circular formulações que já foram enunciadas anteriormente.

Para Orlandi (2010, p. 59-60), “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios” sendo que até mesmo “a falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento”. Por isso, “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória [...] constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 2007, p.10). Segundo Orlandi (2007, p.31), memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do preconstruído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra”.

Gregolin (2007) pondera que existem redes de memória que se materializam sob os mais variados regimes, sendo que são essas redes que tornam possível o retorno tanto de temas quanto de figuras do passado que acabam por reaparecer na atualidade. O retorno a essas redes de memória é extremamente necessário para o entendimento ou a produção dos sentidos dos discursos produzidos na atualidade, em função de que, como salienta Gregolin (2003, p.71), um discurso sempre mantém relações com outros, está sempre inserido em um jogo de relações interdiscursivas, já que a “emergência” da fala no “discurso vem clivada de pegadas de outros discursos”, o que deixa evidente a dependência interdiscursiva do próprio discurso.

A mídia contribui grandemente para a construção da memória coletiva, uma vez que, através dos discursos que faz circular na sociedade, ela contribui para que as pessoas arquivem novos sentidos na memória, que serão constantemente retomados para se compreender outros discursos que venham a surgir posteriormente. Dessa maneira, na memória coletiva, ficam arquivados tudo o que foi visto, vivido, experimentado, compartilhado pela coletividade, e essa memória é acionada sempre pelos sujeitos e contribui para a constituição dos sentidos. Por exemplo, quando as notícias sobre o caso do “maníaco de Luziânia” foram divulgadas, automaticamente, tudo que já foi dito, ouvido, vivido, experimentado, testemunhado sobre outros casos de *seriais killers*, principalmente os mais recentes, foram acionados e contribuiram para a constituição dos sentidos construídos a partir desse novo acontecimento histórico. Evidencia-se, dessa maneira, a relação interdiscursiva existente entre os discursos e o retorno ao já-dito, fundamental para que os sujeitos consigam dar significados aos discursos.

É notável, nesse contexto, a grande importância da memória discursiva para que se torne possível a compreensão e a significação dos enunciados, além de que os efeitos de memória produzidos por uma sequência discursiva tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação, quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito. Portanto, não apenas o que é lembrado pelo sujeito discursivo influencia os efeitos de memória, mas também o que é esquecido, apagado, denegado (BRANDÃO, 2002). Desse modo, a construção do discurso será sempre perpassada por outros discursos, bem como por apagamentos, rupturas, lembranças, esquecimentos. A produção dos discursos, destarte, é um processo complexo que envolve vários aspectos essenciais para a sua continuidade.

Reiterando, a reflexão sobre esses conceitos se justifica porque todo discurso, se vale do já-dito e, do pré-construído, do interdiscurso, como vimos, para se constituir. Entendemos que com o discurso midiático não é diferente, os discursos produzidos acerca do caso do “maníaco de Luziânia” foram construídos a partir de discursos anteriores e exteriores a eles (pré-construídos, já-ditos, interdiscursos) e, para significarem, acionaram o que estava arquivado na memória. Fica perceptível, desse modo, como os conceitos na AD se articulam constantemente, e, por isso, muitas vezes, por mais que a proposta seja falar de um conceito “x” especificamente, acabamos por retomar, citar e articular outros conceitos como forma de explicar o conceito proposto.

Passemos agora para elucidação de outro conceito que também é muito pertinente para a parte analítica da nossa pesquisa, que é o conceito de heterogeneidade discursiva, por meio do qual podemos identificar a presença do Outro no discurso.

1.2.4. Heterogeneidade discursiva.

Authier-Revuz (2004, p. 69) afirma que “o discurso é constitutivamente atravessado pelo ‘discurso do Outro’”, de modo que a presença do outro no discurso torna-se uma “condição”, posto que o sujeito discursivo nunca será a “fonte-primeira” do seu discurso.

Conforme Pêcheux (1997c), apesar de o sujeito ter a ilusão de ser a fonte do seu dizer, seu discurso está sempre perpassado pelo discurso do outro, visto que o discurso é heterogêneo. O primado do Outro começa a se evidenciar na AD durante a segunda fase, em decorrência da elaboração dos conceitos de FD e interdiscurso. Segundo o próprio Pêcheux (1997c, p.315), “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua”. E, assim, na AD-2 acontecem “alguns desenvolvimentos teóricos que anunciam a questão da heterogeneidade

enunciativa”. Na AD-3, o conceito de heterogeneidade discursiva adquire maior destaque e relevância.

Authier-Revuz e Pêcheux, segundo Malidier (2003, p. 78), se conheceram nos anos de 1970, no CERM (Centre d’Études *et* de Recherches Marxistes) e tiveram um verdadeiro “encontro intelectual”. Desde os primeiros momentos dos estudos de Authier-Revuz, as teorias pecheutianas se fizeram presente, sendo utilizadas como objeto de reflexão para esta autora. Pêcheux utilizou-se dos estudos de Authier-Revuz, principalmente no que se refere ao caráter heterogêneo do discurso, isto é, a presença do Outro, durante o processo de transformação e reconfiguração pelo qual passou a AD, principalmente, no que se refere à AD-3. Authier-Revuz, por sua vez, utilizou-se do conceito de interdiscurso, cunhado por Pêcheux, para o desenvolvimento de suas teorias relacionadas à heterogeneidade do discurso.

Authier-Revuz, ao propor o conceito de heterogeneidade discursiva, segundo Teixeira (2005), se fundamenta no conceito de dialogismo, cunhado por Bakhtin e, também, na psicanálise. Assim,

De Bakhtin, a autora toma basicamente as reflexões sobre o princípio do dialogismo, focalizando, de modo especial, o lugar que o autor confere ao *outro* no discurso; da psicanálise, interessa-lhe a abordagem em torno de um sujeito produzido pela linguagem, *estruturalmente clivado pelo inconsciente*. (TEIXEIRA, 2005, p.145)

Em relação ao dialogismo, Bakhtin (1993) irá explicar que:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode participar, com ele, de uma intenção viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua –orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar. (BAKHTIN, 1993, p.88)

Desse modo, Bakhtin (1993), através do conceito de dialogismo, entende que todo discurso dialoga com outros discursos, sempre e inevitavelmente, pois “ao se constituir na atmosfera do ‘já-dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso (resposta que ainda não foi dita), discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo.” (BAKHTIN, 1993, p. 89)

Ao refletirmos sobre dialogismo, podemos pensá-lo em dois sentidos: amplo e estreito. O macrodiálogo ou dialogismo, no sentido amplo, de acordo com Bakhtin (2002), diz respeito ao fato de que todo discurso, todo enunciado produzido, irá, inevitavelmente, dialogar com outros enunciados e é, por meio desse diálogo (dialogismo), que os sentidos serão construídos. Dessa maneira, o macrodiálogo é uma condição fundamental para a produção tanto dos discursos como dos sentidos. Já para se compreender o microdiálogo ou diálogo em sentido estreito, é preciso classificar os discursos, através da distinção de três tipos de discursos. O primeiro tipo é o que “nomeia, comunica, enuncia, representa”. (BAKHTIN, 2010, p. 16). Já o segundo, trata-se daquele discurso representado, objetificado, que é o tipo que nos interessa para nossa pesquisa, pois, nesse tipo, é possível observar a presença de duas unidades discursivas (autor e personagem/herói), como acontece, por exemplo, no DD e DI. O terceiro tipo (bivocal) é aquele utilizado pelo autor para imprimir “uma nova orientação ao discurso que já tem sua própria orientação e a conserva, [...] esse discurso [...] deve ser sentido como de um outro”. (BAKHTIN, 2010, p. 216)

Desse modo, “[o]s exteriores teóricos convocados pela autora [Authier-Revuz] – dialogismo e psicanálise – trazem, essencialmente, a ideia de que todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’”. (TEIXEIRA, 2005, p.152) Assim, para Authier-Revuz (1990), todos os processos enunciativos são marcados pela presença do Outro, o que significa que todo discurso é marcado por intensa heterogeneidade, sendo ela constitutiva da linguagem.

De acordo com Authier-Revuz (1990, p. 32), existem dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. O primeiro tipo refere-se aos “processos reais de constituição dum discurso”, pois o sujeito, ao enunciar, sob a perspectiva da heterogeneidade constitutiva, fará uso, mesmo que de forma inconsciente, de tudo o que ele incorporou, de tudo que apreendeu durante toda sua vida, de discursos outros, produzidos por variados sujeitos que fizeram ou fazem parte de sua história. Dessa maneira, ao enunciar, o sujeito, inevitavelmente, é influenciado por tudo o que leu, viu, ouviu, o que significa que as condições de produções e todos os elementos que a compõem irão refletir diretamente na produção dos discursos. A heterogeneidade constitutiva é, desse modo, uma condição extremamente necessária para que haja a constituição tanto dos sujeitos quanto dos discursos.

Já o segundo tipo de heterogeneidade, a mostrada, segundo Authier-Revuz (1990, p. 32), diz respeito aos “processos não menos reais, de representação num discurso, de sua constituição”. De acordo com Maingueneau (1997, p. 75), a heterogeneidade mostrada refere-se “às manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de

enunciação”. Assim, a heterogeneidade mostrada consiste no processo em que o sujeito, ao enunciar, deixa em seu discurso marcas, mais ou menos evidentes, do discurso do Outro, do qual ele faz uso quando lhe convém.

Como o próprio título da pesquisa indica, o nosso foco maior é analisar a presença da heterogeneidade, postulada por Authier-Revuz, no discurso midiático impresso sobre a violência. Faremos as análises em dois momentos: primeiro pensando na presença da heterogeneidade constitutiva e, para isso, retomaremos conceitos como formação discursiva, paráfrase, interdiscurso, memória, dentre outros conceitos, que ajudam a identificar a presença desse tipo de heterogeneidade. E, em um segundo momento, buscaremos encontrar nas sequências discursivas, materializadas nas reportagens que compõem o nosso *corpus*, marcas explícitas do discurso do Outro, denominadas por Authier-Revuz (1990) como heterogeneidade mostrada marcada. Para realizarmos esse segundo momento de análise, escolhemos utilizar algumas categorias analíticas que evidenciam de forma clara a presença do Outro no discurso como: discurso direto, discurso indireto (e analisar também os verbos *dicendi*, que são os verbos introdutórios de discurso direto e indireto), modalização em discurso segundo e aspas (ilhas textuais). Além disso, intentamos analisar o uso frequente do condicional jornalístico, que consiste no fato de os jornalistas fazerem uso, com muita frequência, de verbos conjugados no futuro do pretérito. Por isso, a partir de agora, iremos fazer algumas ponderações sobre essas categorias, elucidando suas principais características, de modo que possamos utilizá-las posteriormente, retomando-as no momento das análises.

Antes de adentrarmos propriamente na definição de tais categorias, é importante frisar que, conforme Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade mostrada pode ser dividida em duas formas: heterogeneidade mostrada marcada e heterogeneidade mostrada não marcada.

Sobre essa distinção, Authier-Revuz (1990) esclarece que:

Neste conjunto de formas marcadas, distingo aquelas que mostram o lugar do outro de forma unívoca (discurso direto, aspas, itálicos, incisos de glosas) e aquelas não marcadas onde o outro é dado a reconhecer sem marcação unívoca (discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação,...). (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 36)

Para as nossas análises, no que diz respeito às formas de heterogeneidade mostrada, ater-nos-emos somente àquelas do tipo mostradas marcadas, através das quais poderemos perceber quais os efeitos de sentidos são produzidos por meio do uso desses recursos, como forma de marcar a presença do Outro no discurso. Por meio dessas categorias analíticas que

iremos utilizar, as quais aparecem com grande frequência nas sequências discursivas componentes do *corpus* da nossa pesquisa, o Outro se faz presente no discurso, o que só vem a confirmar o caráter heterogêneo do mesmo, que é evidenciado a partir da AD-2. Nesse sentido, Authier-Revuz (2004) aponta que:

[...] [as] formas marcadas [...] atribuem ao outro um lugar lingüisticamente descritível, claramente delimitado no discurso [...] chega-se, inevitavelmente, à presença do outro – às palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte sempre presentes no discurso [...] [pois] o outro é sempre onipresente e está em toda a parte. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21)

Sobre a relevância que possuem esses dois tipos de heterogeneidade enunciativa para o discurso – mostrada e constitutiva, Authier-Revuz (1990, p.33) explica que “essas duas ordens de realidade são irredutíveis, mas articuláveis e até mesmo, necessariamente, solidárias”. De acordo com a autora:

[...] heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.32)

Nesse sentido, Teixeira (2005) irá afirmar:

Authier-Revuz tenta [...] compreender a função da heterogeneidade mostrada no processo enunciativo como a emergência de um outro tipo de heterogeneidade, a constitutiva, assinalando, porém, que o contato entre elas não se faz por uma relação linear de um plano ao outro. A heterogeneidade mostrada não é um espelho, dentro do discurso, da heterogeneidade constitutiva. Por outro lado, elas não são *realidades* independentes, pois as formas da heterogeneidade mostrada permitem o acesso à representação que o locutor dá de sua enunciação. (TEIXEIRA, 2005, p.152)

Por isso, independente de se tratar de heterogeneidade discursiva constitutiva ou mostrada (marcada ou não marcada), o fato é que os discursos nunca serão homogêneos, pois os enunciados do sujeito discursivo serão sempre perpassados por outros dizeres, uma vez que o sujeito, ao enunciar, inevitavelmente incorpora outros discursos ao seu. Partindo dessas reflexões em torno da noção de heterogeneidade, podemos afirmar, conforme destaca Mariani (1996), que o discurso jornalístico é um tipo de discurso *sobre*, ou seja, é um tipo de discurso permeado e/ou constituído por meio de outros discursos. Destarte, para Mariani (1996):

o discurso jornalístico [logo, midiático], sobretudo na sua forma de reportagens, funciona como uma modalidade de *discurso sobre*, pois coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem ‘conectados’ interdiscursivamente a um ‘já-lá’ dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia textual que vai se construindo ao longo do tempo. É por aí nossa compreensão do discurso jornalístico ter como característica atuar na institucionalização social dos sentidos. E com isto estamos afirmando, em decorrência, que o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro. (MARIANI, 1996, p. 64)

Isto implica dizer que o discurso jornalístico ou midiático recuperará sempre outros discursos (político, clínico, religioso, jurídico, etc) e que para a constituição desse discurso, a mídia faz, em diversas ocasiões, uso do discurso de outros sujeitos, na forma de citação, que pode ser estruturada de vários modos: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, dentre outros. A instituição midiática, ao fazer uso do “discurso citado, introduz um distanciamento muito variável entre o locutor citante e o locutor citado”. (BENITES, 2002, p. 57), além do que [...] a notícia [discurso jornalístico] é uma espécie de relato, constituída de fragmentos de discursos, de modo que se suprimíssemos as falas alheias, não restaria quase nada. Essa estratégia de tornar presente a fala do outro pode servir para “marcar uma posição discursiva ou para tornar a informação mais verdadeira.” (CUNHA, 2005, p. 179)

Nota-se, portanto, que o discurso jornalístico vale-se de vários outros discursos para se constituir. Como vimos anteriormente, trata-se de um tipo de discurso *sobre*, por isso é que esse discurso é marcado pela interdiscursividade pela heterogeneidade. De acordo com Rondelli (2000), é a partir desse entrelaçamento existente entre os discursos, ou seja, dessas relações interdiscursivas que os sentidos são produzidos. Para ela:

o chamado campo dos *media* - , [é] o lugar onde se dá visibilidade aos diversos discursos e onde cada um deste se articula, não só com o discurso mediático, mas com os outros discursos presentes nesse espaço de mediação. Assim, há um discurso político, um discurso religioso, um discurso jurídico, um discurso médico, um discurso científico, se articulando simultaneamente *ao* e *no* campo mediático. Este, por sua vez, não só os recodifica, como os processa de modo intertextual, relacionando cada discurso com o outro, e todos eles com o discurso da mídia, advindo, deste entrelaçamento, ou intertextualidade, a produção de sentidos. (RONDELLI, 2000, p.153)

Como já dito anteriormente, falaremos a seguir, das noções que servirão como categorias teórico-analíticas para realizarmos as análises através da identificação da heterogeneidade mostrada marcada presente no discurso midiático sobre a violência identificada nos vinte textos que compõem o *corpus* dessa pesquisa.

1.2.4.1 Discurso direto (DD) e discurso indireto (DI)

Uma das formas através da qual se torna possível identificar a presença do Outro no discurso, em se tratando da heterogeneidade mostrada marcada, acontece por meio dos processos, que citam a fala do outro, quer seja através do discurso direto ou mesmo do indireto. Conforme Maingueneau (1996, p. 103): “toda língua natural possui regras que lhe permitem citar [...] [e] as falas não são somente citadas, elas ocupam lugar na narrativa”. Nota-se, desse modo, que as citações são relevantes no processo de construção dos discursos, pois elas não são apenas citadas, mas desempenham uma importante função no discurso, que é a de demonstrar a presença do Outro, sendo este recurso extremamente utilizado pelas instituições jornalísticas, como será perceptível no momento das análises.

Maingueneau (1997) explica que existe uma linha de demarcação que separa a FD do seu exterior, isto é, delimita o que pertence e o que não pertence a uma FD. Assim, para o autor:

[...] um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço. Uma formação discursiva se estabelece entre estes dois limites, a saber, um discurso totalmente entre aspas, do qual nada é assumido, e um discurso sem aspas que pretenderia não estabelecer relação com o exterior. (MAINGUENEAU, 1997, p.90)

A partir dessa colocação feita por Maingueneau (1997), entendemos que o fato de as instituições midiáticas analisadas recorrerem em suas reportagens ao uso do discurso indireto e, principalmente, ao uso do discurso direto por meio das aspas, pode acontecer como uma forma de não assumir a responsabilidade pelo que é dito nessas citações, demarcando, através dos recursos de DD e de DI, o que pertence ou não à formação discursiva de onde fala o sujeito mídia, pois, por exemplo, quando “o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2001, p. 138). Para Authier-Revuz (2004, p. 72), quando o locutor “marca explicitamente por formas da distância - *pontos* de heterogeneidade em seu discurso -, delimita e *circunscreve o outro*, e, fazendo

isso, afirma que o *outro não está em toda a parte*". Desse modo, ao fazer uso do discurso direto e do indireto com grande frequência na constituição de seus textos, a mídia demarca, ou tenta demarcar, de forma explícita, até onde o Outro está presente no seu discurso.

Benites (2002), a respeito da relevância que têm as citações, considera que:

as declarações textuais conferem credibilidade à informação, dando vivacidade à reportagem e ajudando o leitor a conhecer melhor a personagem da notícia. Recomenda, assim, que seus empregos sejam reservados para declarações de grande impacto, ou por seu conteúdo, ou pelo seu caráter incomum e inesperado. A reprodução textual não necessita ter uma equivalência termo a termo, permitindo-se suprimir trechos ou alterar a ordem do que foi dito, desde que o conteúdo seja respeitado. (BENITES, 2002, p.48)

Dessa forma, as citações, principalmente as que são construídas na forma de discurso direto, podem servir, também, para dar maior credibilidade, vivacidade e dramaticidade ao discurso, devendo ser utilizadas, neste caso, para provocar impacto em um determinado momento do discurso, no qual se intenciona demarcar ou frisar determinado discurso de grande relevância e destaque em uma determinada situação discursiva. Para Maingueneau (2001, p. 141), o uso da citação sob a forma de discurso direto é, na realidade, uma tentativa de reproduzir de forma idêntica aquilo que foi dito pelo enunciador citado, porém, “não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva [...] e um enunciado citado entre aspas em contexto totalmente diferente”.

Assim, por mais que tenhamos a impressão que, por meio do discurso direto, estamos tendo acesso ao enunciado tal qual foi produzido pelo sujeito que está sendo citado, na verdade, não é isso que acontece, porque os enunciados com que temos contato, por exemplo, através dos jornais, que foram materializados na forma de reportagens, notícias, etc., não trazem a entonação das pessoas que o produzem, tampouco os gestos envolvidos no momento do discurso, o que significa que as condições de produção, ou seja, o contexto é totalmente outro e, por isso, o discurso direto não pode ser considerado como uma reprodução fiel. Nesse sentido, Ferreira (2004, p. 267) afirma que “o discurso do outro é manipulado pela mídia. Ela decide onde as aspas serão inseridas, o que é omitido entre as aspas e se elas vão ser utilizadas ou não”. Percebe-se, então, que a mídia pode alterar o discurso que está sendo relatado, pois pode citar somente as partes que lhe interessam, podendo suprimir os trechos que não acha conveniente citar, de acordo com seus interesses comerciais e ideológicos.

Nesta direção, Maingueneau (2001) acrescenta que os jornalistas, buscam ao mesmo tempo:

[manter] uma certa distância em relação aos indivíduos de que falam, [e] [...] “colar-se” à sua linguagem e ao seu ponto de vista; não se contentam em comentar acontecimentos, descrever a realidade, eles pretendem restituir o ponto de vista e as palavras dos atores. (MAINGUENEAU, 2001, p.152)

Sobre o discurso indireto, não podemos, de acordo com Maingueneau (1996), considerar que seja a passagem/transformação do discurso direto em indireto. Assim, esse autor pontua que, na verdade, o discurso direto e o discurso indireto são “*duas formas independentes* de discurso citado” (MAINGUENEAU, 1996, p. 104). Segundo Benites (2002), os dois tipos de discursos podem ser manipulados, porque no discurso direto acontece uma espécie de teatralização, na qual o locutor tenta imitar, através da transcrição gráfica, o que foi dito pelo sujeito, porém esse discurso, apesar de dar a impressão de ser idêntico ao que foi enunciado pelo sujeito, não é, pois são suprimidas, por exemplo, as pausas dadas pelo sujeito no momento em que ele enuncia, as hesitações, etc. Já o discurso indireto, retrata somente aqueles fragmentos que são interessantes de serem relatados pela instituição, por isso, diz-se que o discurso do sujeito é filtrado e adaptado à situação em questão.

1.2.4.1.1 Verbo *dicendi*

Os verbos que introduzem o discurso relatado, denominados de verbos *dicendi*, podem sinalizar o lugar de onde fala o sujeito. Para Maingueneau (2001):

[os] introdutores de discurso direto não são neutros, mas trazem consigo um enfoque subjetivo [...] o verbo introdutor fornece um certo quadro no interior do qual será interpretado o discurso citado. Se um verbo como “dizer”, uma preposição como “segundo” podem parecer neutros, não é esse o caso de “confessar” ou de “reconhecer”, por exemplo, que implica que a fala relatada constitui um erro. (MAINGUENEAU, 2001, p.144).

Em relação ao discurso indireto, veremos, também com Maingueneau (1996, p. 112), que ele “exige um verbo *dicendi* para que possa reger a oração subordinada objetiva”, sendo que esse verbo pode ter tanto um valor descritivo quanto pode exprimir “um julgamento de valor do enunciador quanto ao [...] enunciado citado”. Por isso, a escolha do verbo “*dicendi*” dever ser cuidadosamente pensada, tendo em vista que, para Maingueneau (1996, p. 113), “a escolha do verbo introdutor do discurso indireto tem consequências importantes na maneira pela qual o leitor vai interpretar a citação; a ação do verbo passa despercebida quanto maior for a eficácia da orientação do verbo”.

Desse modo, como veremos no momento das análises, existem verbos *dicendi*, introdutores do discurso direto e do discurso indireto, que podem se apresentar como sendo neutros e outros que irão se mostrar como carregados de sentidos.

Para Benites (2002, p.7), devemos ter “a compreensão da linguagem como uma entidade em uso, constitutivamente atravessada pelos sujeitos”. Os sujeitos, tanto quanto os discursos, são constituídos pela heterogeneidade e “a heterogeneidade do sujeito e de seu discurso é dada a conhecer pelo enfoque das variadas configurações assumidas pelo discurso direto e discurso indireto, no relato das declarações dos personagens da matéria jornalística”. (BENITES, 2002, p.07)

Após todas as considerações feitas acima, sobre o uso do DD e DI, achamos conveniente ressaltar algumas diferenciações entre esses dois tipos de discursos. Para Authier-Revuz (2004), no DD será as palavras do outro que irá ocupar o tempo e o espaço. No DD, predomina “a imitação e a repetição”. (BENITES, 2002, p. 59-60). Por meio do DD, busca-se “*restituir as falas citadas*” e, assim, intenta-se “indicar as *próprias palavras do* enunciador citado” e, o DD, ao ser reconstituído por outro sujeito, inevitavelmente, adquire um “enfoque pessoal”. (MAINGUENEAU, 2001, p. 140-141). Para Mussalim (2004, p.128), o discurso direto acontece quando “o locutor [...] recorta as palavras do Outro e as cita”.

Já no DI, de acordo com Authier-Revuz (2004, p.12), “o locutor se comporta como tradutor”. Outra característica desse tipo de discurso está no fato de que acontece uma “subordinação do enunciado citado ao enunciado citante” e, é também, “uma interpretação de um discurso anterior”, o que também dá a esse tipo de discurso um enfoque pessoal. (BENITES, 2002, p. 59-68). Funciona, também, de acordo com Maingueneau (1996, p. 108-109), como “uma tradução da enunciação citada”, que pode ser feita por meio de uma “infinitude de maneiras”. (MAINGUENEAU, 2001, p.149)

1.2.4.2 Modalização em discurso segundo

Outra forma de demarcar e/ou identificar a presença do Outro no discurso se dá através do recurso chamado de modalização em discurso segundo. Maingueneau (2001) discorre acerca de uma série de conceitos, chamados por ele de “conceitos-suporte”, que podem ser utilizados para identificar marcas de heterogeneidade mostrada em textos midiáticos, e um desses conceitos-suporte seria justamente esse: o discurso modalizado. Para ele, “o fato de todo enunciado ter um valor modal, de ser **modalizado** pelo enunciador,

mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador, direta ou indiretamente, marcar sua presença através do que diz.” (MAINGUENEAU, 2001, p. 107).

Explicando mais claramente no que consiste esse conceito, Maingueneau (2001) irá pontuar que:

O discurso relatado constitui *uma enunciação sobre outra enunciação*; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante. Existe, todavia, um modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado: basta-lhe indicar que está se apoiando em um outro discurso: fala-se então de **modalização em discurso segundo**. (MAINGUENEAU, 2001, p.139 Grifo do autor)

Authier-Revuz (1998, p.136), sobre modalização em discurso segundo, afirma: “asserções simples, as formas do tipo *segundo fulano* inscrevem-se num paradigma de elementos modalizadores diversos, cuja finalidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso.” Para exemplificarmos o que seria um discurso estruturado na forma de modalização em discurso segundo, citemos os próprios exemplos dados por Authier-Revuz (1998), quando ela diferencia DD de DI e de Modalização. Temos, dessa forma, os seguintes enunciados: João fez um longo passeio (Discurso Direto); Maria disse que João fez um longo passeio (Discurso Indireto) e João fez, segundo Maria, um longo passeio (Modalização em discurso segundo). A modalização pode utilizar de formas como: segundo fulano, conforme fulano, de acordo com fulano, para fulano, etc. Identificamos, no nosso *corpus* de pesquisa, uma grande quantidade de sequências em que se pode observar a presença do Outro dentro do discurso midiático (jornalístico), configurado na forma de modalização em discurso segundo, como veremos posteriormente.

1.2.4.3 Aspas (Ilha textual)

Para começar a falar sobre o uso das aspas, citemos Authier-Revuz (2004) quando ela diz que:

Uma das formas mais complexa da heterogeneidade se mostra nas diversas *formas marcadas da conotação autonímica*: o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso (sem a ruptura própria à antonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em uma *outra figura*, a do observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado – marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de

comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um *estatuto outro*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13)

O uso das aspas é, pois, segundo Authier-Revuz (2004), uma forma de conotação autonímica, através da qual o sujeito discursivo, sem romper propriamente o fio do discurso, consegue demarcar a presença do Outro ali. Teixeira (2005) discorrendo acerca da teoria cunhada por Authier-Revuz, especificamente sobre a questão do uso das aspas, pondera que:

as aspas [de acordo com Authier-Revuz] atestam uma *suspensão da responsabilidade* do enunciador, que assume a posição de quem questiona o caráter de apropriação das palavras (ou expressões) marcadas por elas, em relação ao discurso no qual figuram, a de que elas estão *deslocadas* de seu lugar, pertencendo a um *outro* discurso. (TEIXEIRA, 2005, p.143)

Desse modo, ao utilizar as aspas, o locutor ao mesmo tempo demarca a presença do Outro no seu discurso, sem interromper o fio do discurso e se exime de qualquer responsabilidade sobre aquilo que está sendo dito, pois deixa claramente demarcado, por meio do uso das aspas que não é ele quem está produzindo aquele determinado trecho e/ou fragmento do discurso.

Ao se estudar o uso das aspas, é possível, de acordo com Teixeira (2005, p. 145): “colocar em evidência as rupturas enunciativas de modo a surpreender, no próprio *fio do discurso*, o discurso *outro* no mesmo”. Teixeira (2005) explica ainda que existem, de acordo com as teorias de Authier-Revuz, cinco tipos de aspas: (01) de diferenciação: “[...] são utilizadas em estrangeirismos, neologismos, palavras técnicas e familiares para assinalar a distância entre as palavras do locutor e as dos outros.” (02) de condescendência: “indicam *condescendência* quando o locutor, assumindo uma posição paternalista, utiliza uma palavra apropriada ao universo do receptor, mas, como que a preservar a autoimagem, marca com elas seu distanciamento em relação a esse universo.”; (03) de proteção: “O locutor, levado a empregar palavras carregadas, para ele, de um saber que não considera ter ou de uma situação social que julga não ser a sua, opta por marcá-las com aspas, que, nesse caso, têm a função de proteção.”; (04) de questionamento ofensivo: “[...] atuam como um *questionamento ofensivo* do caráter apropriado de uma palavra.”; (05) de ênfase: “[...] buscam ressaltar que *é exatamente esta a palavra que quero dizer* [...] funcionam como uma resposta à suspensão de responsabilidade própria a qualquer colocação de aspas.” (TEIXEIRA, 2005, p. 143-144)

Cunha (2005), discorrendo acerca dos estudos de Authier-Revuz, sobre as aspas, irá pontuar que:

As aspas funcionam como um comentário crítico implícito que supõe uma atitude metalingüística de desdobramento do locutor. Segundo Authier (1981), o uso desse recurso tipográfico coloca o locutor como juiz e dono das palavras, capaz de se distanciar e de emitir um julgamento sobre elas no momento em que ele as utiliza. Esse distanciamento pode manifestar um questionamento sobre o caráter apropriado das palavras aspeadas, ou uma indicação de que pertencem a outro discurso. (CUNHA, 2005, p. 178)

Maingueneau (2001, p.151) denomina o ato de o sujeito usar aspas para marcar determinada parte do enunciado, como não sendo seu, como ilha textual ou ilha enunciativa. Para ele, tal recurso “permite verificar que [...] [determinada] parte do texto não é assumida pelo relator”. A ilha pode ser identificada pelo uso de aspas ou mesmo de itálico. No que se refere à colocação de aspas, Maingueneau (2001) salienta que:

Ao colocar palavras entre aspas, o enunciador, na verdade, apenas chama a atenção do co-enunciador para o fato de estar empregando exatamente as palavras que ele está aspeando; salientando-as, delega ao co-enunciador o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso. (MAINGUENEAU, 2001, P. 160-161)

Maingueneau (1997) pontua ainda que:

O valor semântico das aspas e o interesse que representam para a AD estão ligados precisamente a este caráter *imprevisível* bem com à sua relação com o *implícito*. Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo. Decorre daí a eficácia deste mecanismo. Fora de contexto, não é possível interpretar a colocação de aspas; para tanto, deve-se reconstruir, apoiando-se em índices variados, a significação da operação da qual as aspas são o vestígio. As ‘intenções’ do autor não são visadas, mas as aspas estão relacionadas ao conjunto do movimento da enunciação e, além disso, à formação discursiva na qual ele se inscreve. (MAINGUENEAU, 1997, p.90)

Assim, as aspas são usadas para demonstrar que, apesar de se fazer presente em um determinado discurso, aquele enunciado, muitas vezes, não é assumido pelo sujeito discursivo, mas faz parte do discurso de um Outro sujeito, demarcando assim a presença da heterogeneidade mostrada marcada.

Esperamos, após todas as discussões e reflexões teóricas, feitas ao longo deste primeiro capítulo, por meio da articulação de todos os conceitos e buscando justificar a necessidade de teorizar sobre eles, ter conseguido construir uma base teórica que seja suficiente para sustentar as nossas análises. Desse modo, ao findarmos todas as considerações teóricas acima, passamos para o segundo capítulo desta pesquisa, no qual são feitas

considerações a respeito do discurso midiático sobre a violência, como também são expostas informações referentes ao caso do “maníaco de Luziânia” e as quatro instituições que produziram e divulgaram os discursos sobre esse caso, os quais constituem o *corpus* desta pesquisa. E, enfim, trazemos neste capítulo as análises feitas em dois momentos: primeiro, buscando identificar a presença da heterogeneidade constitutiva e, em seguida, a presença da heterogeneidade mostrada marcada, nesses discursos.

CAPÍTULO II

2. Discurso midiático sobre a violência: o caso do “maníaco de Luziânia”

Neste segundo capítulo, realizamos a análise do nosso *corpus* de pesquisa, análise essa feita em dois momentos: primeiro pensando na heterogeneidade constitutiva e, para isso, recortamos do nosso *corpus* várias sequências discursivas que apresentam certa regularidade entre si e, por isso, as agrupamos em FDs. A partir desses agrupamentos e retomando conceitos centrais da AD, como por exemplo: sujeito, sentido, FD e FI, interdiscurso, dentre outros, realizamos esse primeiro momento de análise, para percebermos a presença do Outro de forma constitutiva, dentro do discurso midiático impresso sobre a violência.

Posteriormente, para fazermos a análise da heterogeneidade mostrada marcada, nós identificamos em cada um dos vinte textos que compõem o nosso *corpus* de pesquisa, a presença do Outro, marcada de forma explícita dentro do discurso midiático por meio, por exemplo, do discurso direto (DD), discurso indireto (DI), modalização, aspas, dentre outros. Como dito no início dessa pesquisa, para nos referirmos a esses trechos recortados do *corpus* para análise, utilizaremos o termo sequências discursivas que, como vimos, de acordo com Santos (2004, p. 114), diz respeito aos enunciados que ao serem “recortados do escopo da manifestação em estudo [...] passam a constituir unidades-base de análise”. Desse modo, não analisamos nenhum dos vinte textos que constituem o *corpus* da nossa pesquisa na íntegra, pelo contrário, fazemos vários recortes desses textos, denominados de sequências discursivas e, a partir de cada uma delas ou às vezes do agrupamento delas, isto é, a partir dessas unidades-base, fazemos nossas análises.

2.1. Das condições de produção do discurso midiático sobre a violência

A mídia, como foi dito em outra oportunidade, contribui para a formação do indivíduo, pois dita modas, cria tendências, forma opiniões e, assim, coopera para circulação dos discursos em nossa sociedade. Conforme Benites (2002, p. 8): “a voz do jornal [...] constrói não só seu próprio referente (os fatos comentados e informação propriamente dita), mas também a opinião pública em uma operação concomitante de contar e fazer história.” Uma vez que a nossa pesquisa consiste em analisar a presença da heterogeneidade discursiva analisando textos midiáticos impressos, veiculados sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, divulgado por três jornais e uma revista, convém discorrermos acerca da produção desses

discursos e, assim, refletirmos, mesmo que de forma breve, sobre quais são as estratégias, os recursos, os procedimentos que fazem parte desse processo de construção do discurso midiático, que não é neutro nem tampouco transparente.

Antes de falarmos sobre o discurso midiático propriamente dito, achamos conveniente pensarmos a mídia, sob a perspectiva de Althusser (1985), como sendo um aparelho ideológico do Estado, uma vez que consegue influenciar diretamente na vida das pessoas e é perpassada por questões ideológicas. A primeira distinção fundamental que deve ser feita é entre os AIE e os ARE. Segundo Althusser (1985, p.25), a diferença fundamental entre os ARE e os AIE é que o primeiro é único e pertence ao domínio público, enquanto que os ARE são múltiplos e, “pertenceriam ao domínio privado”. Outra diferença entre os dois, para Althusser (1985), é que os ARE funcionam, primeiramente e predominantemente, à base da violência, da repressão e os AIE, primeiramente e predominantemente, a base da ideologia. Desse modo, não existem, de acordo com Althusser (1985) aparelhos que sejam unicamente repressivos ou unicamente ideológicos.

Para Althusser (1985, p.31), “a multiplicidade dos aparelhos ideológicos é crescente e tende a diversificar-se por especificação; dentro dessa multiplicidade, existe, em cada época, um aparelho ideológico de Estado dominante”. Os AIE são instituições distintas e especializadas e a mídia se enquadra, pela definição de Althusser (1985), como sendo um “AIE de informação”. Como exemplos de AIE, citados pelo próprio Althusser (1985), temos: o aparelho escolar, o aparelho religioso, o aparelho familiar, o aparelho político, o aparelho sindical, o aparelho de informação, o aparelho cultural, dentre outros.

A mídia, um aparelho de informação conforme os postulados althusserianos, defende suas ideologias através dos discursos que produz e faz circular. Especificamente em relação aos discursos veiculados sobre a violência, Duarte (2006) irá explicar que:

[...] a transformação do real em espetáculo pelos *mídia* transforma também esse fenômeno em objeto de consumo o qual passa a fazer parte do cotidiano das pessoas e que, não raras vezes, talvez nunca tenham se confrontado com uma experiência de violência. (DUARTE, 2006, p.14-15)

Desse modo, para Duarte (2006), a mídia contribui para a transformação e constituição dos sentidos, por meio das diversas categorias, pelas quais percebe e representa um determinado fato. Para Arbex Júnior (2001), existe entre as corporações da mídia e do Estado uma relação de poder, uma vez que ela (a mídia) é um aparelho ideológico que pertence a ele

(o Estado), que precisa ser levada em conta, para que possamos entender o mundo contemporâneo.

De acordo com este autor:

O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vende a imagem de “neutralidade”, “objetividade” e “democracia”. É a sua capacidade de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura. (ARBEX JÚNIOR, 1957, p. VII)

Se a mídia possui essa característica de estar ligada ao Estado, condicionando o imaginário social, interferindo tão diretamente e cotidianamente na vida e no modo de agir das pessoas, ela “deveria cumprir uma função social da maior relevância, como instrumento de informação cultural, debate e crítica em consonância com os mais legítimos interesses da nação”. (ARBEX JÚNIOR, 1957, p.17). Porém, muitas vezes, ao invés de funcionar como uma catalisadora de transformações sociais, através da influência que exerce na vida das pessoas e do poder que detém, o que ela faz é divulgar fatos, como os relacionados à violência, até que os mesmos se tornem espetáculos, se banalizem.

A esse respeito, Costa (2002) irá esclarecer que:

[...] para superar a concorrência e provocar o interesse imediato da audiência, o que importa é a sensacionalização dos fatos sociais. Isso é inescapável da essência da produção jornalística, que deve organizar, sintetizar, dispor os acontecimentos como choques de estranhamento, cada vez mais espetaculares, inusitados. (COSTA, 2002, p. 153)

Complementando as colocações feitas por Costa (2002), de que o intuito maior da mídia é buscar números de audiência e vendas cada vez maiores, Arbex Júnior (2001) irá pontuar que devemos, ao pensar em uma instituição jornalística, ter

[...] a ideia do trabalho jornalístico sempre como o resultado de uma rede extremamente complexa de interesses que, no mundo contemporâneo, são determinados e enquadrados pela economia globalizada, pela ação das grandes corporações multinacionais, pelas inovações tecnológicas da atividade jornalística [...] pela crescente fusão de interesses entre a empresa jornalística, outras empresas e o Estado, pela relação de determinado veículo com o seu público, e pela absoluta desigualdade do poder de enunciar narrativas e discursos. (ARBEX JÚNIOR, 1957, p. 136)

Desta maneira, na produção dos discursos midiáticos estão envolvidos diversos aspectos e interesses. E, as produções desses discursos midiáticos só se tornam possíveis porque existe o discurso, isto é, enunciados que são produzidos em um dado momento

histórico-social, por um sujeito (a mídia), com suas próprias marcas ideológicas. Assim, Rodrigues (2002) esclarece que:

O discurso não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam as telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final. (RODRIGUES, 2002, p.217)

Em cada discurso haverá sempre a presença de vários outros discursos e/ou vozes que o perpassam e permitem sua existência e constituição, porém, quase sempre, quem produz esse discurso tem a mera ilusão de ser a fonte do que diz, ilusão essa do sujeito que, como vimos em Althusser (1985), é fundamental para que ele continue produzindo seus discursos. Em determinados momentos, no entanto, principalmente no discurso midiático (jornalístico), o sujeito marca a presença do discurso do Outro no seu, como forma de se distanciar de um determinado posicionamento. Vejamos o que diz Benites (2002) em relação a isso:

Em algumas situações [...] o locutor não só percebe como deseja dar a conhecer, por meio das formas de heterogeneidade mostrada, a presença do outro em sua fala. Entretanto, mesmo nesses casos, o outro é geralmente visto como um objeto exterior a todo o resto do discurso, do qual o locutor sente-se ilusoriamente, o sujeito produtor. (BENITES, 2002, p.147)

Nota-se, portanto, que, mesmo que o locutor deixe explícita a presença do Outro em seu discurso, ele continua tendo a ilusão de que é ele que produz aquele discurso, pois insere, seleciona, destaca as partes da fala do outro que convém para aquela determinada situação. Conforme Arbex Júnior (1957, p. 108), “o narrador (historiador, jornalista, cientista político) escolhe e singulariza determinado fato, motivado por aquilo que pretende, estrategicamente, demonstrar”.

O discurso midiático é, em geral, enunciado a partir da terceira pessoa do plural, lugar de onde fala o jornalista. Sobre isso, Rodrigues (2002) explica que:

O uso predominante da terceira pessoa garante ao discurso midiático, como aliás também aos discursos histórico e científico, uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciadador. (RODRIGUES, 2002, p.217 -218)

O discurso midiático se caracteriza também pela função fática, que é o fato de sempre se falar de algo, independente de qual seja o assunto, de modo a não perder o contato com os receptores da notícia. Ele é um tipo de discurso generalizado, isto é, fala sobre os mais variados assuntos, os quais são quase sempre de conhecimento, senão de todos, da grande maioria da população, ao contrário, por exemplo, do discurso médico que, por conter termos muitos específicos da medicina, é entendido com clareza somente por aquelas pessoas que sejam da área. Para Erlobato (1991),

Os jornais se destinam à massa e, ao serem preparados, ignora-se a quem chegarão os seus exemplares, que tanto poderão ser lidos pelo Presidente da república, ministros, senadores, governadores, deputados, prefeitos, vereadores, embaixadores e cientistas quanto por pessoas humildes, das classes populares e apenas com o curso primário. A linguagem, portanto, deve ser correta e acessível a todos. (ERLOBATO, 1991, p.90)

Para falar de modo mais específico sobre o discurso jornalístico, comecemos citando Duarte (2006), quando a autora explica que:

[...] não é tarefa fácil descrever a linguagem jornalística de uma maneira pormenorizada, já que existem diversos e diferentes jornais e revistas, periódicos ou semanais, que se dirigem a um público leitor diferente e singular; e sabemos também que cada um desses veículos midiáticos possui uma ideologia política predominante fazendo parte, também, de um contexto organizacional, de um contexto profissional, de rotinas próprias, recursos financeiros determinados, por exemplo. (DUARTE, 2006, p.12)

Como se pode observar, o jornal não é algo simples de se definir, isto porque uma instituição jornalística envolve inúmeras questões, desde ideológicas, organizacionais, profissionais até situações mais simples. Para termos uma noção mais clara do que vem a ser um jornal (instituição midiática), citemos Erlobato (1991), ao explicar que jornal é:

[...] mercadoria à procura de comprador, todos os dias, a cada edição que se coloca à venda nas bancas. Embora exercendo uma função pública e social e difundindo informações, opinião e entretenimento, os jornais têm que pertencer a empresas sólidas. Sem estabilidade econômica não há independência. Para alcançar ambos os fins – tiragem elevada e rentabilidade -, devem obter a confiança dos leitores e da maior fonte de onde provêm suas receitas: os anunciantes. (ERLOBATO, 1991, p.18)

Sabemos que é imensa a quantidade de jornais e revistas existentes. Assim, a concorrência midiática é algo que deve ser driblado todos os dias por cada instituição. Erlobato (1991) esclarece que o jornal impresso, diariamente, luta contra a concorrência dos outros jornais impressos e revistas e, também, contra a concorrência das outras formas de

mídia (televisão, rádio, internet). Por isso, cada instituição jornalística deve ser extremamente cautelosa na seleção das notícias que irão divulgar e até mesmo com a maneira gráfica com que essa notícia irá ser publicada, pois todos esses aspectos contribuem diretamente para a melhor divulgação e aceitabilidade dos textos por parte do público leitor. Uma forte concorrente dos jornais, segundo Erlobato (1991), é a televisão, que consegue, além de divulgar a notícia, mostrar, através das imagens que divulga (recurso visual que os jornais não possuem), os fatos, em certas ocasiões, em tempo real. Por isso, os jornais precisam divulgar as notícias em uma linguagem que seja a mais acessível possível, de modo a atrair o leitor. Uma das vantagens do jornal está no fato de que ele divulga os acontecimentos com mais detalhes do que os outros meios de comunicação e pode ser lido no momento em que o leitor desejar e/ou tiver tempo, como também pode ser relido em outro momento, enquanto que a televisão não permite isso, tendo em vista que a notícia que é divulgada nesse instante, não pode ser vista novamente. Sobre isso, Arbex Júnior (2001) acrescenta que:

Ao contrário do que acontece na relação do telespectador com a televisão, que trabalha com a velocidade, a profusão de imagens segundo um ritmo ditado pelos *clips* publicitários, o leitor tem um controle muito maior do tempo que poderá dedicar ao texto impresso (poderá ler tudo de uma vez, anotar observações etc.). À exceção de poucos jornais e revistas, a imprensa escrita adotou uma série de procedimentos destinados a “competir com a televisão” (textos curtos, parágrafos pequenos, com letras em corpos garrafais, fotos coloridas) de tal forma que o leitor não se sinta “cansado” e possa ler da maneira mais rápida e cômoda possível. Assim, o leitor do jornal está exposto ao impacto da televisão, mesmo que não seja um telespectador. (ARBEX JÚNIOR, 1957, p. 36-37)

Erlobato (1991, p. 22) afirma que “é inegável [...] que o homem tem o desejo inato de informar-se, variando apenas os assuntos pelos quais cada um se interessa.” Dessa maneira, alguns irão dar preferência às notícias divulgadas pela televisão, outros às divulgadas pelo jornal, pela internet. Enfim, cada leitor terá seu gosto particular, cabendo a cada instituição midiática procurar mecanismos cada vez melhores de divulgação, de modo a conquistar cada vez mais a maior quantidade de público, pois todos nós somos sedentos de informação. Informar-se tornou-se um hábito em nossas vidas. Conforme afirma Erlobato (1991, p.50), “inteirar-se sobre o que se passa no mundo é hoje uma obrigatoriedade. Comerciar e trabalhar com as notícias constitui a função básica dos jornais. [...] Depois de passar por uma elaboração técnica, a notícia é vendida a varejo, ao público, ao leitor, ao *receptor*.”

Para Benites (2002), o jornal influencia diretamente na vida do leitor, já que, ao ter suas próprias marcas ideológicas, consegue impactar tanto os conhecimentos como as atitudes

e, também, as ideologias desse leitor. Erlobato (1991, p.17) irá afirmar que “a palavra, impressa ou falada, pode derrubar governos, modificar hábitos, impor novas condições de vida e influir no consciente ou subconsciente do *receptor*.”

Ainda segundo Benites (2002), toda informação fornecida por meio da linguagem jornalística é um fato discursivo, visto que, através dos discursos que produz e faz circular, contribui para a construção da realidade. Para que um jornal obtenha êxito, é preciso que ele conquiste confiança e apreço por parte do público leitor. Benites (2002, p. 11) esclarece que “a credibilidade do leitor no jornal de sua preferência é requisito fundamental para que ele delegue a incumbência de opinar, e se instaure entre ambos uma relação de cumplicidade”. Assim, ainda de acordo com Benites (2002), o leitor irá exigir da instituição jornalística aspectos de qualidade como, por exemplo: imparcialidade, ética, independência e, para isso, o jornal precisa fazer uso de determinadas estratégias que contribuam para que o seu discurso se apresente de forma neutra e imparcial, sem qualquer posicionamento por parte de quem escreveu a matéria/reportagem. Porém, sabemos que todo discurso traz marcas que são oriundas da posição que o sujeito ocupa ao enunciar, além do que, quem o produz sempre almeja determinados objetivos com aquela produção discursiva, o que impossibilita que seja feita de forma imparcial.

E o leitor, ao ter acesso a essa produção discursiva, também impõe a ela suas marcas subjetivas, uma vez que é parte desse processo de construção de sentido, por isso é que, de acordo com Benites (2002, p.49), ao produzir uma reportagem, a instituição midiática “não deve esquecer que o leitor não é um elemento passivo, mas um agente da construção do sentido daquilo que lê, cabendo-lhe aceitar ou questionar a informação ou a opinião a que é exposto”. Assim, “não existem textos subjetivos, mas recursos discursivos que constroem tanto o efeito de objetividade como o de subjetividade”. (BENITES, 2002, p.12)

Vejamos agora, o que faz com que um determinado acontecimento, em meio a milhares, vire notícia, isto é, seja amplamente divulgado por diversas instituições midiáticas, como foi o que ocorreu o caso do “maníaco de Luziânia”.

2.1.1 O que faz com que algo “vire” notícia?

Sabemos que nem tudo que acontece no dia-a-dia vai parar na capa dos jornais ou mesmo nas reportagens televisivas, nos programas de rádio ou nas páginas da internet. Pensando nisso, iremos refletir um pouco sobre o que faz com que um determinado

acontecimento cotidiano se torne notícia na mídia. Existem regras e/ou requisitos que definam que um determinado acontecimento seja ou não seja notícia? O que é uma notícia? Vejamos o que dizem alguns teóricos a respeito disso.

Iniciemos citando Motta (2002, p. 306-307) quando ele indaga: “*o que faz um acontecimento qualquer ganhar o estatuto de notícia?* [...] Todos os dias, ocorrem no mundo milhares de eventos. Porque alguns deles são pinçados pela mídia e se transformam em notícia enquanto outros permanecem ignorados?”. De acordo com este autor, torna-se notícia aquilo que foge do comum, do normal, aquilo que é desviante. Desta maneira, Motta (2002) ira explicar que:

Notícia seria o “anormal”, aquilo que é contrário à ordem habitual das coisas, contrário às normas. Ou seja, para um acontecimento ganhar o estatuto de notícia, ele teria que representar um rompimento com a ordem natural das coisas, um desvio do comportamento esperado. (MOTTA, 2002, p.307)

Também se referindo à notícia como aquilo que está para a anormalidade, Costa (2002) pondera que:

A condição definidora do fato noticioso [...] é a exploração do inusitado. Partindo da seleção dos assuntos, pretende destacar ainda os aspectos mais espetaculares, sensacionais. Isso supõe como natural no meio jornalístico a busca permanente da *anormalidade*, desde o momento da definição da pauta, passando pela titulação da matéria e prosseguindo na narrativa que expõe seletivamente os fatos numa ordem decrescente de importância – do mais chocante às informações complementares. (COSTA, 2002, p. 153)

Erlobato (2001) explica que existe, no Brasil, uma determinada fórmula para que os *focas* (pessoas novatas na área do jornalismo) entendam o que é digno de se tornar notícia ou não, isto é, aquilo que conseguirá chamar a atenção do público leitor e impulsionar as vendas. Essa fórmula diz que: “Se um barril cair do Pão de açúcar, não será notícia. Mas, se dentro dele houver um homem, isso, sim, será notícia”. (ERLOBATO, 2001, p. 53). Buscando definir o que seria notícia, Erlobato (2001), citando Stanley Johnson e Julian Harris, explica que:

Notícia é o relato de um fato recentemente ocorrido, que interessa aos leitores [...] Notícia é o relato de um acontecimento publicado por um jornal, com a esperança de, divulgando-o, obter proveito [...] Notícia é tudo quanto os leitores querem conhecer sobre um fato [...] Qualquer coisa que muitas pessoas queiram ler é notícia, sempre que ela seja apresentada dentro dos cânones do bom gosto e das leis da imprensa. (ERLOBATO, 2002, p.53)

Porém, segundo Motta (2002), não é somente o fato de ser algo “anormal” que faz com que algo se torne notícia. Assim:

Para adquirir o estatuto de notícia [...] o fato necessita ter os atributos chamados valores-notícia, [esses valores-notícias] operacionalizam as práticas profissionais nas redações, sugerindo o que deve ser escolhido, omitido, realçado. São regras práticas que guiam os procedimentos profissionais nas redações, fácil e rapidamente aplicáveis, orientados para a eficiência produtiva. (MOTTA, 2002, p.308)

Conforme Dela- Silva (2011), acontecimento discursivo é aquele fato que, em meio a vários se sobressai, em função do interesse do público por aquele assunto e que, por isso, os jornalistas resolvem escrever sobre. Nota-se, portanto, que todos aqueles fatos, que não tinham nenhuma probabilidade ou a mínima probabilidade de acontecer e acontecem, são dignos de se tornarem notícia e preencherem as páginas de um jornal, porque fogem à normalidade habitual, é algo fora do comum e, por isso, torna-se notícia.

Os jornais constroem discursos sobre acontecimentos dos mais variados tipos possíveis. Na nossa pesquisa, o caso do “maníaco de Luziânia” pode ser considerado, nas palavras de Benites (2002, p. 8), como “um fato discursivo constituído [também] pelo jornal”, sobre o qual, diversos textos foram publicados e dos quais selecionamos várias sequências que constituem o *corpus* da nossa pesquisa.

Sobre cada acontecimento é possível produzir vários enunciados, que podem ser materializados em infinitos gêneros discursivos. Nas palavras de Foucault (2007):

O campo dos acontecimentos discursivos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas; elas podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura. (FOUCAULT, 2007, p.30)

Ainda de acordo com Foucault (2007), os enunciados são inesgotáveis porque, apesar de serem únicos, podem ser repetidos, reformulados, influenciados pelos enunciados que o antecedem e o sucedem. Cada acontecimento discursivo, de acordo com as explicações dadas por Foucault (2007), está relacionado a acontecimentos que o precedem e o seguem, evidenciando as relações interdiscursivas e o acionamento da memória, a construção dos efeitos de sentidos dos discursos. Cada acontecimento irá, portanto, gerar a produção de vários discursos, que serão materializados nas diversas formas existentes de gêneros discursivos.

2.1.1.1 Dos gêneros do discurso: entrevista, notícia e reportagem

Pensando no caso do “maníaco de Luziânia”, podemos entendê-lo como sendo um acontecimento discursivo, único, singular, que não se repetirá, a partir do qual, inúmeros discursos foram produzidos, e materializados em vários gêneros discursivos. Para nossa pesquisa, selecionamos três gêneros especificamente. São eles: a entrevista, a notícia e a reportagem. Por isso, achamos conveniente discorrer, ainda que de forma sucinta, sobre a questão dos gêneros do discurso, trazida por Bakhtin (2003), e, posteriormente, fazer a conceitualização desses três gêneros citados acima, que permitiram a materialização e/ou serviram como suporte para os discursos que analisamos nessa pesquisa.

Conforme Bakhtin (2003), torna-se impossível pensar as atividades humanas sem pensar nas relações que estas mantêm com a linguagem, uma vez que é a linguagem que possibilita a interação entre os indivíduos, sendo que os indivíduos se comunicam através de enunciados, que podem ser orais ou escritos. Nesse sentido, Bakhtin (2003, p.261) afirma que, por isso, “compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quantos os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua”.

Desse modo, por existirem diversos campos da atividade humana e por todos eles fazerem uso da linguagem, conseqüentemente, são produzidos vários gêneros do discurso e são esses gêneros, portanto, que permitem que a linguagem funcione de forma organizada.

Ainda sobre a quantidade e diversidade de gêneros discursivos, Maingueneau (1997) afirma que:

[...] se há gênero a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, compreender-se-á facilmente que a lista dos gêneros seja, por definição, indeterminada. Finalmente, cabe ao analista definir, em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes. (MAINGUENEAU, 1997, p.35)

Para conceituar o que são esses gêneros, Bakhtin (2003, p.262) explica: “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais [são] denomina[d]os *gêneros do discurso*.”

Segundo Bakhtin (2003), essa diversidade de gêneros existentes deve-se ao fato de que as possibilidades da atividade humana são inúmeras e “porque em cada campo dessa atividade

é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”. (BAKHTIN, 2003, p. 262)

O estudo dos gêneros é algo que existe desde muito tempo. Já na Antiguidade, de acordo com Bakthin (2003), se estudavam os vários gêneros como, por exemplo, os gêneros retóricos e os gêneros discursivos do cotidiano. Ainda de acordo com os postulados de Bakthin (2003), os gêneros discursivos podem ser divididos em primários e secundários. Os primários, também chamados simples, são aqueles produzidos em situações comunicativas imediatas, informais, como conversas cotidianas e corriqueiras. Já os gêneros secundários ou complexos³, como é o caso dos romances, dos dramas, são aqueles que “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.” (Bakthin, 2003, p.263). Na constituição dos gêneros discursivos secundários, os primários são utilizados, incorporados a eles. Um exemplo deste é quando se faz uso do discurso direto nos gêneros analisados. Assim, nota-se que o que irá fazer com que um gênero seja classificado como sendo primário ou secundário é justamente a sua complexidade.

É extremamente importante o estudo e a compreensão do que vem a ser cada gênero discursivo, para não se fazer uma “abstração” dos mesmos. De acordo com Bakhtin (2003):

[...] todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação [...] de onde os pesquisadores haurem os fatos lingüísticos de que necessitam. (BAKHTIN, 2003, p.264)

Assim, para obtermos os “fatos linguísticos” de que necessitávamos para nossas análises nessa pesquisa, recorreremos a três gêneros discursivos: notícia, entrevista e reportagem, nos quais, se materializou o discurso midiático sobre a violência.

Desde muito cedo, adquirimos a língua materna do lugar onde vivemos, o mesmo acontece com os gêneros discursivos. Para Bakhtin (2003, p. 283), “as formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas”.

Vale ressaltar, ainda, que os gêneros do discurso “são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos [...] [mas se eles são mutáveis, por outro lado] para o indivíduo falante eles têm

³ Os textos, de onde retiramos as sequências discursivas que analisamos nesta pesquisa, são, conforme as colocações de Bakthin (2003), do tipo secundário, uma vez que as condições de produção desses textos são bem mais complexas do que aquelas em que são produzidos os gêneros primários.

significado normativo, não são criados por ele, mas são dados a ele”. (BAKHTIN, 2003, p.283). Por serem produzidos por sujeitos discursivos, que são constituídos na e pela história, assim como os sujeitos sofrem modificações decorrentes das modificações pelas quais passa todo o contexto histórico-social, os gêneros discursivos também irão se modificar para se adaptarem aos novos contextos e situações que forem surgindo.

Como dito anteriormente, nesta pesquisa, analisamos, especificamente, três gêneros discursivos. Iniciemos, pois, nossas considerações acerca do gênero entrevista do tipo jornalística, com o qual trabalhamos. Sobre a forma como a entrevista é estruturada, Cunha (2005) irá explicar que:

[...] o modelo canônico da entrevista é composto de pelo menos dois indivíduos, cada um com papel específico: o entrevistador, que é responsável pelas perguntas e o entrevistado, que é responsável pelas respostas. Quando houver mais de dois participantes, como, por exemplo, quando uma banda de rock é entrevistada, os vários membros da banda respondem às perguntas, mas continua havendo apenas dois papéis desempenhados – o de perguntador e o de respondedor. (CUNHA, 2005, p.180)

Hoffnagel (2005), também a respeito das entrevistas, esclarece que quando as mesmas são publicadas tanto em jornais como em revistas, elas são feitas oralmente e, em seguida, transcritas. Dessa maneira, “as entrevistas são editadas. Não somente inclui-se apenas parte do material coberto na entrevista original, mas as marcas da oralidade (hesitações, falsos começos, repetições, etc.) são eliminadas, tanto das respostas quanto das perguntas”. (HOFFNAGEL, 2005, p. 188). Ainda de acordo com este autor:

A escrita [...] é apresentada na forma de um diálogo, ou seja, é marcada a troca de turnos entre os participantes [...] Uma característica específica das entrevistas da mídia, oral e escrita, é que, além do entrevistador e do entrevistado como participantes principais, há também a audiência (ouvintes, espectadores e leitores), que, embora participante passiva, no sentido de que não participa diretamente, está sempre presente para os entrevistadores e entrevistados. Nesse sentido, tanto as perguntas como as respostas são formuladas com uma audiência específica em mente. (HOFFNAGEL, 2005, p. 182)

Hoffnagel (2005) explica que existem três tipos de entrevistas que circulam nas revistas. Cada tipo desses tem seus objetivos e propósitos diferenciados. Dentre esses, vale destacar, para nossa pesquisa, aquelas que, conforme Hoffnagel (2005, p. 183), “entrevistam uma autoridade, geralmente conhecida pelo público, para obter sua opinião sobre um evento

em destaque nas notícias, podendo ela estar ou não diretamente envolvida neste evento.” Assim, como é possível identificar nos anexos desta pesquisa, as duas entrevistas que fazem parte do nosso *corpus* foram feitas com autoridades, sendo uma com uma promotora de justiça e outra com um psiquiatra, valendo ressaltar que essas duas entrevistas estão incorporadas dentro de reportagens, aparecendo no rodapé das mesmas.

Costa (2008) também conceitua o que vem a ser o gênero entrevista dentro do discurso jornalístico. Assim, para ele:

Trata-se de um discurso assimétrico em que os interlocutores têm papel diverso. O entrevistado tem o conhecimento do assunto / tema e o poder das palavras, que deve se limitar ao que é perguntado. O (s) entrevistador (es), por sua vez, organiza (m) um conjunto de perguntas e, geralmente, ouve (m) e registra (m) as respostas do entrevistado sem debatê-las ou discuti-las como é de praxe numa conversa/conversação (v.) ou em certos tipos de debate (v.). Isso não significa que a entrevista seja um evento discursivo dialógico em que só o entrevistado tenha papel fundamental na construção de todo enunciativo e o(s) entrevistador (es) seja (m) mero (s) “perguntador (e)s”. Na verdade, os interlocutores constroem esse todo enunciativo em conjunto, geralmente oral, gravado em áudio e/ vídeo, que depois pode aparecer publicado por escrito num jornal ou revista. (COSTA, 2008, p.92)

Buscamos também em Costa (2008) uma análise dos gêneros notícia e reportagem que, apesar de serem muito parecidos em sua estrutura, também possuem as suas características específicas. Vejamos em que consiste cada um:

NOTÍCIA: relato (v.) ou narrativa (v.) de fatos, acontecimentos, informações, recentes ou atuais, do cotidiano, ocorridos na cidade, no campo, no país ou no mundo, os quais têm grande importância para a comunidade e o público leitor, ouvinte ou espectador. Esses fatos são, pois, vinculados em jornal, revista, rádio, televisão, internet... [...] seus leitores podem ser múltiplos e desconhecidos. [...] o leitor, na sua maioria, lê o jornal/revista de maneira rápida e transversal. [...] ela raramente vem assinada, ou seja, o redator é desconhecido, mas há uma diretriz geral editorial a ser seguida [...] o discurso construído é autônomo [...] tem-se um discurso mais referencial, privilegiando-se o modo indicativo [...] a notícia é o relato (v.) de transformações (da orde de fazer), de deslocamentos (da ordem do ir) e de enunciações observáveis no mundo (da ordem do dizer), de interesse do leitor. [...] Inicia-se com o *Lead/Lide* (v.), que deve *informar quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que para que* depois continua-se o relato dos fatos, seguindo-se ordem brevemente selecionada. (COSTA, 2008, p. 140-141)

Nesse mesmo contexto, em relação à definição do gênero reportagem, Costa pondera que:

REPORTAGEM: (v. matéria, notícia): texto jornalístico (escrito, filmado, televisionado), que é veiculado por órgãos da imprensa, resultado de uma atividade jornalística (pesquisa, cobertura de eventos, seleção de dados, interpretação e tratamento), que basicamente consiste em adquirir informações sobre determinado assunto ou acontecimento para transformá-lo em noticiário. O resultado é uma notícia (v.), geralmente mais longa, com ingredientes cítricos, que podem ir além de uma notícia, no sentido tradicional (v.), embora tenha muita semelhança em sua construção composicional e discursiva. (COSTA, 2008, p.159)

Após o que foi exposto acima e por tudo que foi possível observar durante o contato com esses dois gêneros textuais, quando do momento de realização das análises, podemos traçar mais algumas características essenciais de cada um desses dois gêneros. O texto estruturado na forma de reportagem apresenta uma maior quantidade de informações sobre o acontecimento que está sendo divulgado, dessa maneira, o relato do fato vai além da simples notificação, pois apresenta detalhes adicionais, trazendo o assunto com maior profundidade, de forma consistente, abrangente. Desse modo, por meio de uma linguagem bastante dinâmica, ampla, clara, a instituição midiática não apenas informa o acontecimento, mas questiona, discute, reflete sobre o assunto, geralmente, por meio da narração. Já a notícia é construída por meio de uma linguagem mais objetiva, concisa, condensada. Por isso, na maioria das vezes, relata o acontecimento de forma superficial. Utiliza, para construção do texto, de frases curtas. Não dá grandes detalhes sobre o acontecimento, dessa maneira, não esgota o fato, apenas o descreve de forma clara e bastante objetiva, o que confere à notícia um maior aspecto de imparcialidade em relação aos fatos do que a reportagem.

2.1.2 Discurso midiático sobre a violência

Após todas as considerações arroladas sobre as condições de produção do discurso midiático, consideramos ser pertinente também refletirmos sobre algumas questões referentes ao discurso midiático sobre a violência. Como bem sabemos, a mídia produz e faz circular discursos sobre os mais variados assuntos. Para nossa pesquisa, especificamente, interessamos o discurso midiático sobre a violência, já que analisamos sequências discursivas produzidas pela mídia a respeito do caso do “maníaco de Luziânia” que, conforme poderemos perceber neste capítulo dois, foi um caso de extrema violência e crueldade, envolvendo a morte trágica de seis adolescentes de Luziânia – GO.

De acordo com Rondelli (2000):

[...] compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhe sentidos que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. Se a violência é linguagem-forma de se comunicar algo –, a mídia, ao reportar os atos de violência, surge como ação amplificadora desta linguagem primeira, a da violência. (RONDELLI, 2000, p.150)

Para Rondelli (2000), a mídia apreende o real e o relata, e, nesse processo, ela estabelece determinados sentidos. E, quando ela divulga casos de violência, de forma sensacionalista, banalizando-os, buscando, dentre outras coisas, obter índices de audiência ou altos índices de vendas, visando lucro, acaba por incitar mais casos de violência. Para discorrermos acerca da questão dos casos de violência que são divulgados pela mídia, citemos Duarte (2006), quando ela afirma que:

Todos os fenômenos sociais são objeto de interesse dos *mídia* e com a violência não seria diferente. Os *mídia* desempenham um papel fundamental na construção de significados sobre a violência e, conseqüentemente, nas formas de apreensão que temos sobre esse fenômeno. (DUARTE, 2006, p.43-44)

Pereira *et al* (2000) também discorre acerca da questão da violência divulgada pelos meios midiáticos. Para ele, atualmente, a violência passou a ser um dos “produtos culturais em circulação no sistema midiático”, que gera uma certa “fascinação” no público porque é amplamente divulgada e, essa espetacularização feita pela mídia modifica os sentidos sobre a violência e torna “os indivíduos menos sensíveis às diferentes realidades expostas”. (PEREIRA *et al.*, 2000, p. 18)

Ainda de acordo com Pereira *et al* (2000), para entendermos a dinâmica cultural do nosso país, é preciso que levemos em consideração a questão da violência, pelo fato de que ela se faz presente em todos os âmbitos da vida humana, independente da condição social. Desse modo, “é difícil pensar no Brasil hoje, a circulação de informação ou o processo comunicativo no interior da sociedade brasileira sem levar em consideração a violência como fato social e cultural.” (PEREIRA *et al*, 2000, p.121)

De acordo com Rondelli (2000):

A força expressiva desta linguagem da violência vem deste movimento de os episódios deixarem os lugares particulares ou privados de sua ocorrência para se extravasarem numa dimensão pública onde se encontram, sobretudo, com instituições e discursos preexistentes, que passam a produzir sentidos e a orientar práticas sociais sobre a violência. Daí ser a violência mobilizadora e fundadora; expressa conflitos, dá visibilidade a questões sociais ou

políticas latentes, provoca a produção de sentidos em diversas instâncias discursivas e aciona práticas institucionais e políticas. (RONDELLI, 2000, p.152)

O caso do “maníaco de Luziânia”, exemplificando o que exposto, deixou de ser notícia apenas nas redondezas do bairro em que o maníaco e as vítimas moravam, isto é, deixou seu lugar particular, Luziânia-GO e passou a ser divulgado por diversos meios midiáticos, inclusive a mídia impressa, numa dimensão pública, constituindo novos efeitos de sentido em relação à violência.

Por tudo que foi exposto acima, nota-se o quanto a mídia se vale do discurso sobre a violência, como modo, inclusive, de obter lucros, a partir dos discursos que produz e divulga, tendo em vista que esses discursos conseguem alcançar uma grande repercussão, gerando maiores números de vendas e/ou audiência.

2.1.3 Rápido histórico sobre cada veículo de circulação do *corpus*

Para compor o *corpus* desta pesquisa foram utilizados diversos textos, produzidos e divulgados por quatro veículos midiáticos: os jornais “Diário de Catalão”, “O Popular” e “Correio Braziliense”, e a “Revista Veja”. A seguir, apresentamos um histórico sobre cada um desses veículos, os quais possibilitaram a circulação das reportagens sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, objeto deste estudo.

De acordo com Lino (2012), o jornal “Diário de Catalão” foi fundado em 18 de julho de 2002 pelo pequeno empresário Dikson Ulhôa que, após observar que na cidade de Catalão-GO havia apenas periódicos de circulação semanal ou quinzenal, juntamente com seus familiares e amigos, idealizou a existência desse jornal diário.

O jornal O Popular, sediado na cidade de Goiânia-GO, segundo Borges (2013), foi fundado no dia 3 de abril de 1938. Trata-se de um jornal idealizado por três irmãos que, por volta do início dos anos de 1930, se mudaram para a Cidade de Goiás, naquela época a capital do Estado e, anos depois, transferiram-se para Goiânia. Esse jornal circula por 246 municípios goianos e também em municípios de outros Estados, Minas Gerais, Pará, e outros, além do Distrito Federal, contando com uma tiragem de 35 mil exemplares durante a semana e 60 mil aos domingos.

O jornal “Correio Braziliense”, conforme Leite (2010), sediado na cidade de Brasília-DF, foi fundado por Assis Chateaubriand no dia 21 de abril de 1960, na mesma época da

fundação da cidade e, também, da TV Brasília. Esse é o principal jornal que circula na capital do país.

Por fim, a “Revista Veja” que, segundo Oliveira (2012), foi fundada em 1968, pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta. É uma revista semanal e possui a maior circulação nacional. Trabalha com os mais variados temas, abordando aspectos políticos, econômicos e culturais, sua tiragem gira em torno de um milhão de cópias.

2.1.4 Conhecendo o caso “maníaco de Luziânia”

O caso do “maníaco de Luziânia” – a partir do qual foram produzidos e materializados discursos nas entrevistas e notícias produzidos nos quatro veículos de informação referenciados e que servem de *corpus* para a nossa pesquisa – caracteriza-se por ser um caso de *serial killer*. Segundo Casoy (2004), *serial killers* caracterizam-se como sendo casos em que acontecem vários homicídios, com intervalo entre um e outro, configurando-se em assassinatos em série.

Conforme Drummond (2010e), o maníaco Adimar Jesus da Silva era nascido na cidade de Serra Dourada, Bahia. Pedreiro, 40 anos, viúvo há aproximadamente 16 anos, tinha dois filhos. Mudou-se em 2005 para a cidade de Luziânia-GO, local onde cometeu os crimes. Nessa época, abusou de duas crianças na cidade de Brasília – DF e, por isso, foi condenado a 14 anos de prisão. Quando havia cumprido apenas quatro anos da pena, na penitenciária da Papuda, em Brasília, foi beneficiado com o regime semiaberto e, no dia 23 de dezembro de 2009, voltou ao convívio social.

Não havia completado nem mesmo uma semana que ele estava novamente na cidade de Luziânia, quando fez a primeira vítima. No total, foram seis adolescentes assassinados pelo pedreiro: Diego Alves, de 13 anos; Paulo Victor Vieira Lima, de 16 anos; George Rabelo dos Santos, de 17 anos; Divino Luiz Lopes da Silva, 16 anos; Flávio Augusto Fernandes dos Santos, 14 anos e Márcio Luiz Souza Lopes, de 19 anos. Os assassinatos começaram a ser praticados no dia 30 de dezembro de 2009 e terminaram em 22 de janeiro de 2010. O maníaco estuprou, assassinou, com requintes de crueldade, e ocultou os cadáveres desses seis garotos. Ele confessou todos os crimes no dia 10 de março de 2010 e mostrou onde havia escondido os corpos das vítimas. Exatamente uma semana depois de sua prisão, em Goiânia, ele foi encontrado morto na cela do presídio.

2.2. A heterogeneidade discursiva na mídia impressa: o caso “maníaco de Luziânia”

A partir de agora, iniciaremos, de fato, a parte analítica dessa pesquisa. Realizaremos, primeiramente, a análise da heterogeneidade do tipo constitutiva, que será feita através dos agrupamentos que fizemos das sequências discursivas regulares existentes em meio a uma dispersão de enunciados que foram produzidos sobre o caso do “maníaco de Luziânia”.

2.2.1 Análises da heterogeneidade constitutiva

De acordo com Authier-Revuz (2004), devemos entender os discursos como processos enunciativos marcados pela presença do Outro. Nesse sentido, os discursos serão sempre heterogêneos, visto que a heterogeneidade é constitutiva da linguagem. Conforme Authier-Revuz (2004), todo discurso vale-se da heterogeneidade constitutiva para se formar, assim, os sujeitos, ao produzirem seus discursos, fazem uso de tudo que o vão constituindo e adquirindo ao longo de sua vida, durante o processo discursivo e na interação com outros sujeitos e, inevitavelmente, a todo o momento, retomam seu discurso, mesmo que de forma inconsciente.

Analisando os vinte textos (reportagens, notícias e entrevistas) que compõem o *corpus* da nossa pesquisa, além de identificarmos marcas explícitas da presença do Outro no discurso jornalístico pelas formas do discurso relatado, quer seja através de discurso direto, discurso indireto, modalização em discurso segundo, aspas, dentre outros recursos que permitem identificar de forma evidente essa presença do Outro e que são característicos da heterogeneidade mostrada marcada, que constitui o segundo momento de análise desta pesquisa, observamos que existe também a presença de outros discursos dialogando com o discurso jornalístico, como o discurso jurídico, o discurso religioso, o discurso clínico, o discurso econômico, que contribuem para a constituição do discurso jornalístico, demarcando a presença da heterogeneidade constitutiva.

É perceptível, através das análises, que o discurso que aparece com maior frequência, estabelecendo relação com o discurso jornalístico, é o discurso jurídico. Por isso, buscamos compreender, através da análise do nosso *corpus*, se o discurso jurídico funciona como um discurso constituinte do discurso midiático sobre a violência, uma vez que esse discurso (o jurídico) articula-se ao discurso jornalístico para dar maior credibilidade e veracidade aos fatos. Talvez por isso, ele seja utilizado habitualmente para a constituição das sequências discursivas produzidas acerca do caso do “maníaco de Luziânia”. Sobre o que seriam os discursos constituintes, Maingueneau (2000) explica que:

Quando se trabalha sobre discursos à primeira vista tão diferentes e quando se percebe que muitas categorias são facilmente transferíveis de um para o outro, chega-se muito naturalmente à hipótese de que existe um domínio específico no seio da produção verbal de uma sociedade, a dos discursos que eu proponho chamar **constituíntes**, que partilham um certo número de propriedades quanto as suas condições de emergência, de funcionamento e de circulação. (MAINGUENEAU, 2000, p.6 Grifo do autor)

Nossa hipótese é de que as sequências discursivas, referentes ao discurso jurídico, se sobressaem em relação aos outros discursos, tanto no que se refere à quantidade quanto no que se refere à relevância dada as mesmas dentro de cada gênero discursivo. Isso se deve ao fato de o discurso jurídico funcionar como constituinte e, em razão disso, possuir “um estatuto de singular: [os discursos jurídicos são, desse modo] zonas de fala em meio a outras e falas que pretendem preponderar sobre as outras.” (MAINGUENEAU, 2000, p.6)

Para realizarmos essas análises, prosseguimos da seguinte maneira: baseando-nos conceitos de FD e heterogeneidade constitutiva, sobre os quais teorizamos anteriormente, identificamos, em meio a uma dispersão de enunciados produzidos sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, enunciados que são regulares e/ou recorrentes nos discursos veiculados pelas quatro instituições midiáticas e que, por isso, configuram uma mesma FD. As FD, como já foi dito em outro momento, se relacionam o tempo todo em razão do interdiscurso, porém, por razões didáticas, adotamos o percurso teórico-metodológico de agrupar certos enunciados, que denominaremos de sequências discursivas, regulares em uma determinada FD, o que não significa, desse modo, que consideramos ser possível delimitar onde começa e onde termina cada FD. Partindo desses agrupamentos e retomando outros conceitos teorizados no primeiro capítulo desta pesquisa, a citar: memória, interdiscurso, já-dito, sujeito, efeito de sentidos, dentre outros, faremos a análise da heterogeneidade constitutiva que se faz presente no nosso *corpus*. Será possível perceber dentro dessas FD, também, a presença das relações parafrásticas que retomam o já-dito, o interdiscurso.

Assim, para as análises da heterogeneidade constitutiva que realizamos nesta seção, lançamos mão também do conceito de parafrase discursiva desenvolvido por Pêcheux e Fuchs (1997c, p. 169), para quem “[...] a produção do sentido é indissociável da relação de parafrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’”, sendo que a parafrase é construída a partir dos efeitos de sentido decorrentes das formações discursivas pelas quais os discursos são produzidos. Ao analisar as relações parafrásticas, consideramos os enunciados que, mesmo construídos a partir de signos linguísticos distintos, mantêm entre si proximidade semântica e discursiva. De

acordo com Henry (1990), o efeito de sentido está na relação entre as unidades, através da substituição de uma unidade por outra dentro da mesma FD.

Desta forma, a paráfrase “é uma noção discursiva e [...] remete àquela de formação discursiva enquanto determinação daquilo que pode, numa conjuntura dada e a partir de uma posição dada, ser substituto de uma unidade dada.” (HENRY, 1990, p.52) Desse modo, para Henry (1990), as paráfrases irão depender “das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para nelas produzir o sentido.” (HENRY, 1990, p.59). Assim, como será perceptível durante as análises, dentro de cada FD que agrupamos, existem, em vários momentos, relações parafrásticas.

Com base no conceito de paráfrase esboçado no quadro teórico da AD, segundo Athayde Junior (2001, p.44), podem ser estipulados dois tipos de paráfrase: “[...] aquela resultante da análise do pesquisador, que se debruça sobre determinado *corpus*, valendo-se de estratégias de parafrase para organizá-lo e aquela que é produzida pelo próprio enunciador, no momento de sua enunciação”. Vale ressaltar que as relações parafrásticas entre enunciados que serão propostas é resultado de nosso trabalho como analistas, e não foram produzidas por qualquer outro enunciador.

Por meio da noção de paráfrase discursiva procuramos identificar, no *corpus* em análise, sequências que apresentam alguma regularidade discursiva, não por concebermos o discurso como homogêneo — até porque, é perceptível que existe não um único discurso, mas uma série deles no *corpus*, constituindo-se um em relação a outros — mas por compreendermos que o estabelecimento de paráfrases discursivas presta-se, inclusive, para explicitar a heterogeneidade constitutiva dos discursos. Neste estudo, observamos a heterogeneidade constitutiva de que se reveste o discurso da mídia sobre o caso do “maníaco do Luziânia”, com base na relação estreita que ela mantém com as FD. Desse modo, em meio a uma dispersão de enunciados sobre este caso, podemos, a partir das análises, identificar em quais formações discursivas estão inseridos esses sujeitos quando da produção dos seus discursos, através da identificação das regularidades desses discursos.

Dentre as FD identificadas, duas delas apresentam uma FD com a qual mantém estreita relação de contradição. Assim, como será perceptível logo abaixo, no *corpus*, se faz presente uma FD que afirma que o Estado falhou em relação ao caso do maníaco ao mesmo tempo em que há uma que diz que o Estado não falhou. Temos também uma FD segundo a qual Admar era doente e outra FD em que se enuncia que ele era são ou sadio. Para Maingueneau (1997, p. 20) todo discurso possui um “direito” e um “avesso”, desse modo, considerando a FD contra o Estado como sendo o “direito” do discurso, a FD a favor do

Estado seria o “avesso” desse discurso, assim como, se levamos em conta a FD a favor do Estado como o direito do discurso, por sua vez, a FD contra do Estado constituirá o seu avesso, pois os discursos se constroem justamente na relação que mantêm com os outros. Além disso, para Maingueneau (1997, p. 22), “cada uma das FDs do espaço discursivo só pode traduzir como ‘negativas’, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através dessa rejeição que cada uma define sua identidade”. No decorrer das análises, iremos retomar essa questão colocada por Maingueneau (1997).

2.2.1.1 FD-1: “O Estado falhou”

Principiemos pela análise da primeira FD identificada⁴, que diz respeito àquelas sequências discursivas por meio das quais se enuncia que o Estado falhou em relação ao caso, responsabilizando-o pelo ocorrido com os garotos de Luziânia. Vale lembrar que a ordem empregada para o agrupamento das FD é aleatória. Encontramos um total de 28 (vinte e oito) sequências discursivas, produzidas e divulgadas por três instituições midiáticas (jornal “Diário de Catalão”, jornal “O popular” e “Revista Veja”), que, por três motivos, culpam o Estado pelo ocorrido. Por isso, dividimos essa FD em três subitens, cada um representando um motivo pelo qual o Estado é acusado de ter falhado, sendo que os três juntos formam a primeira FD.

Trata-se de enunciados que mantêm certa regularidade entre si e, por isso, podem ser considerados como pertencentes a uma mesma FD. Interessante ressaltar que o jornal “Correio Braziliense” não produziu e/ou divulgou nenhum discurso que julgasse o Estado como sendo inocente ou mesmo culpado em relação ao caso. Talvez isso se justifique pelo fato de que o modo governamental de Brasília não ser igual ao que acontece, por exemplo, em Catalão, que tem prefeito, vereadores, governadores, etc. Esses discursos foram produzidos por sujeitos que representam a esfera jurídica ou falam a partir dessa posição (Juiz, Promotora, Ministro da Justiça, presidente do Conselho Nacional de Justiça), por familiares das vítimas e pelas próprias instituições midiáticas. Vejamos as sequências discursivas

⁴ Para cada FD identificada, fizemos uma tabela com todas as sequências discursivas que a compõem. Essas tabelas se encontram de forma completa nos apêndices dessa pesquisa, porém, durante as nossas análises, retomamos apenas os principais trechos ou termos dessas sequências, de modo a não tornar o texto repetitivo ou mesmo exaustivas as análises. Assim, se interessar ao leitor dessa pesquisa verificar a sequência discursiva por completo, dentro do contexto na qual foi produzida, basta consultar os apêndices ou mesmo os anexos, nos quais constam todos os textos na íntegra.

abaixo, referentes àquela formação discursiva que considera que o Estado, de uma forma ou de outra, falhou perante o caso do “maníaco de Luziânia”.

2.2.1.1.1 “O Estado falhou” (em relação à soltura de Admar)⁵

Este primeiro agrupamento que compõe a FD-1 é constituído por 21 sequências discursivas que apontam falhas do Estado no que diz respeito à soltura de Admar, o que significa que existe entre elas certa regularidade e justifica o fato de pertencerem todas à FD-1. Os itens lexicais utilizados para se referir ao Estado, construindo sua representação, são: **o Estado, o poder público, a Justiça, o sistema judicial, o sistema, o sistema prisional brasileiro, a Justiça Criminal, o juiz, as polícias da Bahia e de Goiás, os psicólogos e a psiquiatra**. Desse modo, se a acusação não é feita diretamente ao Estado, é feita por meio da acusação de funcionários do Estado e, se atacar o Estado é também atacar o governo, desse modo, há aqui um posicionamento também político de quem enuncia. Assim como existe um “deslizamento de sentidos” (Pêcheux, 1993), produzido por esses itens lexicais utilizados para caracterizar o Estado. Há, por conseguinte, uma transferência de sentidos, deslocamentos, deslizos, pois o Estado pode ser representado pelo sistema, mas também pela justiça, pela polícia, enfim, e essas substituições, denominadas por Pêcheux (1993) como relações metafóricas e/ou efeito metafórico, contribuem também para a constituição dos sentidos no interior de uma mesma FD.

Através da análise dessas sequências, podemos perceber, de acordo com Foucault (2007), que existem regras de formação para a constituição dos discursos, o que faz com que os enunciados se tornem raros e, é por isso que nós (enquanto sujeitos discursivos) acabamos por repetir e transformar os discursos, multiplicando seus sentidos. Outro aspecto relevante é que se uma FD, de acordo com os postulados de Pêcheux (1997a), determina o que pode e deve ser dito em um determinado contexto, isso significa que esses sujeitos que falam a partir de uma posição contrária às atitudes tomadas por parte do Estado em relação ao caso do “maníaco de Luziânia”, só poderão produzir discursos que o acusem, o que justifica o fato de utilizarem os adjetivos: **inerte, omissos, negligente, despreparado e cúmplice**, para dizerem que o Estado não agiu de forma correta perante o ocorrido. As palavras: **inerte** e **omissos**, nessas condições de produção, enunciadas a partir dessa FD, provocam sentidos relacionados à falta de ação, de omissão, assim como também as palavras **negligente e despreparado**, que produzem efeitos de sentido relativos à omissão, à incompetência por parte do Estado. Por

⁵ Ver apêndice I, p. 164.

fim, a palavra **cúmplice** provoca efeitos de sentidos relacionados à participação do Estado à sua convivência. Nesse caso, porque falhou inúmeras vezes e devolveu o maníaco à convivência social, colaborando para que as mortes dos adolescentes de Luziânia fossem praticadas. O Estado, portanto, foi incompetente quanto ao cumprimento de suas obrigações.

E não só apenas a FD irá determinar o que pode e deve ser dito por um sujeito, como também a posição de onde esse sujeito enuncia irá influenciar e/ou determinar o que pode ser dito. Quando Luiz Paulo Barreto, Ministro da Justiça, afirma que “**houve falha na soltura** de Admar” [OP. 04], ele só faz essa afirmação porque a posição que ele ocupa (ministro da justiça) admite que ele produza tal discurso, uma vez que essa posição permite que ele conheça todo o sistema judicial e, logo, faz com que ele saiba se a soltura de Admar foi feita de forma correta ou não.

Além dos itens lexicais utilizados na constituição da representação do Estado como tendo sido falho em relação ao caso, existem outros vocábulos que contribuem para a construção de efeitos de sentido relativos à participação, à responsabilidade do Estado em relação ao ocorrido. Assim, o Estado falhou porque **devolveu** o maníaco às ruas, mesmo com laudos que indicavam sinais de sadismo e transtornos psicopatológicos. Por isso, para o jornal, se a justiça tinha laudos que comprovavam que Admar possuía transtornos de personalidade e mesmo assim o deixou sair da prisão, isso significa que o Estado foi incompetente em relação ao caso, uma vez que a libertação dele acabou por ocasionar essa tragédia que tirou a vida de seis adolescentes, podendo, portanto, ser responsabilizado pelo caso; o Estado **ignorou** um laudo psiquiátrico que recomendava tratamento para Admar, soltou-o, devolvendo-o ao convívio social, mesmo sendo ele uma pessoa que necessitava de cuidados médicos, por isso, a justiça agiu de forma incompetente; e, por fim, **beneficiou** Admar com a progressão de pena e o soltou; **dispensou** a equipe multidisciplinar do presídio; **não consultou** o Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública (INFOSEG) e **negligenciou** o pedido de fiscalização automática, mais quatro empregos de palavras que possibilitam a leitura de que, para a mídia, houve incompetência do Estado ao lidar com o caso do maníaco.

Nota-se, a partir de algumas sequências, que os verbos: **devolver, ignorar, beneficiar, dispensar, (não) consultar e negligenciar**, dentro dessa FD, produzem efeitos de sentidos relacionados à falha cometida pelo Estado, uma vez que, para Pêcheux (1997c, p. 169), uma sequência só adquire sentido a partir do momento em que ela é concebida “como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva.” Outro aspecto relevante a se considerar, é que a grande maioria das acusações, realizadas contra o Estado, são de

funcionários também do Estado, como o juiz, o chefe da delegacia, o ministro da justiça, etc., desse modo, é o Estado acusando o próprio Estado.

Vimos em Pêcheux (2010) que a memória discursiva, que não é individual, mas mítica, social, coletiva, é primordial para que possamos compreender e dar significado aos novos discursos que surgem. Desse modo, existe uma série de sentidos que são fixados na memória e acionados para que possamos compreender os discursos. Então, por exemplo, quando, nos enunciados que compõem esta FD, é dito que o “O Estado [...] foi **inerte** [...] **omisso** [...] gerou **calamidade**” [DC. 01] ou mesmo que “Admar é um **pedófilo**” [DC. 02], só conseguimos dar significado a essas sequências porque temos arquivado em nossa memória que esses termos já foram ditos em outros momentos discursivos (já-dito), por outros sujeitos e produziram determinados efeitos de sentido que foram arquivados na memória da sociedade. Por isso é que, Pêcheux (2010), afirma ser a memória a condição do legível, ou seja, que ela refere-se àquilo que está implícito no discurso.

2.2.1.1.2 “O Estado falhou” (em função do trabalho desenvolvido pela polícia em relação à investigação dos casos e ao monitoramento de Admar) ⁶

No que diz respeito às falhas cometidas pelo Estado, quanto ao trabalho da polícia em relação ao caso, as mesmas são justificadas por dois motivos: primeiro, porque Admar “**foi visitado** por oficial de Justiça na mesma semana em que matou duas de suas vítimas” [OP. 03] e porque a “**Justiça avaliou** o maníaco 2 dias antes do último crime” [OP. 03] e, segundo, porque o Estado “**não dá infraestrutura** para o monitoramento efetivo dos condenados” [OP. 03]. Assim, se o Estado, representando pelos itens lexicais **Justiça e oficial de Justiça**, visitou e avaliou o maníaco na mesma semana em que ele estava cometendo os crimes e não conseguiu identificar nenhuma pista de que ele estava praticando tais crimes, fica evidente, de acordo com o jornal “O Popular”, que ele falhou. Por isso, os verbos **visitar e avaliar**, dentro dessa FD, também produz efeitos de sentidos referentes à falha. Outro erro/falha, segundo essas sequências, está no fato de o Estado não dar infraestrutura para monitorar os condenados em regime semiaberto. As duas justificativas, que são feitas por meio de quatro sequências discursivas, evidenciam claramente mais duas falhas cometidas pelo Estado, o que faz com que essas sequências também sejam agrupadas na mesma FD que as sequências anteriores.

⁶ Ver apêndice II, p. 165.

2.2.1.1.3 “O Estado falhou” (em relação ao cuidado que deveria ter tido com a integridade física de Admar).⁷

Por fim, nas últimas quatro sequências discursivas que constituem essa primeira FD, afirma-se que o Estado falhou em relação ao cuidado que deveria ter tido com a integridade física de Admar, pois, uma vez preso, o detento passa a ser responsabilidade do Estado. Nessas sequências, é dito que **a justiça, o Estado e a Polícia Civil** falharam, uma vez que Admar acabou sendo encontrado morto em sua cela e, independente de ter sido suicídio ou não, mesmo que ele tenha confessado o assassinato dos seis garotos, a família do maníaco, caso quisesse, podia entrar com pedido de indenização em função da morte dele.

Nessa FD, os adjetivos utilizados para caracterizar a morte de Admar são: **absurda, inadmissível, inaceitável e irreparável**. Esses adjetivos, produzidos dentro dessa FD, também produzem efeitos de sentidos referentes à falha do Estado e, dentro desse contexto, podem ser substituídos um pelo outro, provocando um deslizamento de sentido (Pêcheux, 1993). Constituindo, assim, relações metafóricas.

É interessante notar que os sujeitos citados pela mídia, que enunciam e produzem esses discursos que imputam a culpa e a responsabilidade ou falta de responsabilidade do caso para o Estado, são oriundos principalmente da esfera jurídica, mesmo ocupando funções e/ou cargos diferentes (por exemplo, Juiz, chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, Ministro da Justiça, Promotora, Promotor) valendo ressaltar que são mencionadas, pelos jornais e pela revista, e que são muito mais citadas as funções que eles ocupam do que o próprio nome deles, o que deixa claro que, na produção dos discursos, é mais relevante destacar a posição de onde fala esse sujeito do que quem é esse sujeito, já que esses discursos, produzidos a partir dessas posições, dão maior credibilidade e veracidade aos discursos que estão sendo produzidos e veiculados. Nesse sentido, é que defendemos ser o discurso jurídico um dos discursos constituintes do discurso midiático sobre a violência. Ainda sob essa perspectiva, convém citar Costa (2002), quando ele explica que:

Na definição dos assuntos pautados e transformados em notícias, está presente também a absolutização das fontes de informação. Em outras palavras, ocorre um processo de autorização que legitima a opinião de agentes, os quais, em função do saber presumido, acabam expressando juízos de valor sobre os temas cobertos. Tais fontes tendem a corresponder ao sistema estratificado de forças societárias, privilegiando as autoridades governamentais, empresariais, científicas e religiosas. (COSTA, 2002, p. 149)

⁷ Ver apêndice III, p. 165.

Acredita-se, então, em função desse saber que já é presumido, de que as autoridades jurídicas fazem uso com tanta frequência, que o discurso jornalístico dá grande ênfase às funções e/ou posições de onde falam esses sujeitos, como um mecanismo através do qual se dá maior credibilidade, vivacidade e, mesmo, neutralidade e imparcialidade ao discurso midiático, uma vez que, citando o discurso jurídico, a mídia pode se isentar de qualquer responsabilidade sobre o que está sendo dito.

2.2.1.2 FD-2: “O Estado não falhou”

A segunda formação discursiva (FD-2) identificada é composta por 13 (treze) sequências em que, de algum modo, é afirmado que o Estado não falhou ou não falhou totalmente, pelo menos em todos os aspectos, em relação ao caso do “maníaco de Luziânia”. Vale ressaltar que os discursos, produzidos nessas duas primeiras FD (FD-1 e FD-2), mantêm entre si um diálogo marcado pela contradição, ou seja, os discursos componentes de uma FD pressupõem os discursos que compõem a FD contrária como condição necessária, inclusive, para a sua constituição, manifestação de como os discursos são heterogeneamente constituídos. As sequências representam uma quantidade relativamente pequena se comparadas às 28 (vinte e oito) que compõem a FD anterior, o que nos permite perceber que a quantidade de sujeitos, que enunciaram a favor do Estado, citada pela mídia é bem menor do que aquela contrária ao Estado, acusando-o. Esses enunciados foram veiculados pelo jornal “Diário de Catalão”, “O popular” e pelo “Correio Braziliense” e, de certa forma, “defendem” as atitudes do Estado, em relação ao ocorrido, como sendo corretas. Essas sequências são produzidas por profissionais da justiça, profissionais da saúde e mesmo por alguns repórteres, representando as instituições midiáticas. Vejamos os discursos referentes à FD-2, através da análise dessas sequências.

2.2.1.2.1 “O Estado não falhou” (em relação à soltura de Admar) ⁸

Esse primeiro agrupamento (composto por apenas duas sequências discursivas) se opõe às sequências que compõem o agrupamento 2.2.1.1.1, uma vez que se afirma que o Estado não falhou em relação à soltura de Admar. Isso ocorre quando o Juiz, Luiz Carlos de Miranda, “informou [...] que **o exame psiquiátrico [de Admar] não apontou doença mental,**

⁸ Ver apêndice IV, p. 166.

nem necessidade de remédios controlados” [DC. 01] e, em função desse resultado, o Ministério Público foi a favor da soltura de Admar. Quando o psiquiatra, Lúcio Malagoni, que concedeu uma entrevista ao jornal “O popular”, disse que “**a avaliação** [psiquiátrica, feita pelos funcionários do Estado] [...] **foi correta**” [OP. 05]. Desse modo, o Estado não teria, segundo o psiquiatra, agido de forma incorreta.

2.2.1.2.2 “O Estado não falhou” (em todos os sentidos no que se refere à execução do seu trabalho) ⁹

Esse agrupamento, por sua vez, constituído por oito sequências, se contrapõe às sequências discursivas que compõe o agrupamento 2.2.1.1.2, pois naquele é dito que o Estado falhou em relação ao trabalho desenvolvido pela polícia em relação ao caso. Nesse, temos enunciados contrários, que afirmam que o trabalho da polícia, logo, do Estado, não foi totalmente negligente, omissos, pelo fato de que eles teriam trabalhado com seriedade e competência em várias situações.

Nesse sentido, é dito que as autoridades policiais não falharam porque elas “naquela altura [...] **vasculhavam o País em busca de pistas** sobre os desaparecidos de Luziânia e o responsável pelo sumiço – até a Polícia Internacional (Interpol) havia sido comunicada” [OP. 03]. Assim, quando é usado o verbo **vasculhar**, ele produz efeitos de sentidos relacionados a trabalho, muito mais fortes do que os que seriam produzidos se no lugar de vasculhar tivesse sido dito, por exemplo, que eles investigavam ou mesmo buscavam pistas sobre os desaparecidos e Admar. Além de as autoridades nacionais estarem empenhadas em vasculhar o país, é dito que **até a Interpol havia sido comunicada** sobre os desaparecimentos dos meninos.

Em outras sequências, afirma-se que: a polícia “[**foi**] **até a Bahia** buscar [...] detalhes sobre o histórico de Admar” [OP. 04]; “**trabalhou** na investigação do caso” [CB. 02]; “**preocupava-se** em investigar o caso” [CB. 02]; “**realizou uma varredura** [em uma] fazenda” [CB. 07] e “**mandou devassar** a área para encontrar os corpos das vítimas” [CB.08]. Observando essas sequências, é possível fazer a leitura de que o Estado, de várias formas, teria mostrado serviço na investigação do caso e que, por isso, não falhou em todos os aspectos. Veja: a polícia **foi até a Bahia**, ela **se deslocou** em busca de provas, além disso, ela **se preocupou** e **trabalhou na investigação do caso**, **realizou varredura**, mandou **devassar** uma determinada área para encontrar os corpos. Desse modo, os verbos: **deslocar**,

⁹ Ver apêndice V, p. 166.

preocupar, trabalhar, mandar, devassar, nesse contexto (FD-2), produzem efeitos de sentido relacionados a ações praticadas pelo Estado no intuito de solucionar e/ou esclarecer o caso. Além disso, é pontuado que “**a PF está prestes a finalizar** sua atuação no caso” [CB. 08]. Ora, se ela está prestes a finalizar sua atuação, isso significa que ela (a Polícia Federal, logo, o Estado), trabalhou, atuou no caso. E, por fim, uma sequência discursiva produzida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, em que há a afirmação de que o Estado não é culpado pelo ocorrido porque, de todo modo, algum dia Admar iria terminar de cumprir sua pena e “**após o cumprimento total da pena, ele não faria outras vítimas?**” [RV. 01]

2.2.1.2.3 “O Estado não falhou” (quanto ao cuidado com a integridade física do pedreiro) ¹⁰

Por fim, temos três sequências discursivas em que se afirma que o Estado não falhou no que se refere ao modo de cuidar da integridade física de Admar. Essas sequências, dessa maneira, se contrapõem às sequências que compõem o agrupamento 2.2.1.1.3. Tais discursos encontram-se materializados em duas falas da delegada Renata Cheim, em que ela afirma que “**todas as medidas foram tomadas para assegurar a integridade física dele**” [OP. 06] e que se contrapõe a uma das sequências do agrupamento 2.2.1.1.3, no qual se diz que “[Admar] foi retirado de Luziânia **para que tivesse sua integridade física preservada e isso não aconteceu.**” [OP. 06] A delegada declara ainda que “**a Polícia Civil não foi negligente** na guarda do preso [...] [porque ele] **era monitorado o tempo todo** pelos policiais” [OP. 06]. E, em outra sequência, o juiz da terceira Vara da Fazenda Pública Estadual, Ari Ferreira Queiroz, afirma que “**não viu falhas na segurança do preso**” [OP. 06] e o advogado criminalista, Thales José Jayme, afirmou que “**O Estado não tem como manter um agente o vigiando 24 horas por dia**” [OP. 06]. A partir dessas afirmações, conclui-se que o Estado agiu corretamente quanto a cuidar da integridade física de Admar.

Observando as duas primeiras FDs analisadas, podemos notar o que é dito por Pêcheux (1997c, p. 314), a saber: “[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD)”. Desse modo, a FD-2 de nossa pesquisa se constituiu ao ser “invadida” por elementos da FD-1, ou seja, a partir da relação interdiscursiva com a FD-1 (sendo que o inverso também acontece), retomando o já-dito, construindo novos efeitos metafóricos e relações parafrásticas e, acima de tudo, demonstrando o caráter heterogêneo do discurso.

¹⁰ Ver apêndice VI, p. 167.

2.2.1.3 FD-3: “Admar era doente”

A terceira FD identificada é composta por 23 (vinte e três) sequências discursivas em que se enuncia que, de algum modo, Admar era doente e, em virtude disso, e não era assassino, como é caracterizado em outra FD. Essas sequências¹¹ foram produzidas pela mídia que cita sujeitos discursivos distintos, o que significa que eles enunciam a partir de posições-sujeitos diferenciadas (Foucault, 2007). Pensando nessas posições, podemos afirmar que Admar era considerado doente por profissionais da área da justiça¹² (o delegado e a promotora); por profissionais da área da saúde (psicólogos que assinaram o laudo de Admar)¹³; pelo próprio Admar e sua irmã¹⁴, por alguns repórteres que representam suas instituições midiáticas¹⁵ e por leitores do jornal¹⁶.

Nas sequências discursivas que compõem esta FD, afirma-se que Admar era doente porque ele: “[era] **contraditório**” [DC. 01]; “**não [era] coerente**” [DC. 01], prova disso é que ele “**negou ser homossexual [mas] [...] manteve relações com meninos**” [OP. 02], “[**matava, mas] frequentava [a Igreja]**” [OP.02], “[**matava, mas] tinha ido doar sangue**” [OP. 02]; possuía um “laudo [...] [que] aponta [va] **periculosidade**” [OP.03]; possuía “**conflitos sérios [...] sinais [...] de sadismo [...] perversão sexual**” [OP. 03]; “[apresentava] **transtorno**” [OP. 03]; “ele [pedia] **ajuda**” [OP. 02]; “**não [...] [conseguia] parar de matar**” [OP. 02]; “era **confuso**” [OP. 02]; “[tinha] a **fala bastante confusa e sem cronologia**” [OP. 02]; “**não recebeu o tratamento psiquiátrico recomendado**” [OP. 01]; “[apresentava] **sinais de psicopatia**” [OP. 02]; “[**necessitava de** ‘**imediata avaliação psiquiátrica**’ e **tratamento psicológico**” [OP. 03]; “não disfarça [va] **problemas em se expressar ou organizar as idéias**” [CB.01]; “[tinha] **dificuldades para manter a linha da história por trás dos assassinatos**” [CB. 01] e “revelou-se um **psicopata**” [RV. 01].

Assim sendo, como a partir de uma FD, um sujeito não pode enunciar o que bem entender, mas, pelo contrário, precisa obedecer às regras que regem essa FD. Percebemos, de acordo com o exposto acima, que a justificativa em torno do discurso de que Admar era

¹¹ Fizemos tabelas separadas, considerando quem enuncia (como pode ser conferido nos apêndices desta pesquisa), porém, optamos por analisar as sequências de forma conjunta, para que possamos ter a visão do todo e entender quais os discursos foram produzidos para a constituição da representação social de Admar como sendo doente.

¹² Ver apêndice VII, p. 167.

¹³ Ver apêndice VIII, p. 168.

¹⁴ Ver apêndice IX, p. 169.

¹⁵ Ver apêndice X, p. 169.

¹⁶ Ver apêndice XI, p. 170.

doente se dá, basicamente, por dois motivos. Primeiramente, Admar era contraditório e, para confirmar tal afirmação são apresentadas algumas atitudes que demonstram o quanto ele era incoerente, conforme esses enunciados. Então **Admar matava, tirava vidas, mas, ao mesmo tempo, ele se preocupava em frequentar a igreja e em doar sangue para salvar vidas**. A segunda justificativa gira em torno do fato de Admar ter um laudo psiquiátrico recomendando tratamento, relacionado, assim, ao discurso clínico, pois é dito que ele (Admar) apresentava, por exemplo, **periculosidade, conflitos sérios, sinais de sadismo, perversão sexual, transtorno, confusão (confuso)**, etc. Nesse sentido, esses termos lexicais, utilizados para representar o maníaco como sendo doente, também podem ser vistos como mantendo entre si uma relação metafórica, a partir dos deslizamentos de sentidos de um para o outro e contribuem para a constituição desses discursos que compõem essa FD.

2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio”

A quarta FD identificada é composta por 28 (vinte e oito) sequências discursivas nas quais, ao contrário da FD anterior, declara-se que Admar não era doente, mas que ele era um assassino. Essas sequências também foram produzidas pela mídia que menciona sujeitos discursivos distintos. Com base nisso, podemos afirmar que essas sequências produzidas citam: o próprio Admar¹⁷; os repórteres das instituições¹⁸; os familiares das vítimas¹⁹; os vizinhos de Admar²⁰; os profissionais da justiça²¹ e os profissionais da saúde²². Nessas sequências, são feitas citações de sujeitos distintos que enunciam também a partir de posições diferenciadas. Estas fazem parte da mesma FD, o que significa que, para produzirem seus discursos, os sujeitos obedeceram às regras de formação dos discursos (FOUCAULT, 2007) e que, por isso, acabam por retomar o mesmo, o já-dito como meio de constituírem seus discursos. Vale ressaltar que, assim como ocorreu com a FD-1 e a FD-2, temos em relação à FD-3 e a FD-4, discursos totalmente contrários, opostos, comprovando mais uma vez o quanto os discursos se constituem a partir da relação que mantém com os outros, por meio da heterogeneidade constitutiva. Vejamos, pois, quais as justificativas ou itens lexicais são utilizados para construir a representação da imagem de Admar como sendo assassino.

¹⁷ Ver apêndice XII, p. 170.

¹⁸ Ver apêndice XIII, p. 170.

¹⁹ Ver apêndice XIV, p. 172.

²⁰ Ver apêndice XV, p. 172.

²¹ Ver apêndice XVI, p. 172.

²² Ver apêndice XVII, p. 172.

Admar não era doente, mas assassino, segundo essas sequências discursivas, porque: “**confessou ter matado** [os] seis jovens” [DC. 02]; “[...] **indicou** [...] **onde os corpos** das vítimas **estavam escondidos**” [DC. 02]; “[...] **sentia prazer em matar** as vítimas” [OP. 03]; “[era um] **assassino confesso**” [OP. 01]; “[era] **frio, metódico e assassino**” [OP. 01]; “[tinha a] **expressão fria**” [OP. 01]; “[era] **um homem metódico, o mais novo serial killer brasileiro**” [OP. 02]; “[era] um **pedófilo solto**” [OP. 01]; “[era] **homicida**” [OP. 01]; “**maníaco**” [OP. 03]; “**Assassino de jovens**” [OP. 03]; “**ele sabia o que estava fazendo**” [OP. 03]; “[**tinha**] **cautela** [...] **para não ser flagrado nas ruas de Luziânia em horário proibido**” [OP. 03]; “[...] **tinha consciência de que não poderia sair de casa da irmã entre as 21 horas e às 5 horas**” [OP. 03]; “[...] **usava três identidades**” [OP. 04]; “[**falsificou**] a **própria certidão de nascimento**” [OP. 05]; “**revela [va] frieza** diante da tragédia [morte dos adolescentes]” [CB. 01]; “[era] **um criminoso** [...] **perigoso**” [RV. 01]; “**destruidor de famílias**” [OP. 01]; “**bandido**” [CB. 09]; “**monstro**” [CB. 11]; “**assassino**” [OP. 01]; “**homem metódico e articulado**” [OP. 01]; “**pedófilo**” [OP. 03]; “[**tinha**] **completa noção do que é certo e errado**” [RV. 01]; “**não** [...] [possuía] **doença mental nem necessita[va] de medicação controlada**” [OP. 03]; “**apresentou-se sempre com polidez e coerência de pensamento**” [OP. 03].

Todos esses enunciados, produzidos a respeito da figura de Admar, como não sendo um indivíduo doente, mas assassino, nos permitem perceber que são utilizados dois mecanismos pela mídia para caracterizá-lo como tal. Primeiro, são utilizados termos, em uma série de itens lexicais que estabelecem relações metafóricas entre si, constituindo sua representação social como assassino. São eles: **assassino, confesso; assassino; o mais novo serial killer brasileiro, pedófilo solto, homicida, maníaco, assassino de jovens, criminoso perigoso, destruidor de famílias, bandido, monstro, homem metódico e articulado, pedófilo.**

Além desses termos, são citadas algumas atitudes de Admar que também produzem efeitos de sentidos que o caracterizam como assassino e bandido e não mais como doente, conforme indicado na FD anterior. Nesse âmbito, Admar era considerado assassino porque: **confessou os crimes, indicou os corpos, sentia prazer em matar, sabia o que estava fazendo, tinha cautela, tinha noção do que era certo e errado, era polido, tinha coerência de pensamento**, além disso, **não possuía doença mental e nem necessitava de medicação controlada**. E o que o caracteriza como bandido é que ele: usava três identidades (Admar, Adimar e Ademar), falsificou a própria certidão de nascimento, praticou, portanto, falsificação ideológica, caracterizada como crime perante a lei.

Analisando a FD-3 e a FD-4, podemos notar que a partir de um mesmo acontecimento, o caso do “maníaco de Luziânia”, se constituem duas FDs, em que uma caracteriza Admar como doente e a outra como assassino. Isso só vem a comprovar que serão as FDs que irão determinar o que irá ser dito em um determinado contexto e que os discursos e os sentidos, produzidos pelos sujeitos, decorrem, além dos aspectos ideológicos e das condições de produção nos quais emergem, também das posições ocupadas pelos sujeitos no momento em que enunciam. Desse modo, não encontramos no nosso *corpus* de análise nenhuma sequência discursiva produzida por uma das mães das vítimas que defenda Admar ou mesmo que afirme que ele não era assassino ou que ele era doente. Isso acontece porque elas (todas as mães) falam a partir de uma posição-sujeito (mãe) que as condiciona a produzir certos discursos em relação a ele.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que, como já dito em vários outros momentos, numa FD constituem-se relações parafrásticas, as quais contribuem grandemente para a produção dos mais variados efeitos de sentidos, pois “é apenas em uma relação parafrástica empiricamente constatada, isto é, em um *corpus* discursivo, que um efeito se produz.” (MUSSALIM, 2004). Além disso, os termos utilizados para caracterizarem Admar, tanto como doente quanto como assassino, podem ser substituídos uns pelos outros, cada um dentro de sua FD, que ainda assim continuam produzindo efeitos de sentidos relacionados a ele quer seja como assassino ou mesmo como doente. Por isso é que, para Mussalim (2004, p. 371-372), “o sentido é um efeito de substituibilidade das expressões, sendo que o conjunto delas produz (pode produzir) um efeito de referência, ou seja, de identificar objetos do mundo a partir de uma visão entre outras, que pode ser tudo, menos ‘objetiva’”, o que caracteriza também a linguagem jornalística.

2.2.1.5 FD-5: “Admar: doente e assassino”

Como esclarecemos em outro momento dessa pesquisa, não é possível delimitar onde começa e onde termina uma determinada FD. Essa divisão é feita visando fins didático-metodológicos. Então, em uma mesma FD é possível perceber a presença do Outro, o que significa que as FDs estão em constante relação interdiscursiva, demonstrando o caráter heterogêneo do discurso. Com base nisso, ao analisarmos as sequências discursivas que compõem o *corpus* da nossa pesquisa, encontramos duas sequências. Nelas podemos perceber o entrelaçamento das duas FDs já apresentadas anteriormente, a saber: FD-3, composta por sequências discursivas que afirmam que Admar era doente e FD-4 composta por sequências

discursivas que afirmam que Admar era um assassino. Então, na FD-5, denominada por: “Admar: doente e assassino”²³, afirma-se que Admar era doente e assassino ao mesmo tempo.

Na primeira, enunciada pelo psiquiatra Lúcio Malagoni, “**O indivíduo puramente psicopata não se mataria**” [OP. 05]. Vejamos, para Malagoni, Admar não era simplesmente doente, caracterizado aqui pelo termo psicopata (psicopatia), dá-se a entender que ele podia ser assassino, frio a tal ponto que, associado à psicopatia, seria capaz de se matar. E no segundo, a promotora Maria José Miranda pontua que: “Adimar não é simplesmente um louco, um doente mental, mas um psicopata **possui desvio de caráter, índole dissimulada e perversa.**” [OP. 03]. Assim, ele não é só doente, psicopata, mas assassino, caracterizado aqui pelo desvio de caráter e pela índole dissimulada.

A mídia, ao produzir e/ou reproduzir essas três formações discursivas (FD-2, FD-3 e FD-4), permite circular diversos efeitos de sentidos sobre a figura de Admar. Assim, ao terem contato com esses discursos, que não são neutros muito menos imparciais, os leitores passam a se indagar: Admar era doente? Admar era assassino? Ou Admar era doente e assassino? Desse modo, os sujeitos leitores também, a partir da posição que ocupam e da FD na qual estão inseridos, darão novos significados/sentidos a esses discursos. Por isso, é que a mídia contribui para a construção do imaginário social.²⁴

2.2.1.6 FD- 6: O discurso de defesa do “maníaco de Luziânia”

Observando as sequências que foram produzidas pelo próprio Admar, foi possível perceber que ele, através de 21 sequências discursivas, tenta se defender, justificando ou mesmo expondo os motivos que o levaram a praticar os crimes contra os adolescentes de Luziânia. Ao todo, pudemos identificar seis discursos que serão expostos nos seis subitens que se seguem e serão analisados, todos juntos, ao final. Lembrando que são os discursos compõem a FD-6.

2.2.1.6.1 O discurso religioso²⁵

²³ Ver apêndice XVIII, p. 173.

²⁴ Como o foco da nossa pesquisa não abrange a interpretação dos discursos, mas somente a produção e circulação dos mesmos, não nos aprofundaremos neste aspecto.

²⁵ Ver apêndice XIX, p. 173.

O primeiro discurso retomado por Admar, para justificar o fato de ter cometido os crimes, remete ao fato de que ele ouvia vozes e foi influenciado por espíritos malignos. Desse modo, ele afirma que: “[...] **agiu sob influência de um [...] ‘espírito maligno’**” [OP. 02]; “[foi] **perseguido por espíritos**” [OP. 02]; “[...] **foi forçado a matar**” [OP. 02]; “[...] **um espírito maligno ‘fazia sua cabeça para matar’**” [OP. 02]; “[...] **ouvia vozes que o instigava a ‘fazer coisas erradas’**” [CB. 01].

2.2.1.6.2 O discurso econômico²⁶

O segundo discurso, reiterado por Admar, diz respeito à sua situação econômica, ou seja, ele teria matado em razão de uma dívida não paga, assim: “[Admar] **admitiu [...] [que] Zé [...] teria sido morto porque não pagou o dinheiro prometido** pelas execuções” [OP. 02]; “[Eles (as vítimas) **tinham dívidas** de drogas” [CB. 01]; “Disse que ia me entregar o dinheiro, mas **não pagou**. Por isso, eu [Admar] o matei” [CB. 01]; “[Admar] **aponta para recompensa financeira**” [CB. 01]; “Segundo ele [Admar], **George Rabelo dos Santos [...] teria prometido R\$ 5 mil [...] Não pagou. Morreu também**” [CB. 01] As mortes teriam sido encomendadas: “[...] um dos jovens [...] **teria encomendado as mortes ao custo de R\$ 5 mil**” [OP. 02]; “[Afirma que foi] **aliciado por um adolescente**” [OP. 02]; “[...] teria sido contratado **para executar** o primeiro jovem por causa de dívidas” [OP. 02]

2.2.1.6.3 O discurso clínico²⁷

O quarto discurso, rememorado por ele, refere-se ao discurso médico, quando argumenta que ele matou porque era doente e precisava de ajuda: “[...] **não [consequia] parar de matar**” [OP. 02]; “[...] **[precisava] de ajuda para parar**” [OP. 02]; “[...] **Afirmou que após as mortes não sabia o que tinha acontecido**” [OP. 02]

2.2.1.6.4 Os assassinatos como forma de vingança²⁸

Outro discurso, presente na defesa que Admar faz dele mesmo, diz respeito ao seu sentimento de revolta e de vingança em razão de ter sido vítima de estupro na infância e, por

²⁶ Ver apêndice XX, p. 173.

²⁷ Ver apêndice XXI, p. 174.

²⁸ Ver apêndice XXII, p. 174.

isso, cometeu os crimes: “[foi] **estuprado por maconheiros** encapuzados” [OP. 02]; “foi **estuprado em um assalto**” [CB. 01]; “foi **vítima dessa violência [estupro]**” [CB. 01]

2.2.1.6.5 Os assassinatos como consequência do medo²⁹

Outro discurso que se observa nos enunciados de Admar, reproduzidos pela mídia, remete ao medo que ele diz ter enfrentado porque teria sido ameaçado: “Um dos adolescentes teria sido morto pelo acusado por ter **ameaçado denunciá-lo à polícia**” [OP. 02]; “[foi] **ameaçado de morte**” [OP. 02]

2.2.1.6.6 O discurso do arrependimento³⁰

E, por fim, ele tenta se justificar dizendo que matou, mas que, apesar de ter matado, estava arrependido do que fez: “**não mataria de novo**. Isso acabou” [CB. 01]; “**não voltaria a matar**” [CB. 01]; “[Admar] **disse estar arrependido**” [CB. 01]

Analisando os discursos mencionados como um conjunto, pensando na FD-6 é possível chegar à conclusão de que essa FD constitui-se por discursos característicos de quem comete crime, isto é, um discurso que, na grande maioria das vezes, irá tentar justificar o que foi feito, na tentativa de se isentar ou minimizar a culpa pelo que foi praticado. Então, de acordo com essas sequências, Admar não matou por vontade, iniciativa própria, foi levado a matar: em razão de **má influência**, até mesmo maligna, por ter sido **passado para trás**, por **ouvir vozes** o instigando a matar, por ter sido **perseguido por espírito**, por uma **dívida não paga**, por estar **fora de si** (tanto que matava e se esquecia do que tinha feito, segundo ele), por ter **sido estuprado** (por vingança), por estar sendo **ameaçado de morte** e, por ser **doente** e **não ter recebido ajuda**, por **medo**. Admar tinha inúmeros motivos para matar, de acordo com essas sequências discursivas produzidas por ele.

Podemos perceber nessas sequências, também, as relações interdiscursivas que se fazem presentes: o discurso religioso, o discurso econômico, o discurso clínico, o discurso do arrependimento, etc.. Desse modo, se fizermos um levantamento dos discursos produzidos por outros maníacos, certamente teremos a reiteração desses mesmos discursos, já que os discursos, sempre e inevitavelmente, se relacionam com outros discursos, produzidos antes, em outras condições de produção, por outros sujeitos discursivos, que serão retomados,

²⁹ Ver apêndice XXIII, p. 174.

³⁰ Ver apêndice XXIV, p. 175.

repetidos, transformados posteriormente e contribuirão para a formação de novos discursos e para a produção de novos efeitos de sentido.

2.2.1.6.6.1 A culpa é das vítimas

Além dessas sequências discursivas produzidas pelo “maníaco de Luziânia”, que seriam uma tentativa de justificar o porquê dos crimes, foi possível fazer mais dois agrupamentos, que dizem respeito à depreciação das vítimas pelo assassino, por dois motivos, e esses dois agrupamentos compõem a FD-6.

2.2.1.6.6.2 Admar não era homossexual, as vítimas eram³¹

Primeiro Admar afirma que não era homossexual, mas que as vítimas eram. Vejamos: “Adimar **negou ser homossexual**, mas admitiu ter mantido relações com meninos” [OP. 02]; “[...] o pedreiro afirmou [ter] sido **convidado para fazer sexo** com um dos adolescentes” [OP. 02]; “confessou que **teve relação sexual com todas as vítimas**” [OP. 02]; “[...] **alegou ter feito sexo com os seis garotos**” [CB. 01] Admar foi, segundo ele, convidado, assim, quem era homossexual era o adolescente e não ele.

2.2.1.6.6.3 Admar não era viciado em drogas, as vítimas eram³²

Nas sequências discursivas, é afirmado que ele não usava droga, quem usava eram as vítimas, tanto que ele as atraía, segundo ele, muitas vezes, por meio da oferta de drogas: “[Ele] **oferecia drogas** e matava eles [os adolescentes] a pauladas” [OP. 02]; “[Ele] as **atraía** [as vítimas] até o local do crime **oferecendo drogas**” [OP. 02]; “[Admar fazia] **promessa[s] de drogas**” [OP. 02]; “**Não uso drogas. Também não usei para fazer tudo isso**” [CB. 01]

Dessa forma, além de Admar se defender de várias maneiras, alegando que não matou porque quis, mas que foi levado a matar, ele também não assume hora nenhuma que era homossexual nem tampouco drogado. Talvez isso se justifique pelo fato do homossexualismo e das drogas serem, em nossa sociedade, ainda hoje, pela grande maioria da população, considerados como um estigma social³³. Além disso, se Admar já é caracterizado, através dos

³¹ Ver apêndice XXV, p. 175.

³² Ver apêndice XXVI, p. 175.

³³ De acordo com Goffman (1891): “O termo estigma [...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo [...] Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. [O segundo tipo refere-se] as

discursos veiculados como assassino, monstro, bandido, destruidor de famílias, desequilibrado, etc. Se assumisse ser também homossexual e dependente químico, poderia fazer que ele fosse ainda mais discriminado socialmente, em virtude que são condições não aceitas pela grande maioria da população.

2.2.1.7 FD-7: Da presença do discurso religioso³⁴

A sétima FD identificada (FD-7) diz respeito àquelas sequências discursivas enunciadas a partir de uma FD religiosa. Os principais trechos das sequências que a compõem são: “[Admar, a irmã e a vizinha dele **iam**] **ao culto** juntos” [OP. 02], em que a palavra **culto** nos remete à religião, especificamente, à evangélica; “Confuso, Admar diz que **agiu sob influência de um [...] ‘espírito maligno’**” [OP. 02]. Aqui **espírito maligno** produz efeitos de sentidos relacionados à religião, afirmando que os espíritos induzem a fazer coisas erradas, são malignos, citados em texto bíblico, mais especificamente em Lucas (8;2): “Os doze [apóstolos] estavam com ele [Jesus], como também algumas mulheres que tinham sido livradas de **espíritos malignos**” no momento em que piedosas mulheres acompanha [vam] Jesus; “**Será que esses ossos poderão reviver?** (Padre Célio Amaro)” [CB. 09], que está em Ezequiel, 37:3, na passagem bíblica sobre os ossos secos, onde temos o seguinte trecho, vejamos: “Disse-me o Senhor: ‘filho do homem, **poderiam esses ossos retornar à vida?**’”; “[Padre Célio Amaro] usando **a palavra de Deus** [disse]: ‘**Colocarei em vocês o meu espírito e vocês reviverão**’” [CB. 09] que está em Ezequiel 37: 5, ainda nessa mesma passagem bíblica sobre os ossos secos, onde lê-se: “Eis o que vos declara o senhor Javé: vou fazer **reentrar em vós o sopro da vida para vos fazer reviver**”; “[...] o pastor Gaspar Bernardes [...] pediu: ‘**Espírito Santo, console nossos corações**’” [CB. 09]; “Um homem [...] convicto afirmava: ‘**Ninguém pode duvidar que existe vida depois da morte**’”, remete ao discurso bíblico que está em João 11:25, quando fala-se sobre a ressurreição de Lázaro: “Disse-lhe Jesus: ‘Eu sou a ressurreição e a vida. Aquele que crê em mim, **ainda que esteja morto, viverá**’” [CB. 09]; “**Rezou** [o padre] **um Pai Nosso**” [CB. 09], que, segundo o discurso bíblico, é a oração ensinada por Jesus aos apóstolos, que está em Lucas 11: 1-13.

culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, **distúrbio mental, prisão, vício**, alcoolismo, **homossexualismo**, desemprego, **tentativas de suicídio** e comportamento político radical.” (GOFFMAN, 1981, p.6-7, grifos nossos).

³⁴ Ver apêndice XXVII, p. 175.

De acordo com Pêcheux (1997a), aquilo que pode e deve ser dito em um determinado lugar é o que constitui as FDs. Assim, o padre e o pastor, ao falarem de uma formação discursiva religiosa, não podem enunciar dizeres sobre o maníaco chamando-o de louco, psicopata, maníaco, porque tais dizeres são característicos daqueles sujeitos que falam a partir de um discurso clínico. A todo o momento, o que o padre e o pastor fazem é dizer palavras de conforto para os familiares e, portanto, em nenhum momento eles acusam ou denigrem a imagem do pedreiro, porque, no discurso religioso, “perante Deus, todos nós somos iguais” e que “quem não tem pecado, que atire a primeira pedra”. Desse modo, enunciando a partir da posição-sujeito padre, não se pode acusar o próximo.

2.2.1.8. FD-8: Os discursos dos familiares e da população

A FD-8 é composta por sequências discursivas produzidas tanto pelos familiares do maníaco quanto das vítimas e também pela população vizinha deles, a partir da qual fizemos os últimos cinco agrupamentos.

2.2.1.8.1 Surpresa, repúdio, estupor e indignação frente aos acontecimentos³⁵

As sequências discursivas que se referem a esses sentidos por parte da população e dos familiares são: “Pensei que **os anos de cadeia tinham sido uma lição**” [OP. 01]; “**Jamais imaginaria**” [OP. 01]; “**notícia horrível**” [OP. 01]; “**destruidor de famílias**” [CB. 01]; “**Não posso perdoar quem fez isso** aos seis jovens” [CB. 02]; “**Só vendo, a gente passa a acreditar**” [CB. 09]; “**Todo mundo** que tem filho **ficou apavorado**” [CB. 09]; “Tudo isso foi muito **cruel**” [CB. 09]; “A procura delas [das mães] terminou, mas **vazio** fica” [CB. 09].

Nota-se, a partir dessas sequências, a surpresa, o espanto, o repúdio e o estupor que a população demonstrou quando soube dos crimes que foram praticados pelo “maníaco de Luziânia”.

2.2.1.8.2 Sequências discursivas que referem à expectativa que os familiares e a população de um modo geral tinham de que a justiça seja/fosse feita³⁶

³⁵ Ver apêndice XXVIII, p. 176.

³⁶ Ver apêndice XXIX, p. 177.

Temos, no nosso *corpus* de análise, duas sequências discursivas que se referem ao fazer justiça em relação à tragédia. São elas: “O prefeito [...] **espera que haja ‘justiça exemplar em relação aos crimes’**” [OP. 01]; “**Quem vai punir ele [Admar] vai ser a justiça**” [CB. 01] Desse modo, essas duas sequências produzem relação interdiscursiva com a maioria dos discursos produzidos a respeito de assassinatos, pois sempre circulam discursos do tipo: “Esperamos que a justiça seja feita”.

2.2.1.8.3 A luta das mães por justiça continua³⁷

As sequências que se referem à luta das mães são: “começo de mais uma **luta**” [OP. 04]; “**Nossa luta**, a de todas as mães, continua” [CB. 09]; “As mães de Luziânia [...] mulheres **guerreiras** [...] mães que **lutaram** incessantemente” [CB. 06]

Percebe-se, a partir dessas sequências, que existe uma luta das mães para conseguirem resolver as situações geradas pela tragédia pela qual passaram seus filhos (desaparecimento, estupro, assassinato, ocultação dos cadáveres, demora na liberação dos corpos para o enterro, e outras). O primeiro enunciado observado refere-se à fala de uma das mães dos jovens assassinados, Valdirene Fernandes, que, representando todas as mães durante uma audiência no Senado, disse que aquele era apenas o “começo de mais uma **luta**”, por meio da qual as mães de todos os jovens objetivavam alcançar uma mudança na legislação. [OP.04] Assim, tentar unir forças e contar com a divulgação do caso para conseguir promover uma mudança na legislação constitui-se como elementos que configuram a luta vivenciada pelas mães.

No segundo enunciado, Sônia, mãe de Paulo Victor, outra vítima do maníaco, fala que **a luta** de todas as mães continua e que elas, juntas, buscam obter esclarecimentos sobre as mortes dos adolescentes. [CB. 09] Esse enunciado evidencia que as mães de Luziânia precisam lutar incessantemente para que a morte de seus filhos não represente apenas um aumento no número de homicídios, mas que alguma coisa seja feita em relação ao caso; que essas mortes sejam esclarecidas. De alguma forma, isso também remete à condição social dessas mães e suas famílias. Precisar lutar para esclarecer as mortes de seus filhos junto à Polícia Civil e Federal é para quem não tem condições econômicas e nem prestígio social, pois, certamente, se esses adolescentes mortos fossem filhos de pessoas da “alta sociedade”, não haveria luta, como a das “Mães de Luziânia”, para que o caso fosse esclarecido.

O terceiro enunciado refere-se a uma reportagem divulgada em um dia próximo ao domingo que seria “Dia das Mães”. A autora da reportagem, Nara Trindade, caracteriza as

³⁷ Ver apêndice XXX, p. 177.

mães dos jovens assassinados como “As mães de Luziânia” e diz que elas “**lutaram** incessantemente para que os policiais civis e federais” mostrassem mais empenho nas investigações, de modo que pudessem ser esclarecidos os desaparecimentos dos jovens com maior rapidez. [CB. 06] Também se faz presente no enunciado a palavra “**guerreiras**”, que nos remete à luta, utilizada pela autora para caracterizar as mães como sendo lutadoras, tendo em vista que guerreiro é aquele que vai à guerra, vai à batalha, o que evidencia, mais uma vez, a luta das mães.

É notório que esses três enunciados, um do “O Popular” e dois do “Correio Braziliense”, apesar de terem sido divulgados em jornais diferentes, em dias diferentes e escritos por autores também distintos, contém elementos em comum. Ambos mencionam o fato de que as mães precisaram lutar para esclarecer o que aconteceu com os seus filhos, o que justifica o fato de esses enunciados pertencerem a uma mesma FD.

2.2.1.8.4 Da dor decorrente da perda dos jovens³⁸

As sequências discursivas que evidenciam a dor pela perda dos jovens são: “**não suporto mais** [...] Queremos [...] **pôr um fim neste tormento** [...] **enterrar nossos filhos**” [CB. 03]; “[...] **sem motivos para comemorar** o aniversário” [CB.04]; “[...] sofrem com a **ausência dos filhos** [...] **reviverão hoje** [Dia das mães] a dor pela morte dos filhos” [CB. 09]; “**noites** [...] **difíceis** [...] Só vou **ter paz** quando enterrar meu filho” [CB. 09]; “[...] **mães em lágrimas**” [CB. 09]; “A mãe de Márcio [...] **desmaiou três vezes** [no velório]” [CB. 09]; “Esse bandido **levou a metade de nós, matou a gente pouco a pouco**” [CB. 09]; “[...] **leva um pedaço da família**” [CB. 09]; “Sônia [...] **aos pedaços**” [CB. 09]; “**dor** [...] **sofrimento** [...] **cansaço** [...] **filme de terror** [...] **faltará sempre à presença dele**” [CB. 09]; “cinco meses de **desespero**” [CB. 09]; “[...] vai sentir muito **a falta do tio**” [CB.10]; “[...] ficou **ao lado do corpo do filho**” [CB. 10]; “[...] **vida despedaçada** [...] **lágrimas das mães**” [CB. 10]; “[...] **chorar seus prantos**” [CB. 10]; “[...] **ausência do filho**” [CB. 11]; “[...] **vão embora quando enterrar o corpo, mas desse jeito**” [CB. 04]; “[...] muito estranha essa **demora toda**” [CB. 04]; “[...] **esperando a liberação** para o enterro” [CB. 05] e “**Não recebemos nenhuma novidade**” [CB. 05].

Em relação aos principais trechos das sequências discursivas mostradas acima, em primeiro lugar, é preciso considerar que foram produzidas, na sua grande maioria, pelas mães dos jovens assassinados pelo maníaco. Logo, se são as mães, falam a partir de uma posição

³⁸ Ver apêndice XXXI, p. 177.

de revolta e dor em relação ao ocorrido. Desse modo, essas sequências remetem ao sofrimento, à dor vivenciada pelas mães, mas também por familiares das vítimas, no que se refere ao momento de esperar o desfecho dos desaparecimentos, de velar e enterrar os filhos.

Assim, remetem à dor porque, durante o desaparecimento dos filhos, em que esperavam uma resposta/solução para o que tinha acontecido, vivenciaram um período de: **tormento, noites difíceis, (falta de) paz, não tinham motivos para comemorar nada, vivenciaram um filme de terror.** Esses itens lexicais, dentro dessa FD, produzem efeitos de sentidos relacionados à dor, uma vez que descrevem o que, principalmente as mães, sentiram durante esse período de espera. Para representar a dor é também recorrente o uso dos termos: **falta, faltara, ausência, leva a metade de nós, mata pouco a pouco,** e também: **dor, sofrimento, cansaço, desespero.** O uso das palavras: **pedaço, pedaços, despedaçada,** remete-nos a sofrimento e não qualquer sofrimento, mas um sofrimento extremo, intenso, uma vez que a vida ou mesmo as mães, como é citado, não estão, por exemplo, apenas carregadas de tristeza, mas elas estão aos pedaços, despedaçadas, o que causa outro efeito de sentido no leitor, de dor intensa, e não apenas de tristeza. Percebemos, dessa maneira, que existem estratégias discursivas utilizadas pela mídia que contribuem para uma maior comoção no leitor, promovendo variados efeitos de sentidos.

Além desses termos, recorre-se também ao uso dos vocábulos **lágrimas, pranto,** para evidenciar o estado de extremo sofrimento vivenciado pelas mães, tanto é que é relatado que as mães choram há quase cinco meses, em função do desaparecimento dos adolescentes e da demora quanto ao esclarecimento do caso.

Por fim, gostaríamos de ressaltar o enunciado em que é dito que “As mães de Luziânia [...] **reviverão hoje a dor pela morte dos filhos**” [CB.09], para exemplificarmos a questão das condições de produção do discurso, refletida no capítulo teórico dessa pesquisa. O verbo sofrer provoca um efeito de sentido relacionado a sofrimento e também com relaciona-se com o fato de as mães, próximo ao dia dedicado a elas, dizerem que irão reviver a dor provocada pela morte dos seus filhos, visto que não os terão por perto para comemorar esse dia. Desse modo, se viver a dor refere-se a sofrimento, reviver essa dor torna-se um sofrimento maior ainda.

Assim, quando o “Correio Braziliense” afirma que elas reviverão hoje, esse hoje faz referência ao “Dia das Mães”. Sabemos que, próximo ao dia das mães, certos discursos que circulam frequentemente pela mídia, principalmente oriundos de empresas que objetivam vender seus produtos, por meio da divulgação dos mesmos através de propagandas. Nessa reportagem do jornal “Correio Braziliense”, do dia 09 de maio de 2010, de forma particular, a

proximidade com o dia das mães e os discursos que circulam na mídia sobre essa data serviram como uma das condições de produção para essa reportagem, constituindo fatores relevantes para os efeitos de sentidos decorrentes do discurso produzido nessa ocasião. Ora, se essa mesma reportagem sobre o sofrimento vivenciado pelas mães em função da ausência de seus filhos circulasse em uma época do ano que não fosse próxima ao dia das mães ou mesmo do mês de maio, mês das mães, os efeitos de sentidos produzidos seriam diferentes daqueles que são ocasionados pelos discursos materializados nessa reportagem, que foram produzidos por influência dessas condições específicas. Vale ressaltar, que conforme vimos em outras sequências, essa demora na liberação dos corpos provocou um sofrimento ainda maior nas mães e familiares de um modo geral, que aguardavam ansiosos para velar e enterrar seus entes queridos.

Ao analisar essas sequências referentes à dor, é interessante observar que o número de enunciados que se referem às mães é muito maior do que os que se referem aos demais familiares, o que evidencia que a mídia dá maior ênfase aos enunciados maternos, uma vez que os mesmos provocam maior comoção no público leitor, em razão de a mãe ser, de acordo com uma série de discursos difundidos socialmente, aquela que mantém um relacionamento mais próximo com os filhos, uma relação de cumplicidade, desde o momento da gestação. Outro aspecto importante, a ser ressaltado é o fato de que, ao contrário do que acontece com as mães, que são apresentadas como sendo guerreiras, sofredoras, lutadoras, a figura do pai quase não aparece nas reportagens. Quando aparece é de forma breve, apenas em um enunciado ou outro, o que não se equipara à exaltação que é feita pela mídia em relação à figura materna.

Ao finalizar a análise dessas oito FD identificadas, podemos perceber o quanto os discursos, independente de qual seja, são heterogêneos, pois, a partir da análise de 20 textos produzidos e divulgados sobre um acontecimento: o caso do “maníaco de Luziânia”, constituindo-se assim em um discurso midiático, mais especificamente, jornalístico, do tipo impresso, notamos que a mídia utilizou de diversos discursos para constituir o seu, por isso é que esse tipo de discurso pode ser considerado como um discurso *sobre* (MARIANI, 1996). Além disso, percebemos que existe uma série de aspectos que estão envolvidos na produção dos efeitos de sentido, que irão variar de acordo com cada condição de produção, o que justifica o fato dos sentidos não serem únicos, fixos, mas estarem em constante movimento. Então, para concluir essa primeira parte analítica de nossa pesquisa, achamos conveniente citar Mussalim (2004), quando ela explica que:

[...] qualquer enunciação supõe uma posição [como vimos, existem diversas posições que podem ser ocupadas pelos sujeitos para enunciar] e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições [que indica a partir de qual FD o sujeito está inserido para produzir o seu discurso] implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue regras de uma língua, mas do interdiscurso [que podem se manifestar, por exemplo, na forma do já-dito e do pré-construído] as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações, sendo que essa relação metafórica que funciona como matriz do sentido é historicamente dada [daí a importância do contexto, tanto para a produção quanto para a compreensão dos discursos]. (MUSSALIM, 2004, p. 373)

Assim, após ter analisado a presença da heterogeneidade constitutiva no nosso *corpus*, por meio, por exemplo, da relação interdiscursiva com o discurso religioso, econômico, clínico, jurídico, etc., no discurso jornalístico (midiático), passaremos para a segunda parte de análise da nossa pesquisa. Esta diz respeito à análise da heterogeneidade mostrada do tipo marcada, mais especificamente as formas do discurso relatado, evidenciando mais uma vez o caráter heterogêneo do discurso, por meio da identificação das marcas explícitas da presença do Outro dentro do discurso midiático (jornalístico).

2.2.2 Análise da heterogeneidade mostrada marcada

Como vimos, para Authier-Revuz (2004), existem duas formas de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. A última se divide ainda em dois tipos: mostrada marcada e mostrada não-marcada. Nosso intuito é, pois, analisar a heterogeneidade mostrada do tipo marcada, que diz respeito àquela forma de heterogeneidade que pode ser percebida de forma explícita, mostrada no texto através do discurso direto e do discurso indireto, tidos como formas de demarcar a presença do Outro no discurso. Analisando as notícias, reportagens e entrevistas produzidas e divulgadas sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, constatamos que os quatro veículos de informação, cujos textos compõem o nosso *corpus*, uns com maior, outros com menor frequência, utilizam de recursos como discurso direto, discurso indireto, modalização em discurso segundo, aspas, para demarcar a presença do Outro no discurso jornalístico. Fazem uso, usando o termo cunhado por Authier-Revuz (2004), para se referir à constituição de seus enunciados, da heterogeneidade mostrada marcada.

Embasando-nos em todas as considerações feitas a respeito da heterogeneidade mostrada marcada, a partir de agora, analisaremos a presença desse tipo de heterogeneidade

no discurso midiático sobre a violência, por meio de sequências discursivas produzidas acerca do caso do “maníaco de Luziânia”.

Para a realização desse segundo momento de análise, prosseguimos da seguinte maneira: identificamos, em cada notícia, reportagem e/ou entrevista sobre o caso, as marcas explícitas da presença do Outro nestes enunciados e os agrupamos (discurso direto, discurso indireto seguido de discurso direto, discurso indireto, modalização em discurso segundo e modalização em discurso segundo seguido de discurso direto, aspas). Além disso, destacamos os verbos introdutórios de discurso direto e indireto (verbos *dicendi*), os casos de ilhas textuais que aparecem em cada reportagem e também o uso do condicional jornalístico. Faremos as análises, considerando cada instituição midiática por vez, de modo que possamos perceber quais são os recursos mais utilizados por cada instituição, como forma de demarcar a presença do Outro dentro do discurso jornalístico e que efeitos de sentidos esses recursos produzem ao serem veiculados.

Antes de partirmos para esse momento analítico, é necessário arrolar breves considerações sobre o uso do condicional jornalístico. É denominado, na área jornalística, de condicional jornalístico o uso do verbo conjugado no futuro do pretérito. E, ao analisarmos nosso *corpus*, notamos que é feito, com grande frequência, uso desse recurso pelas instituições midiáticas, como forma de isenção da responsabilidade pelo que está sendo dito, já que, assim, o que se enuncia passa a ser uma hipótese e não uma afirmação. Acreditamos que o uso recorrente do condicional se justifique pelo fato de que uma única instituição midiática divulga, em um só dia, diversas notícias e, em função do pouco tempo, muitas vezes, não consegue checar todas as informações sobre um determinado acontecimento e, utilizando tanto verbos em determinado tempo verbal, como por exemplo, *teria* e *poderia*, que aparecem em grande número nas sequências discursivas que analisamos.

Sobre o uso do condicional, Haickel (2007), dá sua opinião dizendo que:

Percebe-se um claro distanciamento da notícia objetiva e da abordagem factual. Há um constante flerte com um deslavado achismo e uma descompromissada falta de apuração dos fatos através do emprego de verbos conjugados premeditadamente na tentativa de se estabelecer um clima de polêmica e dúvida em torno de um tema. O que mais se lê por aí agora são coisas do tipo: “*algo aconteceria*”, “*alguém teria comentado*”, “*determinada pessoa teria dito*”, “*a boca pequena comentaria-se*”, “*fulano de tal seria*” e outras afirmativas nesse estilo, sempre com o verbo, qualquer que seja ele, no chamado futuro do pretérito, ou condicional, como se dizia nos tempos de ginásio. [...] Não se faz um jornalismo descente usando o verbo no futuro do pretérito. No futuro do pretérito, ou como queiram alguns, usando-se a forma condicional do verbo, se faz é mexerico e fofoca.

E mexerico e fofoca não são coisas de jornalistas, são coisas de raparigas da pior espécie. (HAICKEL, 2007)

2.2.2.1 O jornal *Diário de Catalão*

Iniciemos nossas análises, partindo das sequências discursivas que foram produzidas e noticiadas pelo jornal “Diário de Catalão”. Foram divulgados, por essa instituição midiática, dois textos que podem ser classificados como notícias. Apesar de suas estruturas serem muito parecidas com as de uma reportagem, o redator das mesmas é desconhecido, ou seja, a notícia não é assinada por ninguém, o que, conforme Costa (2008), constitui-se como uma das características desse gênero. Identificamos em cada texto as marcas da presença da heterogeneidade mostrada marcada e construímos uma tabela para realizarmos as análises. Além da presença do outro, buscamos identificar e demonstrar o uso frequente do condicional jornalístico pelas instituições midiáticas. Segue, pois, a primeira tabela.

Título: *Maníaco de Luziânia – Depoimento de pedreiro foi contraditório, diz delegado*

“**Diário de Catalão**” (Publicado em: **14 de Abril de 2010**) – Gênero: **Notícia**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “O Estado falhou, ou seja, o poder público foi inerte, foi omissivo, em uma situação em que gerou praticamente essa calamidade lá em Luziânia”, <i>diz</i> o juiz Jesseir Coelho de Alcântara, da 1ª Vara Criminal de Goiânia. 2- Depoimento de pedreiro foi contraditório, <i>diz</i> delegado.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- O juiz Luiz Carlos de Miranda, que deu a liberdade ao pedreiro, <i>informou</i>, em nota, que o exame psiquiátrico não apontou doença mental, nem necessidade de remédios controlados e que, por isso, o Ministério Público também foi a favor da liberdade.
Modalização em Discurso segundo Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. <ol style="list-style-type: none"> 1- <i>Segundo a polícia</i>, ele [Adimar] deu versões contraditórias sobre os assassinatos. “O interrogatório não é coerente. Ele tenta minimizar a ação, em razão de ser contestado por todos. Ele tenta criar motivação para os crimes, para justificar o que é injustificável”, disse o delegado titular da Denarc, Juraci José Pereira.
Ilhas textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Condicional Jornalístico	<ol style="list-style-type: none"> 1- Ele <i>teria</i> começado a cometer os crimes exatamente uma semana depois de receber o benefício de progressão de regime.

Assim, a primeira notícia sobre o caso foi publicada no dia 14 de Abril de 2010 e o assunto abordado nela consiste no depoimento contraditório dado por Adimar, conforme informações do delegado. É uma notícia razoavelmente curta, composta por 04 (quatro) ocorrências de discurso relatado. Vejamos: o jornal, utilizando-se do condicional jornalístico, (teria), diz que o maníaco teria cometido os crimes após receber o benefício de progressão de regime. Para enfatizar o erro cometido pelo estado, esse trecho é seguido por 01 (uma) fala em DD, em que o juiz da 1º Vara Criminal, afirma que o Estado falhou e, como consequência, gerou essa situação de calamidade em Luziânia - GO. Temos também 02 (duas) ocorrências em DR: a fala de um delegado, em DD, e a fala de um juiz, em DI, dizendo sobre a contradição existente no depoimento do pedreiro e também sobre o fato do exame psiquiátrico de Adimar não ter apontado nenhuma doença mental, o que justificaria, segundo ele, a liberdade concedida a ele. Esse DI é introduzido pelo verbo *dicendi* informar, que transmite certo efeito de neutralidade. Por fim, temos 01 (uma) modalização em discurso segundo, com dizeres da polícia comentando novamente sobre a contradição existente no depoimento, e essa modalização é seguida de 01(um) DD, pronunciado por um delegado, que reafirma o que é dito através da modalização, como forma de comprovar a veracidade da informação.

Título: *Pedreiro preso por assassinato de jovens em GO é encontrado morto*

“**Diário de Catalão**” (Publicado em: **19 de Abril de 2010**) – Gênero: **Notícia**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Não existe ex-estuprador. Considerando-se que não existe ex-estuprador e, diante da extrema gravidade dos ignóbeis crimes pelo sentenciado cometidos, requeiro seja expedido mandados para fiscalização sistemática e reiterada”, <i>solicitou</i> Maria José. 2- Adimar estava enforcado com uma tira de forro do colchão. Ele estava preso em cela isolada do Denarc de Goiânia, <i>diz</i> a polícia.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- No pedido, a promotora Maria José Miranda Pereira <i>sustentou</i> que a vigilância constante da Justiça sob Adimar poderia “salvar a dignidade sexual de muitas crianças.”
Modalização em Discurso segundo	<ol style="list-style-type: none"> 1- <i>Segundo Norton Luiz Ferreira</i>, delegado chefe de comunicação da Polícia Civil de Goiás, Adimar foi encontrado enforcado com uma tira do forro do colchão da cela por volta das 12h30. 2- <i>De acordo com a polícia</i>, ele teria cometido suicídio.

<p>Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto</p>	<p>3- Segundo a polícia, os vizinhos de cela teriam ouvido um barulho de rasgo de tecido na tarde deste sábado.</p> <p>1- Na manhã deste domingo, ele teria conversado normalmente com os onze presos da cela ao lado, segundo a polícia. “Durante a conversa ele repetiu o depoimento que deu aos delegados e contou como matou os meninos”, disse Ferreira.</p>
<p>Ilhas textuais</p>	<p>1- Documentos anexados ao processo que devolveu Silva às ruas revelam que a Justiça tinha laudos psicológicos que identificaram “sinais de sadismo” e “de transtornos psicopatológicos” em um exame criminológico realizado um ano e sete meses antes da sua libertação.</p> <p>2- A Justiça também foi alertada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a implementar “fiscalização sistemática” sob Adimar no dia 14 de janeiro deste ano, quando três dos seis jovens já haviam desaparecidos.</p> <p>3- No pedido, a promotora Maria José Miranda Pereira sustentou que a vigilância constante da Justiça sob Adimar poderia “salvar a dignidade sexual de muitas crianças.”</p> <p>4- O pedido da promotora foi escrito de próprio punho atrás de um dos “Mandados de Constatação na Residência” ordenados pela justiça em 7 de Janeiro deste ano, para que um oficial fosse até a residência de Adimar para constatar se ele cumpria as determinações judiciais “de recolher-se à sua residência diariamente, até as 21 h, e nos dias de folga e feriados”.</p>
<p>Condicional Jornalístico</p>	<p>1- De acordo com a polícia, ele teria cometido suicídio.</p> <p>2- Na manhã deste domingo, ele teria conversado normalmente com os onze presos da cela ao lado, segundo a polícia.</p> <p>3- Segundo a polícia, os vizinhos de cela teriam ouvido um barulho de rasgo de tecido na tarde deste sábado.</p> <p>4- No pedido, a promotora Maria José Miranda Pereira sustentou que a vigilância constante da Justiça sob Adimar podia “salvar a dignidade sexual de muitas crianças.”</p>

A segunda notícia, publicada no dia 19 de abril de 2010, é um pouco mais extensa, se comparada à primeira, e diz respeito ao fato do maníaco ter sido encontrado morto em sua cela, em Goiânia – GO, onde estava preso. Nesse texto, talvez por se tratar de uma notícia de maior destaque (a morte de Admar), encontramos uma quantidade maior de discursos relatados, constituídos, na sua grande maioria, por discursos jurídicos. Assim temos: 02 (dois) DD, um para dizer do pedido de mandado expedido pela promotora requerendo a prisão de Admar e outro, referente à fala da polícia falando o suicídio de Admar. Depois, outra fala da promotora, dessa vez, em DI, que tem como verbo *dicendi* sustentar, que é um verbo mais carregado de sentido, uma vez que ela sustentou que se ele (Admar) fosse preso, poderia salvar vidas, o que, nesse caso, indica que ela realmente tinha certeza do perigo que representava Admar para a sociedade estando solto. Temos também 03 (três) modalizações

em discurso segundo, com dizeres do delegado e da Polícia Civil, e uma modalização em discurso segundo seguida de DD, que restitui a fala de um dos detentos companheiro de cela de Admar, para descrever como foi o período da manhã, na prisão, no dia em que Admar foi encontrado morto.

Nessa segunda notícia (diferentemente da primeira), temos 04 (quatro) casos de ilha textual (uso de aspas) que, como vimos, é usada pela mídia para demarcar que aquilo que está entre aspas não pertence à instituição, é o dizer do Outro e que a instituição pode não concordar com ele ou não tem autoridade para citar tal discurso. Entendemos que, nessa notícia, os 04 (quatro) casos de uso de aspas acontecem como forma de respaldar o discurso midiático, com a indicação de vozes de autoridade, porque são citados termos específicos do discurso clínico (“sinais de sadismo”, “de transtornos psicopatológicos”) e do discurso jurídico (“fiscalização sistemática”, “Mandados de Constatação na Residência”), além de 02 (dois) trechos da fala da promotora, inseridos no discurso jornalístico.

Há ainda, 04 (quatro) lugares em que o condicional jornalístico é utilizado para relatar que: o preso *teria* cometido suicídio, *teria* conversado normalmente, que os vizinhos de cela *teriam* ouvido um barulho de rasgo de tecido e que a vigilância sobre Admar *poderia* salvar a dignidade sexual de muitas crianças. Vejamos, ao utilizar o verbo conjugado no futuro do pretérito – *teria*, *teriam*, *poderia* – nada é assumido pela mídia, pois é dito como uma possibilidade e não uma afirmação, assim, o condicional é um recurso através do qual a mídia se isenta de responsabilidade sobre o que é dito, se distanciando desse discurso, buscando criar um efeito de neutralidade e imparcialidade em relação aos discursos que produz e faz circular na sociedade.

Analisando as 02 (duas) notícias, publicadas pelo “Diário de Catalão”, foi possível constatar 16 (dezesesseis) ocorrências de discurso relatado e 05 (cinco) casos em que foi utilizado o condicional jornalístico. Como o assunto da segunda notícia, a morte de Admar, traz mais informações e talvez seja considerada mais impactante que a primeira. Ela requer que sejam citados sujeitos de maior credibilidade, como o delegado, a promotora, a Polícia Civil, para dizer sobre o ocorrido, porque são esses tipos de discursos que “conferem credibilidade à informação, dando vivacidade à reportagem”, (BENITES, 2002, p. 48) o que justificaria a presença de uma quantidade maior de discursos relatados.

Sintetizando, foram divulgados pelo jornal “Diário de Catalão” dois textos que fazem parte do gênero notícia. As datas de divulgação foram: 14/04/2010 e 19/04/2010. O verbo *dicendi* mais utilizado por essa instituição midiática foi o “dizer”, que apareceu por três vezes ao longo das duas notícias. Das 16 (dezesesseis) ocorrências de discursos relatados que

encontramos nessas sequências discursivas, a grande maioria diz respeito a falas de pessoas que enunciam a partir de uma posição jurídica e, em um caso, de uma posição clínica. Os recursos mais empregados por essa instituição foram o DI (04 ocorrências) e a ilha textual (04 ocorrências). Por fim, essa instituição fez uso, para construir suas sequências discursivas em relação ao caso, do condicional jornalístico, com a conjugação, no futuro do pretérito, dos verbos *ter* (teria) e *poder* (poderia). Dessa forma, é perceptível que, o jornal “Diário de Catalão”, se vale, na grande maioria das vezes, de citações de autoridade, quer seja em DD, DI, Modalização ou mesmo aspas e, dessa forma, produz notícias sucintas, que querem se mostrar totalmente objetivas e imparciais, com informações mais superficiais.

2.2.2.2. Jornal “O Popular”

Passemos agora para a análise das sequências discursivas que demonstram a presença do Outro no discurso, publicadas pelo jornal “O Popular”. Foram divulgados por essa instituição um total de 06 (seis) textos referentes ao gênero reportagem, sendo que no rodapé de uma dessas reportagens é divulgada uma entrevista com o psiquiatra Lúcio Malagoni. Desse modo, construímos referente ao jornal “O Popular”, sete tabelas, seis relativas às reportagens e uma a partir da entrevista.

Título: *Homem frio, metódico e assassino*

“O Popular” (Publicado em: **12 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Esse destruidor de famílias morava só 4 ruas distante de nós.” (Gláucia Gomes de Souza, irmã de Diego, um dos adolescentes assassinados) 2- “Eu tinha até combinado trabalhar com ele em maio nas casinhas (bairro novo de Luziânia). Mas ai ele foi ficando estranho, caladão, e agora essa notícia horrível. Eu era vizinha do assassino, gente!”, <i>dizia</i> na porta de casa, espantada, a comerciante Maria Rodrigues Ribeiro de Sousa, uma cearense de 63 anos. 3- “Pensei que os anos de cadeia tinha sido uma lição.” (Maria Rodrigues Ribeiro de Sousa, uma cearense de 63 anos.) 4- “Eu, a irmã dele e o próprio <i>Valdemar</i> (Admar) íamos ao culto juntos quase toda semana. Jamais imaginaria, apesar de saber que ele esteve preso por estupro”, <i>contava</i> ontem Maria Rosa da Silva Amadeu, de 50 anos, vizinha dos parentes dele há mais de dez anos. 5- “Desde o início trabalhamos com a hipótese de ação de um pedófilo e foi a investigação que apontou o pedreiro recém-liberado do presídio em Brasília, morando no mesmo setor onde residiam as vítimas”, <i>destacou</i> Josuemar.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- <i>A Polícia Civil acredita</i>, entretanto, que ele matava as vítimas antes de

seguido de Discurso Direto	descer até o local onde enterrou uma por uma. “Admar alega que conhecia as vítimas e que fez programas com quatro delas, mas não acreditamos que ele conhecesse os rapazes”, informou o delegado que esteve à frente das investigações.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Já Aredes Gorrea Pires, diretor-geral da Polícia Civil, citou que há indícios de que quatro das vítimas “tinham tendência homossexual, embora as famílias não admitissem”, ligando essa tendência a preferência sexual do pedófilo, que era por meninos. Ele se queixou do “desgaste político” de comparecer a tantas Comissões Parlamentares de Inquéritos (da pedofilia, dos desaparecidos e dos Direitos Humanos) enquanto a investigação andava. 2- Ele descreveu o acusado como “um homem metódico e articulado”. 3- Roller e Mara lamentaram o desfecho trágico para as famílias e destacaram o esforço conjunto das policias para a elucidação dos crimes. 4- O prefeito sinalizou com ajuda para o sepultamento das vitimas e distribuição de cestas de alimentos para os familiares. Ele admitiu que o episódio reforça a visão de Luziânia como cidade violenta, mas que o município espera que haja “uma Justiça exemplar em relação aos crimes cometidos e união da sociedade contra a violência.”
Modalização em Discurso segundo	<ol style="list-style-type: none"> 1- Segundo o delegado Josuemar Vaz de Oliveira, chefe do Departamento Judiciário da Polícia Civil de Goiás, as prisões ocorreram para averiguar se os dois participaram ou não das mortes dos seis rapazes junto com o pedreiro, pessoas que ele descreveu como fria.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto Ilhas textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. <ol style="list-style-type: none"> 1- Maria tem motivos de sobra para o choque. Ela trabalhava como servente “fazendo a massa e rebocando” algumas obras que Admar construiu por Luziânia. 2- Moradora vizinha de um dos três lotes ocupados por familiares do pedreiro na mesma rua, ela era uma das vizinhas que sabia do passado de pedofilia, mas Admar dizia “não ser bem daquele jeito”. 3- Ele se queixou do “desgaste político” de comparecer a tantas Comissões Parlamentares de Inquéritos (da pedofilia, dos desaparecidos e dos Direitos Humanos) enquanto a investigação andava. (Aredes Gorrea Pires, diretor-geral da Polícia Civil) 4- Ele descreveu o acusado como “um homem metódico e articulado”. 5- Ele [o prefeito de Luziânia] admitiu que o episódio reforça a visão de Luziânia como cidade violenta, mas que o município espera que haja “uma Justiça exemplar em relação aos crimes cometidos e união da sociedade contra a violência.”
Condicional Jornalístico	<ol style="list-style-type: none"> 1- A outra peça teria sido um telefone celular de uma das vitimas em poder de um dos familiares do pedreiro, que teria sido rastreado, levando à prisão da irmã de Admar, na residência na qual ele morava. 2- A detenção da irmã teria sido decisiva para que ele confessasse as mortes e apontasse no mesmo dia, na sexta-feira, o local onde estavam os corpos. 3- Ao confessar, ele teria dito que as vítimas foram mortas a pauladas e que foram vivas até o local onde ocorreram os crimes.

A primeira reportagem foi divulgada no dia 12 de abril de 2010 e traz um título que demonstra claramente a posição assumida pelo jornal, no qual Admar é postulado como sendo um “Homem frio, metódico e assassino”. Nela, temos 16 (dezesseis) ocorrências de discurso relatadas, sendo 05 (cinco) ocorrências de DD, das quais: 03 (três) relatam dizeres de familiares e vizinhos do maníaco, chamando-os de assassino, se mostrando indignados com a situação; 01 (uma) diz respeito à fala da irmã de uma das vítimas e outra 01 (uma) fala do delegado. Vale destacar que 02 (duas) das 05 (cinco) ocorrências em DD, são demarcadas apenas por aspas, sem uso do verbo *dicendi*. Depois, temos uma ocorrência em DI seguida de DD, relatando a fala da Polícia Civil que é, de certa forma, comprovada pela fala que segue do delegado. Temos 04 (quatro) ocorrências em DI, que buscam restituir os dizeres do diretor geral da Polícia Civil, do ex-secretário estadual de Segurança Pública de Goiás, da superintendente da PF de Brasília e do Prefeito de Luziânia.

Os verbos utilizados na construção dos discursos relatados em forma direta e indireta são variados. Assim, como sendo aparentemente neutros temos: dizer e contar. Já os demais, como: destacar, citar, queixar, descrever, lamentar, admitir e informar, são mais carregados de sentido. Ao dizer que o prefeito de Luziânia “**admitiu**” que as mortes dos adolescentes há o reforço da visão da cidade como sendo violenta e são produzidos efeitos de sentidos diferentes daqueles que seriam produzidos se fosse dito que o prefeito “disse”, uma vez que admitir tem um sentido diferente de dizer. Nesse caso, o discurso indica que o prefeito de Luziânia sabe que ela está um tanto quanto violenta.

Temos ainda, 01 (uma) ocorrência de modalização em discurso segundo, relatando a fala de um delegado; em seguida, temos 01 (uma) modalização também em discurso segundo, relatando a fala da Polícia Civil; seguida de uma fala do delegado, em DD, que dá vivacidade ao que é dito pela modalização.

Além dessas 11 (onze) ocorrências em discurso relatado já citadas acima, que marcam de forma explícita o discurso do Outro, temos também 05 (cinco) casos em que é utilizado o recurso da ilha textual (que também constitui uma das formas de discurso relatado): para citar trechos do que foi dito pela conhecida de Admar, que trabalhou como servente para ele; para relatar trechos da fala de uma vizinha dos familiares do maníaco; para dizer que o chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, Wesley Almeida, considerava Admar como um homem metódico e articulado; e, por fim, para relatar o que o prefeito de Luziânia esperava em relação ao caso. Nessa reportagem, foi possível identificar 03 (três) trechos em que é feito o uso do condicional jornalístico: [...] *teria* sido um telefone; [...] *teria* sido

rastreado; [...] *teria* sido decisiva, [...] *teria* dito. Através do uso recorrente desse recurso é possível perceber a busca da mídia por se isentar de qualquer responsabilidade sobre esses trechos.

Título: *‘Eu não consigo parar de matar’*

“O Popular” - (Publicado em: **13 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Não consigo parar de matar. Preciso de ajuda para parar com essas coisas.” (Adimar) 2- ‘Eu não consigo parar de matar’ (Adimar) 3- “Não me entreguei porque fiquei com medo de morrer.” (Adimar) 4- “Preciso de ajuda para parar com essas coisas.” (Adimar) 5- “Eu oferecia drogas e matava eles a pauladas.” (Adimar) 6- “Fui estuprado por maconheiros encapuzados.” (Adimar) 7- Lá, <i>disse</i>, atacava os adolescentes com pauladas até a morte.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- <i>Disse</i> ter sido perseguido por esses espíritos e que foi forçado a matar. “Não consigo parar de matar. Preciso de ajuda para parar com essas coisas”, <i>afirmou</i>.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- AUTORIDADES DA ÁREA JURÍDICA <i>APONTAM</i> FALHA NO CASO DE ACUSADO QUE FOI SOLTO E NÃO TEVE TRATAMENTO PSICOLÓGICO. 2- Em depoimento, Adimar <i>disse</i> ter agido sob influência de uma das vítimas e de um “espírito maligno”. 3- CONFUSO, ADIMAR <i>DIZ</i> QUE AGIU SOB INFLUÊNCIA DE UM DOS JOVENS E DE UM ‘ESPÍRITO MALIGNO’. 4- O pedreiro Adimar de Jesus Silva, de 40 anos, preso na sexta-feira acusado de matar os seis adolescentes de Luziânia, <i>reafirmou</i> ter sido o autor dos assassinatos, mas <i>diz</i> ter agido sob influência de um dos jovens (que não identificou), que teria encomendado as mortes ao custo de R\$ 5 mil, e de um ‘espírito maligno’. 5- Em vários momentos de sua fala, <i>afirmou</i> que um espírito maligno “fazia sua cabeça” para matar. 6- Adimar <i>contou</i> que teria sido aliciado por um dos adolescentes, a quem chamou apenas de Zé, que teria envolvimento com drogas e o teria contratado para executar o primeiro jovem por causa de dívidas. 7- Em outro momento, o pedreiro <i>afirmou</i> que teria sido convidado para fazer sexo com um dos adolescentes e que o ato seria filmado para ser vendido para uma pessoa identificada como pastor, que repassava as imagens pela internet. Para isso, receberia os R\$5 mil. 8- Adimar <i>afirmou</i> ter mantido relações sexuais com duas das seis vítimas. Ele as atraía até o local do crime, oferecendo drogas. Em alguns momentos, <i>admitiu</i> ter matado um dos adolescentes com um martelo. Ele também afirmou que contou com a ajuda de Zé em pelo menos um dos assassinatos. 9- Durante a tarde, no depoimento a integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, ele <i>confessou</i> que teve relação sexual com todas as vítimas e que executou-as com enxadão. 10- O pedreiro <i>afirmou</i> que teria se recusado a gravar a relação sexual com um dos adolescentes, material que seria vendido. No entanto, teria dito à Polícia Civil que quebrou o chip de um dos telefones celular dado de presente a um sobrinho, por conter imagens do ato sexual. Um dos

- adolescentes teria sido morto pelo acusado por ter ameaçado denunciá-lo a polícia.
- 11- [...] a delegada Renata Cheim, titular da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos, onde ele esta preso, **confirmou** que o pedreiro tem cicatriz na língua.
- 12- Adimar **negou** ser homossexual, mas admitiu ter mantido relações com meninos. Ele **afirmou** que apenas duas das vítimas teriam resistido e entrado em luta corporal com ele que, ao ser desvencilhar, desferiu as pauladas fatais.
- 13- Adimar **diz** ter medo de morrer e pedia para ficar preso em Goiânia. Ele afirmou ainda que pretendia se entregar a polícia.
- 14- Adimar **contou** que dois adolescentes envolvidos em toda a trama estão vivos e que eles o teriam procurado em sua casa, roubado um som e o ameaçado de morte.
- 15- O delegado Juracy José Pereira, que preside o inquérito, **afirmou** à *TV Anhanguera* que não acredita na hipótese de participação de outras pessoas no crime.
- 16- Adimar **contou** que chegou a tentar se matar, quando viu pela imprensa o sofrimento das famílias das vítimas. **Afirmou** que após as mortes não sabia o que tinha acontecido e que “achava que eles estavam vivos”.
- 17- Ontem, ele **disse** também que oferecia drogas aos meninos.
- Modalização em Discurso segundo
- 1- O pedreiro Adimar de Jesus Silva, assassino confesso dos jovens foi libertado e não recebeu tratamento, **conforme indicava laudo psiquiátrico**.
- 2- **Para autoridades da Justiça, do Ministério Público e psicólogos**, o caso ilustra uma falha do sistema, que precisa ser corrigida.
- 3- Os adolescentes, **segundo Adimar**, eram atraídos com a promessa de drogas e iam ao local do crime sem serem forçados, a pé ou de bicicleta.
- 4- **Segundo as investigações**, Adimar atraia os jovens com ofertas de pequenos trabalhos ou de dinheiro.
- Não consta nenhum caso.
- Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto
- Ilhas textuais
- 1- Em depoimento, Adimar disse ter agido sob influência de uma das vítimas e de um **“espírito maligno”**.
- 2- CONFUSO, ADIMAR DIZ QUE AGIU SOB INFLUÊNCIA DE UM DOS JOVENS E DE UM **‘ESPÍRITO MALIGNO’**.
- 3- Em vários momentos de sua fala, afirmou que um espírito maligno **“fazia sua cabeça”** para matar.
- 4- O crime teria sido cometido por **“maconheiros encapuzados”**.
- 5- Adimar contou que chegou a tentar se matar, quando viu pela imprensa o sofrimento das famílias das vítimas. afirmou que após as mortes não sabia o que tinha acontecido e que **“achava que eles estavam vivos”**.
- Condicional Jornalístico
- 1- O pedreiro Adimar de Jesus Silva, de 40 anos, preso na sexta-feira acusado de matar os seis adolescentes de Luziânia, reafirmou ter sido o autor dos assassinatos, mas diz ter agido sob influência de um dos jovens (que não identificou), que **teria** encomendado as mortes ao custo de R\$ 5 mil, e de um ‘espírito maligno’.
- 2- Duas das seis vítimas **teriam** sido abordadas e mortas logo após Adimar ter saído da igreja que ele freqüentava em Luziânia.
- 3- Adimar contou que **teria** sido aliciado por um dos adolescentes, a quem chamou apenas de Zé, que teria envolvimento com drogas e o teria contratado para executar o primeiro jovem por causa de dívidas.

- 4- Em outro momento, o pedreiro afirmou que *teria* sido convidado para fazer sexo com um dos adolescentes e que o ato seria filmado para ser vendido para uma pessoa identificada como pastor, que repassava as imagens pela internet. Para isso, receberia os R\$5 mil.
- 5- Em pelo menos um dos casos, Adimar *teria* usado um enxadão para matar as vítimas.
- 6- O pedreiro afirmou que *teria* se recusado a gravar a relação sexual com um dos adolescentes, material que seria vendido. No entanto, *teria* dito à Polícia Civil que quebrou o chip de um dos telefones celular dado de presente a um sobrinho, por conter imagens do ato sexual. Um dos adolescentes *teria* sido morto pelo acusado por ter ameaçado denunciá-lo a polícia.
- 7- Na ocasião, além da violência sexual, ele *teria* sido agredido fisicamente e tido parte da língua cortada.
- 8- Adimar negou ser homossexual, mas admitiu ter mantido relações com meninos. Ele afirmou que apenas duas das vítimas *teriam* resistido e entrado em luta corporal com ele que, ao ser desvencilhar, desferiu as pauladas fatais.
- 9- Adimar contou que dois adolescentes envolvidos em toda a trama estão vivos e que eles o *teriam* procurado em sua casa, roubado um som e o ameaçado de morte.

A segunda reportagem, do jornal “O Popular” que compõe o nosso *corpus*, foi publicada no dia 13 de abril de 2010, tem por título uma fala do próprio Admar: ‘Eu não consigo parar de matar’, o que evidencia que, nessa reportagem, a instituição midiática já começa desde o início a demarcar a presença do discurso do Outro. É uma reportagem de tamanho muito semelhante à anterior e traz 34 (trinta e quatro) ocorrências em discurso relatado, enquanto que a anterior apresenta apenas 16 (dezesesseis) ocorrências. Acreditamos que essa quantidade maior de discurso relatado, nessa reportagem, seja porque se trata do relato do que foi dito por Admar no depoimento, o que necessita, necessariamente, de uma maior quantidade de discursos relatados, por ser um assunto bastante polêmico, que necessitava de uma ampla cobertura.

Desse modo, temos 07 (sete) momentos em que é citada a fala de Admar por meio do DD e esse discurso, em 06 (seis) das 07 (sete) ocorrências é marcado apenas por aspas, não se tem, portanto, o uso do verbo *dicendi*. Temos 01 (uma ocorrência) em DI, relatando a fala de Admar quando ele afirma ter sido perseguido por espíritos, seguido de um DD também de Admar, o que dá mais ênfase e veracidade ao que é afirmado por meio do DI. Na sequência, como pode ser constatado na tabela, há 17 (dezesete) ocorrências em DI, das quais, apenas 03 (três) relatam falas de pessoas da área jurídica, enquanto que as outras 15 (quinze) são também enunciados de Admar transcritos na forma de DD. Os verbos *dicendi* utilizados são: disse, um verbo mais neutro, além de afirmou, apontam, reafirmou, contou, admitiu,

confirmou e negou, que são verbos mais carregados de sentido, dentro desse contexto, pois referem-se aos atos que teriam sido praticados por Admar durante a prática desses crimes. Nessa reportagem, é usado com grande frequência o verbo afirmou, pois se trata de trechos do depoimento de Admar, nos quais ele confessa os crimes.

Além disso, há 04 (quatro) ocorrências em modalização em discurso segundo e 05 (cinco) casos de ilhas textuais (aspas), que simulam restituir dentro do DI, de forma idêntica, o que foi dito pelo próprio Admar, durante o depoimento. Entretanto, por mais que se tente, nunca será possível reproduzir de forma fiel, muito menos objetiva, pois a situação discursiva e as condições de produção já não são mais as mesmas do momento da enunciação.

E, por fim, nessa reportagem, temos 11 (onze) lugares em que aparece o verbo conjugado no futuro do pretérito que, como vimos, denomina-se condicional jornalístico. Assim temos: [...] *teria* encomendado, [...] *teriam* sido abordadas, [...] *teria* sido aliciado, [...] *teria* sido convidado, [...] *teria* usado um enxadão, [...] *teria* se recusado a gravar a relação sexual, [...] *teria* dito à Polícia Civil, [...] *teria* sido morto, [...] *teria* sido agredido, [...] *teriam* resistido, [...] *teriam* [o] procurado. Aqui, de um modo particular, entendemos que o uso do condicional, na grande maioria das vezes em que foi utilizado, se faz necessário por se tratar de discursos de Admar, referentes ao período em que ele atraiu e/ou abordou as vítimas e praticou todos os crimes. Assim, como ninguém da imprensa, ou qualquer outra pessoa, estava presente no momento em que os homicídios foram praticados, é mais viável e menos comprometedor que se use o verbo nessa conjugação, deixando claro que as atitudes que Admar afirma ter feito são apenas hipóteses, afirmações ditas por ele, pois não há como se comprovar tais fatos, mesmo que a imprensa quisesse. Por isso, a notícia não é objetiva, pois, mesmo se a mídia se interessasse, nesse caso, não teria como conferir se os fatos eram verdadeiros ou não. Nota-se, portanto, que o foco dessa notícia gira em torno das falas de Admar. Tanto é verdade que, das 29 (vinte e nove) ocorrências de discursos relatados nessa reportagem, 24 (vinte e quatro), estruturadas de diferentes maneiras (DD, DI, modalização, etc), dizem respeito às falas de Admar. Passemos para a análise da próxima reportagem.

Título: *MP pediu monitoramento de Adimar*

“O popular” (Publicado em: 14 de Abril de 2010) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	1- “Ele se apresentou na Vepema perante o MPDF, a Polícia Militar e funcionários do presídio e convenceu todos de que estava tudo bem”, <i>salientou</i> a promotora. 2- “Informo que o interno foi avaliado por mim uma única vez e demonstra não possuir doença mental nem necessitar de medicação

- controlada. A continuidade de atendimento psicológico fica condicionada a avaliação de tal necessidade por psicólogos do sistema prisional”, **anotou** a psiquiatra.
- 3- “Adimar, um pedófilo, estava tranqüilo dentro da prisão, se comportava bem, longe de crianças”, **comentou** a promotora.
 - 4- “O interno apresentou-se sempre com polidez e coerência de pensamento, demonstrando crítica acerca dos comportamentos a ele atribuídos. Afirma ter vivido uma ‘vida normal’ sem acometimentos de transtornos marcantes com maior complexidade”, **diz** o último trecho da anotação do psicólogo na ficha médica de Adimar na Secretaria Municipal de Saúde.
 - 5- “Soube da prisão domiciliar mais de dez dias depois dela se consumir e de imediato solicitei a fiscalização. Mortes poderiam ter sido evitadas se ele ficasse recluso”, **afirmou** ontem a promotora Maria José Miranda Pereira para quem, “não há cura para o tipo de transtorno de Adimar.”
 - 6- A responsabilidade pelo ocorrido, na opinião de Maria José “é do Estado que não dá infra-estrutura para o monitoramento efetivo dos condenados e praticamente dispensa o exame criminológico”, **disse** citando mudanças na lei de crimes hediondos que apressam a progressão de regime mesmo em casos bárbaros como os de pedofilia e estupro.
 - 7- “Considerando que não existe ex-estuprador e diante da extrema gravidade dos ignóbeis crimes [...] requero [...] fiscalização sistemática e reiterada (de Adimar)”. (Promotora Maria José Miranda)
 - 8- Adimar, na verdade, **revelou** ela ontem ao POPULAR, era capaz e frio ao ponto de comparecer calmamente à Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (VEPEMA) do DF, no dia 22 de fevereiro, exato um mês depois do último homicídio.
 - 9- Desde de então, **sustenta** ela, o governo do Distrito Federal dispensou a equipe multidisciplinar dos presídios.
 - Não consta nenhum caso.
- Discurso Indireto
seguido de Discurso Direto
- Discurso Indireto
- 1- O MP **pediu** o monitoramento do acusado após laudos que atestaram sua periculosidade.
 - 2- Familiares das vítimas **culpam** o Estado pelas mortes e vão entrar com ação coletiva de indenização.
 - 3- Em novo depoimento, Adimar **disse** que sentia prazer em matar as vítimas.
 - 4- A promotora **salienta** que em 2003 a exigência do exame criminológico foi abolida pela legislação criminal.
 - 5- Desde de 2008, as psicólogas **recomendaram** “a imediata avaliação psiquiátrica” e tratamento psicológico de Adimar, **alertando** em coro com o Ministério Público do Distrito Federal.
- Modalização em Discurso segundo
- 1- PREDILEÇÃO DE ASSASSINO CONFESSO POR COMETER CRIMES DURANTE O DIA, **SEGUNDO PROMOTORA**, PROVA QUE ELE SABIA O QUE ESTAVA FAZENDO.
 - 2- **Para promotora**, mortes poderiam ser evitadas.
- Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto
- 1- O comportamento, **na opinião da promotora de Justiça** que havia cobrado monitoramento – como a fiscalização em casa feita pelo oficial -, Maria José Miranda Pereira, do MPDF, “revela que Adimar não é simplesmente um louco, um doente mental, mas possui desvio de caráter, índole dissimulada e perversa”.

- | | |
|-----------------------------|---|
| Ilhas textuais | 1- Desde de 2008, as psicólogas recomendaram “ <i>a imediata avaliação psiquiátrica</i> ” e tratamento psicológico de Adimar, alertando em coro com o Ministério Público do Distrito Federal. |
| Condicional
Jornalístico | <ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. |

A terceira reportagem, publicada no dia 14 de Abril, possui 18 (dezoito) ocorrências em discurso relatado: 09 (nove) em DD, sendo 07 (sete) relatos de fala da promotora e 02 (dois) discursos da área clínica (psiquiatria), além de 05 (cinco) em DI, com falas de representantes do Ministério Público, de Admar, da promotora e de psicólogos. Os verbos *dicendi* mais neutros que foram utilizados são: comentou, diz e disse. E os mais carregados de sentidos são: salienta/salientou, comentou, afirmou, pediu, revelou, sustenta, recomendaram, alertando, pois, por exemplo, quando é dito que a promotora salientou [...], isso implica que aquele trecho dito por ela tem uma relevância maior que alguns outros dentro da reportagem e do assunto que está sendo abordado, o que necessita o uso de um verbo que produza efeitos de sentidos diferentes daqueles que seriam produzidos se, por exemplo, no lugar de salientou tivesse sido utilizado dizer.

Há, ainda, (02) duas modalizações em discurso segundo que dizem respeito à fala da promotora. E, depois, outra modalização em discurso segundo, também referente a dizeres da promotora, que é seguida por outra, enunciada dela, em DD, como forma de dar sustentabilidade ao que é afirmado por meio da modalização. Por fim, 01 (um) caso de ilha textual, utilizado para citar um trecho que as psicólogas escreveram na avaliação de Admar, recomendando que ele passasse por uma avaliação psiquiátrica. Vejamos, a seguir, a análise da quarta reportagem, produzida e divulgada pelo jornal “O Popular”.

Título: *Maníaco tinha três identidades*

“O popular” (Publicada em: **16 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

- | DR | SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS |
|--|--|
| Discurso Direto | 1- “São questões que nunca me informaram como se dão e, convenhamos se alguém puder respondê-las, provavelmente teremos novos rumos nesse setor que é tão frágil para com a sociedade”, <i>pontuou</i> Benedito Milhomem, um dos participantes que enviaram perguntas até ontem. |
| Discurso Indireto
seguido de Discurso
Direto | <ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. |
| Discurso Indireto | <ol style="list-style-type: none"> 1- EM AUDIÊNCIA NO SENADO, MINISTRO DA JUSTIÇA <i>DIZ</i> QUE HOVE FALHA NA SOLTURA DE ADIMAR JESUS. 2- A Polícia Civil de Goiás <i>informou</i> que além de assassino confesso dos seis meninos desaparecidos ter dois nomes – Adimar e Ademar – ele |

- também tem três identidades.
- 3- No discurso, o ministro *disse* que o momento é de discutir e aperfeiçoar a Legislação Penal do País. Barreto *reconheceu* que o sistema judicial falhou ao permitir a liberação de uma pessoa não apta a voltar ao convívio da sociedade.
 - 4- O ministro também *afirmou* que na hora de liberar um preso com as características de Adimar é preciso fazer um estudo aprofundando e um acompanhamento efetivo até que o reeducando possa ser reintegrado de forma segura a sociedade.
 - 5- Barreto também *falou* sobre o Infoseg. O ministro *disse* que o sistema existe para ser consultado e que se no caso do Adimar a Justiça Criminal não consultou a falha é ainda maior. Por último, o ministro *defendeu* um controle maior nos indultos dos reeducandos. Uma solução seria a utilização de pulseiras eletrônicas que permitiriam saber onde o preso esta e por onde ele andou, disse o ministro.
 - 6- O senador e presidente da CCJ, Demóstenes Torres *criticou* a maneira como Adimar foi solto.
 - 7- [Demóstenes Torres] *Disse* que é um caso de averiguação e investigação por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) porque para ele o juiz que deu a regressão de pena para o pedreiro foi negligente e mostrou-se despreparado.
 - 8- Representando as mães, Valdirene Fernandes, mãe de Flávio Augusto Fernandes, *afirmou* que esse é o começo de mais uma luta e que todas elas esperam que a repercussão do caso colaborem para que a legislação seja mudada.
- Modalização em Discurso segundo
- 1- *Para a polícia*, isso pode ter dificultado na verificação de mandado de prisão anterior contra ele, na Bahia (2000).
 - 2- *Para o delegado Juraci José Pereira*, que preside o inquérito, todos esses fatos podem ter causado confusão em qualquer consulta ao sistema que guarda informações de sentenciados (o Infoseg) e, por isso, não foi possível verificar o mandado de prisão contra ele expedido na Bahia em 2000.
 - 3- *Segundo o delegado*, a ideia é tentar encontrar informações que possam colaborar com o inquérito policial.
 - 4- *Para o ministro*, para tentar mudar essa realidade, seria necessário que o Poder Judiciário e a polícia trabalhassem em conjunto com o sistema prisional.
 - 5- *Segundo ele* [Demóstenes Torres], se ficar comprovado que houve falha por parte do juiz que soltou o assassino confessos providências serão tomadas.
- Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto Ilhas textuais
- Não consta nenhum caso.
 - Não consta nenhum caso.
- Condicional Jornalístico
- 1- Para o ministro, para tentar mudar essa realidade, *seria* necessário que o Poder Judiciário e a polícia trabalhassem em conjunto com o sistema prisional.
 - 2- Uma solução *seria* a utilização de pulseiras eletrônicas que permitiriam saber onde o preso esta e por onde ele andou, disse o ministro.

Na quarta reportagem, divulgada no dia 16 de abril de 2010, que é relativamente menor que as duas anteriores analisadas, temos 14 (quatorze) ocorrências em discurso

relatado. Essa reportagem refere-se a uma audiência que foi realizada, em que as mães das vítimas de Admar estavam presentes. E, na parte central da reportagem, é exposto que o “Face a Face”, uma parte do jornal destinada à divulgação da opinião dos leitores, continua recebendo questões. Temos, pois, 01 (uma) ocorrência em DD, referente à fala de um dos participantes do “Face a Face”, 08 (oito) em DI, sendo que delas, 07 (sete) são discursos jurídicos, enunciadas no momento da audiência no senado e 01(uma) refere-se à fala de uma das mães dos garotos. Em relação ao uso dos verbos *dicendi*, temos verbos mais neutros, como: diz, informou, disse e falou. Há, também, outros que são mais carregados de sentido: reconheceu, afirmou, defendeu e criticou.

Na sequência, temos 05 (cinco) ocorrências em modalização em discurso segundo, relatando falas também de pessoas da área jurídica. E, por fim, 02 (dois) casos em que é usado o condicional jornalístico: [...] *seria* necessário e [...] *seria* a utilização. Passemos agora para a quinta reportagem, veiculada por essa instituição que, faz, na verdade, uma espécie de retrospectiva da vida do maníaco, desde a sua terra natal.

Título: *Adimar Jesus teve vida marcada por crimes desde sua terra natal*

“O popular” (Publicado em: 19 de Abril de 2010) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Acho que esse fato terá de ser muito bem explicado”. (Salma Saddi) 2- “Ele é um psicopata, não um suicida. Na verdade estes crimes não estão explicados. Espero que a sociedade não cometa mais um erro em pensar que isso acabou, pois só mostra a inocência da sociedade para com os verdadeiros culpados.” (Aline Rodrigues). 3- “Será que foi mesmo suicídio? Ou será queima de arquivo? Ficaremos em dúvida agora.” (Gilvane Felipe) 4- “Pelo menos não ameaça mais perigo para a sociedade.” (Victoria Arantes). 5- “Lamento a falta de raciocínio das policias – a tentativa ‘suicida’ era esperada. Mas um gosto de impunidade na goela do povo goiano.” (Jakson Perdigão)
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- No sábado, ao perceberem que o pedreiro Adimar Jesus da Silva rasgava tiras do tecido que recobria o colchão que ele tinha na cela, alguns dos 11 presos que abrigam a cela vizinha a sua na Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), o <i>questionaram</i> sobre um possível suicídio dele. “Nós chegamos a perguntar se ele não estava pensando em se matar. Ele negou e disse que estava rasgando o lençol porque estava muito grande”, <i>contou</i> o detento Cláudio Tomás da Costa, de 26 anos. 2- O preso <i>contou</i> que o pedreiro não manifestou comportamento suspeito nos últimos dias. “Ele conversava numa boa com a gente. Hoje, pouco antes de a <i>xepa</i> chegar, ele nos contou de novo como matou cada um dos meninos”, <i>afirmou</i> o preso.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Adimar <i>dizia</i> que a mulher morreu envenenada. 2- Os dois [ex-sogros do Adimar] <i>afirmou</i> que a filha morreu de derrame

		cerebral, aos 25 anos, depois que Adimar a abandonou.
		3- Cláudio Tomas <i>relatou</i> que, na conversa com os outros detentos que estão na Denarc, Adimar manteve a versão contatada à polícia sobre os crimes de Luziânia quando foi preso: de que as mortes dos garotos fora encomendada por Márcio Luiz de Souza Lopes, de 19 anos, uma das vítimas, por causa de dívidas com drogas.
		4- Depois de almoçar e de conversar com os demais detentos, por volta 11 horas Adimar <i>disse</i> que iria tomar banho.
Modalização em Discurso segundo		1- Foi nesse época que ele mudou-se para Luziânia – <i>de acordo com os avós maternos</i> , ex-sogros, o segundo filho do pedreiro ainda era bebê.
		2- <i>Conforme a polícia</i> , Adimar fugia de sua terra natal por uma acusação de tentativa de homicídio ocorrida em março de 2000 e chegou, inclusive, a falsificar a própria certidão de nascimento para ter uma nova carteira de identidade (o nome de Admar foi modificado para Adimar).
		3- No final, <i>segundo relatou os vizinhos de cela</i> , teria assassinado Márcio porque ele teria se negado a pagar os R\$ 5 mil que prometera para que Adimar desse cabo da vida dos jovens. “Ele ainda nos perguntou quanto tempo de cadeia a gente achava que ele pegaria pelos crimes”, afirmou Cláudio.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto		• Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais		1- “Lamento a falta de raciocínio das policias – a tentativa ‘suicida’ era esperada. Mas um gosto de impunidade na goela do povo goiano.” (Jakson Perdigão)
Condicional Jornalístico		1- No final, segundo relatou os vizinhos de cela, <i>teria</i> assassinado Márcio porque ele <i>teria</i> se negado a pagar os R\$ 5 mil que prometera para que Adimar desse cabo da vida dos jovens.

No dia 19 de abril de 2010, foi divulgada a quinta reportagem que analisamos do jornal “O Popular”. Nela é feita uma retrospectiva da vida de Admar, desde a época em que ele morava na Bahia. Além disso, são apresentadas opiniões dos leitores do jornal enviadas via *internet*, a respeito do caso. Por fim, no rodapé da reportagem, é trazida uma entrevista com o psiquiatra Lúcio Malagoni que, por se tratar de um gênero diferente, será analisado através da próxima tabela.

Nessa reportagem, temos um total de 15 (quinze) ocorrências em discurso relatado, das quais: 05 (cinco) são DD, todos referentes a opiniões dos leitores do jornal sobre o caso, marcados apenas por aspas, não fazendo uso, portanto, do verbo introdutor (*dicendi*); 02 (dois) casos de DI, seguido de DD, relatando duas falas de colegas de cela de Admar. Como já dissemos anteriormente, o DI, seguido de DD, dá maior veracidade ao que é dito em DI; 04 (quatro) ocorrências de DI relatando enunciados produzidos por Admar, de seus ex-sogros e de detentos, colegas de cela de Admar. Nessas ocorrências em DD e DI, são usados os

seguintes verbos introdutórios: contou e dizia, relativamente neutros, além de questionaram, afirmou e relatou que são mais carregados de sentidos. Temos também 03 (três) ocorrências em modalização em discurso segundo, relatando mais uma vez fala dos ex-sogros de Admar, da polícia e de colegas de cela. Por fim, 01 (uma) ocorrência de uso de aspas e uma de condicional jornalístico: [...] *teria* assassinado. Ainda nessa reportagem, foi divulgada na parte inferior da mesma, uma entrevista feita pelo jornal com o psiquiatra Lúcio Malagoni, a respeito do comportamento de um psicopata.

Título: “*O indivíduo puramente psicopata não se mataria*”

“**O popular**” (Publicado em: **19 de Abril de 2010**) – Gênero: **Entrevista**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “O indivíduo puramente psicopata não se mata.” (Lúcio Malagoni) 2- “Não posso dizer que é um fato comum. Em situações em que se acredita “sem saída” qualquer indivíduo pode atentar contra a própria vida, entretanto isso é menos freqüente em indivíduos propensos a frieza de animo, como o psicopata estrito senso. Uma imagem pictórica é a do escorpião envolvido num círculo de fogo, que dirige o ferrão contra si mesmo, e se mata. Pode ter sido este caso do Adimar.” (Lúcio Malagoni) 3- “A morte de Adimar, e dos seis jovens que ele assassinou, não apenas reforça, trombetaia a necessidade de uma atuação preventiva neste segmento, e os profissionais de saúde mental são parcela importante desta atuação. Mas podemos também analisar uma segunda tese e considerar que esta morte possa ser indício de remorso. Mas aí o fato fala contra a tese de transtorno anti-social e de personalidade.” (Lúcio Malagoni) 4- “Acredito, com base nas avaliações prévias feitas em Brasília, e com os dados obtidos em Goiás, que a avaliação existente foi correta. Mas não deixo de frisar: o caso ainda seria avaliado, então adequadamente e em profundidade, pela perícia, seja no Tribunal de Justiça ou no Instituto Médico Legal de Goiânia.” (Lúcio Malagoni) 5- “Dentro do que havia sendo divulgado, estou relativamente surpreso. Até então as informações apontavam que se tratava de um indivíduo sem reação e sem remorso. O que se sabia é que realmente havia perda de controle por parte dele. O indivíduo puramente psicopata não teria esse tipo de atitude. Agora fica difícil definir, pois seria necessária uma avaliação mais aprofundada (do pedreiro).” (Lúcio Malagoni)
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Qualquer pessoa que se vê em uma situação “sem saída” pode cometer suicídio. Mas apesar disso, o psiquiatra Lúcio Malagoni se <i>diz</i> surpreso com a morte de Adimar de Jesus. “Isso é menos freqüente em indivíduos propensos a frieza de animo”, <i>avalía</i>.
Discurso Indireto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Modalização em Discurso segundo Modalização em Discurso segundo	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. • Não consta nenhum caso.

seguido de Discurso

Direto

Ilhas textuais

- 1- Qualquer pessoa que se vê em uma situação “*sem saída*” pode cometer suicídio. Mas apesar disso, o psiquiatra Lúcio Malagoni se diz surpreso com a morte de Adimar de Jesus.

Condicional

Jornalístico

- 1- “Mas não deixo de frisar: o caso ainda *seria* avaliado, então adequadamente e em profundidade, pela perícia, seja no Tribunal de Justiça ou no Instituto Médico Legal de Goiânia.” (Lúcio Malagoni)
- 2- “Agora fica difícil definir, pois *seria* necessária uma avaliação mais aprofundada (do pedreiro).” (Lúcio Malagoni)

Nessa entrevista que, como já explicamos, foi publicada no rodapé da reportagem analisada anteriormente, temos 07 (sete) ocorrências em discurso relatado, dos quais 05 (cinco) referem-se às respostas dadas pelo psiquiatra Lúcio Malagoni a entrevista feita pelo jornal, 01 (uma) ocorrência em DI seguido de DD, que também diz respeito a uma fala do psiquiatra. Por se tratar de uma entrevista, estruturada, basicamente em perguntas e respostas, as respostas são dadas diretamente, sem a utilização de um verbo *dicendi*, apenas no DI seguido do DD, temos a presença do verbo “avalia”, que é carregado de sentido, pois, Lúcio Malagoni só avalia aspectos referentes ao suicídio de Admar porque ele fala do lugar (posição – sujeito), de psiquiatra, o que lhe permite produzir tais discursos. Temos ainda, 01 (uma) ocorrência de ilha textual e uma em condicional jornalístico: [...] *seria* avaliado.

Como vimos, o gênero entrevista é caracterizado pela presença de um entrevistador e de um entrevistado, basicamente, por isso, a presença dessa grande quantidade de discursos relatados, principalmente na forma de DD, e nesse caso, se trata de uma entrevista dada por um psiquiatra, que fala de uma posição sujeito que lhe permite opinar e avaliar o caso do “maníaco de Luziânia”. Esse tipo de entrevista é aquela na qual se “entrevista uma autoridade, geralmente conhecida pelo público, para obter sua opinião sobre um evento em destaque nas notícias, podendo ela estar ou não diretamente envolvida neste evento.” (HOFFNAGEL, 2005, p. 183). Enfim, analisemos a última reportagem produzida e divulgada pelo jornal *O Popular*, que faz parte do *corpus* de análise dessa pesquisa.

Título: *Lauda preliminar reforça tese de suicídio de Adimar.*

“O popular” (Publicada em: 20 de Abril de 2010) – Gênero: Reportagem

DR

ENUNCIADOS

Discurso Direto

- 1- “Como não tenho acesso às imagens, a Assessoria de Informática e Telecomunicação da Secretaria de Segurança Pública deve verificar o que o sistema filmou”, *informou* a delegada titular da Denarc, Renata Cheim.

Discurso Indireto
seguido de Discurso
Direto

- 1- Ela [Renata Cheim] **informou** que Adimar ficou sozinho na cela, sem objetos inadequados e era monitorado o tempo todo por policiais. “Entre a hora que o policial entrou na cela para levar a comida e a hora que foi chamado pelos outros presos passaram-se apenas 20 minutos”, **contou**.
- 2- Renata Cheim **lembra** que na cela havia apenas o colchão. “Ele só tinha a roupa do corpo e o colchão para dormir”, **frisa**.
- 3- Ontem o advogado Eurípedes José de Faria, o mesmo que defendeu o pedreiro na ação por pedofilia, **defendeu** o direito dos familiares do pedreiro terem reparação. “O Estado tem de garantir o direito deles, isso é constitucional, ele estava sob a proteção do Estado, morreu, então cabe indenização”, **afirmou** ao POPULAR.
- 4- Ele [Ricardo Rangel] **ressaltou** que com a provável negligência na guarda do preso, a responsabilidade civil gerada com ela permitira que a família de Adimar seja indenizada pela morte dele na carceragem da Denarc. “Quem deveria ser ressarcido de alguma coisa, era as famílias dos jovens que ele matou”, **disse**.

Discurso Indireto

- 1- Lá, a elasticidade da trama e o peso que suportará serão testados, além de esclarecer o tipo do tecido e se ele é realmente da capa do colchão. A informação é da gerente do Instituto de Criminalística, Rejane Barcelos, que **não informou** sobre a data em que os exames ficarão prontos.
- 2- No dia 12 de abril, quando foi apresentado a imprensa em Goiânia, Adimar chegou a relatar que havia tentado suicídio, antes de ser preso, após se dar conta dos crimes que cometeu e ver a noticiado o desespero das famílias. Na ocasião, ele **disse** ter usado uma camisa, mas o tecido não teria aguentado e rasgado.
- 3- A delegada Renata Cheim **conta** que subiu na cama, que é de alvenaria, e ainda usou o colchão dobrado para alcançar a saída de ar. Adimar teria ficado praticamente ajoelhado, já que a altura, considerando a cama, não era suficiente para que ficasse dependurado.
- 4- A diretora do IML **afirmou** que o material pode ser de algum dos meninos e que poderia ter caído na remoção dos corpos já que o local é de difícil acesso.
- 5- A irmã de Márcio, Lúcia Maria Lopes, também não esperava esse desfecho para o pedreiro. Indignada ela **disse** que a justiça não foi feita. Lúcia e Sônia duvidam que Adimar tenha mesmo se matado. Lúcia afirma ter dúvidas sobre a morte do pedreiro.
- 6- Eurípedes **disse** que não esta em contato com os familiares do pedreiro “que estão sob proteção”, mas que aguarda manifestação deles.
- 7- O advogado **afirmou** que protocolou uma ação comparável contra o Estado no DF, e teve êxito em primeira instância.
- 8- Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o procurador geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, **disse** que ficou sabendo da morte de Adimar às 15 horas de domingo e determinou que o promotor Carlos Wolff acompanhasse todos os procedimentos.
- 9- MP **DIZ QUE MORTE FOI INADMISSÍVEL**.
- 10- Ele **entendeu** que nos casos em que o preso é morto por outro detento ou por policiais, cabe a responsabilização civil do Estado pelo caso.
- 11- O promotor de Justiça de Luziânia, Ricardo Rangel, no entanto, **afirma** que a lei é clara ao mandar o Estado se responsabilizar pelos presos colocados a sua disposição. O dever de reparar existe, na opinião do presidente em exercício seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Sebastião Macalé. Ele **explica** que a

- responsabilidade do Estado é objetiva e independente da comprovação da existência de dolo ou culpa pela morte.
- Modalização em Discurso segundo
- 1- **De acordo com a delegada** o preso utilizou uma corda, confeccionada a partir de retalhos da capa do colchão, onde ele dormia. Os retalhos teriam sido rasgados da capa do colchão por Adimar, que teria trançado o tecido para que ficasse mais resistente. O material – corda e capa do colchão – foi levado para o Instituto de Criminalística no domingo e encaminhado para o laboratório na tarde de ontem.
 - 2- **Segundo a diretora do Instituto Médico – Legal Sônia Cristina Brito**, pedaço de osso que teria sido achado por familiares de Paulo Victor, na semana passada, no local onde os corpos foram encontrados, ainda não foram periciados.
 - 3- **Segundo o promotor de Justiça responsável pela ação penal no caso dos desaparecimentos dos seis jovens de Luziânia, Ricardo Rangel**, a morte dos assassinos confesso das vítimas é “inadmissível, inaceitável e irreparável para a conclusão das investigações”, segundo ele muitas perguntas deixam de ser respondidas sobre o caso com a morte de Adimar.
 - 4- **Para ele** [Ricardo Rangel] as consequências são prejudiciais a investigação.
 - 5- Mas, **de acordo com o magistrado**, como Adimar provocou a própria morte, ele entende que não é cabível a indenização. Isso porque, diz, ele não viu falha na segurança do preso.
 - 6- O mesmo ponto de vista tem o advogado criminalista Thales José Jayme. **Para ele**, apesar da obrigação de cuidar do preso, o Estado não tem como manter um agente o vigiando 24 horas por dia.
 - 7- A mãe de Paulo Victor, o segundo a desaparecer, Sônia Vieira, não se conforma. **Para ela**, Adimar não deveria ter morrido agora porque ainda tinha muitas informações para dar à Polícia Civil.
 - 8- Todas as mães dos meninos que foram assassinados não acreditam que Adimar tinha cometido os crimes sozinho. Levantaram até a possibilidade de queima de arquivo. **Para Aldenira Alves de Souza**, mãe de Diego Alves Rodrigues, o primeiro jovem a desaparecer, ele foi morto para não revelar a pessoa que está por trás de todos os crimes.
- Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto
- 1- **Segundo a delegada**, a Polícia Civil não foi negligente na guarda do preso. “Todas as medidas foram tomadas para assegurar a integridade física dele”.
 - 2- **Segundo o promotor**, outra falha da Polícia Civil foi ouvir o preso somente depois de promover uma superexposição do preso, primeiro para a imprensa e depois para a CPI da Pedofilia. “Só depois entre as 22 horas de segunda-feira e às 2h10 de terça-feira Adimar foi ouvido no inquérito policial. Isso é um absurdo. Nunca tinha visto isso e espero não ver mais”, **desabafou**.
 - 3- **Para o titular da ação penal**, promotor Ricardo Rangel, a morte de Adimar é absurda. “Se houve ou não suicídio pode haver responsabilização civil e penal no caso, já que ele estava sob custódia do Estado, a Polícia Civil falhou, pois ele foi retirado de Luziânia para que tivesse sua integridade física preservada e isso não aconteceu”, **afirmou**.
- Ilhas textuais
- 1- Eurípedes disse que não esta em contato com os familiares do pedreiro **“que estão sob proteção”**, mas que aguarda manifestação deles.
 - 2- Segundo o promotor de Justiça responsável pela ação penal no caso dos desaparecimentos dos seis jovens de Luziânia, Ricardo Rangel, a morte dos assassinos confesso das vítimas é **“inadmissível, inaceitável**

e irreparável para a conclusão das investigações”, segundo ele muitas perguntas deixam de ser respondidas sobre o caso com a morte de Adimar.

Condicional
Jornalístico

- 1- Os retalhos *teriam* sido rasgados da capa do colchão por Adimar, que teria trançado o tecido para que ficasse mais resistente.
- 2- Na ocasião, ele disse ter usado uma camisa, mas o tecido não *teria* aguentado e rasgado.
- 3- Adimar *teria* ficado praticamente ajoelhado, já que a altura, considerando a cama, não era suficiente para que ficasse dependurado. (Renata Cheim)
- 4- Segundo a diretora do Instituto Médico – Legal Sônia Cristina Brito, pedaço de osso que *teria* sido achado por familiares de Paulo Victor, na semana passada, no local onde os corpos foram encontrados, ainda não foram periciados.
- 5- A diretora do IML afirmou que o material pode ser de algum dos meninos e que *poderia* ter caído na remoção dos corpos já que o local é de difícil acesso.
- 6- A mãe de Paulo Victor, o segundo a desaparecer, Sônia Vieira, não se conforma. Para ela, Adimar não *deveria* ter morrido agora porque ainda tinha muitas informações para dar à Polícia Civil.

A última reportagem, divulgada pelo jornal “O Popular”, que faz parte do nosso *corpus* de pesquisa, foi divulgada no dia 20 de abril de 2010 e traz várias informações a respeito do caso. É relativamente extensa e apresenta 29 (vinte e nove) ocorrências de discurso relatado, sendo: 01 (uma) em DD, relatando dizeres de uma delegada; 04 (quatro) em DI seguido de DD, delas, duas são falas da delegada, uma de um advogado e a outra do promotor de justiça; 11 (onze) ocorrências em DI, relatando o que foi dito pela gerente do Instituto de Criminalística, de Admar, da delegada, da diretora do IML, da irmã de uma das vítimas, do advogado, do procurador geral de Justiça, do MP (Ministério Público) e do promotor de justiça. Para introduzir esses discursos, foram utilizados os seguintes verbos *dicendi*: disse, diz, contou e lembra, mais neutros e (não) informou, frisa, explica, defendeu, afirmou/afirma, ressaltou e entendeu que são bem mais carregados de sentidos.

Há também 08 (oito) ocorrências em modalização em discurso segundo relatando dizeres da delegada, da diretora do IML, do promotor, do advogado e de mães das vítimas. Também, 03 (três) ocorrências em modalização em discurso segundo, seguido de DD, referentes ao discurso jurídico, que são reforçadas por meio do DD. Existem, ainda, 02 (duas) ocorrências de ilha textual e 06 (seis) de uso do condicional jornalístico: [...] *teriam* sido rasgados, [...] (não) *teria* aguentado, [...] *teria* ficado, [...] *teria* sido achado, [...] *poderia* ter caído, [...] *deveria* ter morrido.

Em síntese, foi divulgado pelo jornal “O Popular” um total de sete textos, sendo seis reportagens e uma entrevista. Eles foram divulgados nas seguintes datas: 12/04/2010;

13/04/2010; 14/04/2010; 16/04/2010, 19/04/2010, 19/04/2010 e 20/04/2010. Os dois verbos *dicendi* mais utilizados foram o verbo “afirmar” (19 vezes) e o verbo “dizer” (21 vezes). Dos 145 discursos relatados identificados, os que aparecem com mais frequências são referentes aos produzidos por sujeitos pertencentes ao domínio jurídico e a falas do maníaco. As formas do discurso relatado mais empregadas por essa instituição, para demonstrar de forma marcada mostrada a presença do Outro dentro do discurso jornalístico, foram o DI e o DD e, usam esses dois recursos, principalmente, para citar pessoas da área jurídica, que tem maior autonomia e autoridade para produzirem certos discursos em relação a casos de violência. Essa instituição também faz uso com grande frequência do condicional jornalístico para a construção de seu discurso, utilizando, prioritariamente, os verbos: ter (teria) e ser (seria). É interessante notar que por meio do DR, vários outros discursos (clínico, econômico, jurídico) são inseridos, por meio da relação interdiscursiva e do caráter heterogêneo do discurso, no discurso do Outro, de forma constitutiva ou mesmo, mostrada marcada.

2.2.2.3 Jornal “Correio Braziliense”

Passemos, pois, para a análise das onze reportagens que foram divulgadas pelo jornal “Correio Braziliense” que, como já foi dito em outro momento, por ser de Brasília, que fica muito próximo a Luziânia-GO, acabou dando ampla cobertura ao caso, produzindo e divulgando uma quantidade significativa de reportagens, se comparada, por exemplo, à quantidade de textos publicados pelo jornal “Diário de Catalão”. Segue, desse modo, a primeira tabela, referente a reportagem publicada no dia 13 de Abril de 2010.

Título: *CRIME EM LUZIÂNIA: Relato de Adimar de Jesus é cheio de incoerência. Adimar Jesus, que confessou ter assassinado os seis jovens desaparecidos no município goiano, não consegue explicar as mortes. Ora acusa uma das vítimas de ser o mandante dos homicídios, ora admite haver abusado dos garotos*

“Correio Braziliense” (Publicado em: **13 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**.

DR
Discurso Direto

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

- 1- “Eu acabei com a minha vida e acabei com a vida deles”, *lamentou*.
- 2- “Acabei com a minha vida e acabei com a vida deles. A pior coisa que eu fiz, foi forçado. Depois dos crimes, voltava para casa e ficava sozinho. Não uso drogas. Também não usei para fazer tudo isso.”
- 3- “Eu dava uma pancada na cabeça, na altura da testa. Nunca fiz nada parecido com isto. Eu não mataria de novo. Isso acabou. O Zé (como ele chamava George dos Santos) deveria ter me pagado R\$5 mil, mas não me pagou. Por isso eu matei ele. Senti raiva. Não sei o porquê.”
- 4- “Eu não ia fugir. Minha irmã dizia que eu não poderia sair por causa do

outro processo. Se não eu ia voltar para a cadeia. Eu obedeci ela. Eu obedecia minha irmã. Mas tava doido para ir para a Bahia e ver meus filhos. Mas ninguém da minha família sabia de nada que eu fiz.”

- 5- “Eu não o que vai acontecer.”
 - 6- “Eles (as vítimas) tinham dividas de drogas e eu fui contratado para matá-los. Eu tinha acabado de chegar do presídio. Eu tinha que levá-los ate lá (cerrado) para matar. Iam numa boa. Dizia que tinha droga lá, que era maconha, e eles iam. Eles tinham dividas, mas eu não sabia. Foi o Zé (como ele chamava George) que me falou. Mas ele (George) não me pagou. Disse que ia me entregar o dinheiro, mas não pagou. Por isso, eu o matei. Atraia todos pelo mesmo motivo: drogas. Dois deles reagiram. Um deles queria tirar foto. Queria bater foto e eu não quis.”
 - 7- “Prisão faz mal a todo mundo que fica lá, mas uma hora a pessoa tem que se consertar por conta própria. Ele teve outra chance e não deu certo. Agora, vai pagar.” (Irmã)
 - 8- “Quem vai punir ele vai ser a justiça, só vim ver a movimentação”, **resumiu**. (mãe de uma das vítimas)
- Discurso Indireto
seguido de Discurso
Direto
- 1- Em um momento, o pedreiro **indica** que matou todos os jovens para evitar que fosse identificado após os abusos sexuais. Mas também **aponta** para recompensa financeira, **afirmou** várias vezes que George prometeu pagamento para tirar a vida dos demais – embora o jovem não tenha sido o ultimo a desaparecer, mas o terceiro. “Eles (as vítimas) tinham dividas de drogas e eu fui contratado para matá-los. Eu tinha acabado de chegar do presídio”, **contou** Adimar.
 - 2- O pedreiro também **admite** raiva ao matar os jovens a pauladas – além de George, Adimar **confessa** o assassinato de Márcio Luiz de Souza Lopes, 19 anos, Flávio Augusto dos Santos, 14, Divino Luiz Lopes da Silva, 16, Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, 16 e Diego Alves Rodrigues, 13. **Disse** que dava a primeira pancada na altura da testa das vítimas e logo em seguida batia até a morte – as armas dos crimes variam entre paus, enxada e martelo de pedreiro. Adimar **contou** ainda que nunca matou antes e não votaria a matar. “Eu não mataria de novo. Isso acabou”, **afirmou**.
 - 3- Falando, ora de cabeça baixa, ora com determinação e olhando para as câmeras, **mencionou** que ouvia vozes que o instigavam a “fazer coisas erradas”. “São vozes apitando, dizendo ‘vai, faz isso’. Eu não quero mais, o que eu quero é um tratamento. Depois que eu matava, vinha na minha cabeça que eu não tinha matado, que eles estavam vivos. Mas ai eu via na TV, eu me desesperava.”
 - 4- O promotor de justiça Ricardo Rangel **classificou** de “irresponsável” a atitude das autoridades goianas de conceder aos órgãos de imprensa entrevista com o suspeito antes de ser tomado oficialmente o depoimento dele, que só começou a ser colhido na noite de ontem. “Transformaram o caso num espetáculo de circo”, **reclamou** Rangel.
 - 5- Abatida e irritada com a curiosidade dos moradores do Parque Estrela D’Alva, Irineia da Silva **afirmou** que jamais desconfiou do comportamento do irmão e **disse** que ele precisava de tratamento, sem especificar de que tipo. “Estamos muito mal quanto à família dos meninos. Para nos, não esta sendo fácil, também estamos sem dormir”, **afirmou**.
 - 6- Já outra irmã dele, que ajudou na mudança mas não quis se identificar, não tem dúvida da participação dele nos assassinatos. “Mesmo que apanhasse muito meu irmão não confessaria o crime se não tivesse sido ele”, **assumiu**.

Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Adimar Jesus, que confessou ter assassinado os seis jovens desaparecidos no município goiano não consegue explicar as mortes. Ora acusa uma das vítimas de ser o mandante dos homicídios, ora admite haver abusado dos garotos. 2- Em entrevista exclusiva concedida ao Correio, disse estar arrependido. 3- Não lembra dos nomes das vítimas – refere-se a elas por apelidos criado por ele mesmo – nem da sequência dos crimes. 4- Primeiramente, por exemplo, afirmou ter mantido relações sexuais com duas das seis vítimas – mais tarde, alegou ter feito sexo com seis garotos. 5- Os responsáveis pela investigação, no entanto, não descartam a participação dele em outros assassinatos cometidos entre Brasília e o entorno. 6- Adimar também disse que foi estuprado em um assalto sofrido antes de ser preso da primeira vez, por abusar de dois menores em Brasília, em 2005. ele chegou a dizer que abusou dos menores e dois adolescentes que tinha matado por ter sido vítima dessa violência. 7- Ela também disse que Adimar não merece estar solto.
Modalização em Discurso segundo	<ol style="list-style-type: none"> 1- Segundo ele, George Rabelo dos Santos, 17 anos, teria prometido R\$5 mil para que o pedreiro tirasse a vida dos demais. Não pagou, morreu também.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Segundo essa irmã, o suspeito não mantinha contato com os demais familiares, apenas com Irineia. “Somos 17 ou 18 irmãos, não sabemos nem quais estão vivos”, contou.
Ilhas textuais	<ol style="list-style-type: none"> 1- “São vozes apitando, dizendo ‘vai, faz isso’. Eu não quero mais, o que eu quero é um tratamento. Depois que eu matava, vinha na minha cabeça que eu não tinha matado, que eles estavam vivos. Mas aí eu via na TV, eu me desesperava.”
Condicional Jornalístico	<ol style="list-style-type: none"> 1- Segundo ele, George Rabelo dos Santos, 17 anos, teria prometido R\$5 mil para que o pedreiro tirasse a vida dos demais. Não pagou, morreu também.

Essa primeira reportagem foi produzida e divulgada no dia 13 de Abril de 2010 e apresenta 24 (vinte e três) ocorrências em discurso relatado. Temos 07 (sete) DD, dos quais seis referem-se a falas do próprio Admar dando informações sobre o crime e sobre sua vida e 01 (uma) diz respeito a uma fala da irmã de Admar. Nota-se que essa reportagem, assim como a reportagem produzida e divulgada pelo jornal “Diário de Catalão” no dia 14 de Abril de 2010, refere-se às incoerências encontradas no depoimento de Admar, o que justifica a enorme quantidade de falas e/ou sequências discursivas que teriam sido produzidas pelo próprio acusado. Temos 07 (sete) ocorrências em DI seguido de DD, sendo 03 (três), novamente, falas do pedreiro, uma do promotor, uma da mãe das vítimas e duas das duas irmãs de Admar. Depois, mais 07 (sete) ocorrências, dessa vez em DI, das quais 06 (seis) são falas de Admar e uma de investigadores do caso. De todos os verbos utilizados para introduzir os relatos de Admar, o que mostra como mais neutro é o verbo disse. Já os demais, nesse

contexto, acabam por comprometer ou mesmo evidenciar que Admar foi realmente o responsável pelo ocorrido. Vejamos: lamentou, que produz efeitos de sentido relacionados a arrependimento; indica; aponta; admite; afirmou; contou; admite, (os crimes); confessa, que gera sentidos relacionados a culpa; mencionou, acusa (os adolescentes); refere-se e alegou (contribui para a produção de um discurso de defesa por parte do acusado). Além desses, temos ainda a utilização dos verbos: classificou, reclamou, resumiu, assumiu e (não) descartam, para introduzir as demais falas em DD e DI.

Há, ainda, 01 (uma) modalização em discurso segundo, novamente referente a dizeres de Admar e uma modalização em discurso segundo seguida de DD, referente à fala da irmã de Admar. Uma ocorrência em ilha textual e 01 (um) uso do condicional jornalístico: [...] *teria* prometido. Segue, o quadro e a análise referente a segunda reportagem divulgada pelo jornal “Correio Braziliense”.

Título: DNA definirá identidade de sétima ossada encontrada em Luziânia Polícia Federal desconfia que os restos mortais encontrados por parentes de adolescente no local onde foram enterrados outros seis jovens sejam de Eric dos Santos, que sumiu em 20 de março

“Correio Braziliense” (Publicado em: **23 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “A distância é muito pouca. Esse menino tem todo o perfil de ter tido o destino dos outros seis”, <i>disse</i> um policial que trabalha no caso e pediu para não ser identificado. 2- Perguntado se havia perdoado aquele que tirou-lhe o direito de conviver com o filho ele respondeu: “Nunca, eu bebo, eu fumo, mas jamais seria homem de tirar a vida de alguém. Não posso perdoar quem fez isso aos seis jovens” 3- “Devo fazer isso (encaminhar o ofício) até a semana que vem”, <i>disse</i> o promotor de Justiça de Luziânia, Ricardo Rangel.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Em entrevista ao Correio, no dia 16, o delegado do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), Rosivaldo Linhares, <i>disse</i> que a proprietária da terra seria intimada a depor à polícia. E completou: “Aquele é um outro corpo, que não tem relação com os demais”. 2- O titular da 5ª Delegacia Regional de Luziânia, José Luiz Martins de Araújo, <i>acredita</i> que os detalhes contados podem ajudar a solucionar o caso com mais rapidez possível. “A professora nos confirmou sobre o interesse dele em sair de casa, mas ninguém sai de casa sem motivo. Ou existe uma razão ou ele pode ter sido tirado. O primordial é investigar o local onde ele se encontra”, <i>pontuou</i> o delegado.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Polícia Federal <i>desconfia</i> que os restos mortais encontrados por parentes de adolescente no local onde foram enterrados outros seis jovens sejam de Eric dos Santos, que sumiu em 20 de março. 2- A Polícia Federal <i>pediu</i> ao Ministério Público autorização para examinar a última ossada encontrada no local onde o pedreiro Ademar de Jesus Silva, 41 anos, <i>disse</i> ter encontrado os seis jovens de Luziânia.

Modalização em Discurso segundo	<ol style="list-style-type: none"> 1- <i>Segundo o corregedor da Polícia Civil de Goiás</i>, Sidney Costa e Souza, as definições de quantas e quais pessoas serão ouvidas ficará para segunda-feira. 2- <i>Para uma fonte policial ouvida pelo Correio</i>, Eric se encaixava no perfil de vítimas preferenciais de Ademar: era jovem, forte e bonito.
Modalização em Discurso seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Eric vestia camiseta branca, short vermelho e preto e calçava sandálias com tiras vermelhas. Apesar de possuir celular, o adolescente não levou o aparelho. O que, <i>para a mãe</i> dele, desmonta a versão de alguns colegas de que o filho teria saído de casa por conta própria. “Ele era muito bem tratado aqui. Tinha regalias que nenhum outro irmão possuía”, <i>garante</i> Benildes.
Ilhas textuais Condicional Jornalístico	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. <ol style="list-style-type: none"> 1- Os ossos, que <i>seriam</i> de uma sétima pessoa, foram descobertos por parentes de um adolescente durante as buscas aos objetos pessoais dele no último dia 15. 2- Apesar de possuir celular, o adolescente não levou o aparelho. O que, para a mãe dele, desmonta a versão de alguns colegas de que o filho <i>teria</i> saído de casa por conta própria. 3- Em entrevista ao Correio, no dia 16, o delegado do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), Rosivaldo Linhares, disse que a proprietária da terra <i>seria</i> intimada a depor à polícia. 4- A Polícia Civil de Goiás ouviu ontem seis pessoas próximas de Eric de Souza. Amigos, colegas de sala e até a professora que <i>teria</i> escutado do menino o desejo de sair de casa colaborando com as investigações. 5- Perguntado se havia perdoado aquele que tirou-lhe o direito de conviver com o filho ele respondeu: “Nunca, eu bebo, eu fumo, mas jamais <i>seria</i> homem de tirar a vida de alguém. Não posso perdoar quem fez isso aos seis jovens”.

A segunda reportagem foi publicada pelo jornal no dia 23 de Abril de 2010 e apresenta 10 (dez) ocorrências em discurso relatado, dos quais: 03 (três) são em DD, relatando a fala de um policial, de um pai de uma das vítimas e do promotor; 02 (dois) em DI seguido de DD, relatando a fala do delegado e 02 (dois) em DI, sendo duas falas da Polícia Civil e duas falas do delegado. Para introduzir esses discursos é usado por três vezes o verbo disse (mais neutro) e, além dele, os verbos: desconfia, pediu e pontuou.

Temos também mais 02 (duas) ocorrências na forma de modalização em discurso segundo, com falas da Polícia Civil e uma modalização em discurso segundo, seguida de DD, evidenciando o que foi dito pela mãe do sétimo garoto a desaparecer em Luziânia que, ao que tudo consta, suspeitava-se que também fosse vítima do maníaco. E, por fim, 05 (cinco) ocorrências de uso do condicional jornalístico: [...] *seriam* de uma sétima pessoa, [...] *teria* saído de casa, [...] *seria* intimada a depor, [...] *teria* escutado, [...] (jamais) *seria* homem de tirar a vida de alguém. O uso do condicional, de forma frequente nessa reportagem, se dá justamente pelo fato de se referir a fatos já passados, que não podem ser averiguados e,

colocando dessa forma, a instituição midiática não precisa assumir a responsabilidade por nada que esta sendo dito, uma vez que, os fatos aparecem como hipótese (teria, seria), etc.

Título: *Primeiro corpo identificado é de um dos jovens que estavam desaparecidos em Luziânia PF libera o resultado do exame de DNA de um dos seis corpos encontrados na Fazenda Buracão e confirma tratar-se de um dos garotos. Federais criticam trabalho da Polícia Civil de Goiás*

“Correio Braziliense” - (Publicado em: **30 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	1- “Não suporto mais. Foram mais de três meses de espera e agora quase 20 dias de ansiedade. Queremos enterrar nossos filhos. As covas já estão prontas. Os caixões, reservados. Queremos por um fim neste tormento”. [Sônia Vieira Azevedo Lima]
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- PF libera o resultado do exame de DNA de um dos seis corpos encontrados na fazenda Buracão e confirma tratar-se de um dos garotos. Federais criticam trabalho da Polícia Civil de Goiás. 2- Logo que o assassino apontou o local onde havia enterrado as vítimas, os peritos afirmaram que o resultado dos exames sairia em 13 dias. Ontem, por telefone, o delegado responsável Hellen Wesley Almeida Soares disse que a Polícia Federal não vai comentar o assunto e que “no momento oportuno” os laudos serão enviados aos responsáveis e a Polícia Civil de Goiás. Já a assessoria da Polícia Federal afirmou que o resultado dos testes devem ser feitos pelo delegado Hellen Wesley ao promotor de Luziânia, Ricardo Rangel. 3- No documento de quatro laudas, da PF explicitou que discordava das medidas adotadas pela equipe goiana desde o momento da prisão do acusado. 4- No comunicado, o delegado de combate ao crime organizado da PF, Hellen Wesley Almeida Soares, critica o fato de terem sido disponibilizadas imagens de operações policiais em programa de TV, de ter sido permitido que o acusado respondesse a questionamentos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia antes de os delegados responsáveis pelo caso colherem depoimentos formais. A nomeação da delegada Renata Cheim para conduzir os depoimentos também foi classificada como uma falha, uma vez que Renata não acompanhou os três meses de investigação sobre os desaparecimentos. Hellen Wesley relata que “diante das medidas”, a PF não poderia mais continuar no caso.
Modalização em Discurso segundo	1- Segundo ela [Sônia Vieira Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor], as covas que devem receber os corpos dos garotos já estão prontas e os caixões reservados.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.

Direto Ilhas textuais	<ol style="list-style-type: none"> 1- Logo que o assassino apontou o local onde havia enterrado as vítimas, os peritos afirmaram que o resultado dos exames sairia em 13 dias. Ontem, por telefone, o delegado responsável Hellen Wesley Almeida Soares disse que a Polícia Federal não vai comentar o assunto e que “no momento oportuno” os laudos serão enviados aos responsáveis e a Polícia Civil de Goiás. Já a assessoria da Polícia Federal afirmou que o resultado dos testes devem ser feitos pelo delegado Hellen Wesley ao promotor de Luziânia, Ricardo Rangel. 2- Hellen Wesley relata que “diante das medidas”, a PF não poderia mais continuar no caso. <ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Condicional Jornalístico	

No dia 30 de abril de 2010, foi publicada a terceira reportagem por este jornal. Nela, temos 06 (seis) ocorrências de discurso relatado, sendo: um em DD (fala de uma mãe) e quatro em DI, todas relatando falas da área jurídica. Os verbos *dicendi* utilizados foram: disse e relata, que são mais neutros e confirma, apontou, afirmou e explicou, que são verbos não tão carregados de sentidos quanto outros. Uma modalização em discurso segundo, referente à fala de uma mãe e dois casos de ilha textual, relatando palavras que seriam as do delegado e da Polícia Federal. Passemos, pois, para a reportagem referente a demora da entrega dos laudos para os familiares das vítimas do maníaco.

Título: *Demora dos laudos preocupa famílias de Luziânia*

“Correio Braziliense” - (Publicado em: **01 de Maio de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Minha mãe está chegando amanhã de Minas para o enterro e já tem um monte de gente da família aqui. Ele só vão embora quando a gente enterrar o corpo, mas desse jeito a gente nem sabe quando vai ser”, considerou Maria Lúcia.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- A demora para a liberação dos resultados chega a despertar esperança em um das mães. “Vai que o corpo do meu filho nem é um desses. Estou achando muito estranha essa demora toda. Com esse suspense, a gente já começa a pensar que não eles ou que está faltando algum”, indigna-se Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego Alves Rodrigues, 13 anos, outra vítima. 2- Cansada de esperar por respostas- vinte dias após ter sido anunciado o recolhimento do corpo de filho na fazenda Buracão – Sônia Vieira Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor Azevedo Lima, 16 anos, preferiu se afastar da cidade para tentar descansar. “Só queremos enterrar os nossos filhos”, lembrou.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Até o momento, no entanto, a PF confirma apenas que ter concluído um dos seis exames e identificado um dos corpos, mas não revela a identidade da vítima. 2- O IML do município goiano negou que tenha recebido o resultado do

Modalização em Discurso segundo	primeiro laudo, mesmo discurso adotado pela Polícia Civil. 1- A Polícia Federal se afastou do caso alegando não concordar com os métodos de trabalho dos agentes goianos, que, segundo a PF , expuseram de maneira excessiva o assassino confesso dos garotos, o pedreiro Adimar de Jesus da Silva.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	• Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais	• Não consta nenhum caso.
Condicional Jornalístico	• Não consta nenhum caso.

No dia 01 de Maio de 2010 foi publicada a quarta reportagem pelo jornal “Correio Braziliense”, que contém apenas 06 (seis) discursos relatados. Um DI (irmã de uma das vítimas), dois DI seguidos de DD, relatando a fala de mães das vítimas sobre a demora na liberação dos corpos dos garotos; 02 (dois) DI, sendo falas da PF e do IML. Os verbos *dicendi* são: considerou e lembrou (aparentemente mais neutros) e, indigna-se, preferiu, confirma e negou, mais carregados de sentido. E, por fim, 01 (uma) modalização em discurso segundo, também com falas da PF.

Título: *Famílias de Luziânia ainda aguardam os corpos.*

“Correio Braziliense” - (Publicado em: **02 de Maio de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	ENUNCIADO
Discurso Direto	1- “Nada. Não recebemos nenhuma novidade”, reitera Cirlene Gomes de Jesus, mãe de George Rabelo dos Santos. 2- “O clima está horrível por aqui. É uma ansiedade imensa. Estamos só esperando a liberação para o enterro. Está tudo pronto”, diz Lúcia. 3- “Enquanto tudo isso não passa, é melhor que ela descanse um pouco. A Sônia está esgotada”, contou a irmã Célia. 4- “Ninguém me diz nada. Pelo menos, não para nós”, afirma Lúcia Maria Souza Lopes, irmã de Márcio Luiz, último a desaparecer.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	• Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	1- A PF deixou o caso alegando discordar da superexposição do assassino confesso dos jovens, Ademar Jesus da Silva, por parte da Polícia Civil de Goiás. 2- O IML nega ter sido notificado sobre os resultados obtidos até agora.
Modalização em Discurso segundo	• Não consta nenhum caso.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso	• Não consta nenhum caso.

Direto	• Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais	
Condicional	1- Passadas exatas três semanas da descoberta dos corpos que <i>seriam</i> dos seis rapazes desaparecidos de Luziânia, município goiano a 66 km de Brasília, a falta de confirmação sobre a identificação das ossadas encontradas mantém as famílias ansiosas.
Jornalístico	

A quinta reportagem, relativamente mais curta, foi divulgada no dia 02 de Maio de 2010 e possui 06 (seis) ocorrências de discursos relatados. Assim, são 04 (quatro) em DD, relatando fala de mães e irmãs das vítimas e 02 (duas) em DI, relatando falas da PF, do IML e de mães das vítimas. Os verbos *dicendi* mais neutros que foram utilizados foram: reitera, diz, contou e, os mais carregados de sentido são: afirma, alegando, nega e planejam. Temos ainda, um caso de condicional jornalístico: [...] *seriam* dos seus rapazes. A sexta reportagem, produzida e divulgada pelo jornal “Correio Braziliense”, diz respeito a um depoimento das “mães de Luziânia”, em um período próximo ao dia das mães. Vejamos.

Título: *Sem motivos para comemorar, mães de Luziânia sofrem com a ausência dos filhos*
Enquanto mulheres de todo país terão um domingo de comemorações, moradoras do
município de Luziânia reviverão hoje a dor pela morte dos filhos

“Correio Braziliense” - (Publicado em: **09 de Maio de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	• Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	• Não consta nenhum caso.
seguido de Discurso	
Direto	
Discurso Indireto	1- Se, hoje, elas tivessem direito a um pedido, não desejariam presentes caros, nem mesmo uma lembrancinha. Todas seriam unânimes ao pedir apenas ter a chance de abraçar novamente os filhos. As sete trocariam qualquer coisa por mais um encontro, ainda que esse fosse o último. Desejariam sair do pesadelo que vivem desde o dia em que eles desapareceram. E ainda, implorariam para conseguir superar, com dignidade, a história que as importuna há mais de quatro meses. Pediriam mais respeito às autoridades para que outras mães não tivessem que reviver esse drama. A pedido do Correio, elas tentaram resumir em palavras como será o primeiro Dia das Mães que passarão sem os filhos.
Modalização em	• Não consta nenhum caso.
Discurso segundo	
Modalização em	• Não consta nenhum caso.
Discurso segundo	
seguido de Discurso	
Direto	
Ilhas textuais	• Não consta nenhum caso.

Condicional
Jornalístico

- 1- Se, hoje, elas tivessem direito a um pedido, **não desejariam** presentes caros, nem mesmo uma lembrancinha. Todas **seriam** unânimes ao pedir apenas ter a chance de abraçar novamente os filhos. As sete **trocariam** qualquer coisa por mais um encontro, ainda que esse fosse o último. **Desejariam** sair do pesadelo que vivem desde o dia em que eles desapareceram. E ainda, **implorariam** para conseguir superar, com dignidade, a história que as importuna há mais de quatro meses. **Pediriam** mais respeito às autoridades para que outras mães não tivessem que reviver esse drama. A pedido do Correio, elas tentaram resumir em palavras como será o primeiro Dia das Mães que passarão sem os filhos.

No dia 02 de Maio de 2010 foi publicada uma reportagem extremamente curta, se comparada a outras produzidas e divulgadas por essa mesma instituição e circulou em um período próximo ao “Dia das Mães”. Ela é composta de apenas três parágrafos e possui apenas um caso de DI relatando os desejos das mães dos adolescentes desaparecidos e/ou mortos para o dia das Mães. Nela, são usados vários verbos como forma de transcrever o que foi dito por elas. Vejamos: (não) desejariam, seriam, trocariam, desejariam, implorariam, pediriam, que são também condicionais jornalísticos e tentaram, todos verbos extremamente carregados de sentido. O uso desses verbos denota um tom um tanto quanto “apelativo” da reportagem, produzida nessas condições de produção, “Dia das Mães”. É importante ressaltar aqui que, o jornalismo gaba-se de ater à realidade, aos fatos, porém, o que se vê nessa reportagem é a narração de desejos, pedidos hipotéticos caso não tivesse acontecido tamanha tragédia com os garotos. Dessa forma, o texto remete muito mais a literatura ficcional do que a própria realidade. Passemos, então, para a reportagem que afirma que a Polícia de Goiás fez varredura em uma fazenda próxima a Luziânia, na tentativa de encontrar as ossadas (corpos) dos garotos desaparecidos.

Título: *Polícia de Goiás faz varredura na fazenda Buracão*

“Correio Braziliense” - (Publicado em: **10 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto Discurso Indireto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. 1- A PF ainda não confirma se eles correspondem aos adolescentes que desapareceram na cidade goiana.
Modalização em Discurso segundo	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto Ilhas textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. • Não consta nenhum caso.

Condicional Jornalístico

- Não consta nenhum caso.

No dia 10 de Abril de 2010 foi publicada uma reportagem, também curta, composta por apenas 01 (uma) ocorrências de discurso relatado, na forma de DI, se referindo a uma fala da Polícia Federal. É utilizado como verbo introdutor o (não) confirma. Posterior a essa reportagem, temos uma que refere-se a conclusão dos laudos dos adolescentes de Luziânia.

Título: *PF conclui laudos e enterro dos adolescentes deve ser na quinta -feira*

“Correio Braziliense” - (Publicado em: **11 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Só podemos descartar que não há mais corpos enterrados aqui depois de devassarmos a área. Não quero dizer que o Eric esteja morto, mas ainda não o encontramos nos lugares anunciados”, <i>disse</i> o delegado do Departamento Judiciário de Goiás, Josuemar Vaz de Oliveira. 2- “Serão as três noites mais difíceis da minha vida: hoje (ontem), amanhã (hoje) e depois. Só vou ter paz quando enterrar meu filho”, <i>lamentou</i> Sirlene Gomes, 42 anos, mãe de George Rabelo, 17, após saber do resultado dos exames.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Em nota, a PF <i>explicitou</i> que resta apenas o resultado da análise das ferramentas que o pedreiro Ademar Jesus da Silva, 40 anos, assassino confesso, utilizou para matar os jovens: uma enxada e um martelo. Após esta última análise, a PF diz que vai deixar o caso. “Com a entrega dos laudos, a PF esta prestes a finalizar sua atuação no caso, uma vez que já foi cumprida a missão determinada pelo ministério da Justiça, qual fosse identificar o autor do crime e localizar o paradeiro dos desaparecidos”, <i>destaca</i> o documento assinado pelo delegado de Combate ao Crime Organizado da PF, Hellen Wesley Almeida Soares. 2- Em depoimento, Ademar <i>negou</i> ter matado outros jovens ou ter recebido colaboração de alguém nas mortes. “A ausência de participação de outras pessoas nas mortes seria uma das dificuldades da polícia em encontrá-los, pois, além dele, ninguém mais sabia dos crimes”, <i>pontuou</i> Josuemar Vaz.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Benildes dos Santos, 34, mãe do garoto, <i>identificou</i> uma bermuda vermelha florida e um par de sandálias emborrachadas com alças vermelhas como “bem parecidas” com as usadas pelo filho no dia do desaparecimento. 2- Nenhum [dos garotos] <i>era</i> considerado rebelde pelos familiares.
Modalização em Discurso segundo Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. • Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais	<ol style="list-style-type: none"> 1- Benildes dos Santos, 34, mãe do garoto, identificou uma bermuda vermelha florida e um par de sandálias emborrachadas com alças vermelhas como “<i>bem parecidas</i>” com as usadas pelo filho no dia do desaparecimento.

Condicional
Jornalístico

- 1- “A ausência de participação de outras pessoas nas mortes *seria* uma das dificuldades da polícia em encontrá-los, pois, além dele, ninguém mais sabia dos crimes”, pontuou Josuemar Vaz.

A reportagem divulgada no dia 11 de Abril de 2010 é composta por 07 (sete) ocorrências de discurso relatado: 02 (dois) DD (uma fala do delegado e uma da mãe de um dos garotos assassinados); 02 (dois) DI seguido de DD relatando falas da PF, de Admar e de um delegado. E, dois DI relatando falas de uma mãe e de familiares dos desaparecidos. Os verbos introdutórios mais neutros são: disse e era. Os mais carregados de sentido: convocou, lamentou, explicou, destaca, negou, pontuou e identificou. Esses verbos dicendi utilizados para introduzir falas do Estado, produzem efeitos de sentidos relacionados a trabalho, empenho, dedicação em solucionar o caso, uma vez que todos eles indicam que alguma ação está sendo praticada pelo Estado, no sentido de resolver os problemas referentes a esse caso. Um caso de ilha textual e um de condicional jornalístico: [...] *seria* uma das dificuldades da polícia.

Título: Luziânia parou para acompanhar enterro das vítimas de maníaco. A cidade goiana parou para acompanhar o velório e o sepultamento de cinco dos seis jovens identificados como vítimas do pedreiro Ademar de Jesus Silva. Três mil pessoas participaram da cerimônia.

“Correio Braziliense” – (Publicado em: **13 de Maio de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR
Discurso Direto

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

- 1- “Eu sei onde posso achar meu filho agora. Sei onde posso visitar quando sentir saudades”, *diz* Sônia Vieira de Azevedo, de 45 anos, mãe de Paulo Victor.
- 2- “É dor, é sofrimento, é cansaço. Foi um filme de terror”, *diz*. (Sônia Vieira de Azevedo, de 45 anos, mãe de Paulo Victor)
- 3- “Nada mais será a mesma coisa. Na mesa, faltará sempre a presença dele”. (Sônia Vieira de Azevedo, de 45 anos, mãe de Paulo Victor)
- 4- “Nossa luta, a de todas as mães, continua. Há muita coisa que precisa ser esclarecida. Não acreditamos que ele se matou na prisão. Muito menos que matou nossos filhos sozinho. Vamos funda uma ONG. As leis para pedófilos precisam mudar”. (Sônia Vieira de Azevedo, de 45 anos, mãe de Paulo Victor)
- 5- “Esse bandido levou a metade de nós, matou a gente pouco a pouco”, *diz* a filha de Maria Lúcia.
- 6- Lúcia Maria Souza Lopes, 25, que chorava enquanto amparava a mãe, e *dizia*: “Eu não vi o corpo do meu irmão. É difícil aceitar a morte assim”.
- 7- “Cheguei aqui às 9h. fiquei muito perturbado com isso tudo. Quando ouvi o povo dizendo que meninos estavam sumindo em Luziânia, avisei pros meus filhos que não aceitassem carona nem dinheiro de ninguém. Todo mundo que tem filhos ficou apavorado.”

- 8- “Tudo que vi foi pelos jornais e pela televisão, mas tinha obrigação de estar aqui. Tenho dois filhos, de oito e treze anos. A gente se coloca no lugar das mães. E explica o choro que molhou o rosto ainda perplexo e amedrontado com tamanha barbaridade: “É chorar de emoção. Tudo isso foi muito cruel, meu Deus! Pelo menos agora elas vão saber onde os filhos estão né?”(Raimunda Lopes, 39 anos)
- 9- “Nunca vi esses meninos nem essas mães, mas precisava tá aqui” E ela *continua*, como se estivesse em estado de letargia: “A procura delas (das mães) terminou, mas o vazio fica. Nada no mundo é capaz de ocupar o lugar de um filho. Cada um é cada um”. (Anita Soares, 51 anos)
- 10- “*Eu sei onde posso achar meu filho agora. Sei onde posso visitar quando sentir saudade.*” (Sônia Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor)
- 11- “*Estou aqui preparando o meu coração para quando chegar a minha vez*” (Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego)
- 12- “*Por quê fizeram isto com o meu filho? Ele tinha a vida inteira pela vida, só tinha 15 anos*”, Benildes dos Santos, mãe de Eric.
- 13- “Eu não conhecia nenhum deles, nem as famílias, mas precisava vir aqui. Só vendo, a gente passa a acreditar”, *explica* a comerciária Juliana de Souza, 28, que usou a hora do almoço para ir ao lugar onde os meninos que comoveram o país eram velados.

Discurso Indireto
seguido de Discurso
Direto

- 1- Um homem se plantou na porta do ginásio e começou a distribuir panfletos aos que chegavam. *Dizia* morar em Taguatinga e ser missionário. Levou para Luziânia mais de dois mil exemplares bíblicas intituladas Vida após a morte. Foi o seu ofício do dia. Convicto, *afirmava*: “Ninguém pode duvidar que existe vida depois da morte. Essa é a mensagem que quero deixar para essas pessoas, principalmente a essas mães que sofrem tanto”.
- 2- Era perto do meio-dia, quando o padre Célio Amaral começou a pequena pregação. *Citou* trechos do livro do profeta Ezequiel. E *repetiu*: “Será que esses ossos poderão reviver?”.
- 3- Depois, *citou* o nome de cada mãe ali presente. *Chamou-as* de guerreiras. E *respondeu* à indagação que fez no início, usando as palavras de Deus: “Colocarei em vocês o meu espírito e vocês reviverão”. E o homem de batina se penitenciou: “Eu estou com muita vergonha de ter feito tão pouco por esses jovens”.
- 4- Depois, o pastor Gaspar Bernardes *falou* trechos da bíblia. Também amparou as mães. E *pediu*: “Espírito Santo, console os nossos corações...”

Discurso Indireto

- 1- Durante o velório, Luciana Maria Souza Lopes, irmã de Márcio, *afirmou* que a morte dele leva um pedaço da família.
- 2- Em seguida, *pediu* para que todos ali presentes se dessem as mãos. Rezou um pai nosso com mãos em lágrimas.
- 3- A católica Sônia, mãe de Paulo Victor, e a evangélica Valdirene Fernandes, 37 anos, mãe de Flávio (que ali foi velado, mas o único enterrado no Gama), abraçaram-se. E *agradeceram* todo o apoio que receberam nesses intermináveis quase cinco meses de desespero.

Modalização em
Discurso segundo
Modalização em
Discurso segundo

- Não consta nenhum caso.
- Não consta nenhum caso.

seguido de Discurso

Direto

Ilhas textuais

- Não consta nenhum caso.

Condicional

Jornalístico

- Não consta nenhum caso.

No dia 13 de Abril de 2010, foi produzida e divulgada uma reportagem relativamente extensa, o que certamente se deve ao fato de relatar como foi o velório de cinco, dos seis adolescentes, morto por Admar, realizado em uma quadra de esportes. Por isso, temos nela 20 (vinte) ocorrências de discurso relatado: 13 (treze) na forma de DD, dos quais oito refere-se à fala das mães das vítimas e as demais a fala de irmãs e população em geral. Entendemos que o predomínio do discurso direto, na grade maioria das reportagens, deve-se ao fato de que ele dá maior vivacidade e comoção aos discursos. Depois, 04 (quatro) ocorrências em DI seguido de DD, novamente relatando falas da população, do padre e do pastor que fizeram uma cerimônia religiosa. O DI, ao ser seguido de DD, adquire uma maior relevância dentro do texto, uma vez que o DD dá maior credibilidade e veracidade ao que esta sendo dito. Foram identificadas, também, 03 (três) ocorrências em DI, referentes a falas de mães, de uma irmã de vítima e do padre. Os verbos *dicendi* dessa reportagem são: diz/ dizia, continua, explica, citou, falou, chamou-as, (mais neutros) pediu, agradeceram e afirmava /afirmou, repetiu (mais carregados de sentido).

Em relação a essa reportagem, de um modo particular, notamos em vários momentos que várias sequências discursivas se assemelham muito ao discurso literário, tanto é, que tem trechos que lidos, sem saber do contexto, parecem ser ficção e não vida real. Acreditamos ser essa uma estratégia discursiva utilizada pela mídia, isso porque, o que havia para ser noticiado era tão trágico que só poderia ser concebido e contado como um filme ruim. É perceptível o atravessamento do discurso religioso e também do discurso político, além do literário, dentro do jornalístico. Destacamos, pois, alguns trechos, para fazermos apenas breves considerações.

Parecia o **fim do filme ruim** [...] Não faltou nada ao **cenário da vida real**. E **Luziânia**, finalmente, **contou um a um os seus meninos mortos**. [...] O **filme ruim chegou ao fim**. A luta, na vida real, está mais real. E aquelas seis mães [...] terão onde chorar seus prantos. E gritar, a hora que quiserem, sem medo de incomodar o vizinho. Ou parecer louca, descontrolada. [...] **A população foi ver a barbárie de perto**. Como se quisesse comprovar que tudo era real. Na ficção, inventam-se até mortes. **Munidas** de máquinas fotográficas e celulares equipados com câmeras, elas entraram no Ginásio de Esportes José de Araujo Leite e **dispararam** fotos. [...] Rosas vermelhas repousavam espalhadas em cima do caixão. Atrás, **gigantescas coroas de flores, enviadas por políticos goianos àquelas famílias que sempre**

viveram à margem deles. Eles, sobretudo em época de campanha, sempre fazem questão de se mostrar presentes. Mesmo que em coroas de flores ao lado do corpo de quem nunca viu. Sônia, a mãe de Paulo Victor, andava de um lado para o outro. Mesmo aos pedaços, ainda achou força para consolar as outras mães. “É dor, é sofrimento, é cansaço. Foi um filme de terror”, diz. [...] De repente, Sônia se reveste de uma fortaleza admirável. [...] Era perto do meio-dia, quando o padre Célio Amaro começou a pequena pregação. [...] O cortejo seguiu por algumas ruas movimentadas da cidade. O povo deixou suas casas, largou a louça suja na cozinha e correu para as calçadas. Acenou para as famílias. Alguns choraram [...] A terra cobriu as flores vermelhas. [...] De longe, uma mulher assistia a tudo. Vez por outra, limpava uma lágrima que se juntava à poeira do cemitério de terra batida. [...] O filme ruim chegou ao fim. E o que restou desse pesadelo, de concreto, além da infundável dor e do desalento foi um endereço certo para o choro que será por toda a vida. (ABREU, 2010, s/p.CORREIO BRASILIENSE)

Percebe-se, nesses trechos, que dentro do discurso jornalístico, existe uma literariedade que está presente, por meio, por exemplo, das frases de efeito que produzem efeitos de sentido de poeticidade diferentes daqueles que seriam produzidos com uma frase comum, por exemplo. A expressão “filme ruim” também provoca efeitos de sentidos relacionados à literatura, uma vez que evocam sentidos referentes a cenário, ficção, filme de terror. Tanto se parece a uma história do tipo narração, que é possível identificar até mesmo os personagens: as mães, a população, o padre Célio, etc. Outro fato que nos chamou a atenção nesses trechos refere-se ao uso das palavras “munidas” e, dispararam que, nesse contexto de dor, violência e tristeza nos dão a impressão de que a população está munida (mesmo que de máquinas fotográficas) e está disparando (fotos) como uma forma de se defender, lá no fundo, dá-nos a impressão de que ao invés de um velório, se tem uma guerra, onde é preciso ir munido e disparar a munição.

Outro aspecto que nos remete à narrativa é a marcação de tempo: “[...] perto do meio dia”. O fato também de mencionar detalhes triviais do dia-a-dia, como, por exemplo, lavar e/ou largar as louças sujas, dá ao texto (discurso) uma dimensão mais humana e, conseqüentemente, mais dramática, mais comovente, que acaba sendo, também, uma estratégia para comover o público leitor e aumentar as vendas.

Título: *Primeira vítima de maníaco de Luziânia é velada em funerária da cidade*

“Correio Braziliense” – (Publicado em: 21 de Maio de 2010) – Gênero: Reportagem

DR
Discurso Direto

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
• Não consta nenhum caso.

Discurso Indireto
seguido de Discurso

• Não consta nenhum caso.

Direto	
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Em um trecho [da mensagem], os colegas <i>contam</i> que Diego é inesquecível. Lidiane de Souza Silva, 14 anos, é sobrinha do jovem e <i>conta</i> que, pela idade semelhante, foram criados juntos. Ela, emocionada, <i>disse</i> que vai sentir muita falta do tio. 2- Gláucia <i>conta</i> que quase todas as mães dos outros jovens assassinados por Ademar de Jesus estão no local, para prestar apoio. <ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Modalização em Discurso segundo	
Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	<ol style="list-style-type: none"> 1- <i>De acordo com a irmã do rapaz</i>, Gláucia Alves, a família ainda tinha esperança de que o menino ainda fosse encontrado vivo. “É sempre muito difícil receber uma notícia dessas”, <i>desabafa</i>.
Ilhas textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Condicional Jornalístico	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.

A penúltima reportagem do jornal “Correio Braziliense” que faz parte do nosso *corpus* de pesquisa, foi publicada no dia 21 de Maio de 2010 e diz respeito ao velório de Diego Alves Rodrigues, velado em uma funerária, que foi a primeira vítima de Admar. É também uma reportagem bem curta, se comparada à anterior e apresenta apenas 03 (três) ocorrências de discurso relatado: 02 (dois) DI, relatando falas de familiares da vítima e uma modalização em discurso segundo seguido de DD, também relatando falas de familiares. Todos os verbos introdutórios utilizados nessa reportagem transmitem bastante neutralidade, são eles: *contam/conta*, *escreveram* e *disse*. Por fim, uma modalização em discurso segundo, relatando a fala da irmã de Diego. Analisemos, então, a última reportagem produzida e divulgada por essa instituição, que faz parte do nosso *corpus*.

Título: *Corpo de Diego Alves, primeira vítima do maníaco de Luziânia, é enterrado hoje*

“Correio Braziliense” – (Publicado em: 21 de Maio de 2010) – Gênero: **Reportagem**

DR

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	<ol style="list-style-type: none"> 1- Aldenira Alves, mãe de Diego, ficou muito emocionada no momento da retirada do caixão. Ela <i>declarou</i> que o sentimento é de alívio, mas que vai ter de aprender a lidar com a ausência do filho. Aldenira <i>disse</i>, ainda, que está muito chateada com o “monstro” que cometeu o crime contra Diego.

Modalização em Discurso segundo Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. • Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais	1- Aldenira Alves, mãe de Diego, ficou muito emocionada no momento da retirada do caixão. Ela declarou que o sentimento é de alívio, mas que vai ter de aprender a lidar com a ausência do filho. Aldenira disse, ainda, que está muito chateada com o “ <i>monstro</i> ” que cometeu o crime contra Diego.
Condicional Jornalístico	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.

A última reportagem produzida e divulgada pelo “Correio Braziliense”, no dia 21 de Maio de 2010, também diz respeito ao velório de Diego Alves Rodrigues. É composta por apenas dois parágrafos e apresenta 02 (duas) ocorrências em DR, um DI relatando a fala da mãe de Diego, na qual se usam dois verbos *dicendi*: declarou e disse e 01(um) caso de ilha textual, para relatar o que a mãe da vítima falou em relação à morte do filho, chamando Admar de “monstro”. Assim, ao colocar essa palavra e/ou signo entre aspas, a instituição se distancia desse dizer, não se responsabilizando pelo que está sendo dito.

Em síntese, o jornal “Correio Braziliense” produziu e divulgou um total de 11 textos, todos eles reportagens, entre o dia 14/04/2010 e o dia 21/05/2010. Os verbos *dicendi* mais utilizados por essa instituição midiática foram: dizer, que aparece conjugado como: disse, dizia e diz, por 16 (dezesesseis) vezes e o verbo afirmar, por 09 (nove) vezes, que aparece conjugado como: afirmou e afirmava. De todas as formas de discurso relatado utilizados por essa instituição, os que aparecem com maior frequência são aqueles produzidos pelas mães das vítimas e aqueles produzidos por pessoas da área jurídica. Nota-se aqui, que o Correio Braziliense opta por um tipo de jornalismo mais como vende, sensacionalista, prova disto é a grande quantidade de falas das mães dos adolescentes e também, a tendência por escrever reportagens muito semelhantes com o discurso literário. As categorias mais utilizadas são DI e DD, assim como acontece com o jornal O Popular, Assim como as duas anteriores, essa instituição também faz uso do condicional jornalístico, sendo que, os verbos mais utilizados por ela, assim como ocorre com “O Popular” são: ter (teria) e ser (seria).

2.2.2.4 “Revista Veja”

Para finalizarmos nossas análises, passemos, pois, para a reportagem e a entrevista produzidas e divulgadas pela “Revista Veja”, ambas no mesmo dia, porque a entrevista aparece no rodapé da reportagem.

Título: *O ESTADO É CUMPLICE*

“Revista Veja” (Publicado em: **21 de Abril de 2010**) – Gênero: **Reportagem**

DR	ENUNCIADOS	
Discurso Direto		<ol style="list-style-type: none"> 1- “Não é tempo suficiente para dizer se o individuo é perigoso sou não. Em que grau? E, mais importante, ele representa uma inclinação para cometer que tipo de crime?”. (José Geraldo Taborda – psiquiatra forense). 2- “Se ele tivesse sido mantido preso, os seis meninos de Luziânia não teriam sido assassinados. Mas e quando ele saísse da prisão, após o cumprimento total da pena, ele não faria outras vítimas?” (Gilmar Mendes – presidente do Supremo Tribunal Federal). 3- “Estou tranqüilo com a minha decisão, mas triste com o que aconteceu”, reconheceu o juiz.
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto		<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto		<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Modalização em Discurso segundo Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto		<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. • Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais		<ol style="list-style-type: none"> 1- O caso do pedreiro que matou seis adolescentes após ser solto por “bom comportamento” evidencia o ruinoso colapso do sistema prisional brasileiro. 2- No caso de Ademar, a promotora Maria José Miranda até pediu uma “fiscalização sistemática”.
Condicional Jornalístico		<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.

A “Revista Veja” divulgou apenas uma reportagem sobre o caso, no dia 21 de Abril de 2010, sendo que, no rodapé dessa reportagem consta uma entrevista dada pela promotora de justiça Maria José Miranda, falando sobre as leis e o caso do maníaco. O quadro referente à entrevista segue logo abaixo. Na reportagem, temos 05 (cinco) ocorrências em discurso relatado, três em DD, com falas do: psiquiatra, do presidente do Supremo Tribunal Federal e do juiz, sendo utilizado apenas o verbo reconheceu que é um verbo mais carregado de sentido e, temos, também, dois casos de ilha textual, relatando trechos de fala da promotora. Nessa reportagem, na parte inferior, consta uma entrevista concedida pela promotora de justiça, Maria Jose Miranda, à “Revista Veja”, falando sobre a jurisprudência brasileira.

Título: “*A jurisprudência é favorável ao réu*”

“**Revista Veja**” (Publicado em: **21 de Abril de 2010**) – Gênero: **Entrevista**

DR
Discurso Direto

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

- 1- “A jurisprudência é favorável ao réu”. (Promotora Maria José Miranda)
- 2- “Os principais problemas são os erros crônicos do poder público quanto à segurança do cidadão de bem. O pouco valor, a pouca dedicação e a pouca responsabilidade do estado criaram essa excrescência. A nossa jurisprudência favorece muito o criminoso, em detrimento da sociedade ordeira”. (Promotora Maria José Miranda)
- 3- “É um absurdo. Nós temos dois Brasis. Um de mentirinha, de faz de conta, que é o Brasil do papel, onde um homicídio qualificado pode render pena de até trinta anos. Outro, o Brasil real, muito diferente, onde alguém é condenado a trinta anos e cumpre um sexto, fica só cinco anos na cadeia. Eu fico pensando em quanta gente contrata vigilantes, jardineiros, pessoas que vão entrar em casas em que há crianças, sem saber que são estupradores. A sociedade fica muito vulnerável a esse tipo de criminoso”. (Promotora Maria José Miranda)
- 4- “A Lei de Execução Penal diz que, a partir de um sexto do cumprimento da pena, o preso pode regredir de regime, ou seja, entrar em regime menos rigoroso. Enquanto esteve em vigor, a Lei dos Crimes Hediondos determinava que o praticante desse tipo de crime deveria cumprir dois terços da pena. Essa lei diferenciava o ladrão de tênis do ladrão de vida. Em fevereiro de 2006, em pleno Carnaval, o Supremo Tribunal Federal atentou a um pedido de revisão de pena de um estuprador e tornou inconstitucional a Lei dos Crimes Hediondos. Isso aconteceu porque a composição do Supremo conta com uma quantidade de ministros muito liberais que, no meu entender, excedem na proteção dos direitos e garantias dos criminosos. A decisão foi catastrófica para o país. Mais de 80.000 encarcerados já tinham cumprido um sexto da pena. Quem requereu a saída da prisão teve o pedido aceito”. (Promotora Maria José Miranda)
- 4- “A iniciativa foi boa- o que se queria era que houvesse mais rigor contra os crimes sexuais. Na prática, aconteceu o contrário. Até agosto do ano passado, o artigo 213 do Código Penal tratava de estupro, definido como conjunção carnal com mulher, e o 214 tratava de atentado violento ao pudor, ou seja, qualquer outro ato sexual praticado mediante violência ou grave ameaça. O réu que praticasse estupro e atentado era condenado pelos dois crimes e as penas eram somadas. Com a mudança, os dois crimes viraram um só, qualificado de estupro. Não há mais o somatório de penas. E, pior, os criminosos que cumpriam pena por dois crimes puderam abolir a condenação por atentado violento ao pudor. Milhares de estupradores foram parar na rua”. (Promotora Maria José Miranda)
- 5- “A psiquiatra fez um único e rápido atendimento em Adimar e disse que ele não tinha nenhuma doença mental nem necessidade de medicação controlada. Oral, ela disse o óbvio. Doente mental ele nunca foi. Ele tem completa noção do que é certo e errado. Tem uma inteligência superior à média para o grupo dele. Esse laudo, então, é um nada. Depois, ele foi submetido a uma avaliação psicológica e o psicólogo disse nada também. Atestou que ele era polido, que tinha coerência de pensamento e critica aos comportamentos a ele

	atribuídos. Ora, todo psicopata é polido. Ele simula altruísmo e educação. Em resumo: ninguém disse que ele era perigoso”. (Promotora Maria José Miranda)
	6- “Quando eu pedi, já esperava que não fosse feita. O meu pedido era quase utópico. No Distrito Federal e no entorno, temos apenas três oficiais de Justiça para fiscalizar cerca de 20.000 presos em regime aberto. Esse monitoramento só é feito à noite, quando eles têm de estar recolhidos em casa. No caso de Adimar, houve uma única visita de fiscalização, em 20 de janeiro, às 23h21, e ele estava em casa”. (Promotora Maria José Miranda)
	7- “Sim, e ele faz isso sempre. No Brasil, a jurisprudência é favorável ao réu e as vítimas ficam ao deus-dará. Se a constituição pesasse 1 quilo, 900 gramas seriam de direito dos réus. Para eles existem direitos humanos, assistência judiciária gratuita, Pastoral Carcerária, Anistia Internacional, auxílio-reclusão, que é um dinheiro que o estado paga às famílias de presos que tinham emprego quando foram detidos. Mas escuta, e as vítimas? Elas não têm direito a nada? Eu não estou querendo dizer com isso que o réu não tem de ter direito a ampla defesa. É que essa idéia foi tão estendida que tudo que é pró-réu se admite. A Constituição prevê um direito e ele é alargado pelo lobby dos criminalistas”. (Promotora Maria José Miranda)
Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.
Discurso Indireto	1- Católica praticante, casada, mãe de dois jovens, a promotora Maria José Miranda, 54 anos, pediu ao juiz do processo que Adimar Jesus Silva, condenado por haver abusado sexualmente de duas crianças, uma vez solto, ficasse submetido a “fiscalização sistemática”, porque, como diz, “não existe ex-estuprador”.
Modalização em Discurso segundo Modalização em Discurso segundo seguido de Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso. • Não consta nenhum caso.
Ilhas textuais	1- Católica praticante, casada, mãe de dois jovens, a promotora Maria José Miranda, 54 anos, pediu ao juiz do processo que Adimar Jesus Silva, condenado por haver abusado sexualmente de duas crianças, uma vez solto, ficasse submetido a “ fiscalização sistemática ”, porque, como diz, “ não existe ex-estuprador ”.
Condicional Jornalístico	<ul style="list-style-type: none"> • Não consta nenhum caso.

Finalmente, o último texto que compõe nosso *corpus* é uma entrevista, composto por 08 (oito) ocorrências de discurso relatado, sendo 07 (sete) DD e 01 (um) DI. Todas essas ocorrências se referem a falas da promotora, uma vez que se trata de uma entrevista dada por ela à “Revista Veja”. O único verbo *dicendi* utilizado é o pediu, considerado como mais neutro. E um caso de ilha textual, para citar trechos da fala da promotora, de forma direta,

simulando restituir de forma idêntica o que dito por ela além de mostrar o distanciamento da revista em relação ao que é colocado entre aspas.

Em resumo, a “Revista Veja”, como já dito anteriormente, produziu e divulgou dois textos: uma reportagem e uma entrevista, ambas no dia 21/05/2010. Os únicos dois verbos *dicendi* utilizados foram “reconheceu” e “pediu”. Dos 11 (onze) discursos relatados, 10 (dez) são jurídicos, em função da entrevista dada pela promotora. Desse modo, o recurso mais utilizado por essa revista para demarcar a presença do Outro foi o DD (10 ocorrências). A “Revista Veja”, de todas as instituições midiáticas que analisamos, foi a única que não fez uso do condicional jornalístico. A heterogeneidade mostrada marcada, que manifesta sobre a forma do discurso relatado, contribui grandemente para a constituição dos discursos e, possibilita retomar e citar o discurso do Outro, como forma de produzir, reformular e reconstruir outros discursos, por meio do retorno ao mesmo, já-dito, pelas relações interdiscursivas.

2.2.2.5 Categorias utilizadas pelas 04 (quatro) instituições jornalísticas para demarcar a presença do Outro de forma explícita

Instituição Midiática	DD	DI seguido de DD	DI	Modalização	Modalização seguida de DD	Ilhas textuais
Diário de Catalão	04		02	03	02	04
O Popular	33	09	49	23	04	15
Correio Braziliense	32	16	27	05	03	05
“Veja”	9	-	01	-	-	03
<u>Total de enunciados:</u>	78	25	79	31	09	27

Observando a tabela acima, que traz a quantidade e os tipos de discurso relatados, utilizados por cada uma das quatro instituições midiáticas, podemos chegar a algumas conclusões em relação a elas. Primeiro, as únicas duas instituições que fizeram uso dos cinco tipos de DR que analisamos nessa pesquisa, foram o jornal “O Popular” e o jornal “Correio Braziliense”. O jornal “Diário de Catalão”, e a “Revista Veja”, em função da menor quantidade de textos que produziram e divulgaram sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, foram os que apresentaram menos quantidade de ocorrências em DR. Observando ainda as

quantidades de DR como um todo, percebe-se o fato de que, para produzirem e divulgarem os discursos sobre este caso, os recursos mais utilizados foram o DD (78 ocorrências) e DI (79 ocorrências). Desta maneira, podemos comprovar que são, realmente, esses dois tipos de discurso que conferem ao discurso jornalístico maior credibilidade, ao citar falas de autoridades, como por exemplo, da promotora, do delegado do juiz ou mesmo de um psiquiatra. Confere, também, comoção e sensacionalismo, ao citar, por diversas vezes, falas das mães em DD ou mesmo em DI, evidenciando a dor por que elas passaram e a luta empenhada por elas para conseguirem que a justiça fosse feita. A ilha textual (aspas) é também um recurso utilizado com bastante frequência e, permite que o metaenunciador (mídia), no desenrolar do seu discurso, marque, sem interromper o fio discursivo, a presença de trechos do discurso do outro em meio ao seu. Desses dois tipos de discurso, é o mais utilizado e estruturado, na forma de modalização em discurso segundo, usado, em grande maioria, para citar falas de autoridades. O que, também, proporciona ao discurso um caráter de objetividade e imparcialidade em relação ao que está sendo dito, pois indica que a fala pertence a um Outro sujeito e que o seu discurso está demarcado de forma explícita em determinados momentos do discurso jornalístico. O DI, seguido de DD, é o seguinte mais utilizado. Esse recurso permite que a mídia divulgue uma determinada informação em DI, que é comprovada, enfatizada, na sequência, por meio do DD. Como é perceptível, o discurso menos utilizado foi o da modalização em discurso segundo seguida de DD.

Agora, se observarmos separadamente os recursos utilizados por cada instituição, constataremos que: o jornal “Diário de Catalão” fez com maior frequência uso do DD (04 ocorrências) e da ilha textual (04 ocorrências). Essa instituição midiática divulgou dois textos sobre o caso, do gênero notícia, que, como vimos, trata-se de um gênero mais objetivo, sintetizado e, que, talvez por isso, opte por trazer mais enunciados em DD que, simulam, aparentemente, restituir de modo fiel o que foi dito pelo Outro, dando ao jornal um caráter de imparcialidade e neutralidade em relação à divulgação dos fatos. Já o jornal “O Popular” utilizou, com maior frequência, do DI (49 ocorrências) e do DD (33 ocorrências), ele divulgou textos pertencentes ao gênero reportagem e, apenas uma entrevista. Essa instituição, certamente em função do gênero pelo qual optou, traz maior riqueza de detalhes sobre o caso, principalmente relatando o conteúdo de pensamento do outro na forma de DD, intercalando, ao longo das reportagens, DI e DD. O DD também foi utilizado na entrevista, já que, como bem sabemos, esse gênero é estruturado em perguntas e respostas, sendo as respostas dadas são sempre em DD, característica fundamental desse tipo de texto.

O jornal “Correio Braziliense” usou, com maior frequência, o DD (32 ocorrências) e o DI (27 ocorrências). Divulgou 11 (onze) textos do tipo reportagem, com um caráter bastante narrativo, com grande quantidade de detalhes, muitos enunciados estruturados na forma de DD, simulando restituir, principalmente, dizeres das mães dos adolescentes, o que conferiu a essas reportagens efeitos de sentidos relacionados à comoção, dor, sofrimento, luta. Como dito em outro momento, além do caráter narrativo que essas reportagens apresentam, elas se assemelham muito ao discurso literário, o que nos dá a impressão, em alguns momentos, de se tratar de uma história de ficção. Basta nos lembrarmos do início de um trecho de uma reportagem dessa instituição, que inicia dizendo: “Era perto do meio-dia...”, muito característico de histórias literárias. Por fim, o discurso relatado, predominante nos textos produzidos e divulgados pela “Revista Veja”, foi também o DD (09 ocorrências), que, ao mesmo tempo em que dá maior credibilidade e vivacidade ao que está sendo divulgado, isenta a instituição de qualquer responsabilidade sobre o que está sendo dito.

PALAVRAS DERRADEIRAS: PARA (NÃO) CONCLUIR

Após termos realizado reflexões teóricas e analisado nosso *corpus* de pesquisa sob duas perspectivas principais: pensando na heterogeneidade constitutiva e na heterogeneidade mostrada marcada³⁹, especificamente o DD, o DI, evidenciou-se a modalização, as ilhas textuais (aspas), de modo a alcançar o nosso objetivo maior, que era justamente o de analisar a presença da heterogeneidade discursiva na mídia impressa, isto é, a presença do discurso do Outro no discurso midiático sobre a violência, através das sequências discursivas produzidas sobre o caso do “maníaco de Luziânia”. Acreditamos, posteriormente a todo esse processo, ter chegado ao fim do nosso percurso. Através da fundamentação teórica que fizemos, articulando-a ao nosso *corpus* de pesquisa, foi possível perceber vários aspectos relevantes que se referem à produção do discurso midiático sobre a violência.

No primeiro capítulo, buscamos fazer um resgate da gênese e constituição da AD, de modo a demonstrar que esta, inicialmente, concebeu o discurso como uma máquina estrutural fechada e que, ao longo de sua constituição, passou a compreender os discursos como marcados por intensa heterogeneidade discursiva, ou seja, pela constante presença do Outro. Ao longo das três fases, a AD passou por modificações relevantes até chegar ao modo como a conhecemos hoje, considerando o discurso como sendo produzido por um sujeito que, ocupando uma posição-sujeito, interpelado ideologicamente, enuncia, a partir de uma determinada FD, dentro de um contexto histórico. Realizamos, no segundo capítulo, as análises, partindo do conceito de Authier-Revuz (1990; 2004), analisando, especificamente, a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada marcada.

Diante das análises que fizemos referentes à heterogeneidade constitutiva, podemos concluir que, em meio a uma dispersão de enunciados (sequências discursivas) que foram produzidos sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, houve um total de 09 (nove) FD. Assim, o discurso jornalístico, para se constituir, utilizou, frequentemente, de discursos outros, o que evidencia a presença do Outro dentro do discurso jornalístico e, ao mesmo tempo, comprova o que é dito por Mariani (1996), quando afirma que esse tipo de discurso (o jornalístico) é um

³⁹ Durante o percurso de escrita da dissertação, em função do tempo que tínhamos e da quantidade de material que constituía nosso *corpus*, acabamos tendo que escolher o que “não” analisar. Então, por exemplo, deixamos de analisar os enunciados destacados dos textos, dos quais nos fala Maingueneau (2008) que, certamente, poderia se revelar uma análise bastante interessante pois irá evidenciar os mecanismos que cada instituição utiliza para destacar um determinado trecho e/ou título de uma reportagem e não outra. Outra análise possível, seria trabalhar com as imagens das reportagens, tanto do criminoso quanto das vítimas e seus familiares. Inclusive, produzimos e publicamos um trabalho sobre a questão do corpo, intitulado: “Mídia, violência e corpo: o caso do “maníaco de Luziânia”, em que analisamos algumas imagens sobre o caso.

discurso *sobre*, pois sempre e inevitavelmente falará *sobre* um determinado assunto e, independente de qual seja, para constituir-se, irá fazer usos de outros discursos.

Constatamos, ainda, através dessas análises, o caráter heterogêneo do discurso, ao encontrarmos no discurso jornalístico, várias FDs, ficou claro que os discursos mantêm relação entre si o tempo todo, retomando o já-dito, reformulando-o de outra forma, acionando a memória coletiva para significar. Delimitamos cada FD para fins didático-metodológicos, por entender que saber onde começa e onde termina cada uma delas, não é possível. Os discursos se constroem justamente na relação que mantêm com os outros discursos, já produzidos ou, ainda, que vão ser produzidos. Desse modo, só é possível existir uma FD afirmando que o Estado falhou porque existe outra FD que afirma que ele não falhou em relação a vários aspectos referentes ao caso. E mesmo que isso não aconteça de forma explícita, sempre existirá em relação a um discurso, o seu avesso. Em relação aos discursos construídos sobre a figura de Admar, destaca-se ora a imagem de doente, ora de assassino e, em alguns casos, ambas ao mesmo tempo. Isso é possível porque os sujeitos enunciam, a partir de posições-sujeitos e FD distintas, são interpelados por ideologias diferentes e, assim, têm pontos de vistas diferentes em relação a uma mesma situação ou pessoa. Os discursos maternos e/ou a figura materna também teve grande destaque dentro do discurso jornalístico, ao contrário da figura paterna, que quase não aparece.

Identificamos e analisamos, ao longo das análises da heterogeneidade constitutiva, oito FDs: O estado falhou; O Estado não falhou; Admar era doente; Admar era sadio; Admar era doente e assassino; O discurso de defesa do “maníaco de Luziânia”; A presença do discurso religioso e, por fim, o discurso dos familiares e da população. Essas FDs só tendem a evidenciar o caráter heterogêneo e interdiscursivo do discurso, bem como a relação estreita que o discurso mantém com o outro, para se constituir. Permite, também, perceber que delimitar FD não é possível, pois dentro de cada FD acabamos por identificar a presença de outra, que retoma outra, enfim, um discurso está sempre entrelaçado ao outro, quer seja retomando o já-dito, refutando, nesse processo constante de produção e reformulação dos discursos.

A heterogeneidade constitutiva é, pois, fundamental para a constituição dos discursos, não apenas os jornalísticos (midiáticos) como para todos os outros, pois nós, enquanto sujeitos que somos, incorporaremos na produção de nossos discursos todos aqueles discursos com os quais tivemos contanto durante nossas vidas.

No que se refere à análise da heterogeneidade mostrada marcada, percebemos que a mídia se vale com grande frequência, do discurso do Outro de forma explícita, para constituir

seus discursos, dando vivacidade, credibilidade, autenticidade ao que está sendo dito, ao mesmo tempo em que, ao demarcar a presença do Outro, por meio dos diversos recursos disponíveis, como podemos constatar ao longo das análises, muitas vezes, ela se isenta de qualquer responsabilidade sobre o que está sendo dito.

Pensando em cada instituição midiática de forma separada, gostaríamos, além das considerações já feitas no decorrer das análises, pontuar mais algumas. Observando as sequências discursivas produzidas e divulgadas pelo jornal “Diário de Catalão”, percebemos que dos três jornais, ele foi o que menos deu cobertura ao caso, tanto é que divulgou apenas duas notícias, se mostrando bastante imparcial diante dos fatos divulgados, fazendo uso do DR, em todos os casos em que aparece, por meio da menção a sujeitos que falam a partir de uma posição jurídica. Desse modo, a instituição se isentou, ou tentou se isentar, de qualquer responsabilidade pelos discursos veiculados na forma de DR, uma vez que, ao marcá-los de forma mostrada, deixou evidente que quem estava dizendo “x” ou “y” em relação ao caso não era o “Diário de Catalão”, mas sim o promotor, o delegado, etc. De forma paralela, ao fazer uso desse discurso jurídico procurou revestir de maior credibilidade e autenticidade as notícias divulgadas. As duas notícias foram relativamente curtas, passando informações precisas e objetivas. Por isso, levando em consideração essas duas notícias, concluímos que esse jornal não promoveu sensacionalismo a partir da divulgação do caso, uma vez que divulgou apenas o essencial, as informações básicas.

Já o jornal “O Popular” divulgou uma quantidade significativa de textos sobre o caso, com datas de divulgação bem próximas, algumas, inclusive, em dias sequenciais. Deu ênfase também para as falas jurídicas na constituição de seus discursos (reportagens e entrevista), assim como o jornal “Diário de Catalão”. Mas, ao mesmo tempo, utilizou com frequência das sequências discursivas produzidas pelo próprio Admar, que foram, na sua grande maioria, transcritas na forma de DD, certamente no intuito de promover maior dramatização ao caso, comoção e sensibilização ou mesmo indignação nos leitores, ao divulgar as falas que simulavam restituir de forma idêntica o que teria sido dito pelo maníaco, principalmente, durante o depoimento em que ele confessou os crimes.

O jornal “Correio Braziliense”, por sua vez, das quatro instituições cujas sequências discursivas produzidas compõem o *corpus* da nossa pesquisa, foi o que mais deu cobertura ao caso, divulgando um número expressivo de reportagens. Inclusive, existem duas reportagens que foram publicadas no mesmo dia, referente ao velório de uma das vítimas. Acreditamos que isso se justifique pela proximidade da cidade de Luziânia com o Distrito Federal. Ao contrário dos outros dois jornais, os discursos relatados que se destacam, pela quantidade e

frequência com que aparecem, são aqueles produzidos pelas mães das vítimas do maníaco, o que imprime aos discursos a possibilidade de produzir uma maior comoção e sensibilização, pois a figura da mãe, o seu sofrimento, a sua luta por justiça são, a todo o momento, evidenciados nos discursos produzidos por este jornal. Existem momentos nas reportagens, em que a forma com que esses discursos são materializados se parece mais com um discurso literário do que com a vida real. Em segundo lugar, os discursos que mais aparecem são os jurídicos, também em grande quantidade, dando veracidade ao que está sendo dito, uma vez que os sujeitos que produzem esses discursos (jurídicos) falam a partir de uma posição-sujeito que lhes permite dar informações mais apuradas sobre o caso.

A “Revista Veja”, por ser uma revista semanal, divulgou apenas uma reportagem e uma entrevista sobre o caso. O discurso mais utilizado é o discurso jurídico, inclusive, através de uma entrevista feita com uma promotora. A Revista foi a única que não fez uso do condicional jornalístico, certamente, devido ao gênero que foi utilizado, o qual nos transmite um efeito de compromisso com as informações que divulga, pois não deixa nenhuma informação com sendo uma hipótese, possibilidade (teria, seria etc).

Pensando na quantidade e tipos de DR utilizados pelas quatro instituições midiáticas (conforme tabela da p. 145) podemos perceber que o recurso mais utilizado de um modo geral pela mídia para demarcar a presença do Outro dentro do discurso jornalístico foi o discurso indireto (79 ocorrências ao total) e o discurso direto (78 ocorrências). Como vimos, o DI permite ao metaenunciador uma maior liberdade para transcrever o que foi dito pelo Outro e o DD, que, por mais que pareça ser fiel, objetivo, não é, pois a condição de produção do DD dentro do discurso jornalístico não é a mesma em que o sujeito produziu aquele discurso que está sendo transcrito. Esse tipo de discurso é empregado para conferir ao discurso jornalístico maior credibilidade, principalmente quando se trata de citações de autoridades e, ao mesmo tempo, isenta a instituição de qualquer responsabilidade sobre o que está sendo dito.

Algo também que nos chamou a atenção é a imensa quantidade de sequências discursivas em que se observa a presença do discurso jurídico por meio do discurso relatado. Desse modo, de um total de 249 discursos relatados, 111 referem-se a esse tipo de discurso, o que vem a comprovar o que tínhamos como hipótese em outro momento da pesquisa, a de que o discurso jurídico seria um tipo de discurso constituinte do discurso midiático sobre a violência e, desta forma, é amplamente divulgado pelas instituições midiáticas, uma vez que todo caso de violência, envolve a área jurídica, os investigadores, policiais. Enfim, como todo o discurso é constituído pelo discurso do Outro, a mídia faz uso de falas de pessoas que

enunciam a partir de uma posição jurídica para construir seus discursos, trazendo informações em relação ao andamento das investigações em relação ao caso.

Analisamos sequências discursivas que foram produzidas sobre o caso do “maníaco de Luziânia”, materializadas em três gêneros discursivos: notícia, reportagem e entrevista. Constatamos que o gênero notícia e reportagem são bem parecidos quanto a sua estrutura e aos recursos utilizados na constituição de seus discursos. A diferença que mais salta aos olhos em relação as duas é que, enquanto a notícia é mais objetiva, condensada, descritiva, a reportagem traz uma maior quantidade de informações e detalhes referentes ao fato narrado. Já a entrevista é bem diferenciada, devido a sua estrutura de pergunta e resposta, trazendo as respostas em DD e, quase sempre, sem a presença do verbo *dicendi*.

Vale ressaltar, ao término das análises, que a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada (no nosso caso, marcada) revelam um diálogo frequente com os mesmos discursos e, na verdade, os dois tipos se complementam mutuamente e são fundamentais para a constituição dos discursos, que são extremamente heterogêneos, marcados pela presença do Outro e em constante relação interdiscursiva com os outros discursos. Dessa forma, pensar na produção de um discurso é pensar, inevitavelmente, na presença do Outro dentro desse discurso, quer seja de forma constitutiva ou mesmo mostrada.

A mídia influencia diretamente e diariamente a vida das pessoas, por isso contribui para a formação dos discursos. Ao término da pesquisa, foi possível perceber que, para a construção do discurso midiático sobre a violência, que não é neutro nem tampouco transparente, existe uma série de aspectos que estão envolvidos, como: o sujeito (metaenunciador) que produz esse discurso; a FD na qual ele está inserido quando do momento da enunciação; a ideologia que o interpela; os discursos (interdiscursos, já-ditos, pré-construídos) que perpassam o seu discurso; o que esse sujeito aciona e/ou reformula do que está arquivado na memória discursiva, além dos interesses financeiros e mercadológicos componentes das condições de produção. Todos esses aspectos, juntos, irão influenciar diretamente na produção dos mais variados efeitos de sentidos sobre a violência. E, se a mídia é, de acordo com as teorias althusserianas, um AIE, isso significa que ela trabalha de modo a, também, atender aos interesses do Estado.

Como vimos, apesar de todo o poder que detém e da influência que exerce na vida de tantas pessoas, a mídia nem sempre cumpre a função de ser catalisadora de boas e significativas transformações sociais, isso porque poderia criar uma cultura de valorização da vida, mas, ao invés disso, utiliza-se de casos, principalmente, de extrema violência, como foi o do “maníaco de Luziânia”, para obter lucros financeiros, seu maior objetivo. Dessa forma,

quanto mais violento e trágico for o acontecimento, mais interesse ele desperta na mídia, no sentido de divulgá-los e no público leitor, no sentido de informar-se sobre eles. E, conseqüentemente, o que tem acontecido é que estamos nos habituando a ver casos cada vez mais violentos que não nos chocam mais, acabam se tornando normais ou até mesmo despercebidos em nossas vidas.

Não tínhamos a pretensão e nem conseguiríamos, com essa pesquisa, esgotar todas as possibilidades de análise do discurso midiático sobre a violência, uma vez que a Análise do Discurso é um campo disciplinar amplo, que oferece inúmeros caminhos e procedimentos teórico-metodológicos, para a realização de análises dos discursos. Esperamos, porém, ter conseguido alcançar de forma satisfatória nosso objetivo principal e, através das análises, ter demonstrado o caráter extremamente heterogêneo do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS TEÓRICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARBEX JÚNIOR, José, 1957 – **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. – São Paulo: Casa amarela, 2001, 294p.: 16X 23 cm.

ATHAYDE JÚNIOR, M.C. **Outras mesmas palavras: paráfrase discursiva em redações de concurso**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Heterogeneidade enunciativa. **Cadernos de estudos linguísticos**, 19, Campinas: IEL, 1990.

_____. **Palavras incertas: as não – coincidências do dizer**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. A teoria do romance. Trad. A. F. Bernadini *et al.* 3ª ed. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. **Estética da criação verbal**. 4ª. Ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. – São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura /2002.

Bíblia Sagrada. Tradução portuguesa da versão francesa dos originais grego, hebraico e aramaico, traduzidos pelos Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica). 176ª Edição. Editora: Ave Maria, São Paulo, SP.

BORGES, R. **História em 75 capas**. 2013. Disponível em: < <http://www.opopular.com.br/histC3B3ria-em-75-capas-1.296168> > Acesso em: 02 de Agosto de 2013, 14: 30:17.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

CASOY, Ilana. **Serial Killer: louco ou cruel? 1960 -.** 6 ed. – São Paulo: Madras, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S.M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos** – Campinas, SP: Autores Associados; Piracicaba, SP: EDITORA UNIMEP, 2002. Apresentação: Pedro Georgen.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2010.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In ____: **Gêneros Textuais e ensino**/ organizadores: Ângela Paiva Dionísio, Anna Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra. 5. ed. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, 232p. 23cm.

DELA- SILVA, Silmara Cristina. A televisão na imprensa brasileira: sujeito e sentidos entre os acontecimentos histórico, jornalístico e discursivo. In ____: **Memória e história na/da análise do discurso** / Freda Indursky, Solange Mittmann, Maria Cristina Leandro Ferreira, (organizadoras). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

DUARTE, Karinne Regis. karinneregis@yahoo.com.br: **Violência à flor da página**: as narrativas construídas pela revista VEJA sobre o caso “maníaco do parque”. 2006. 96 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

ERLOBATO, Mario. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 1991.

FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, M. M. A vitória de Lula e sua representação nos jornais nacionais e internacionais. In ____.**Signótica**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 257-270, 2004.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização: Paulo Roberto. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. 18. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Data de digitalização: 2004. Data de Publicação Original: 1891 Disponível em: <http://www.serj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional2011sem01noite/ESTIGMA.pdf> Acesso em: 15/12/2013 as 11:12:05

GREGOLIN, Maria do Rosário. Valencise (org). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Claruz, 2006.

_____. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007.

HAICKEL, Joaquim. **Jornalista do futuro do pretérito.** Domingo, 23 de Setembro de 2007. Disponível em: < <http://www.blogsoestado.com/joaquimhaickel/2007/09/23/jornalista-no-futuro-do-preterito/>> Acesso em: 24/12/2013, 20:01:05.

HAROCHE, C; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. **A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem, discurso.** Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Revista Linguagem, São Carlos, SP, n. 3, out./nov. 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 01 agosto 2013.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michael Pêcheux (1969 In ____: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997c.

_____. **Construções Relativas e Articulações Discursivas.** Tradução de João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 43-64, jul./ dez. 1990. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fespea.iel.unicamp.br%2Frevista%2Findex.php%2Fcel%2Farticle%2Fdownload%2F3013%2F2494&ei=Jv5Ur_7FzJsQSP7YKYAg&usq=AFQjCNGjdBg3q664VC5cd-rjJQjnd75clQ> Acesso em: 24/12/2013, 19:54:14.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Entrevista: uma conversa controlada. In ____: **Gêneros Textuais e ensino/** organizadores: Ângela Paiva Dionísio, Anna Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra. 5. ed. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, 232p. 23cm.

KARLA, H.S. **10 Serial Killers Brasileiros.** 2011. Disponível em: <<http://nascidaemversos.blogspot.com.br/2011/05/10-serial-killers-brasileiros.html>> Acesso em: 02 Agosto 2013, 10:57:30.

LEITE, H.P. **Correio Braziliense: a história de um jornal que se confunde com a história de Brasília.** 2010. Disponível em: <http://www.formadoresdeopinioao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5218:correio-braziliense--a-historia-de-um-jornal-que-se-confunde-com-a-historia-de-brasil&catid=77:politica-economia-e-direito&Itemid=106>. Acesso em: 02 de Agosto de 2013, 14:46: 23.

LINO, M. **Diário de Catalão, o primeiro da cidade, comemora dez anos de fundação.** 2012. Disponível em: < <http://portaldosudeste.com/site/?p=11334> > Acesso em: 02 de Agosto 2013, 14:25:13.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** 3. ed. Traduzido por Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001, 238 p.

_____. **Analisando discursos constituintes.** Revista GELNE, vol. 2, nº 2, 2000. Disponível em: < http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_39.pdf > Acesso em: 20/11/2013, 15:17:21.

_____. **Análise de Textos de Comunicação.** Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio rocha. – 6. Ed. Ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Elementos de lingüística para o texto literário.** Tradução: Maria Augusta Bastos de Mattos; revisão de tradução: Marina Appenzelber. - São Paulo: Martins Fontes, 1996. – (Coleção leitura e crítica)

_____. **Termos- chave da análise do discurso.** Tradução: Marcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, 155p.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Gêneros do discurso: o caso dos artigos de opinião. IN: **Círculo de Bakhtin:** teoria inclassificável/ Luciene de Paula, Grenissa Stafuzza (organizadoras). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. – [Série Bakhtin: Inclassificável, v. 1]

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa M337c **O comunismo imaginária:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989) / Bethania Sampaio Corrêa Mariani --Campinas, SP: [s.n.], 1996 Orientador: Eni Puccinelli Orlandi Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas_ Instituto de Estudos da Linguagem. 1 Análise do discurso. 2. Discursos. 3 Jornalismo 4 Partido Comunista Brasileiro_ 5 História_ I Orlando, Eni Puccinelli. II Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem_ III. Título.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo SP: Ática, 1989.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. IN: **O jornal: da forma ao sentido/ Sérgio Dayrell Porto 9org.)** – 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 588p. – (Coleção Comunicação, 2)

MUSSALIM, Fernanda; BENTES Anna Christina (Orgs). **Introdução à lingüística:** domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, J. Sobre a Veja: "Para o bem ou para o mal, é uma referência de jornalismo no país", diz professor. 2012. Disponível em: < http://portalimprensa.uol.com.br/revista_imprensa/conteudoextra/46778/sobre+a+veja+para+o+bem+ou+para+o+mal+e+uma+referencia+de+jornalismo+no+pais+diz+professor > Acesso em: 02 de Agosto de 2013, 14:58:17.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Maio de 1968: Os Silêncios da Memória. In: Achard, P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução de: José Horta Nunes. 3º ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b. p.293-304.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997c.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Papel da memória. In: Achard, P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução de: José Horta Nunes. 3º ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. Análise automática do discurso. In: Gadet Françoise, HakTony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61-161

PEREIRA, Carlos Alberto M, RONDELLI, Elizabeth, SCHOLHAMMER, Karl Erik, HERSCHMANN, Micael, INTRODUÇÃO DO LIVRO, p. 13. IN: **Linguagens da violência** / organizadores, Carlos Alberto Messeder Pereira ... [et al]. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

POSSENTI, Sírio. Prefácio: uma análise quase experimental. In: Athayde Junior, Mario Cândido de. **Outras mesmas palavras**: paráfrase discursiva em redações de concurso. Cascavel,: EDUNIOESTE, 2001. p. 9-11.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In _____. **O jornal: da forma ao sentido**/ Sérgio Dayrell Porto 9org.) – 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 588p. – (Coleção Comunicação, 2)

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In _____. **Linguagens da violência** / organizadores, Carlos Alberto Messeder Pereira ... [et al]. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, João Bôsco Cabral. **Uma reflexão metodológica sobre Análise de Discursos**. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsco Cabral (Org.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa Silva. **Mentes Perigosas – O Psicopata Mora ao Lado**. Editora: FONTANAR, 213p. 2008 Disponível em: < <http://www.ceapp.net/site/pdf/Mentes%20perigosas.pdf> > Acesso em: 15/11/2013, 18: 17: 23.

TEIXEIRA, Marlene. Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. – 2. ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 210 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO *CORPUS*

ABREU, M. Luziânia parou para acompanhar enterro das vítimas de maníaco A cidade goiana parou para acompanhar o velório e o sepultamento de cinco dos seis jovens identificados como vítimas do pedreiro Ademar de Jesus Silva. Três mil pessoas participaram da cerimônia. **Correio Braziliense**. Brasília, 13 mai. 2010b. Disponível em:http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/13/interna_cidadesdf,192127/luziania-parou-para-acompanhar-enterro-das-vitimas-de-maniaco.shtml

ASSUNÇÃO, M. Homem frio, metódico e assassino. **O Popular**. Goiânia, ano 72, nº 20.554, p. 4-5, 12 abr. 2010a.

_____. Justiça avaliou maníaco 2 dias antes do último crime. **O Popular**. Goiânia, ano 72, nº 20.556, p. 2-4, 14 abr. 2010c.

DEPOIMENTO de pedreiro foi contraditório, diz delegado. **Diário de Catalão**. Catalão, p.A3. Ano VIII – nº 1998, 19 abr 2010.

DRUMMOND, P. Adimar Jesus teve vida marcada por crimes desde sua terra natal. **O Popular**. Goiânia, ano 72, nº 20.561, p. 2, 19 abr.2010e.

FILGUEIRA, A. PF conclui laudos e enterro dos adolescentes deve ser nesta quinta-feira. **Correio Braziliense**. Brasília, 11 mai. 2010f. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/11/interna_cidadesdf,191668/pf-conclui-laudoss-e-enterro-dos-adolescentes-deve-ser-nesta-quinta-feira.shtml

FILGUEIRA, A; TRINDADE, N. DNA definirá identidade da sétima ossada encontrada em Luziânia Polícia Federal desconfia que os restos mortais encontrados por parentes de adolescente no local onde foram enterrados outros seis jovens sejam de Eric dos Santos, que sumiu em 20 de março. **Correio Braziliense**. Brasília, 23 abr. 2010i. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/23/interna_cidadesdf,188163/dna-definira-identidade-da-setima-ossada-encontrada-em-luziania.shtml

GIACOMONI, R. Maníaco usava três identidades. **O Popular**. Goiânia, p.5, ano 72, nº 20.558, 16 abr. 2010d.

GOULART, G. CALCAGNO, L. Relato de Adimar de Jesus é cheio de incoerências. Adimar Jesus, que confessou ter assassinado os seis jovens desaparecidos no município goiano, não consegue explicar as mortes. Ora acusa uma das vítimas de ser o mandante dos homicídios, ora admite haver abusado dos garotos. **Correio Braziliense**. Brasília, 13 abr. 2010k. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/13/interna_cidadesdf,185659/relato-de-adimar-de-jesus-e-cheio-de-incoerencias.shtml

OLIVEIRA, C. Brecha na lei deixa psicopatas sem acompanhamento. **O popular**. Goiânia, p. 2-4, ano 72, nº 20.555, 13 abr. 2010b.

OLIVEIRA, C. MELO, R. Laudo preliminar reforça tese de suicídio de Adimar. **O popular**. Goiânia, p. 3, ano 72, nº 20.562, 20 abr. 2010f.

OLIVEIRA, N. Demora dos laudos preocupa famílias de Luziânia. **Correio Braziliense**. Brasília, 01 mai. 2010h. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/01/interna_cidadesdf,189900/demora-dos-laudos-preocupa-familias-de-luziania.shtml

PEDREIRO preso por assassinato de jovens em GO é encontrado morto. **Diário de Catalão**. Catalão, p. A2. 19 abr 2010. Ano VIII – nº 1998.

RIBEIRO, G. O estado é cúmplice. **Revista Veja**. Goiânia, vol 16, ano 43, p.98 - 100, 21 abr. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

SAKKIS, A. Famílias de Luziânia ainda aguardam os corpos. **Correio Braziliense**. Brasília, 02 mai. 2010g. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/02/interna_cidadesdf,189973/familias-de-luziania-ainda-aguardam-os-corpos.shtml

TRINDADE, N. Corpo de Diego Alves, primeira vítima do maníaco de Luziânia, é enterrado hoje. **Correio Braziliense**. Brasília, 21 mai. 2010c. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/30/interna_cidadesdf,189700/primeiro-corpo-identificado-e-de-um-dos-jovens-que-estavam-desaparecidos-em-luziania.shtml

TRINDADE, N. Polícia de Goiás faz varredura na fazenda Buracão. **Correio Braziliense**. Brasília, 19 mai. 2010d. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/10/interna_cidadesdf,191573/policia-de-goias-faz-varredura-na-fazenda-buracao.shtml

TRINDADE, N. Primeira vítima de maníaco de Luziânia é velada em funerária da cidade. **Correio Braziliense**. Brasília, 21 mai. 2010a. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/21/interna_cidadesdf,193728/index.shtml

TRINDADE, N. Primeiro corpo identificado é de um dos jovens que estavam desaparecidos em Luziânia PF libera o resultado do exame de DNA de um dos seis corpos encontrados na Fazenda Buracão e confirma tratar-se de um dos garotos. Federais criticam trabalho da Polícia Civil de Goiás. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 abr. 2010j. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/30/interna_cidadesdf,189700/primeiro-corpo-identificado-e-de-um-dos-jovens-que-estavam-desaparecidos-em-luziania.shtml

TRINDADE, N. Sem motivos para comemorar, mães de Luziânia sofrem com a ausência dos filhos Enquanto mulheres de todo o país terão um domingo de comemorações, moradoras do município de Luziânia reviverão hoje a dor pela morte dos filhos. **Correio Braziliense**. Brasília, 09 mai. 2010e. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/09/interna_cidadesdf,191340/sem-motivos-para-comemorar-maes-de-luziania-sofrem-com-a-ausencia-dos-filhos.shtml

APÊNDICES

Apêndice 1 – 2.2.1.1.1 “O Estado falhou” (em relação à soltura de Admar)

Quem falhou?	Por quê falhou?
O Estado [DC. 01];	“[...] foi inerte , foi omisso [...] gerou [...] calamidade.” (juiz Jesseir Coelho de Alcântara, da 1ª Vara Criminal de Goiânia)- [DC. 01]
O poder público [DC. 02]	“[porque junto] ao processo que devolveu Silva às ruas [havia] documentos anexados que revelam que a Justiça tinha laudos psicológicos que identificaram ‘sinais de sadismo’ e de ‘transtornos psicopatológicos’ .”- [DC. 02]
A Justiça [OP. 01]	“[porque] Admar é um pedófilo solto após a Justiça ignorar um laudo psiquiátrico recomendando tratamento .” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) – [OP.01]
O Estado [OP.01]	“[porque] O acusado estava preso por estupro contra duas crianças [...] foi libertado em dezembro e não recebeu o tratamento psiquiátrico recomendado . (Repórter do O Popular – Marília Assunção) – [OP. 01]
O sistema judicial [OP. 01]	“[porque Wesley Almeida – chefe de da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado quando] questionado sobre sua opinião quanto à progressão de regime que beneficiou o pedreiro com a soltura [...] lembrou que se tratava de uma decisão judicial, mas que, profissionalmente, considerava que o pedreiro não deveria ter sido solto .”- [OP. 01]
O Estado [OP. 02]	“[pois, as próprias] Autoridades da área jurídica apontam falha no caso d[o] acusado que foi solto e não teve tratamento psicológico . (Repórter do O Popular – Carla de Oliveira) – [OP. 02]
O sistema judicial [OP.02]	“[porque existe] Brecha na lei [que] deixa psicopatas sem acompanhamento. (Repórter do O Popular – Carla de Oliveira) – [OP. 02]
O sistema [OP.02]	“[porque Admar] foi libertado [...] e não recebeu o tratamento [...] o caso ilustra uma falha do sistema, que precisa ser corrigida .” - [OP. 02]
O sistema [OP. 02]	“[porque Admar] foi beneficiado com a progressão de pena e solto, mesmo havendo um laudo psiquiátrico que recomendava que fosse tratado , por apresentar sinais de psicopatia.” (Repórter do O Popular – Carla de Oliveira) – [OP. 02]
O sistema prisional brasileiro [OP. 02]	“[porque existe uma] falta de acompanhamento de detentos com transtornos mentais . (Repórter do O Popular – Carla de Oliveira) – [OP. 02]
O Estado [OP. 03]	“[porque] o governo do Distrito Federal dispensou a equipe multidisciplinar dos presídios .” - [OP. 03]
O Estado [OP. 04]	“[pois o próprio] Ministro da Justiça diz que houve falha na soltura de Adimar . (Ministro da Justiça- Luiz Paulo Barreto) – [OP. 04]
A Justiça Criminal [OP. 04]	“ a Justiça Criminal não consultou [o sistema Infoseg, que guarda informações dos sentenciados].” (Ministro da Justiça – Luiz Paulo

	Barreto) - [OP. 04]
O juiz que deu regressão de pena [OP.04]	“[porque] foi negligente e mostrou-se despreparado. ” (Demóstenes Torres – senador e presidente da CCJ) - [OP.04]
O sistema judicial [OP. 04]	“[porque] permiti[u] a liberação de uma pessoa não apta a voltar ao convívio social. (Ministro da Justiça – Luiz Paulo Barreto) -[OP.04]
O Estado [OP. 04]	“[porque liberou Admar] mesmo com vários laudos atestando seus transtornos de personalidade. ” (Repórter do O Popular – Patrícia Drummond) - [OP. 04]
O Estado [RV. 01]	“[porque foi] cúmplice [de Admar, ao libertá-lo] - [RV. 01]
O sistema prisional brasileiro [RV. 01]	“[porque soltou o pedreiro] solto por “bom comportamento” evidencia[ndo] o ruinoso colapso do sistema prisional brasileiro. (Repórter da Revista Veja – Gustavo Ribeiro) – [RV. 01]
O juiz [RV. 01]	“[porque negligenciou o pedido de] fiscalização sistemática [de Admar].” (Promotora Maria José Miranda) - [RV. 01]
As polícias da Bahia e de Goiás [...] os três psicólogos [...] a psiquiatra [RV. 01]	“[porque] todos são agentes do Estado e, embora possam ressaltar que cumpriam a lei [...] não hesitaram em assinar os papéis que devolveram o pedreiro à vida em sociedade. (Repórter da Revista Veja – Gustavo Ribeiro) – [RV. 01]
O Estado [RV. 01]	“[porque] ninguém disse que ele era perigoso ” – (Promotora Maria José Miranda) - [RV. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice II – 2.2.1.1.2 “O Estado falhou” (em função do trabalho desenvolvido pela polícia em relação à investigação dos casos e ao monitoramento de Admar)

<u>Quem falhou?</u>	<u>Por quê falhou?</u>
O oficial de justiça [OP. 03]	“[porque o] assassino de jovens em Luziânia foi visitado por oficial de Justiça na mesma semana em que matou duas de duas vítimas. (Repórter de O Popular – Marília Assunção) – [OP. 03]
A Justiça [OP.03]	Justiça avaliou maníaco 2 dias antes do último crime. (Repórter de O Popular – Marília Assunção) – [OP. 03]
O Estado [OP. 03]	“[porque ele] não dá infraestrutura para o monitoramento efetivo dos condenados e praticamente dispensa o exame criminológico”. (Promotora Maria José Miranda) – [OP. 03]

Fonte: Produção Própria

Apêndice III - 2.2.1.1.3 “O Estado falhou” (em relação ao cuidado que deveria ter tido com a integridade física de Admar)

<u>Quem falhou?</u>	<u>Por quê falhou?</u>
A justiça [OP. 04]	“A irmã de Márcio, Lúcia Maria Souza Lopes, também não esperava este desfecho para o pedreiro [a morte e/ou suicídio dele]. Indignada ela disse que

	a justiça não foi feita. (Lúcia Maria Souza Lopes) – [OP. 04]
O Estado [OP. 06]	“ Para o titular da ação penal, promotor Ricardo Rangel , a morte de Adimar é absurda “se houve ou não suicídio pode haver responsabilização civil e penal no caso, já que ele estava sob custódia do Estado.” (Promotor Ricardo Rangel) – [OP.06]
O Estado [OP. 06]	“[porque] a morte do assassino confesso das vítimas é ‘inadmissível, inaceitável e irreparável para a conclusão das investigações’. ” (Promotor de Justiça Ricardo Rangel - responsável pela ação penal no caso dos desaparecimentos dos seis jovens em Luziânia) – [OP.06]
A Polícia Civil [OP. 06]	“pois ele [Admar] foi retirado de Luziânia para que tivesse sua integridade física preservada e isso não aconteceu ” afirmou [o promotor Ricardo Rangel] – [OP. 06]

Fonte: Produção Própria

Apêndice IV – 2.2.1.2.1 “O Estado não falhou” (em relação à soltura de Admar)

<u>Quem não falhou?</u>	<u>Por quê não falhou?</u>
O Ministério Público [DC. 01]	“[porque] o Juiz Luiz Carlos de Miranda , que deu a liberdade ao pedreiro, informou , em nota, que o exame psiquiátrico não apontou doença mental, nem necessidade de remédios controlados e que, por isso, o Ministério Público também foi a favor da liberdade. (Luiz Carlos de Miranda) - [DC. 01]
O Ministério Público [OP. 05]	“ Acredito , com base nas avaliações prévias feitas em Brasília e com os dados obtidos em Goiás, que a avaliação existente foi correta. ” (Lúcio Malagoni, psiquiatra) - [OP. 05]

Fonte: Produção Própria

Apêndice V- 2.2.1.2.2 “O Estado não falhou” (em todos os sentidos no que se refere à execução do seu trabalho)

<u>Quem não falhou?</u>	<u>Por quê não falhou?</u>
As autoridades policiais [OP. 03]	“[porque] naquela altura, [elas] vasculhavam o País em busca de pistas sobre os desaparecidos de Luziânia e o responsável pelo sumiço – até a Polícia Internacional (Interpol) havia sido comunicada. ” (Repórter de O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
A Polícia Civil [OP. 04]	“[porque a] Polícia Civil [foi] até a Bahia buscar mais detalhes sobre o histórico de Adimar. (Repórter de O Popular – Roberta Giacomoni) - [OP. 04]
A Polícia [CB. 02]	“[porque a Polícia trabalhou na investigação do caso , vejamos:] ‘A distância é muito pouca. Esse menino tem todo o perfil de ter tido o destino dos outros seis’, disse um policial que trabalha no caso e pediu para não ser identificado.”- [CB. 02]
O delegado (Titular da 5ª Delegacia Regional)	“[porque ele preocupava-se em investigar o caso , vejamos:] ‘A professora nos confirmou sobre o interesse dele [Eric dos Santos]

de Luziânia, José Luiz Martins de Araújo) [CB. 02]	em sair de casa, mas ninguém sai de casa sem motivo. Ou existe uma razão ou ele pode ter sido tirado. O primordial é investigar o local onde ele se encontra’, pontuou o delegado.” - [CB. 02]
A Polícia Civil de Goiás [CB. 07]	“[porque ela] realizou uma varredura na fazenda Buracão [...] local onde os corpos de seis pessoas foram encontrados.” (Repórter do Correio Braziliense – Naira Trindade) - [CB. 07]
O Delegado de Combate ao Crime organizado da PF, Hellen Wesley Almeida Soares [CB. 08]	“[porque ele mandou devassar a área para encontrar os corpos das vítimas, vejamos:] ‘Só podemos descartar que não há mais corpos depois de devassarmos a área ’”. - [CB. 08]
A Polícia Federal [CB. 08]	“[pois é dito que] ‘com a entrega dos laudos, a PF está prestes a finalizar sua atuação no caso [...] foi cumprida a missão determinada pelo ministro da Justiça, qual fosse identificar o autor do crime e localizar o paradeiro dos desaparecidos ’, destaca o documento assinado pelo delegado de Combate ao Crime Organizado da PF, Hellen Wesley Almeida Soares.” - [CB. 08]
O Tribunal Federal [RV. 01]	“[pois o presidente do Supremo questiona que:] Se ele [Admar] tivesse sido mantido preso, os seis meninos de Luziânia não teriam sido assassinados. Mas, e quando ele saísse da prisão, após o cumprimento total da pena, ele não faria outras vítimas? ” (Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes). - [RV. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice VI – 2.2.1.2.3 “O Estado não falhou” (quanto ao cuidado com a integridade física do pedreiro)

<u>Quem não falhou?</u>	<u>Por quê não falhou?</u>
O Estado [OP. 06]	“[porque segundo a Delegada Renata Cheim] todas as medidas foram tomadas para assegurar a integridade física dele [Admar] Entre a hora que o policial entrou na cela para levar a comida e a hora em que foi chamado pelos outros presos, passaram-se apenas 20 minutos, contou [...] Ele só tinha a roupa do corpo e do colchão para dormir”, frisa. (Delegada Renata Cheim)- [OP. 06]
O Estado [OP. 06]	“ele [Ari Ferreira de Queiroz – juiz da terceira Vara da Fazenda Pública Estadual] não viu falhas na segurança do preso . O mesmo ponto de vista tem o advogado criminalista Thales José Jayme. Para ele, apesar da obrigação de cuidar do preso, o Estado não tem como manter um agente o vigiando 24 horas por dia. ” - [OP. 06]
A Polícia Civil [OP. 06]	“Segundo a delegada [Renata Cheim], a Polícia Civil não foi negligente na guarda do preso [...] Ela informou que Adimar ficou sozinho na cela, sem objetos inadequados e era monitorado o tempo todo pelos policiais [...] Renata Cheim lembra que na cela havia apenas o colchão.” - [OP. 06]

Fonte: Produção Própria

Apêndice VII – 2.2.1.3 FD -3: “Admar era doente” (Conforme profissionais da área da justiça)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
O delegado [DC. 01]	“Depoimento de pedreiro foi contraditório , diz delegado [...] Ele [Admar] deu versões contraditórias sobre os assassinatos. ” - [DC. 01]
O delegado titular da Denarc - Juraci José Pereira. [DC. 01]	“O interrogatório não é coerente [...]” disse p delegado titular da Denarc Juraci José Pereira.- [DC. 01]
A promotora Maria José Miranda [OP.03]	“ não há cura para o tipo de transtorno de Adimar ” (Promotora Maria José Miranda) - [OP.03]

Fonte: Produção Própria

Apêndice VIII – 2.2.1.3 FD -3: “Admar era doente” (Conforme profissionais da área da saúde)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
Os três psicólogos [OP. 03]	“ Laud de 2008 assinado por três psicólogos aponta periculosidade de Adimar Jesus da Silva. “Entre suas características de destaque citamos conflitos sérios que favorecem a prática de delitos sexuais. Há sinais inclusive de sadismo , uma perversão sexual , em que a busca de prazer se efetua através do sofrimento do outro. Tal característica é muito comum em delinqüentes sexuais”. (Repórter de O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]

Fonte: Produção Própria

Apêndice IX – 2.2.1.3 FD -3: “Admar era doente” (Conforme o próprio Admar e sua irmã)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
O próprio Admar [OP. 02]	“Não consigo parar de matar. Preciso de ajuda para parar com essas coisas” (Admar) - [OP. 02]
O próprio Admar [OP. 02]	“ Confuso , Adimar diz que agiu sob influência de um dos jovens e de um ‘espírito maligno’.” (Repórter do O popular – Carla de Oliveira) - [OP. 02]
O próprio Admar [OP. 02]	“Adimar não sabe dizer quem matou primeiro. Confunde os motivos dos assassinatos, bem como a ordem das execuções e os nomes dos adolescentes. ” (Repórter do O Popular – Carla de Oliveira) - [OP. 02]
O próprio Admar [OP. 02]	“Com a fala bastante confusa e sem cronologia , ora atribuindo motivos diferentes aos crimes , ora misturando as duas versões

	apresentadas.” (Repórter do O popular – Carla de Oliveira) - [OP. 02]
O próprio Admar [OP. 02]	Adimar negou ser homossexual , mas admitiu ter mantido relações com meninos . (Repórter do O popular – Carla de Oliveira) - [OP. 02]
O próprio Admar [OP. 02]	“ Adimar contou que chegou a tentar se matar , quando viu pela imprensa o sofrimento das famílias das vítimas. Afirmou que após as mortes não sabia o que tinha acontecido e que ‘achava que eles estavam vivos’ ” - [OP. 02]
O próprio Admar [CB. 01]	“São vozes apitando, dizendo: ‘vai, faz isso’. Eu não quero mais, o que quero é um tratamento. ” (Adimar) - [CB. 01]
Irineia da Silva – irmã de Admar [CB. 01]	“Abatida e irritada com a curiosidade dos moradores do Parque Estrela Dalva, Irineia da Silva afirmou que jamais desconfiou do comportamento do irmão e disse que ele precisa de tratamento, sem especificar de que tipo. ” (Irineia da Silva – irmã de Admar) - [CB. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice X – 2.2.1.3 FD -3: “Admar era doente” (Conforme alguns repórteres das instituições midiáticas)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
Repórter de O Popular – Marília Assunção. [OP. 01]	[...] não recebeu o tratamento psiquiátrico recomendado . (Repórter de O Popular – Marília Assunção). - [OP. 01]
Repórter do O popular – Carla de Oliveira [OP.02]	“ Dois das seis vítimas teriam sido abordadas e mortas logo após Adimar ter saído da igreja que freqüentava em Luziânia. ” (Repórter do O popular – Carla de Oliveira) - [OP.02]
Repórter do O popular – Carla de Oliveira [OP.02]	“Ao ser preso almoçava na casa da irmã, onde morava desde que saiu da prisão em Brasília. Havia chegado há pouco tempo do Distrito Federal, onde tinha ido doar sangue , pela segunda vez na vida.” (Repórter do O popular – Carla de Oliveira) - [OP.02]
Repórter do O popular – Carla de Oliveira [OP.02]	“Ele foi condenado a 14 anos de detenção, mas foi beneficiado com a progressão de pena e solto, mesmo havendo um laudo psiquiátrico que recomendava que fosse tratado, por apresentar sinais de psicopatia. ” (Repórter do O popular – Carla de Oliveira) - [OP.02]
Repórter de O Popular – Marília Assunção. [OP. 03]	“Desde 2008, as psicólogas recomendaram ‘a imediata avaliação psiquiátrica’ e tratamento psicológico de Adimar, alertando em coro com o ministério Público do Distrito federal.” (Repórter de O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
Repórter de O Popular – Marília Assunção. [OP. 03]	“O MP pediu o monitoramento do acusado após laudos que atestaram sua periculosidade. ” (Repórter de O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno [CB.	Relato de Adimar de Jesus é cheio de incoerências (Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno) - [CB. 01]

01]	
Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno [CB. 01]	“Vestido de camiseta azul, calça jeans e chinelo de dedos, [Adimar] não disfarça problemas em se expressar ou organizar as ideias. ” (Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno) - [CB. 01]
Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno [CB. 01]	“Ao conversar com o Correio [Adimar] entrou em contradição, teve dificuldades para manter a linha da história por trás dos assassinatos. Ficaram evidentes os problemas dele em contar a mesma narrativa sem que adicionasse ou retirasse uma informação a cada versão. ” (Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno) - [CB. 01]
Repórter da Revista Veja – Gustavo Ribeiro [RV. 01]	“Solto por apresentar “bom comportamento” e por ter cumprido um sexto de sua pena, revelou-se um psicopata. ” (Repórter da Revista Veja – Gustavo Ribeiro) – [RV. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XI – 2.2.1.3 FD -3: “Admar era doente” (Conforme leitores do jornal)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
Aline Rodrigues – leitora do jornal [OP. 05]	“Ele é um psicopata , não um suicida” (Aline Rodrigues – leitora do jornal) - [OP. 05]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XII – 2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio” (Conforme o próprio Admar)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
O próprio Admar [DC. 02]	“Ele [...] confessou ter matado seis jovens que estavam desaparecidos [...] O pedreiro [...] indicou à polícia onde os corpos das vítimas estavam escondidos. ” – [DC. 02]
O próprio Admar [OP. 03]	“Adimar disse que sentia prazer em matar as vítimas. ” (Repórter de O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XIII – 2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio” (Conforme alguns repórteres das instituições midiáticas)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 01]	“CASO LUZIÂNIA: ASSASSINO CONFESSO DOS SEIS JOVENS ERA VIZINHO DAS VÍTIMAS ” (Repórter O Popular – Marília Assunção) - [OP. 01]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 01]	“Homem frio, metódico e assassino. ” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 01]

01]	
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 01]	“[...] expressão fria. ” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 01]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 01]	“[...] um homem metódico, o mais novo serial killer brasileiro (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 01]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 01]	“ Admar é um pedófilo solto.” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 01]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 01]	“Um retrato falado [...] indicou diretamente o homicida. ” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 01]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 03]	“Justiça avaliou maníaco 2 dias antes do último crime.” (Repórter de O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 03]	“ Assassino de jovens em Luziânia foi visitado por oficial de justiça na mesma semana em que matou duas de suas vítimas.” (Repórter de O Popular – Marília Assunção) – [OP. 03]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 03]	“Predileção de assassino confesso por cometer crime durante o dia, segundo promotora, prova que ele sabia o que estava fazendo. ” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 03]	“Os horários explicam que havia uma preferência de Adimar por abordar e atacar suas vítimas em plena luz do dia. Refletem a cautela dele para não ser flagrado nas ruas de Luziânia em horário proibido. ” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
A Repórter do O Popular – Marília Assunção [OP. 03]	“ O assassino [...] tinha consciência de que não poderia sair da casa da irmã entre as 21 horas e às 5 horas – uma das exigências para obter o benefício da prisão domiciliar é ficar recolhido neste horário.” (Repórter do O Popular – Marília Assunção) - [OP. 03]
A repórter do O Popular – Roberta Giacconi [OP. 04]	Maníaco usava três identidades (Repórter do O Popular – Roberta Giacconi) - [OP. 04]
Repórter do O Popular – Patrícia Drummond [OP. 05]	“O fim do maníaco. ” (Repórter do O Popular – Patrícia Drummond) - [OP. 05]
Repórter do O Popular – Patrícia Drummond [OP. 05]	“[Admar] chegou [...] a falsificar a própria certidão de nascimento para ter uma nova carteira de identidade (o nome Ademar foi modificado para Adimar)” – (Repórter do O popular – Patrícia Drummond) - [OP. 05]
Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno [CB. 01]	“O pedreiro Adimar Jesus da Silva revela frieza diante da tragédia cometida contra seis famílias de Luziânia (GO). Os sentimentos inexistem durante a confissão dos assassinatos.” (Repórteres do Correio Braziliense: Guilherme Goulart e Luiz Calcagno) - [CB. 01]
A repórter do Correio Braziliense – Naira	“Logo que o assassino apontou o local onde havia enterrado as vítimas, os peritos afirmaram que o resultado dos exames sairia

Trindade [CB. 03]	em 13 dias.” (Repórter do Correio Braziliense – Naira Trindade) - [CB. 03]
Repórter da Revista Veja – Gustavo Ribeiro [RV. 01]	“Como um criminoso tão perigoso pode ganhar a liberdade?” (Repórter da Revista Veja – Gustavo Ribeiro) - [RV. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XIV – 2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio” (Conforme familiares as vítimas)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
Gláucia Gomes de Souza – irmã de Diego , uma das vítimas [OP. 01]	“Esse destruidor de famílias morava só 4 ruas distante de nós.” (Gláucia Gomes de Souza – irmã de Diego) – [OP. 01]
Lúcia Maria Souza Lopes – irmã de uma das vítimas [CB. 09]	“Esse bandido levou a metade de nós, matou a gente pouco a pouco.” (Lúcia Maria Souza Lopes – irmã de uma das vítimas) - [CB. 09]
Aldenira Alves de Souza – mãe de Diego , uma das vítimas [CB. 11]	“Aldenira disse, ainda, que está muito chateada com o “monstro” que cometeu o crime contra Diego.” (Aldenira Alves de Souza – mãe de Diego) - [CB. 11]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XV – 2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio” (Conforme vizinhos de Admar)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
Maria Rodrigues Ribeiro de Souza – vizinha de Admar [OP. 01]	“Eu era vizinha do assassino , gente!” (Maria Rodrigues Ribeiro de Souza) – [OP. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XVI – 2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio” (Conforme profissionais da justiça)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
Chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – Wesley Almeida [OP. 01]	“Ele [Wesley Almeida – chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado] descreveu o acusado como ‘um homem metódico e articulado ’.” (Wesley Almeida) – [OP.01]
A promotora Maria José Miranda [OP. 03]	“Adimar, um pedófilo , estava tranquilo dentro da prisão, se comportava bem, longe de crianças, comentou a promotora. (Maria José Miranda) - [OP. 03]
Promotora Maria José Miranda [RV. 01]	“ Doente mental ele nunca foi. Ele tem completa noção do que é certo e errado. Tem uma inteligência superior a média para o grupo dele. ” (Maria José Miranda) - [RV. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XVII – 2.2.1.4 FD-4: “Admar era sadio” (Conforme profissionais da saúde)

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
A psiquiatra – [OP. 03]	“Informo que o interno foi avaliado por mim uma única vez e demonstra não possuir doença mental nem necessitar de medicação controlada ”, anotou a psiquiatra. - [OP. 03]
O último trecho da anotação do psicólogo na ficha médica de Adimar na Secretária Estadual de Saúde do DF [OP. 03]	“ o interno apresentou-se sempre com polidez e coerência de pensamento , demonstrando crítica acerca dos comportamentos a ele atribuídos. Afirma ter vivido uma ‘vida normal’, sem acometimento de transtornos marcantes com maior complexidade”, diz o último trecho da anotação do psicólogo na ficha médica de Adimar na Secretária Estadual de Saúde do DF. - [OP. 03]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XVIII – 2.2.1.5 FD- 5: “Admar: doente e assassino”

<u>Quem afirma?</u>	<u>Por quê?</u>
O psiquiatra Lúcio Malagoni – psiquiatra [OP. 05]	“ O indivíduo puramente psicopata não se mataria ” (Lúcio Malagoni – psiquiatra) - [OP. 05]
Promotora Maria José Miranda [OP. 03]	“Adimar não é simplesmente um louco, um doente mental, mas um psicopata possui desvio de caráter, índole dissimulada e perversa. ” (Promotora Maria José Miranda) - [OP. 03]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XIX – 2.2.1.6.1 FD-6: O discurso religioso

“Confuso, Adimar diz que agiu sob influência de um [...] ‘espírito maligno’”. - [OP. 02]
“Disse ter sido perseguido por esses espíritos e que foi forçado a matar.” (Adimar) – [OP. 02]
“Em vários momentos afirmou que um espírito maligno ‘fazia sua cabeça’ para matar . Disse ter sido perseguido por esses espíritos e que foi forçado a matar.” (Adimar) - [OP. 02]
“ O criminoso [...] falando, ora de cabeça baixa, ora com determinação e olhando para as câmeras, mencionou que ouvia vozes que o instigava a “fazer coisas erradas” . “São vozes apitando, dizendo: ‘vá, faz isso’. Eu não quero mais, o que eu quero é um tratamento. Depois que eu matava, vinha na minha cabeça que eu não tinha matado, que eles estavam vivos. Mas aí eu via na TV, eu me desesperava.” - [CB. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XX – 2.2.1.6.2 FD-6: O discurso econômico

“Em alguns momentos (Admar) admitiu ter matado um dos adolescentes com um martelo. Ele também afirmou que contou com a ajuda de Zé em pelo menos um dos assassinatos. Zé é uma das vítimas do pedreiro e teria sido morto porque não pagou o dinheiro prometido pelas execuções.” - [OP. 02]
--

“Eles (as vítimas) tinham dívidas de drogas e **eu fui contratado para matá-los**. Eu tinha acabado de chegar do presídio. Eu tinha que levá-los até lá (cerrado) para matar. Iam numa boa. Dizia que tinha droga lá, que era maconha, e eles iam. Eles tinham dívida, mas eu não sabia. Foi o Zé (como ele chama George) que me falou. Mas ele (George) não me pagou. Disse que ia me entregar o dinheiro, mas não pagou. Por isso, eu o matei. Atraí todos pelo mesmo motivo: droga. Dois deles reagiram. Um deles queria tirar foto. Queria bater foto e eu não quis.” (Adimar) - [CB. 01]

“Outro ponto que se modifica passa pela motivação da série de homicídios. Em um momento, **o pedreiro** indica que matou todos os jovens para evitar que fosse identificado após os abusos sexuais. Mas também **aponta para recompensa financeira**. Afirmou várias vezes que George prometeu pagamento para tirar a vida dos demais – embora o jovem não tenha sido o último a desaparecer, mas o terceiro.” - [CB. 01]

“Segundo ele [Adimar], George Rabelo dos Santos, 17 anos, **teria prometido R\$ 5 mil** para que o pedreiro tirasse a vida dos demais. Não pagou. Morreu também.” (Adimar) - [CB. 01]

“**Adimar** contou que teria sido **aliciado** por um adolescente, a quem chamou de Zé, que teria envolvimento com drogas e o teria **contratado para executar** o primeiro jovem por causa de dívidas.” - [OP. 02]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXI – 2.2.1.6.3 FD-6: O discurso clínico

“**Não consigo parar de matar. Preciso de ajuda** para parar com essas coisas’, afirmou.” (Adimar) – [OP. 02]

“**Preciso de ajuda para parar com essas coisas**”. (Adimar) - [OP. 02]

“**Adimar** contou que chegou a tentar se matar, quando viu pela imprensa o sofrimento das famílias das vítimas. Afirmou que após as mortes não sabia o que tinha acontecido.” - [OP. 02]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXII – 2.2.1.6.4 FD-6: Os assassinatos como forma de vingança

“**Adimar** contou que **foi estuprado**, aos 36 anos, em Brasília”. - [OP. 02]

“Fui estuprado **por maconheiros encapuzados**”. (Adimar) - [OP. 02]

“**Adimar** também disse que foi estuprado em um assalto sofrido antes de ser preso pela primeira vez, por abusar de dois menores em Brasília, em 2005. Ele chegou a dizer que **abusou dos menores** e de dois dos adolescentes que teria matado, **por ter sido vítima dessa violência**.” - [CB. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXIII – 2.2.1.6.5 FD-6: Os assassinatos como consequência do medo

“**O pedreiro** afirmou que teria se recusado a gravar a relação sexual com um dos adolescentes, material que seria vendido. No entanto, teria dito a Polícia Civil que quebrou o chip de um telefone celular, dado de presente a um sobrinho, por conter imagens do ato sexual. Um dos adolescentes teria sido morto pelo acusado por ter **ameaçado denunciá-lo à polícia**.” – [OP. 02]

“**Adimar** contou que dois adolescentes envolvidos em toda a trama estão vivos e que eles o teriam procurado em sua casa, roubado um som e o ameaçado de morte. Um deles estaria armado. Porém, ontem a noite, o delegado Juracy José Pereira, que preside o inquérito, afirmou à TV Anhanguera que não acredita na hipótese de participação de outras pessoas no crime.” – [OP.02]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXIV – 2.2.1.6.6 FD-6: O discurso do arrependimento

“Eu dava uma pancada na cabeça, na altura da testa. Nunca fiz nada parecido com isso na minha vida. Eu **não mataria de novo**. Isso acabou. O Zé (como ele chamava George dos Santos) deveria ter me pagado R\$ 5 mil, mas não me pagou. Por isso eu matei ele. Sentia raiva. Não sei porquê.” (**Adimar**) – [CB.01]

O pedreiro também admite raiva ao matar os jovens a pauladas [...] Disse que dava a primeira pancada na altura da testa da vítima e logo em seguida batia até a morte [...] Adimar contou ainda que nunca matou antes e não voltaria a matar. – [CB.01]

Em entrevista exclusiva concedida ao Correio, disse estar arrependido. (**Adimar**) – [CB.01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXV – 2.2.1.6.6.2 FD-6: Admar não era homossexual, as vítimas eram

“**Adimar** negou ser homossexual, mas admitiu ter mantido relações com meninos.” – [OP.02]

“[...] **o pedreiro** afirmou que teria sido convidado para fazer sexo com um dos adolescentes e que o ato seria filmado para ser vendido para uma pessoa identificada como pastor, que repassava as imagens pela internet. Para isso, receberia os R\$ 5 mil.” - [OP.02]

“Durante a tarde [...] ele [**Adimar**] confessou que teve relação sexual com todas as vítimas e que executou-as com enxadão.” – [OP.02]

“Primeiramente, por exemplo, afirmou ter mantido relações sexuais com duas das seis vítimas – mas tarde, alegou ter feito sexo com os seis garotos.” (**Adimar**) [CB.01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXVI – 2.2.1.6.6.3 FD-6: Admar não era viciado em drogas, as vítimas eram

“Eu oferecia drogas e matava eles a pauladas”. (**Adimar**) - [OP.02]

“**Adimar** afirmou ter mantido relações sexuais com duas das seis vítimas. Ele as atraía até o local do crime oferecendo drogas. Lá, disse, atacava os adolescentes com pauladas até a morte. Depois abria, com paus e o pé, as covas em que seriam enterrados. A primeira cova teria sido aberta com uma enxada, que ele mesmo levava ao local.” - [OP.02]

“Os adolescentes, segundo Adimar, eram atraídos com a promessa de drogas e iam ao local do crime sem serem forçados, a pé ou de bicicleta.” - [OP.02]

“Acabei com a minha vida e acabei com a vida deles. A pior coisa que eu fiz, foi forçado. Depois dos crimes, eu voltava para casa e ficava sozinho. Não uso drogas. Também não usei para fazer tudo isso.” (**Adimar**) – [CB.01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXVII – 2.2.1.7 FD-7: Da presença do discurso religioso

<p>“Eu, a irmã dele e o próprio <i>Valdemar</i> (Admar) íamos ao culto juntos quase toda semana. Jamais imaginaria, apesar de saber que ele esteve preso por estupro”, contava ontem Maria Rosa da Silva Amadeu, de 50 anos, vizinha dos parentes dele há mais de dez anos. - [OP.01]</p>
<p>Confuso, Adimar diz que agiu sob influência de um dos jovens e de um ‘espírito maligno’. – [OP.02]</p>
<p>Era perto do meio-dia, quando o padre Célio Amaro começou a pequena pregação. Citou trechos do livro do profeta Ezequiel. E repetiu: “Será que esses ossos poderão reviver?” – [CB.09]</p>
<p>E respondeu à indagação que fez no início, usando a palavra de Deus: “Colocarei em vocês o meu espírito e vocês reviverão” [...] “Eu estou com muita vergonha de ter feito tão pouco por esses jovens”. (Padre Célio Amaro) - [CB.09]</p>
<p>Depois, o pastor Gaspar Bernardes falou trechos da Bíblia. Também amparou as mães. E pediu: “Espírito Santo, console nossos corações...” - [CB.09]</p>
<p>Depois, citou o nome de cada mãe ali presente. Chamou-as de guerreira. - [CB.09]</p>
<p>Um homem se plantou na porta do ginásio [...] Convicto afirmava: “Ninguém pode duvidar que existe vida depois da morte. Essa é a mensagem que quero deixar para essas pessoas, principalmente a essas mães que sofrem tanto”. - [CB.09]</p>
<p>“Rezou (o padre) um Pai Nosso com mães em lágrimas” [CB. 01]</p>

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXVIII – 2.2.1.8.1 FD-8: Surpresa, repúdio, estupro e indignação frente aos acontecimentos

<p>“Pensei que os anos de cadeia tinham sido uma lição.” (Maria Rodrigues Ribeiro de Souza) - [OP.01]</p>
<p>“Eu, a irmã dele e o próprio <i>Valdemar</i> (Admar) íamos ao culto juntos quase toda semana. Jamais imaginaria, apesar de saber que ele esteve preso por estupro”, contava ontem Maria Rosa da Silva Amadeu, de 50 anos, vizinha dos parentes dele há mais de dez anos. - [OP.01]</p>
<p>“Eu tinha até combinado trabalhar com ele em maio nas casinhas (bairro novo de Luziânia). Mais aí ele foi fiando estranho, caladão, e agora essa notícia horrível. Eu era vizinha do assassino, gente!”, dizia na porta de casa, espantada, a comerciante Maria Rodrigues Ribeiro de Souza, uma cearense de 63 anos. - [OP.01]</p>
<p>“Esse destruidor de famílias morava só 4 ruas de nós”. (Gláucia Gomes de Souza, irmã de Diego, um dos adolescentes assassinados). – [CB.01]</p>
<p>Ontem, junto dos outros filhos, José Luiz encarou a data como um dia normal, sem comemorações especiais. Perguntado se havia perdoado aquele que tirou-lhe o direito de conviver com seu filho, ele respondeu: “Nunca. Eu bebo, eu fumo, mas jamais serei homem de tirar a vida de alguém. Não posso perdoar quem fez isso aos seis jovens”. – [CB.02]</p>
<p>“Eu não conhecia nenhum deles, nem as famílias, mas precisava vir aqui. Só vendo, a gente passa a acreditar”, explica a comerciária Juliana de Souza, 28. – [CB.09]</p>
<p>O vendedor de picolé Nelson Antônio de Oliveira, 48, também foi ao ginásio. Faturou uns trocados. “Cheguei aqui às 9h. Fiquei muito perturbado com tudo isso. Quando ouvi o povo dizendo que meninos tavam sumindo em Luziânia, avisei pros meus filhos que não aceitassem carona nem dinheiro de ninguém. Todo mundo que tem filho ficou apavorado”. – [CB.09]</p>
<p>“Tudo que vi foi pelos jornais e pela televisão, mas tinha obrigação de estar aqui. Tenho dois filhos, de 8 e 13 anos. A gente se coloca no lugar das mães” [...] “É choro de emoção. Tudo</p>

isso foi muito cruel, meu Deus! Pelo menos agora elas vão saber onde os filhos estão né?”.
(**Raimunda Lopes**, 39 anos) – [CB.09]

“Nunca vi esses meninos nem essas mães, mas precisava tá aqui” [...] “A procura delas (das mães) terminou, mas o vazio fica. Nada no mundo é capaz de ocupar o lugar de um filho. Cada um é um”. (**Anita Soares**, 51 anos) – [CB.09]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXIX – 2.2.1.8.2 FD-8: Sequências discursivas que se referem as expectativas que os familiares e a população tinham de que a justiça seja/fosse feita

O prefeito [...] espera que haja “justiça exemplar em relação aos crimes cometidos e a união da sociedade contra a violência”. – [OP.01]

Entre as pessoas que observavam a movimentação na Rua 29 era **Maria Lúcia Lopes, 50 anos, mãe de Márcio Luiz Lopes**, 19 anos, último dos seis jovens a sumir, em 22 de janeiro. Diferentemente dos vizinhos que assistiam a mudança da família do suposto assassino, ela não queria xingar nem colocar a casa de Adimar abaixo. “Quem vai punir ele vai ser a Justiça, só vim ver a movimentação”, resumiu. – [CB. 01]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXX – 2.2.1.8.3 FD-8: A luta das mães por justiça

Representando as mães, **Valdirene Fernandes, mãe de Flávio Augusto Fernandes**, afirmou que esse é o começo de mais uma luta e que todas elas esperam que a repercussão do caso colabore para que a legislação seja mudada. – [OP.04]

“Nossa luta, a de todas as mães, continua. Há muita coisa que precisa ser esclarecida”. (**Sônia, a mãe de Paulo Victor**). – [CB.09]

As mães de Luziânia [...] mulheres **guerreiras** [...] **mães que lutaram** incessantemente para que os policiais civis e federais se mobilizassem para desvendar o mistério que envolvia o desaparecimento dos filhos. – [CB.06]

Fonte: Produção Própria

Apêndice XXXI – 2.2.1.8.4 FD-8: Da dor decorrente da perda dos jovens.

“**Não suporte** mais. Foram mais de três meses de espera e agora quase 20 dias de ansiedade. Queremos enterrar nossos filhos e pôr um **fim neste tormento**” – **Sônia Vieira Azevedo Lima**. – [CB.03]

“Só queremos **enterrar nossos filhos**”, lembrou. (Sônia Vieira de Azevedo Lima) – [CB.03]

“**Maria Lúcia, mãe de Márcio: sem motivos para comemorar aniversário.**” – [CB. 04]

“Sem motivos para comemorar, **mães de Luziânia sofrem com a ausência dos filhos**. Enquanto mulheres de todo o país terão domingo de comemorações, moradoras do município de Luziânia **reviverão hoje a dor pela morte dos filhos**” [CB.09]

“Serão as três **noites** mais **difíceis** da minha vida: hoje (ontem), amanhã (hoje) e depois. Só **vou ter paz quando enterrar meu filho**” lamentou **Sirlene Gomes, 42 anos, mãe de George Rabelo**, 17, após saber do resultado dos exames. – [CB.09]

“Rezou (o padre) um Pai Nosso com **mães em lágrimas.**” – [CB. 09]

“**A mãe de Márcio, Maria Lúcia Souza** [...] **desmaiou três vezes**, ao lado do caixão do

filho.” [CB. 09]
“Esse bandido levou a metade de nós, matou a gente pouco a pouco ”, diz a filha de Maria Lúcia, Lúcia Maria Souza Lopes, 25, que chorava enquanto amparava a mãe. E dizia: “Eu não vi o corpo do meu irmão. É difícil aceitar a morte assim ”. – [CB.09]
Durante o velório, Lúcia Maria Souza Lopes, irmã de Márcio, afirmou que a morte dele leva um pedaço da família . – [CB.09]
“ Sônia, a mãe de Paulo Victor , andava de um lado para o outro. Mesmo aos pedaços , ainda achou forças para consolar as outras mães.” – [CB. 09]
“ É dor, é sofrimento, é cansaço . Foi um filme de terror ” [...] “Nada mais será a mesma coisa. Na mesa, faltarão sempre a presença dele ” (Sônia – mãe de Paulo Victor). – [CB.09]
“Estou aqui preparando o meu coração para quando chegar a minha vez”. (Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego). – [CB.09]
A católica Sônia, mãe de Paulo Victor , e a evangélica Valdirene Fernandes , 37 anos, mãe de Flavio [...] agradeceram todo o apoio que receberam nesses intermináveis quase cinco meses de desespero . – [CB.09]
Lidiane de Sousa Silva, 14 anos, é sobrinha do jovem e conta que, pela idade semelhante, foram criados juntos. Ela, emocionada, diz que vai sentir muita falta do tio . – [CB.10]
“ A mãe , Aldenira Alves, ficou ao lado do corpo do filho durante todo o velório.” [CB. 10]
“E a vida, despedaçada , derramou as lágrimas das mães que choram há quase cinco meses.” [CB. 10]
“Aquelas seis mães [...] terão onde chorar seus prantos .” [CB.10]
“ Aldenira Alves, mãe de Diego , ficou muito emocionada no momento da retirada do caixão. Ela declarou que o sentimento é de alívio, mas que vai ter de aprender a lidar com a ausência do filho . Aldenira disse, ainda, que está muito chateada com o “monstro” que cometeu o crime contra Diego.” – [CB.11]
“Minha mãe está chegando amanhã de Minas para o enterro e já tem um monte de gente da família aqui. Eles só vão embora quando a gente enterrar o corpo, mas desse jeito a gente nem sabe quando vai ser”, considerou Maria Lúcia . – [CB.04]
“Vai que o corpo do meu filho nem é um desses. Estou achando muito estranha essa demora toda. Com esse suspense, a gente já começa a pensar que não são eles ou que está faltando algum”, indigna-se Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego Alves Rodrigues , 13 anos, outra vítima. – [CB.04]
“O clima está horrível por aqui. É uma ansiedade imensa. Estamos só esperando a liberação para o enterro. Está tudo pronto”, diz Lúcia. A situação chegou a tal ponto para Sônia Vieira de Azevedo Lima , mãe de Paulo Victor, que ela decidiu sair da cidade no fim de semana. “Enquanto tudo isso não passa, é melhor que ela descanse um pouco. A Sônia esta esgotada”, contou a irmã Célia Vieira . – [CB.05]
“Ninguém diz nada. Pelo menos, não para nós”, afirma Lúcia Maria Souza Lopes, irmã de Márcio Luiz, último a desaparecer. “Nada. Não recebemos nenhuma novidade”, reitera Sirlene Gomes de Jesus, mãe de George Rabelo dos Santos . – [CB.05]

Fonte: Produção Própria

ANEXOS

ANEXO A – REPORTAGEM JORNAL DIÁRIO DE CATALÃO (DC. 01).

Maníaco de Luziânia - Depoimento de pedreiro foi contraditório, diz delegado [A:]

Diário de **Catalão** **ARQUIVO**

Catalão (GO)
QUARTA-FEIRA
14 DE ABRIL DE 2010
ANO VIII - Nº 1995

DESINTEC
CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
Dedetização, Desratização, Descupinização e Desentupimento.
Fone: 3443-1540 Plantão: 9699-0306

redacao@diariodecatalao.com.br FUNDADO EM 18 DE JULHO DE 2002 POR DIKSON ULHOA R\$ 0,75

Catalão agora tem Conselho Municipal de Esportes e Lazer

Em Catalão, a partir de agora, a aplicação das verbas para a prática de esportes e lazer passará pela avaliação e aprovação do novo Conselho Municipal de Esportes e Lazer, criado via decreto pelo prefeito Velomar Rios. A posse dos conselheiros aconteceu nesta terça-feira (13/04/2010) no gabinete do prefeito. [A6]

Caminhoneiros recebem aulas de trânsito e cidadania

Mais que revisão do Código de Trânsito, caminhoneiros que transitaram nos dois sentidos da BR-050 nos últimos três dias passaram por um rápido treinamento que visou mudança de comportamento e atitude mais consciente na redefinição de valores, melhoria do convívio em sociedade e respeito ao ser humano por parte deles.

Cláudio Roberto Ganeu, de Santa Bárbara do Oeste (SP), gostou de participar da atividade. "Foi um evento muito válido". [A2]

Conselho Municipal do Trabalho realiza 1ª reunião

O Conselho Municipal do Trabalho, que foi empossado pelo prefeito Velomar Rios no dia 19 de março, realizou ontem sua primeira reunião ordinária. No encontro, além da busca do entrosamento de seus membros, foram discutidas propostas que vão fundamentar o plano estratégico de trabalho da entidade para 2010. [A3]

Maníaco de Luziânia

Depoimento de pedreiro foi contraditório, diz delegado

O depoimento do pedreiro Adimar de Jesus Silva, 40 anos, que confessou ter matado seis jovens, em Luziânia, no Entorno de Brasília acabou na madrugada desta terça-feira (13). Ele foi ouvido na Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), na Cidade Jardim. Segundo a polícia, ele deu versões contraditórias sobre os assassinatos. “O interrogatório não é coerente. Ele tenta minimizar a ação, em razão de ser contestado por todos. Ele tenta criar motivação para os crimes, para justificar o que é injustificável”, disse o delegado titular da Denarc, Juraci José Pereira.

Violência

Entre as vítimas, Diego, de 13 anos, foi o primeiro a desaparecer, em dezembro do ano passado. Depois sumiram Paulo Victor, de 16 anos, George, de 17, Divino, de 16, Flávio, de 14, e Márcio Luiz, de 19 anos.

O pedreiro foi preso no último sábado (10). Com a ajuda dele, os corpos foram encontrados em uma fazenda a 6 quilômetros de Luziânia. O material genético que deve ajudar no reconhecimento das vítimas já está em Brasília.

Ele teria começado a cometer os crimes exatamente uma semana depois de receber o benefício de progressão de regime.

“O Estado falhou, ou seja, o poder público foi inerte, foi omissivo, em uma situação em que gerou praticamente essa calamidade lá em Luziânia”, diz o juiz Jesseir Coelho de Alcântara, da 1ª Vara Criminal de Goiânia.

O juiz Luiz Carlos de Miranda, que deu a liberdade ao pedreiro, informou, em nota, que o exame psiquiátrico não apontou doença mental, nem necessidade de remédios controlados e que, por isso, o Ministério Público também foi a favor da liberdade. G1

ANEXO B – REPORTAGEM JORNAL DIÁRIO DE CATALÃO (DC. 02).

Colégio Universitário desenvolve o "Projeto Profissões" com alunos do Ensino Médio [A6]

Diário de **Catalão** **ARQUIVO**

Catalão (GO),
SEGUNDA-FEIRA
19 DE ABRIL DE 2010
ANO VIII - Nº 1998

DESINTEC
CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
Dedetização, Desratização, Descupinização e Desentupimento.

Fone: 3443-1540 Plantão: 9699-0306

redacao@diariodecatalao.com.br FUNDADO EM 18 DE JULHO DE 2002 POR DIKSON ULHOA R\$ 0,75



Marconi Perillo percorre região e confirma pré-candidatura ao governo

Senador recebeu homenagens e títulos de cidadania ao lado do deputado estadual Jardim Sebba. Embalado pelo apoio popular, Marconi confirmou pré-candidatura ao Governo de Goiás

[A2]

Loja Maçônica Morro de São João ganha terreno

O prefeito Dorival Miranda, em um dos seus primeiros atos como chefe do executivo municipal até o próximo dia 30 de abril, assinou a doação de um terreno à Loja Maçônica Morro do São João, em regime de comodato por 20 anos.

[A2]

Amigos da Escola

Escolas estaduais realizam segunda etapa do projeto "Minha comunidade, minha escola"

Cada unidade escolar desenvolveu atividades diferentes. No Colégio Estadual Polivalente "Dr. Tharsis Campos", por exemplo, foram disponibilizados salão de beleza – com direito a corte, escova, maquiagem e até mesmo um novo visual para as unhas – aferição de pressão arterial e palestra sobre sexualidade para os alunos acima de 12 anos de idade com a enfermeira Sabina Borges da Costa.

[A6]



Sindicato Rural, SEFAC e SENAR promovem cursos de capacitação para as pessoas atingidas pela construção da barragem Serra do Facão

[A3]



A3



Pedreiro preso por assassinato de jovens em GO é encontrado morto

Adimar estava enforcado com uma tira do forro do colchão. Ele estava preso em cela isolada no Denarc de Goiânia, diz polícia.



O pedreiro Adimar da Silva, preso em Goiás pelo assassinato de seis jovens em Luziânia (GO), foi encontrado morto na cela na manhã deste domingo (18). Ele estava preso em uma cela isolada no Denarc de Goiânia.

Ele estava preso desde o dia 10 de abril, quando confessou ter matado seis jovens que estavam desaparecidos desde dezembro de 2009. O pedreiro ainda indicou à polícia onde os corpos das vítimas estavam escondidos.

Silva já cumpria pena de dez anos e dez meses por atentado violento ao pudor. Ele passou quatro anos em regime fechado e, em dezembro, passou para o regime semiaberto, mesmo mês em que os desaparecimentos tiveram início.

Segundo Norton Luiz Ferreira, delegado chefe de comunicação da Polícia Civil de Goiás, Adimar foi encontrado enforcado com uma tira do forro do colchão da cela por volta das 12h30. De acordo com a polícia, ele teria cometido suicídio.

Na manhã deste domingo ele teria conversado normalmente com os onze presos da cela ao lado, segundo a polícia. "Durante a conversa ele repetiu o depoimento que deu aos delegados e contou como matou os meninos", disse Ferreira.

Segundo a polícia, os vizinhos de cela teriam ouvido um barulho de rasgo de tecidos na tarde deste sábado.

Liberdade questionada

O benefício da liberdade provisória concedido ao pedreiro foi questionado após a descoberta das mortes em Luziânia. Documentos anexados ao processo que devolveu Silva às ruas revelam que a Justiça tinha laudos psicológicos que identificaram "sinais de sadismo" e "de transtornos psicopatológicos" em um exame criminológico realizado um ano e sete meses antes da sua libertação.

A Justiça também foi alertada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a implementar "fiscalização sistemática" sobre Adimar no dia 14 de janeiro deste ano, quando três dos seis jovens já haviam desaparecido.

No pedido, a promotora Maria José Miranda Pereira sustentou que a vigilância constante da Justiça sobre Adimar poderia "salvar a dignidade sexual de muitas crianças". A promotora ainda utilizou um argumento direto para justificar sua preocupação sobre a conduta do pedreiro: "Não existe ex-estuprador. Considerando-se que não existe ex-estuprador e, diante da extrema gravidade dos ignóbeis crimes pelo sentenciado cometidos, requeiro seja expedido mandados para fiscalização sistemática e reiterada", solicitou Maria José.

O pedido da promotora foi escrito de próprio punho atrás de um dos "Mandados de Constatação na Residência" ordenados pela Justiça em 7 de janeiro deste ano, para que um oficial fosse até a residência de Adimar para constatar se ele cumpria as determinações judiciais "de recolher-se à sua residência diariamente, até 21h, e nos dias de folga e feriados". **G1**

Diário de
Catalão

O jornal da nossa região

Publicado desde 2002

Diretor Geral: Dikson Ulhôa

Assinaturas:

Anual: R\$ 160,00

Semestral: R\$ 80,00

Mensal: R\$ 15,00

Venda Avulsa

Segunda a sexta: R\$ 0,75

ANEXO C – REPORTAGEM JORNAL O POPULAR (OP. 01).

TURISMO: MARAGOGI, PRÓXIMO A MACEIÓ, ENCANTA COM SEUS CORAIS E PISCINAS NATURAIS (Magazine)

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

* ANO 72 - Nº 20.554

[opopular.com.br]

GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2010

CASO LUZIÂNIA: ASSASSINO CONFESSO DOS SEIS JOVENS ERA VIZINHO DAS VÍTIMAS

O perigo morava ao lado



Cristiano Borges

“Esse destruidor de famílias morava só 4 ruas distante de nós.”

Gláucia Gomes de Souza,
irmã de Diego, um dos adolescentes assassinados



Cristiano Borges

Algemado e cercado por policiais, Admar chega ao local onde enterrou os seis corpos dos rapazes assassinados

O pedreiro Admar de Jesus Silva, de 40 anos, vivia no mesmo bairro dos seis jovens que ele confessou ter assassinado em Luziânia. O acusado estava preso por estupro contra duas crianças, mas foi libertado em

dezembro e não recebeu o tratamento psiquiátrico recomendado. Uma semana depois, Admar matou o primeiro adolescente. Um retrato falado e um telefone celular teriam ajudado a polícia a chegar ao assassino.

Gláucia, irmã de vítima, se emociona na busca aos corpos

O acusado revelou ontem onde estavam enterradas as vítimas. A remoção dos corpos foi acompanhada por parentes dos jovens sob forte comoção e apelos por Justiça. O pedreiro foi transferido para Goiânia. [4 e 5

LUZIÂNIA

Homem frio, metódico e assassino

PEDREIRO ADMAR DE JESUS SILVA, RÉU CONFESSO DE SEIS HOMICÍDIOS EM LUZIÂNIA, MORAVA PERTO DE SUAS VÍTIMAS

Mariia Assunção
ENVIADA A LUZIÂNIA

Nome: Admar de Jesus Silva, de 40 anos, viúvo, nascido no interior da Bahia onde deixou dois filhos. Pele morena, cabelos negros e curtos, cerca de 70 quilos, 1,60 metro de altura, aproximadamente, e uma expressão fria. Profissão: pedreiro.

É o perfil de um homem metódico, o mais novo serial killer brasileiro, assassino confesso dos seis jovens desaparecidos de dezembro para cá em Luziânia. Outro detalhe crucial: Admar é um pedófilo solto após a Justiça ignorar um laudo psiquiátrico recomendando tratamento.

Também conhecido como *Nego e Valdemar*, Admar não era um homem acima de suspeitas, embora se desse bem com vizinhos, trabalhasse e frequentasse cultos semanais em uma igreja evangélica. Na verdade, parentes e vizinhos sabiam que ele tinha cumprido pena recentemente no complexo penitenciário de Brasília, por atentado violento ao pudor (hoje crime de estupro) contra dois meninos, de 11 e de 8 anos de idade (em 2004).

Beneficiado pela progressão de pena por bom comportamento, Admar tinha saído da prisão em 23 de dezembro. Sete dias depois fez a primeira vítima em Luziânia, onde passou a morar na casa de uma irmã. Entre um muro erguido, uma cisterna furada, uma casa construída, seguiu fazendo vítimas.

"Eu tinha até combinado trabalhar com ele em maio nas casinhas (bairro novo de Luziânia). Mas aí ele foi ficando estranho, caladão, e agora essa notícia horrível. Eu era vizinha do assassino, gente!", dizia na porta de casa, espantada, a comerciante Maria Rodrigues Ribeiro de Souza, uma cearense de 63 anos.

Maria tem motivos de sobra para o choque. Ela trabalhava como servente, "fazendo a massa e rebocando" algumas obras que Admar construiu por Luziânia. Moradora vizinha de um dos três lotes ocupados por familiares do pedreiro na mesma rua, ela era uma das vizinhas que sabiam do passado de pedofilia, mas que Admar dizia "não ser bem daquele jeito". E ela acreditou. "Pensei que os anos de cadeia tinham sido uma lição."

Na verdade, Admar era vizinho também dos garotos que confessou ter matado e provavelmente violentou. Ele morava na Rua 29 do Parque Estrela d'Alva 4, bairro onde sumiram



Fotos: Cristiano Borges

Admar de Jesus Silva é conduzido por policiais federais e civis no local em que enterrou as vítimas dos homicídios que confessou ter cometido

Retrato falado foi determinante para prisão

Além dos 128 dias de intensa investigação desde o primeiro sumiço, duas peças do quebra-cabeças se destacaram para desvendarem os crimes em série que abalaram Luziânia. Uma foi um retrato falado feito pelo deficiente que, ou indicou diretamente o homicida, ou apontou um comparsa – um homem em um carro preto que conversou com Admar de Jesus Silva perto da vítima que escapou. Um sobrinho de Admar e um amigo do rapaz também foram presos.

Segundo o delegado Josuemar Vaz de Oliveira, chefe do Departamento Judiciário da Polícia Civil de Goiás, as prisões ocorreram para averiguar se os dois participaram ou não das mortes dos seis rapazes junto com o pedreiro, pessoa que ele descreveu como fria.

A outra peça teria sido um telefone celular de uma das vítimas em poder de um dos familiares do pedreiro, que teria sido rastreado, levando à prisão da irmã de

Admar, na residência na qual ele morava. A detenção da irmã teria sido decisiva para que ele confessasse as mortes e apontasse no mesmo dia, na sexta-feira, o local onde estavam os corpos. A informação do celular rastreado não foi confirmada oficialmente pelas Polícias Civil e Federal, que investigaram o caso.

"Desde o início trabalhamos com a hipótese de ação de um pedófilo e foi a investigação que apontou o pedreiro, recém-libertado do presídio em Brasília, morando no mesmo setor onde residiam as vítimas", destacou Josuemar. Policiais federais, civis e militares vigiaram Admar durante aproximadamente dez dias antes da prisão preventiva ser decretada, na sexta-feira.

No dia da prisão, Admar estava com três bicicletas, das quais duas podem ser das vítimas. Ao confessar, ele teria dito que as vítimas foram mortas a pauladas e que foram vivas até o local onde ocorreram os crimes. A

Onde fica

LUZIÂNIA
187 km da capital
População: 196.046 (2007)



Polícia Civil acredita, entretanto, que ele matava as vítimas antes de descer até o local onde enterrou uma por uma. "Admar alega que conhecia as vítimas e que fez programas com quatro delas, mas não acreditamos que ele conhecesse os rapazes", informou o delegado que esteve à frente das investigações.

Já Aredes Gorrea Pires, diretor-geral da Polícia Civil, citou que há indícios de que

quatro das vítimas "tinham tendência homossexual, embora as famílias não admitissem", ligando essa tendência à preferência sexual do pedófilo, que era por meninos. Ele se queixou do "desgaste político" de comparecer a tantas Comissões Parlamentares de Inquérito (da Pedofilia, dos Desaparecidos e dos Direitos Humanos), enquanto a investigação andava.

Desde fevereiro as investigações foram reforçadas pela Superintendência da Polícia Federal (PF) de Brasília, sob o comando do delegado Wesley Almeida, chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado. Ele descreveu o acusado como "um homem metódico e articulado".

Foi ele quem leu o laudo psiquiátrico de Admar em Brasília. Questionado sobre sua opinião quanto à progressão de regime que beneficiou o pedreiro com a soltura – a despeito de ele não ter recebido o tratamento psiquiátrico –, o delegado fe-

deral lembrou que se tratava de decisão judicial, mas que, profissionalmente, considerava que o pedreiro não deveria ter sido solto.

Entre as autoridades que compareceram ao local onde os corpos foram enterrados estiveram o ex-secretário estadual de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Rollier, a superintendente da PF de Brasília, Mara Santana, e o prefeito de Luziânia, Célio Silveira.

Roller e Mara lamentaram o desfecho trágico para as famílias e destacaram o esforço conjunto das polícias para a elucidação dos crimes.

O prefeito sinalizou com ajuda para o sepultamento das vítimas e distribuição de cestas de alimentos para os familiares. Ele admitiu que o episódio reforça a visão de Luziânia como cidade violenta, mas que o município espera que haja "uma justiça exemplar em relação aos crimes cometidos e união da sociedade contra a violência".

os adolescentes Diego Alves Rodrigues, de 13 anos, Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, de 16; George Rabelo dos Santos, de 17; Divino Luís Lopes da Silva, de 16; Flávio Augusto Fernandes dos Santos, de 14, e Márcio Luiz de Souza Lopes, de 19. Também foi lá que ele tentou seduzir um ado-

lescente portador de deficiência física com oferta de emprego, mas que escapou. Nesse dia, Admar levava um martelo na garupa da bicicleta.

O pedreiro não assediou ou fez vítimas entre os vizinhos mais próximos, da mesma rua, por exemplo. Ao contrário: "Eu, a irmã dele e o pró-

prio Valdemar (Admar) iam nos ao culto juntos quase toda semana. Jamais imaginaria, apesar de saber que ele esteve preso por estupro", contou ontem Maria Rosa da Silva Amadeu, de 50 anos, vizinha dos parentes dele há mais de dez anos.

Ontem ela e outros morado-

res olhavam espantados a rua sendo cercada por policiais militares fortemente armados, que chegaram com a aproximação de parentes das seis vítimas. Mães, tios, irmãs, cunhados, primos e primas, foram até a porta da casa, incrédulos de que estivessem tão perto da resposta pa-

ra meses de angustiante espera, tantos dias cercados de mistérios e hipóteses mirabolantes como tráfico de órgãos ou trabalho escravo.

Veja galeria de fotos do caso no site: www.opopular.com.br

ANEXO D – REPORTAGEM O POPULAR (OP. 02).

FINANCIAMENTO: BB COMEÇA A LIBERAR R\$ 400 MILHÕES PARA O CUSTEIO DA SAFRA GOIANA [12]

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

ANO 72 - Nº 20.555

opopular.com.br

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2010

VIOLÊNCIA

Estudante condenado por morte no trânsito

O estudante Leonardo Falleiros Dias foi condenado a 4 anos de prisão em regime aberto por ter atropelado e matado o técnico em eletrônica Kennedy Alves Lima, no Centro de Goiânia, em 2005. O júri avaliou que o réu estava sob efeito de drogas, o que reduziu sua capacidade de entendimento. [5]

MAGAZINE



Shows de rock por toda a cidade

De hoje a domingo, bandas de Goiânia como a Mugo (foto), além de DJs, se apresentam em bares, pubs e casas de show no festival Rock Solidário, que tem proposta beneficente.

TONI GARRIDO SE APRESENTA HOJE NO FLAMBOYANT

OPINIÃO

Editorial

Famílias nunca estiveram tão sobressaltadas quanto aos riscos que correm crianças e jovens. [6]

Arnaldo Jabor

Quanto mais mediocre é o dirigente, mais ele despreza a inteligência e vive cercado de mediocres. [Magazine]

Robson Macedo

Com a Copa e as Olimpíadas no Brasil, o tema esporte será um dos mais badalados nas eleições. [18]

CASO LUZIÂNIA

AUTORIDADES DA ÁREA JURÍDICA APONTAM FALHA NO CASO DE ACUSADO QUE FOI SOLTO E NÃO TEVE TRATAMENTO PSICOLÓGICO



Diomício Gomes

Brecha na lei deixa psicopatas sem acompanhamento

“Não consigo parar de matar. Preciso de ajuda para parar com essas coisas.”

O assassinato de seis adolescentes em Luziânia expõe um problema do sistema penal brasileiro: a falta de acompanhamento de detentos com transtornos mentais. O pedreiro Adimar de Jesus Silva, assassino confesso dos jovens, foi libertado e não recebeu tratamento,

conforme indicava laudo psiquiátrico. Para autoridades da Justiça, do Ministério Público e psicólogos, o caso ilustra uma falha do sistema, que precisa ser corrigida. Em depoimento, Adimar disse ter agido sob influência de uma das vítimas e de um “espírito maligno”. [2 a 4]

ADIMAR DE JESUS SILVA, assassino confesso de seis adolescentes em Luziânia

ESCÂNDALO

Arruda sai da prisão no DF após dois meses

Decisão do STJ mandou soltar ontem o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda e mais cinco aliados, acusados de en-

volvimento em esquema de corrupção. Ele estava preso há dois meses. O tribunal avaliou que ele não ameaça mais as investigações. [10]

IMPOSTO

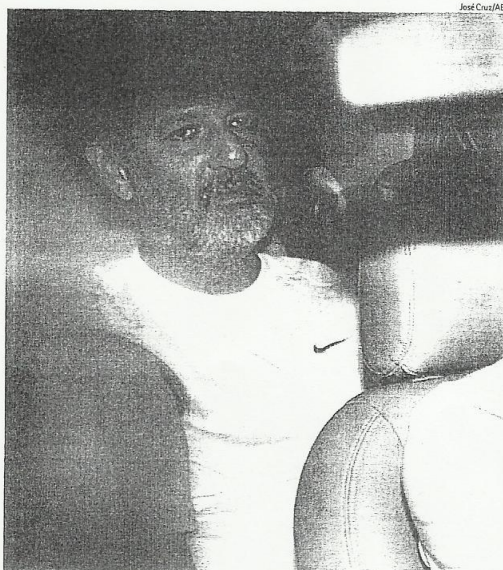
Lojas ainda vendem carros com IPI menor

A redução do IPI para carros zero-quilômetro acabou oficialmente há duas semanas, mas o consumidor ainda consegue encontrar veículos com descontos, graças aos estoques mantidos pelas concessionárias de Goiânia. O desconto chega a R\$ 1,6 mil reais. [11]

CÚPULA NUCLEAR

China concorda em impor sanções ao Irã

Em reunião entre os presidentes dos dois países, a China confirmou aos Estados Unidos que aceita trabalhar por nova rodada de sanções da ONU contra o Irã. A posição poderá ser a mais importante vitória de Barack Obama na Cúpula de Segurança Nuclear. [15]



José Cruz/ABR

Com a barba por fazer, Arruda deixa a superintendência da Polícia Federal em Brasília

MARCONI REVELA SER ALVO DE FALSO DOSSIÊ [8]

MATERNIDADE PASSA A INTERNAR SÓ EM DIAS ÚTEIS [5]

R\$ 1,00 ISSN: 1677-6224 20555
9 771677 622000

30°
35°
Em Goiás, clara e parcialmente nublado com névoas secas. Ventos fracos a moderados. Temperatura estável.

LOTOFÁCIL Concurso 57
01 02 03 04 05
06 09 10 11 12
13 17 19 20 23

QUINA Concurso 2.268
11 22
27 40 78
CLASSIFICADOS 2.320 ofertas de veículos

42 Leitor
página nesta edição 3.250-3.339
Magazine Classificados 3.250-3.339

CIDADES

DESAPARECIMENTOS EM LUZIÂNIA

'Eu não consigo parar de matar'

CONFUSO, ADIMAR DIZ QUE AGIU SOB INFLUÊNCIA DE UM DOS JOVENS E DE UM 'ESPÍRITO MALIGNO'

Carla de Oliveira

Com a fala bastante confusa e sem cronologia, ora atribuindo motivos diferentes aos crimes, ora misturando as duas versões apresentadas, o pedreiro Adimar de Jesus Silva, de 40 anos, preso na sexta-feira acusado de matar os seis adolescentes de Luziânia, reafirmou ter sido o autor dos assassinatos, mas diz ter agido sob influência de um dos jovens (que não identificou), que teria encomendado as mortes ao custo de R\$ 5 mil, e de um "espírito maligno".

Duas das seis vítimas teriam sido abordadas e mortas logo após Adimar ter saído da igreja que frequentava em Luziânia. Em vários momentos de sua fala, afirmou que um espírito maligno "fazia sua cabeça" para matar. Disse ter sido perseguido por esses espíritos e que foi forçado a matar. "Não consigo parar de matar. Preciso de ajuda para parar com essas coisas", afirmou.

Adimar contou que teria sido aliciado por um dos adolescentes, a quem chamou apenas de Zé, que teria envolvimento com drogas e o teria contratado para executar o primeiro jovem por causa de dívidas. A primeira vítima foi Diego Alves Rodrigues, de 13 anos, assassinado no dia 30 de dezembro de 2009.

Em outro momento, o pedreiro afirmou que teria sido convidado para fazer sexo com um dos adolescentes e que o ato seria filmado para ser vendido para uma pessoa identificada como pastor, que repassava as imagens pela internet. Para isso, receberia os R\$ 5 mil.

Adimar afirmou ter mantido relações sexuais com duas das seis vítimas. Ele se atraía até o local do crime, oferecendo drogas. Lá, disse, atacava os adolescentes com pauladas até a morte. Depois abria, com paus e o pé, as covas em que seriam enterrados. A primeira cova teria sido aberta com uma enxada, que ele mesmo levava ao local (veja quadro).

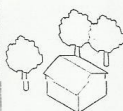


Diomício Gomes

Caminhos do crime



1 Segundo as investigações, Adimar atraiu os jovens com ofertas de pequenos trabalhos ou de dinheiro. Oitem, ele disse também que oferecia drogas aos meninos



2 Na fazenda, buscava relações sexuais com os adolescentes (pelo menos dois teriam mantido relações com ele)



3 Para não ser novamente denunciado, como na primeira vez em que foi preso, matava os meninos com pauladas ou marteladas



4 Em seguida, enterrava os corpos em covas rasas. Algumas delas cavadas com as próprias mãos

Em pelo menos um dos casos, Adimar teria usado um enxada para matar a vítima. Em alguns momentos, admitiu ter matado um dos adolescentes com um martelo. Ele também afirmou que contou com a ajuda de Zé em pelo menos um dos assassinatos. Zé é uma das vítimas do pedreiro e teria sido morto porque não

pagou o dinheiro prometido pelas execuções.

Adimar não sabe dizer quem matou primeiro. Confunde os motivos dos assassinatos, bem como a ordem das execuções e os nomes dos adolescentes. Durante a tarde, no depoimento a integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, ele con-

fessou que teve relação sexual com todas as vítimas e que executou-as com enxada (veja na página 3).

O pedreiro afirmou que teria se recusado a gravar a relação sexual com um dos adolescentes, material que seria vendido. No entanto, teria dito à Polícia Civil que quebrou o chip de um telefone celular.

"Não me entreguei porque fiquei com medo de morrer."

"Preciso de ajuda para parar com essas coisas."

"Eu oferecia drogas e matava eles a pauladas."

"Fui estuprado por maconheiros encapuzados."

ADIMAR JOSÉ DA SILVA, assassino confesso dos seis adolescentes de Luziânia

tado violento ao pudor (hoje crime de estupro) contra dois meninos, em 2004. Ele foi condenado a 14 anos de detenção, mas foi beneficiado com a progressão de pena e solto, mesmo havendo um laudo psiquiátrico que recomendava que fosse tratado, por apresentar sinais de psicopatia (leia reportagem na página 3).

Apesar de confuso, o pedreiro não se alterou ao falar, mesmo quando questionado sobre sua sexualidade e detalhes dos homicídios. Adimar contou que foi estuprado, aos 36 anos, em Brasília. O crime teria sido cometido por "maconheiros encapuzados". Na ocasião, além da violência sexual, ele teria sido agredido fisicamente e tido parte da língua cortada - a delegada Renata Chein, titular da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos, onde ele está preso, confirmou que o pedreiro tem cicatrizes na língua.

Adimar negou ser homossexual, mas admitiu ter mantido relações com meninos. Ele afirmou que apenas duas das vítimas teriam resistido e entrado em luta corporal com ele que, ao se desvencilhar, desferiu as pauladas fatais. Os adolescentes, segundo Adimar, eram atraídos com a promessa de drogas e iam ao local, o crime sem serem forçados, a pé ou de bicicleta. Contudo, a Polícia Civil havia informado anteriormente que a maioria dos adolescentes não tinha histórico de problemas com a polícia.

Adimar disse ter medo de morrer e pediu para ficar preso em Goiânia. Ele afirmou ainda que pretendia se entregar à polícia. Ao ser preso, almoçava na casa da irmã, onde morava desde que saiu da prisão em Brasília. Havia chegado há pouco tempo do Distrito Federal, onde tinha ido doar sangue pela segunda vez na vida.

Adimar contou que dois adolescentes envolvidos em toda a trama estão vivos e que eles o teriam procurado em sua casa, roubado um som e o ameaçado de morte. Um deles estaria armado. Porém, ontem à noite, o delegado Juracy José Pereira, que preside o inquérito, afirmou à TV Anhanguera que não acredita na hipótese de participação de outras pessoas no crime.

Adimar contou que chegou a tentar se matar, quando viu pela imprensa o sofrimento das famílias das vítimas. Afirmou que após as mortes não sabia o que tinha acontecido e que "achava que eles estavam vivos".

dado de presente a um sobrinho, por conter imagens do ato sexual. Um dos adolescentes teria sido morto pelo acusado por ter ameaçar denunciá-lo à polícia.

O pedreiro iniciou a sequência de crimes apenas uma semana após ter saído da prisão, em Brasília, onde cumpriu quatro anos de pena por aten-

ANEXO E – REPORTAGEM O POPULAR (OP. 03).

MÚSICA: LUCAS SILVEIRA, VOCALISTA DO FRESNO, LANÇA ÁLBUM SOLO, EM INGLÊS [Magazine]

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

* ANO 72 - Nº 20.556

[opopular.com.br]

GOIÂNIA: QUARTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2010

DRAMA

Mãe, que teve o bebê trocado, espera encontrar filho legítimo



Cristina Cabral

Bebês são trocados em hospital

Mais um caso de trocas de bebê envolvendo o Hospital Santa Lúcia, em Goiânia, veio à tona. Após perder o marido e o emprego, mulher de 23 anos fez teste de DNA e descobriu que a criança, que completou 1 ano mês passado, não é seu filho biológico. Caso foi denunciado na DPCA. No fim de 2008, também no Santa Lúcia, duas recém-nascidas foram trocadas. [5]

RECURSOS**Estado enfim recebe empréstimo**

Após cinco meses, o governo do Estado obteve empréstimo de R\$ 248 milhões do governo federal. A primeira parcela, de R\$ 113 milhões, será liberada agora e o restante só depois de investidos 70% desse valor. [9]

CÚPULA NUCLEAR

Imagem de TV Agência Brasil

**AMARELINHA**

O ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, entrega camisa da seleção ao presidente da Irã, Mahmoud Ahmadinejad, em Teerã. Ontem, líderes mundiais fecharam acordo para controlar o material nuclear. [16]

GRIFE SUÍNA**MPF quer vacinação para todas as pessoas**

O Ministério Público Federal em Goiás propôs ação contra a União e o Estado para estender a vacinação contra a gripe suína para todas as pessoas. [8]

OPINIÃO**Editorial**

As pessoas que passam pela Avenida Paranaíba horroresizam-se com o cenário do Centro de Excelência. [6]

Elio Gaspari

A ideia de uma campanha que contraponha Lula a FHC pode ser boa, mas falta combinar com os russos. [7]

Rogério Borges

Este episódio necessita ser melhor explicado do ponto de vista da Justiça, da psiquiatria e da polícia. [6]

CASO LUZIÂNIA

ASSASSINO DE JOVENS EM LUZIÂNIA FOI VISITADO POR OFICIAL DE JUSTIÇA NA MESMA SEMANA EM QUE MATOU DUAS DE SUAS VÍTIMAS

Justiça avaliou maníaco 2 dias antes do último crime

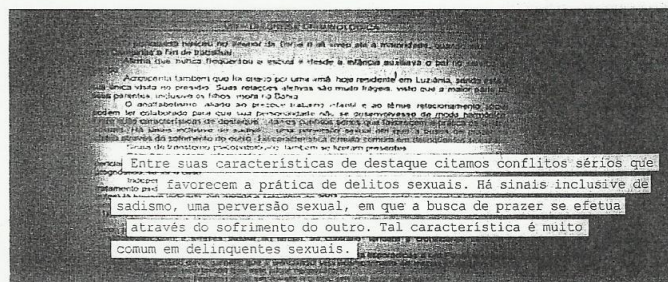
Ricardo Rafael

Aldemira Souza, mãe de Diego, primeiro jovem morto, no local onde o filho foi encontrado: familiares responsabilizam Estado pelos crimes

O pedreiro Adimar Jesus da Silva, assassino confesso de seis jovens em Luziânia, recebeu a visita de um oficial de Justiça no dia 20 de janeiro. Dois dias antes, ele havia matado um dos rapazes. Dois dias

depois, matou outro. O MP pediu o monitoramento do acusado após laudos que atestaram sua periculosidade. Adimar cumpria a determinação de permanecer em casa à noite, mas cometeu os crimes

durante o dia. Familiares das vítimas culpam o Estado pelas mortes e vão entrar com ação coletiva de indenização. Em novo depoimento, Adimar disse que sentia prazer em matar as vítimas. [2 a 4]



Laudo de 2008 assinado por três psicólogos aponta periculosidade de Adimar Jesus da Silva



CIDADES

DESAPARECIMENTOS EM LUZIÂNIA

MP pediu monitoramento de Adimar

PREDILEÇÃO DE ASSASSINO CONFESSO POR COMETER CRIME DURANTE O DIA, SEGUNDO PROMOTORA, PROVA QUE ELE SABIA O QUE ESTAVA FAZENDO

Marília Assunção

Às 23h21 de 20 de janeiro de 2010 um oficial de Justiça foi até a casa do pedreiro Adimar Jesus da Silva, no Parque Estrela d'Alva 4, em Luziânia, a mando do Ministério Público (MPDF) e do Poder Judiciário do Distrito Federal. Lá ele comprovou que o condenado por pedofilia, solto em dezembro, estava dormindo. Dois dias antes, no horário do almoço, Adimar tinha matado o adolescente Flávio Augusto Fernandes, de 14 anos. Dois dias depois - na tarde de 22 de janeiro - assassinou a última vítima, Márcio Luiz de Souza, de 19.

Os horários explicam que havia uma preferência de Adimar por aboriar e atacar suas vítimas em plena luz do dia. Refletem a cautela dele para não ser flagrado nas ruas de Luziânia em horário proibido.

O assassino confesso dos seis homicídios em uma das principais cidades do Entorno do Distrito Federal estava cumprindo prisão domiciliar pelo crime de pedofilia cometido no DF. Tinha consciência de que não poderia sair da casa da irmã entre as 21 horas e as 5 horas - uma das exigências para obter o benefício da prisão domiciliar e ficar recolhido neste horário.

O comportamento, na opinião da promotora de Justiça que havia solicitado o monitoramento - e a fiscalização em casa feita pelo oficial - Maria José Miranda Pereira, do MPDF, "revela que Adimar não é simplesmente um louco, um doente mental, mas um psicopata, possui desvio de caráter, índole dissimulada e perversa". Esse desvio de personalidade já havia sido atestado em 2008, por um exame criminológico feito no pedreiro, que atestava a sua tendência suicida (veja reportagem nesta página).

Maria José tem 16 anos de experiência na área de crimes hediondos e já acompanhou processos contra diversos assassinos em série e esturpadores. Diante da soltura, a experiência foi suficiente para ela escrever à mão um pedido ao juiz de execuções penais citando: "Considerando que não existe ex-estuprador e diante da extrema gravidade dos ignóbeis crimes (...) requero (...) fiscalização sistemática e re-

terada (de Adimar)."

A data do pedido: 14 de janeiro de 2010, um dia depois do criminoso ter feito outra vítima, Divino Luiz Lopes, de 16, que desapareceu às 11h30. Foi por causa da recomendação dela que seis dias depois o oficial esteve na casa do condenado, mas nada de anormal foi visto.

Adimar, na verdade, revelou ela ao então POPULAR, era capaz e frio a ponto de comparecer calmamente à Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (Vepema) do DF, no dia 22 de fevereiro, exato um mês depois do último homicídio.

Naquela altura, autoridades policiais vasculhavam o País em busca de pistas sobre os desaparecidos de Luziânia e responsável pelo sumiço - até a Polícia Internacional Interpol havia sido comunicada. "Ele se apresentou na Vepema perante o MPDF, a Polícia Militar e funcionários do presídio e converceu todos de que estava tudo bem", salientou a promotora.

Essa capacidade de convencer de que levava uma vida normal foi a mesma que Adimar apresentou, para espanto da promotora - que remeteu cópia dos relatórios psiquiátrico e psicológico à reportagem -, à psiquiatra Ana Cláudia Moreira Sampaio, quem assinou o relatório em 18 de maio de 2009.

"Informe que o interno foi avaliado por mim uma única vez, e demonstra não possuir doença mental nem necessitar de medicação controlada. A continuidade de atendimento psicológico fica condicionada à avaliação de tal necessidade por psicólogo do sistema prisional", anotou a psiquiatra.

"Adimar, um pedófilo, estava tranquilo dentro da prisão, se comportava bem, longe de crianças", comentou a promotora. Antes, o mesmo comportamento já havia sido presenciado por um psicólogo, Carlos Alexandre A. B. da C. e Silva, cujo laudo data de 11 de maio: "O interno apresentou-se sempre com polidez e coerência de pensamento, demonstrando crítica acerca dos comportamentos a ele atribuídos. Afirma ter vivido uma 'vida normal', sem acometimentos de transtornos marcantes com maior complexidade", diz o último trecho da anotação do psicólogo na ficha médica de Adimar na Secretaria Estadual de Saúde do DF.



Policial mostra suposta sandália de vítima de Adimar Jesus da Silva: nova vítima no local onde foram cometidos os crimes

Para promotora, mortes poderiam ser evitadas

Foi com base nos relatórios psiquiátrico e psicológico que a progressão de regime foi concedida ao pedreiro Adimar Jesus da Silva em dezembro. "Soube da prisão domiciliar mais de dez dias depois dela se consumir e de imediato solicitei a fiscalização. Mortes poderiam ter sido evitadas se ele ficasse recolhido", afirmou ontem a promotora Maria José Miranda Pereira, para quem, "não há cura para o tipo de transtorno de Adimar".

A responsabilidade pelo ocorrido, na opinião de Maria José "é do Estado que não dá infraestrutura para o monitoramento efetivo dos condenados e praticamente dispensa o exame criminológico", disse, citando mudanças na lei de crimes hediondos que apressam a progressão de regime mesmo em casos bárbaros como os de pedofilia e estupro.

A promotora salienta que em 2003 a exigência do exame criminológico foi aboli-

da pela legislação criminal. Desde então, sustenta ela, o governo do Distrito Federal dispensou a equipe multidisciplinar dos presídios. Mesmo com as dispensas legais, havia sido feito por solicitação do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) aprovada pela Justiça, exame criminológico de Adimar, em 2008, quando ele tinha 38 anos e já estava preso havia três anos.

Assinado por três psicólogos, o laudo confirma a periculosidade do condenado, citando perversões como o sadismo - prazer causado com o sofrimento alheio -, além de transtornos psicopatológicos. Em Brasília, as vítimas do pedreiro eram meninos de 8 e 11 anos de idade. Em Luziânia, entre 13 e 19.

Desde 2008, as psicólogas recomendaram "a imediata avaliação psiquiátrica" e tratamento psicológico de Adimar, alertando em comum com o Ministério Público do Distrito Federal, (MA)

Pedido do MP

Em tempo MMJ juiz, considerando-se que não existe ex-estuprador e diante da extrema gravidade dos ignóbeis crimes pelo sentenciado cometidos, requiro seja expedido mandado para fiscalização sistemática e reiterada. Tal medida pode salvar a dignidade sexual de muitas crianças. Brasília, 14/1/2010

Maria José Miranda Pereira
Promotora de Justiça
MPDF

PUC GOIÁS
COM
VOCE
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA VIDA

Palestra aborda problemas e prazeres da vida

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2010 prossegue, hoje, com duas palestras. Às 14h15, a professora e psicóloga Vera Lucia Morselli aborda o tema "Vida: seus problemas e seus prazeres" e às 15h10 o empresário

Show Inktr'r no Martim Cererê

Hoje, às 20h, acontece o Show Intercontinental Inktr'r no Centro Cultural Martim Cererê (Rua 94-A, Setor Sul). A programação inclui apresentações do grupo Sons do Cerrado da PUC Goiás, Carlos Malta (RJ) e Cantadores Krahô, do Tocantins.

Seminário destaca "Acervos Audiovisuais - Memória, Preservação e Conservação"

A Semana dos Povos Indígenas 2010 da PUC Goiás continua hoje, a partir das 8h30, no Auditório da Área 3, na Praça Universitária, com o Seminário "Acervos Audiovisuais - Memória, Preservação e Conservação". Participam especialistas de renome nacional. Serão quatro exposições:

- "O Arquivo Nacional e o Patrimônio documental do Brasil e O Significado / Importância do Programa Memória do Mundo da Unesco", com o diretor do Arquivo Nacional, Jayme Antunes da Silva.
- "Acervo Audiovisual: Preservação e Conservação", com a conservadora da Cinemateca Brasileira, Maria Fernanda Curado Coelho.
- "A Experiência da TV Cultura com Acervos Audiovisuais: O Passado e o Presente", com o diretor de Documentação da TV Cultura, Teder Muniz Moraes.
- "O acervo Audiovisual do IGPA/PUC Goiás: Memória e Conservação", com os conservadores do Acervo do IGPA Maria Eugênia B. A. Nunes e Paulo César A. de Mendonça. A mediação será feita pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Profª Drª Sandra de Faria.

Evento debate direitos patrimoniais e de imagem

Ainda dentro da Semana de Povos Indígenas, das 14h às 18h, no Auditório da Área 3 da PUC, será realizado o Seminário "Acervos Audiovisuais - Direitos Patrimoniais, de Imagem e de Distribuição". As exposições serão as seguintes: "Direitos de Propriedade Intelectual na Regulação Audiovisual", com Marcos Tavorali, advogado da Andier e "Os Direitos de Imagem dos Povos Indígenas", com Vilmar Moura Guarani, do Observatório Indígenas.

6ª Semana de CIDADANIA PUCGOIÁS

Serviços Jurídicos, de saúde e esportivos. Estrutura de 600 metros. Feira Alimentar e de Produtos. Palestras, musicas, teatro, filmes, dança e Games. Festa de Encerramento.

TUDO GRATIS

14, 15, 16, 17, 18 DE ABRIL DE 2010

www.monocultura.br, www.pucgoias.br, telefone: 3244-1122, jensens@pucgoias.br, www.pucgoias.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ANEXO F – REPORTAGEM O POPULAR (OP. 04).

PIRI:  **FESTA DO DIVINO VIRA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO** [3]

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

★ ANO 72 - Nº 20.558 [opopular.com.br] GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2010

TECNOLOGIA AGRÍCOLA

Wildes Barbosa



PESQUISA: APROVAÇÃO POPULAR DA ADMINISTRAÇÃO TEM LIGEIRO CRESCIMENTO

Serpes: melhora avaliação do governo Alcides

A aprovação do governo Alcides Rodrigues teve uma pequena melhora nos últimos seis meses. É o que mostra a pesquisa Serpes/O POPULAR realizada entre os dias 7 e 13. A administração teve avaliação positiva de 36,4% agora, enquanto em outubro era 34%. [10]

LUZIÂNIA

Maníaco usava três identidades

O assassino confesso de seis jovens em Luziânia, Adimar Jesus da Silva, tinha três carteiras de identidade diferentes. Para a polícia, isso pode ter dificultado na verificação de mandado de prisão anterior contra ele, na Bahia (2000). Ontem, as mães dos jovens mortos participaram de uma audiência pública no Senado. [5]

O Popular
face a face
1906

Psiquiatra fala sobre assassinos em série. Material será publicado amanhã. [5]

DESAPARECIMENTOS EM LUZIÂNIA

Maníaco tinha três identidades

EM AUDIÊNCIA NO SENADO, MINISTRO DA JUSTIÇA DIZ QUE HOUVE FALHA NA SOLTURA DE ADIMAR JESUS

Roberta Giacconi
DE LUZIÂNIA

A Polícia Civil de Goiás informou que além do assassino confessado dos seis meninos desaparecidos ter dois nomes - Adimar e Ademar - ele também tem três identidades. Para o delegado Juracy José Pereira, que preside o inquérito, todos estes fatos podem ter causado confusão em qualquer guarda informações de sentenciados (o Infoseg) e, por isso, não foi possível verificar o mandado de prisão contra ele expedido na Bahia em 2000. Na semana que vem uma equipe da Polícia Civil vai até a Bahia buscar mais detalhes sobre o histórico de Adimar. Segundo o delegado, a ideia é tentar encontrar informações que possam colaborar com o inquérito policial.

Ontem, as mães dos seis jovens assassinados em Luziânia foram ao Senado em Brasília e participaram de uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foram quase duas horas de discussões. Elas e familiares das vítimas acompa-

Face a Face ainda recebe questões

Marilyn Assunção

Hoje é o último dia para os leitores participarem da entrevista com o especialista da área de psiquiatria forense, Lúcio Malagoli Cardoso, médico psiquiatra. Ele é o convidado especial do POPULAR na rede social Facebook (www.popface.com.br) e está abordando o comportamento psicopata do serial killer Adimar Jesus da Silva, o maníaco que matou seis jovens em Luziânia.

Amanhã, serão publicadas respostas para questões levantadas no Face a Face, como, por exemplo, se a psicopatia é um distúrbio nato, que pode ou não ser desenvolvido, ou é algo adquirido no desenvolvimento humano. Preocupados com soluções, os leitores que estão participando da interação questionam coisas como: Quem acompanha todo o processo (de uma prisão como a de um pedófilo), da condenação à soltura? Como es-



se processo é feito, elaborado e definido? Qual órgão ou servidor da saúde, jurídico ou do executivo acompanha esse indivíduo? Como ele se reportará às autoridades no início da soltura? Quem é o responsável por isso? "São questões que nunca me informaram como se dão e, convenhamos, se alguém puder respondê-las, provavelmente teremos novos rumos nesse setor que é tão frágil para com a sociedade", pontuou Benedito Milhomem, um dos partici-

pantes que enviaram perguntas até ontem. Livres para expor seus pontos de vista, internautas aproveitaram para tocar na polêmica questão da pena de morte para indivíduos psicopatas, como o pedreiro Adimar tem sido classificado.

As perguntas serão respondidas na edição de amanhã por Lúcio Malagoli, que é professor da Universidade Federal de Goiás, coordenador da área de psiquiatria forense do Instituto Médico-Legal de Goiânia e presidente da Associação de Psiquiatria de Goiás.

O assunto também é tema de enquete no portal Goiásnet (www.goiasnet.com) que termina hoje e terá seu resultado publicado amanhã. Ontem, 64,9% dos internautas que participaram consideraram que se o pedreiro tivesse recebido acompanhamento psiquiátrico a tragédia teria sido evitada, enquanto 34,5% consideraram que não.

acompanhamento efetivo até que o reeducando possa ser reintegrado de forma segura à sociedade.

Barreto também falou sobre o Infoseg. O ministro disse que o sistema existe para ser consultado e que se no caso do Adimar a Justiça Criminal não consultou a falha é ainda maior. Por último, o ministro

Cristina Gallo/Agência Senado



Parentes dos jovens assassinados na audiência no Senado

defendeu um controle maior nos indultos dos reeducandos. Uma solução seria a utilização de pulseiras eletrônicas que permitiriam saber onde o preso está e por onde ele andou, disse o ministro.

O senador e presidente da CCJ, Demóstenes Torres, criticou a maneira como Adimar foi solto. Segundo ele, se ficar comprovado que houve falha por parte do juiz que soltou o assassino confessado providências serão tomadas. Disse que é um caso de averiguação e investigação por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) porque para ele o juiz que deu a regressão de pena para o pedreiro foi negligente e mos-

trou-se despreparado.

Representando as mães, Valdirene Fernandes, mãe de Flávio Augusto Fernandes, afirmou que esse é o começo de mais uma luta e que todas elas esperam que a repercussão do caso colabore para que a legislação seja mudada.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou ofício ao corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, requerendo informações sobre os procedimentos judiciais que levaram à progressão de regime do pedreiro. O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, busca avaliar falhas do sistema criminal e medidas para o aperfeiçoamento.

ANEXO G – REPORTAGEM O POPULAR (OP. 05).

TWITTER: MICROBLOG DEVE MUDAR PLATAFORMA PARA CRIAR MECANISMO DE FATURAMENTO [14]

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

★ ANO 72 - Nº 20.561 [opopular.com.br] GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2010

ESPORTE

Atlético atropela Goiás e vai à final

DRAGÃO VENCE POR 4 A 2 E DECIDE COM FANTASMA. TÉCNICO ESMERALDINO É DEMITIDO APÓS A DERROTA. [15 e 22]

Fernandão (C) se desequilibra em disputa com Agenor e Gilson, do Atlético



Renato Conde



Botafogo é campeão no Rio

PÔSTER

LUTO

Roberto Carlos sepulta a mãe no aniversário

No dia em que completa 69 anos, hoje, Roberto Carlos vai participar do sepultamento de sua mãe, Laura Moreira Braga. Lady Laura, como era conhecida, morreu na noite de sábado, enquanto o cantor se apresentava em Nova York. [6]

CASO LUZIÂNIA: ASSASSINO DE SEIS JOVENS, CRIMES COMETIDOS EM MENOS DE UM MÊS, TEVE MORTE TRÁGICA

O FIM DO MANÍACO

O pedreiro Adimar Jesus da Silva é encontrado morto na prisão

Domicílio Gomes - 12.04.10



Adimar ocupava uma cela sozinho. Um pedaço de ferro no alto da parede serviu de ponto de sustentação para corda

Passava da hora do almoço ontem quando o pedreiro Adimar Jesus da Silva, de 40 anos, foi encontrado morto, enforcado, dentro de uma cela na Denarc. Em seu pescoço estava uma corda trançada com tiras retiradas de uma capa de colchão. Ele morreu oito dias depois da prisão por ter confessado assassinatos em Luziânia. [2 e 3]

TURISMO

Sossego catarinense

Situada num belo vale entre a serra e o mar, Gravatal (SC) tem paisagens como a vista acima. Com suas águas termais, é bom destino para quem procura muito sossego. [Magazine]

DISPUTA

Obra do Centro de Excelência para na Justiça

Iniciadas em 2001, as obras do Centro de Excelência do Esporte estão paralisadas de vez por causa de uma disputa judicial. A empresa responsável pede mais de R\$ 42 milhões para finalizar segunda parte da obra e Age-top fala em cancelamento do contrato. [21]



DESAPARECIMENTOS EM LUZIÂNIA

Adimar Jesus teve vida marcada por crimes desde sua terra natal

PEDREIRO VEIO PARA GOIÁS FUGINDO DE ACUSAÇÃO E, NO DISTRITO FEDERAL, ABUSOU DE DOIS MENINOS

Patricia Drummond

A história do pedreiro Adimar Jesus da Silva começou a ser traçada há 40 anos, quando ele nasceu em uma família pobre de Riachão, povoado de Serra Dourada, município da Bahia com 18 mil habitantes. Ali, o assassino confesso dos seis jovens de Luziânia, encontrado morto em sua cela no início da tarde de ontem, cresceu, se casou, teve dois filhos e ficou viúvo.

Adimar dizia que a mulher morreu envenenada – e a polícia quer esclarecer em que circunstâncias, embora o pedreiro sustentasse que havia sido em um ritual de macumba. O casal de filhos dele, uma jovem de 18 anos e um adolescente de 14, vivem em Riachão, no oeste baiano, com os avós maternos – Edilson Souza Silva e Terezinha dos Santos Silva, ambos de 58 anos. Os dois afirmam que a filha morreu de derrame cerebral, aos 25 anos, depois que Adimar a abandonou.

Foi nessa época que ele mudou-se para Luziânia – de acordo com os avós maternos, ex-sogros, o segundo filho do pedreiro ainda era bebê. Conforme a polícia, Adimar fugia de sua terra natal por uma acusação de tentativa de homicídio ocorrida em março de 2000, e chegou, inclusive, a falsificar a própria certidão de nascimento para ter uma nova carreira de identidade, no nome Ademair foi modificado para Adimar.

Em 2005, Adimar Jesus da Silva cometeu os primeiros crimes sexuais contra dois menores, em Águas Claras e no Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal. Ele atraiu as vítimas oferecendo dinheiro em troca de serviços e, depois, abusou sexualmente dos garotos. Um deles o denunciou e o pedreiro acabou preso. Foi condenado a 14 anos.

Livre em 23 de dezembro



Adimar Jesus, no dia em que foi transferido para Goiânia: vida cheia de mistério terminou de forma trágica

PERFIL

ADIMAR JESUS DA SILVA

Pedreiro, de 40 anos. Nasceu em Serra Dourada, na Bahia, era pai de dois filhos e vivia há 16 anos, quando foi morar em Luziânia. Em 2005, foi condenado a 14 anos de prisão por abusar de duas crianças no Distrito Federal. Deixou a Penitenciária da Papuda, em Brasília, no dia 23 de dezembro de 2009, após cumprir quatro anos da pena, sendo beneficiado com o regime semiliberato. De volta a Luziânia, em apenas uma semana fez 3 primeiros vítimas, entre os seis adolescentes. Diego Alves Rodrigues, de 13 anos, no dia 30 de dezembro do ano passado. O último a ser morto foi Márcio Luiz de Souza Lopes, 19, em 22 de janeiro. Na dia 10 de março, foi preso, confessou os crimes e apontou o lugar onde estavam os corpos dos seis jovens. Uma semana depois, é encontrado morto em sua cela na Denare, em Goiânia, onde estava sozinho. Os indícios apontam para suicídio.

do ano passado – mesmo com vários laudos atestando seus transtornos de personalidade –. Adimar, que ganhou o bene-

Presos perceberam movimentação

No sábado, ao perceberem que o pedreiro Adimar Jesus da Silva rasgava tiras do tecido que recobria o colchão que ele tinha na cela, alguns dos 11 presos que abrigam a cela vizinha à sua, na Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), o questionaram sobre um possível suicídio dele. “Nos chegamos a perguntar se ele não estava se pensando em se matar. Ele negou e disse que estava rasgando o lençol porque estava muito grande”, contou o detento Cláudio Tomás da Costa, de 26 anos.

O preso contou que o pedreiro não manifestou comportamento suspeito nos últimos dias. “Ele conversava numa boa com a gente. Ho-

je, pouco antes de a repa chegar, ele nos contou de novo como matou cada um dos meninos”, afirmou o preso.

Claudio Tomás relatou que, nas conversas com os outros detentos que estão na Denarc, Adimar mantinha a versão contada à polícia sobre os crimes de Luziânia quando foi preso: de que as mortes dos garotos fora encomendada por Márcio Luiz de Souza Lopes, de 19 anos, uma das vítimas, por causa de dívidas com drogas.

No final, segundo relato aos vizinhos de cela, teria assassinado Márcio porque ele teria se negado a pagar os R\$ 5 mil que prometeira para que Adimar desse

cabou da vida dos jovens. “Ele ainda nos perguntou quanto tempo de cadeia a gente achava que ele pegaria pelos crimes”, afirmou Cláudio.

Depois de almoçar e de conversar com os demais detentos, por volta das 11 horas, Adimar disse que iria tomar banho. Ligou o chuveiro e o fluxo de água, os outros presos começaram a chamá-lo. Como não houve resposta, gritaram pelos agentes. Ao chegarem se depararam com o corpo do homem dependurado pela corda, de frente para a porta. (Deixe Assis)

Opiniões enviadas pelos leitores pelo Facebook

Leitores comentaram a morte de Adimar no Facebook do POPULAR.

“Acho que esse fato terá de ser muito bem explicado.”

SALMA SADDI

“Ele é um psicopata, não um suicida. Na verdade, estes crimes não estão explicados. Espero que a sociedade não cometa mais um erro em pensar que isso acabou, pois só mostra a inocência da sociedade para com os verdadeiros culpados.”

ALINE RODRIGUES

“Será que foi mesmo suicídio? Ou será queima de arquivo? Ficaremos em dúvida agora.”

GILVANE FELIPE

“Pelo menos não ameaça mais perigo para a sociedade.”

VICTORIA ARANTES

“Lamento a falta de tirocínio dos policiais – a tentativa ‘suicida’ era esperada. Mais um gosto de impunidade na goela do povo goiano.”

JAKSON PERDIGÃO

POPULAR
Siga O POPULAR no Facebook
www.popface.com.br

ENTREVISTA

“O indivíduo puramente psicopata não se mataria”

Itany Gonçalves

Qualquer pessoa que se vê em uma situação “sem saída” pode cometer suicídio. Mas apesar disso, o psiquiatra Lúcio Malagóni se diz surpreso com a morte de Adimar de Jesus. “Isso é menos frequente em indivíduos propensos a friza de ânimo”, avalia.

É comum um indivíduo como o perfil do Adimar cometer suicídio?

Não posso dizer que é um fato comum. Em situações em que se acredita “sem saída”, qualquer indivíduo pode atentar contra a própria vida, entretanto isso é menos frequen-

te em indivíduos propensos a friza de ânimo, como o psicopata esquivo sensu. Uma imagem pictórica é do escorpião envolvido num círculo de fogo, que dirige o ferrão contra si mesmo, e se mata. Pode ter sido este o caso do Adimar.

A morte do Adimar reforça a tese que pessoas com este perfil precisam de acompanhamento psicológico de parte?

A morte de Adimar, e dos seis jovens que ele assassinou, não apenas reforça, trombeta a necessidade de uma atuação preventiva neste segmento, e os profissionais de saúde mental são parcela importante desta atuação. Mas podemos também analisar uma segunda tese e considerar que esta morte possa ser indicio de remorso. Mas aí o fato falaria contra a tese de

transtorno antissocial de personalidade.

Houve um erro na avaliação do perfil psicológico do Adimar?

Acredito, com base nas avaliações prévias feitas em Brasília, e com os dados obtidos em Goiás, que a avaliação existente foi correta. Mas não deixou de frisar: o caso ainda seria avaliado, então adequadamente, e em profundidade, pela pericia, seja no Tribunal de Justiça ou no Instituto Médico Legal de Goiânia.

O Adimar ter, segundo a polícia, se matado deixou o senhor surpreso?

Dentro do que vinha sendo divulgado, estou relativamente surpreso. Até então as informações apontavam que se tratava de um indivíduo sem reação e sem remorso. O que se sabia é que realmente havia perda de controle por parte dele. O indivíduo puramente psicopata não teria este tipo de atitude. Agora fica difícil definir, pois seria necessária uma avaliação mais aprofundada (do pedreiro).



Diomício Gomes

ANEXO H – REPORTAGEM O POPULAR (OP. 06).

HISTÓRIA: ESTUDO DE LENA CASTELLO BRANCO DESMONTA MITOS SOBRE O CLÃ CAIADO (Magazine)

O Popular

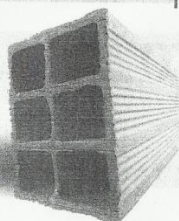
Fundado em 3 de abril de 1938 por Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Rebouças Câmara

★ ANO 72 - Nº 20.562

opopular.com.br

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2010

CARESTIA



Preço do tijolo dobra em 4 meses

Com o aquecimento do setor de construção, o preço do milheiro do tijolo subiu de 290 reais no fim de 2009 para até 590 reais. Mesmo com o reajuste, o produto está mais difícil de ser encontrado. [14]

R\$ 590

é o valor alcançado pelo milheiro do tijolo

SEGURANÇA: FALTAM REMÉDIOS E ATENDIMENTO PARA DETENTOS COM TRANSTORNOS

Prisões têm 57 doentes mentais sem tratamento

CASO LUZIÂNIA

Laudo reforça que maníaco se suicidou

Laudo preliminar reforça a tese de suicídio do pedreiro Adimar Jesus da Silva, assassino confesso de seis jovens em Luziânia e encontrado morto em cela da Denarc no domingo. Imagens do circuito interno de TV da delegacia serão repassadas para a Polícia Civil e o Ministério Público, que investigam a morte. [3]

O sistema prisional de Goiás possui 57 detentos com transtornos mentais que como no caso de Adimar Jesus da Silva, assassino confesso dos seis jovens em

DESAPARECIMENTOS EM LUZIÂNIA

Laudo preliminar reforça tese de suicídio de Adimar

IMAGENS DE CIRCUITO INTERNO DE TV DA DENARC NÃO MOSTRAM CELAS, MAS DEVEM SER ENTREGUES PARA INVESTIGADORES DE SUPOSTO SUICÍDIO

Carla de Oliveira e Rosana Melo

Um laudo preliminar, divulgado na tarde de ontem, reforça a tese de suicídio do pedreiro Adimar Jesus da Silva, de 40 anos, assassino confesso de seis jovens em Luziânia e encontrado morto dentro de uma cela da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), no domingo. O laudo indicou que não foi detectada nenhuma substância tóxica ou álcool no organismo do pedreiro.

Tampouco havia qualquer perfuração ou ferimento contundente, além do produzido pela asfixia mecânica (enforcamento). O corpo do pedreiro permaneceu no Instituto Médico-Legal (IML) de Goiânia. Foram coletadas amostras de sangue e das vísceras do pedreiro para realização dos exames que descartaram a presença de substâncias alcoólicas ou toxicológicas no organismo dele.

Imagens do circuito interno de TV da Denarc serão repassadas para a Corregedoria da Polícia Civil e Ministério Público, que investigam as circunstâncias da morte de Adimar. O circuito, ainda em teste, não abrange a área das celas onde ficam os presos, mas poderá revelar a movimentação no corredor da delegacia. "Como não tenho acesso às imagens, a Assessoria de Informática e Telecomunicações da Secretaria de Segurança Pública deve verificar o que o sistema filmou", informou a delegada titular da Denarc, Renata Cheim.

Adimar foi encontrado morto, com uma corda amarrada ao pescoço, por volta de 12h30 de domingo, na cela onde permanecia preso sozinho. Segundo a delegada, a Polícia Civil não foi negligente na guarda do preso. "Todas as medidas foram tomadas para assegurar a integridade física dele".



Adimar Jesus da Silva, logo após prisão, ao levar policiais até local onde enterrou corpos

Ela informou que Adimar ficou sozinho na cela, sem objetos inadequados e era monitorado o tempo todo pelos policiais. "Entre a hora que o policial entrou na cela para levar a comida e a hora em que foi chamado pelos outros presos, passaram-se apenas 20 minutos", contou.

Renata Cheim lembra que na cela havia apenas o colchão. "Ele só tinha a roupa do corpo e o colchão para dormir", frisa. A medida havia sido adotada justamente para garantir a integridade física de Adimar.

CORDA

De acordo com a delegada o preso utilizou uma corda, confeccionada a partir de retalhos da capa do colchão, onde ele dormia. Os retalhos teriam sido rasgados da capa do colchão por Adimar, que teria trançado o tecido para que ficasse mais resistente. O mate-

rial — corda e capa do colchão — foi levado para o Instituto de Criminalística no domingo e encaminhado para o laboratório na tarde de ontem.

Lá, a elasticidade da trama e o peso que suporta serão testados, além de esclarecer o tipo do tecido e se ele é realmente da capa do colchão. A informação é da gerente do Instituto de Criminalística, Rejane Barcelos, que não informou sobre a data em que os exames ficarão prontos.

SUICÍDIO

No dia 12 de abril, quando foi apresentado à imprensa em Goiânia, Adimar chegou a relatar que havia tentado suicídio, antes de ser preso, após se dar conta dos crimes que cometeu e ver noticiado o desespero das famílias. Na ocasião, ele disse ter usado uma camisa, mas o tecido não teria aguentado e rasgado.

A corda trançada por Adimar

foi amarrada numa saída de ar da cela. A delegada Renata Cheim conta que subiu na cama, que é de alvenaria, e ainda usou o colchão dobrado para alcançar a saída de ar. Adimar teria ficado praticamente ajoelhado, já que a altura, considerando a cama, não era suficiente para que ficasse deitado.

Hoje à tarde o corregedor-geral da Polícia Civil de Goiás, Sidney Costa e Souza, deve ouvir os agentes Luciana Melo de Oliveira e Carlos Augusto Dias Dourados, que estavam de plantão na Denarc no momento do suicídio. Três presos de celas vizinhas a de Adimar também foram ouvidos sobre o caso.

O inquérito, presidido pelo delegado Juracy José Pereira, deverá ser concluído e encaminhado para o Judiciário. Três presos de celas vizinhas a de Adimar serão tomados a partir daí.

Trança do enforcamento



Trança usada por Adimar Jesus da Silva para se enforcar

Corda foi confeccionada com tiras de pano, provavelmente rasgadas do colchão da cela ocupada apenas pelo pedreiro Adimar Jesus da Silva.

■ Ela media pouco mais de 1,30 metro

■ Foi feita com tiras de pano trançado pelo pedreiro

■ A corda e o colchão foram apreendidos pela perícia

■ Ontem foram encaminhados para o laboratório do Instituto de Criminalística que vai analisar se o pano era realmente da capa do colchão, o tipo de fibra, a elasticidade do tecido e que peso a trama suporta.

DNA dos jovens mortos sai até semana que vem

Roberta Giacomoni DE LUZIÂNIA

Os laudos cadavéricos dos seis jovens assassinados em Luziânia só serão divulgados

junto com o resultado do exame de DNA da identificação dos corpos previsto para o fim desta semana ou início da semana que vem. Segundo a diretora do Instituto Médico-Legal, Sônia Cristina Brito, pedaços de ossos que teriam sido achados por familiares de Paulo Victor, na semana passada, no local onde os corpos foram encontrados, ainda não foram periciados. A diretora do IML afirma que o material pode ser de alguns dos meninos e que poderia ter caído na remoção dos corpos já que o local é de difícil acesso.

As mães dos seis jovens se reuniriam ontem pela manhã no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) onde participaram de uma reunião para decidir detalhes do velório. A despedida será coletiva, mas ainda sem data definida, pois depende da liberação dos corpos. A única mudança é que agora o velório não será mais no Ginásio de Esportes do Parque Estrela d'Alva 2, mas no

Ginásio de Esportes do centro de Luziânia por causa da capacidade. O local abriga até 5 mil pessoas.

REPERCUSSÃO MÃES

A morte de Adimar Jesus da Silva pegou as mães das vítimas de surpresa. Elas ficaram sabendo da morte pela imprensa. A mãe de Paulo Victor, o segundo a desaparecer, Sônia Vieira, não se conforma. Para ela, Adimar não deveria ter morrido agora porque ainda tinha muitas informações para dar à Polícia Civil.

A irmã de Márcio, Lúcia Maria Souza Lopes, também não esperava este desfecho para o pedreiro. Indulgência ela disse que a justiça não foi feita. Lúcia e Sônia duvidam que Adimar tenha mesmo se matado. Lúcia afirma ter dúvidas sobre a morte do pedreiro.

Todas as mães dos meninos que foram assassinados não acreditam que Adimar tenha cometido os crimes sozinho. Levantaram até a possibilidade de queima de arguivo. Para Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego Alves Rodrigues, o primeiro jovem a desaparecer, ele foi morto para não revelar a pessoa que está por trás de todos os crimes.

Advogado defende indenização

Mariella Assunção

Se os familiares do pedreiro Adimar Jesus da Silva tiveram interesse em acionar o Estado por causa da sua morte dentro da cadeia, eles já têm um advogado a postos no Distrito Federal (DF). Ontem o advogado Eurípedes José de Farias, o mesmo que defendeu o pedreiro na ação por pedofilia, defendeu o direito dos familiares do pedreiro terem reparação.

"O Estado tem de garantir o direito deles, isso é constitucional, ele estava sob a proteção do Estado, morreu, então cabe indenização", afirmou ao POPULAR. Eurípedes disse que não está em contato com os familiares do pedreiro "que estão sob proteção", mas que aguarda manifestação deles.

O advogado afirma que protocolou uma ação comparável contra o Estado, no DF, e teve êxito em primeira instância.

MP diz que morte foi inadmissível

Rosana Melo

O Ministério Público estadual (MP) vai acompanhar as investigações que apuram as circunstâncias da morte do pedreiro Adimar Jesus da Silva, ocorrida domingo na carceragem da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc). Segundo o promotor de Justiça responsável pela ação penal no caso dos desaparecimentos dos seis jovens de Luziânia, Ricardo Rangel, a morte do assassino confesso das vítimas é "inadmissível, inaceitável e irreparável para a conclusão das investigações". Segundo ele, muitas perguntas deixam de ser respondidas sobre o caso com a morte de Adimar.

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdou Moura, disse que ficou sabendo da morte de Adimar às 15 horas de domingo e determinou que o promotor Carlos Wolff acompanhasse to-

dos os procedimentos.

O MP solicitou a realização de exames nas vísceras e no crânio de Adimar e ontem solicitou ao Instituto Médico-Legal (IML) que o corpo do pedreiro seja liberado somente após a conclusão de todos os exames periciais. Além disso, o MP solicitou juntada aos autos do inquérito a oitiva com os plantonistas da Denarc, de todos os presos da carceragem da delegacia que estavam na tarde em que ocorreu o suicídio e de cópia das imagens do depoimento de Adimar à CPI da Pedofilia.

Para o titular da ação penal, promotor Ricardo Rangel, a morte de Adimar é absurda. "Se houve ou não suicídio pode haver responsabilização civil e penal no caso, já que eles estavam sob custódia do Estado. A Polícia Civil falhou, pois ele foi retirado de Luziânia para que tivesse sua integridade física preservada e isso não aconte-

teceu", afirmou. Para ele, as consequências são prejudiciais à investigação.

Segundo o promotor, outra falha da Polícia Civil foi ouvir o preso somente depois de promover uma superposição do preso, primeiro para a imprensa e depois para a CPI da Pedofilia. "Só depois, entre as 22 horas de segunda-feira e às 2h10 de terça-feira, Adimar foi ouvido no inquérito policial. Isso é um absurdo. Nunca tinha visto isso e espero não ver mais", desabafou.

Ele ressaltou que com a provável negligência na guarda do preso, a responsabilidade civil gerada com ela permitirá que a família de Adimar seja indenizada pela morte dele na carceragem da Denarc. "Quem deveria ser resarcido de alguma coisa, eram as famílias dos jovens que ele matou", disse. A responsabilidade penal sobre a morte de Adimar ainda é investigada pela polícia.

Especialistas divergem sobre responsabilidade

Mariella Costa e Silva

O pedreiro Adimar Jesus da Silva se matou na prisão. Especialistas ouvidos pelo POPULAR divergem a respeito da responsabilidade civil do Estado pelo fato já que, segundo a legislação brasileira, cabe ao poder público a obrigação de zelar pela integridade física das pessoas que estão sob a sua custódia. Adimar foi trazido de Luziânia para a Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc).

O juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Ari Ferreira de Queiroz, julga muitos casos de familiares que pedem indenização por danos morais do Estado pela morte de parentes sob a custódia do Estado. Ele entende que, nos casos em que o preso é morto por outro detento ou por policiais, cabe a responsabilização civil do Estado pelo caso.

Mas, de acordo com o ma-

gistrado, como Adimar provocou a própria morte, ele entende que não é cabível a indenização. Isso porque, diz, ele não viu falha na segurança do preso. O mesmo ponto de vista tem o advogado criminalista Thales Fato Jayme. Para ele, apesar da obrigação de cuidar do preso, o Estado não tem como manter um agente o vigilante 24 horas por dia.

LEI CLARA

O promotor de Justiça de Luziânia, Ricardo Rangel, no entanto, afirma que a lei é clara ao mandar o Estado se responsabilizar pelos presos colocados à sua disposição. O dever de reparar existe na opinião do presidente em exercício do seccional goiano da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sebastião Macalé. Ele explica que a responsabilidade do Estado é objetiva e independente da comprovação da existência de dolo ou culpa pela morte.

ANEXO I - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 01.

CRIME EM LUZIÂNIA » Relato de Adimar de Jesus é cheio de incoerências Adimar Jesus, que confessou ter assassinado os seis jovens desaparecidos no município goiano, não consegue explicar as mortes. Ora acusa uma das vítimas de ser o mandante dos homicídios, ora admite haver abusado dos garotos

Publicação: 13/04/2010 07:54 Atualização: 13/04/2010 09:02

>> **Guilherme Goulart**

>> **Luiz Calcagno**

Enviados especiais

Goiânia (GO) — O pedreiro Adimar Jesus da Silva revela frieza diante da tragédia cometida contra seis famílias de Luziânia (GO). Os sentimentos inexistem durante a confissão dos assassinatos praticados contra os jovens de 13 a 19 anos, que desapareceram do Parque Estrela Dalva, no município do Entorno do Distrito Federal, entre 30 de dezembro e 22 de janeiro. Adimar foi preso em casa no último sábado, no mesmo bairro onde ocorreram os sumiços, e apresentado ontem em Goiânia pela Polícia Civil de Goiás. O homem de 40 anos só se abre às emoções se questionado sobre a vergonha diante dos próprios parentes. “Eu acabei com a minha vida e acabei com a vida deles”, lamentou. Em entrevista exclusiva concedida ao Correio, disse estar arrependido.

Adimar — que é ex-presidiário e foi solto uma semana antes de voltar a praticar crimes — conversa com o olhar voltado para o chão. Troca olhares com dificuldades. Vestido de camiseta azul, calça jeans e chinelo de dedos, não disfarça problemas em se expressar ou organizar as ideias. Não lembra dos nomes das vítimas — refere-se a elas por apelidos criados por ele mesmo — nem da sequência dos crimes. Ao olhar para as fotos, porém, aponta para quem o contratou para matar os demais garotos. Segundo ele, George Rabelo dos Santos, 17 anos, teria prometido R\$ 5 mil para que o pedreiro tirasse a vida dos demais. Não pagou. Morreu também.

Ao conversar com o Correio, Adimar repetiu o que fez durante a coletiva que concedeu a outros jornalistas e também a parlamentares da CPI da Pedofilia. Entrou em contradição, teve dificuldades para manter a linha da história por trás dos assassinatos. Ficaram evidentes os problemas dele em contar a mesma narrativa sem que adicionasse ou retirasse uma informação a cada versão. Primeiramente, por exemplo, afirmou ter mantido relações sexuais com duas das seis vítimas — mais tarde, alegou ter feito sexo com os seis garotos.

Dívidas de drogas

Outro ponto que se modifica passa pela motivação da série de homicídios. Em um momento, o pedreiro indica que matou todos os jovens para evitar que fosse identificado após os abusos sexuais. Mas também aponta para recompensa financeira. Afirmou várias vezes que George prometeu pagamento para tirar a vida dos demais — embora o jovem não tenha sido o último a desaparecer, mas o terceiro. “Eles (as vítimas) tinham dívidas de drogas e eu fui contratado para matá-los. Eu tinha acabado de chegar do presídio”, contou Adimar.

O pedreiro também admite raiva ao matar os jovens a pauladas — além de George, Adimar confessa o assassinato de Márcio Luiz de Souza Lopes, 19 anos, Flávio Augusto dos Santos, 14, Divino Luiz Lopes da Silva, 16, Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, 16, e Diego Alves Rodrigues, 13. Disse que dava a primeira pancada na altura da testa da vítima e logo em seguida batia até a morte — as armas dos crimes variam entre pau, enxada e martelo de pedreiro. Adimar contou ainda que nunca matou antes e não voltaria a matar. “Eu não mataria de novo. Isso acabou”, afirmou. Os responsáveis pela investigação, no entanto, não descartam a participação dele em outros assassinatos cometidos entre Brasília e o Entorno.

Vozes do mal

O pedreiro está em Goiânia desde o início da tarde de domingo. Foi transferido logo após levar a polícia a seis corpos enterrados em covas rasas em uma ribanceira na Fazenda Buracão, distante cerca de 1,8km da entrada de Luziânia. Por volta das 10h30 de ontem, Adimar chegou ao auditório da Secretaria de Segurança Pública do estado, escoltado por policiais civis do Grupo Tático 3 (GT3), armados e encapuzados. Algemado e com um colete à prova de balas, ele falou à imprensa por cerca de 30 minutos, de pé.

O criminoso, que está preso em uma cela da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos do Goiás (Denarc), entrou na sala da coletiva cabisbaixo, evitando responder as inúmeras perguntas. Pouco depois, porém, mudou de

ideia. Falando, ora de cabeça baixa, ora com determinação e olhando para as câmeras, mencionou que ouvia vozes que o instigavam a “fazer coisas erradas”. “São vozes apitando, dizendo: ‘vai, faz isso’. Eu não quero mais, o que eu quero é um tratamento. Depois que eu matava, vinha na minha cabeça que eu não tinha matado, que eles estavam vivos. Mas aí eu via na TV, eu me desesperava.”

Adimar também disse que foi estuprado em um assalto sofrido antes de ser preso pela primeira vez, por abusar de dois menores em Brasília, em 2005. Ele chegou a dizer que abusou dos menores e de dois dos adolescentes que teria matado, por ter sido vítima dessa violência.

Queixas do promotor

A exposição do pedreiro Adimar Jesus da Silva, 40, causou mal-estar entre o Ministério Público de Goiás em Luziânia e a Secretaria de Segurança Pública do estado. O promotor de Justiça Ricardo Rangel classificou de “irresponsável” a atitude das autoridades goianas de conceder aos órgãos de imprensa entrevista com o suspeito antes de ser tomado oficialmente o depoimento dele, que só começou a ser colhido na noite de ontem. “Transformaram o caso num espetáculo de circo”, reclamou Rangel.

Ponto a ponto Adimar Jesus

Confira os principais trechos da entrevista concedida ao Correio pelo assassino confesso:

PARENTES

“Acabei com a minha vida e acabei com a vida deles. A pior coisa que eu fiz, foi forçado. Depois dos crimes, eu voltava para casa e ficava sozinho. Não uso drogas. Também não usei para fazer tudo isso.”

MORTES

“Eu dava uma pancada na cabeça, na altura da testa. Nunca fiz nada parecido com isso na minha vida. Eu não mataria de novo. Isso acabou. O Zé (como ele chamava George dos Santos) deveria ter me pagado R\$ 5 mil, mas não me pagou. Por isso eu matei ele. Sentia raiva. Não sei o porquê.”

PRISÃO

“Eu não ia fugir. Minha irmã dizia que eu não podia sair por causa do outro processo. Senão eu ia voltar para a cadeia. Eu obedecia ela. Eu obedecia minha irmã. Mas tava doido para ir para a Bahia e ver meus filhos. Mas ninguém da minha família sabia de nada do que eu fiz.”

JUSTIÇA

“Eu não sei o que vai acontecer.”

ASSASSINATOS

“Eles (as vítimas) tinham dívidas de drogas e eu fui contratado para matá-los. Eu tinha acabado de chegar do presídio. Eu tinha que levá-los até lá (cerrado) para matar. Iam numa boa. Dizia que tinha droga lá, que era maconha, e eles iam. Eles tinham dívida, mas eu não sabia. Foi o Zé (como ele chama George) que me falou. Mas ele (George) não me pagou. Disse que ia me entregar o dinheiro, mas não pagou. Por isso, eu o matei. Atraí todos pelo mesmo motivo: droga. Dois deles reagiram. Um deles queria tirar foto. Queria bater foto e eu não quis.”

Família do acusado se muda de Luziânia

Escortados por dois camburões do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Goiás, familiares de Adimar de Jesus da Silva, 40 anos, assassino confesso dos seis jovens desaparecidos de Luziânia, deixaram a casa onde moravam havia 12 anos. Um caminhão de mudança, uma Belina I e um Fiat Palio branco repletos de roupas, móveis, utensílios domésticos e até com uma antena parabólica deixaram o da Rua 29 da Quadra 81 do Parque Estrela Dalva 4 às 16h35 de ontem. O novo endereço será mantido em sigilo pela polícia, mas a nova residência não fica no município goiano.

A mudança foi a maneira encontrada por Irineia da Silva, 46 anos, de fugir da fúria dos moradores do bairro, onde residiam cinco das seis vítimas de Adimar. Era com a irmã mais velha, o cunhado e um sobrinho maior de idade que o acusado morava desde que fora liberado da Papuda, em 23 de dezembro passado. A rua havia sido isolada pela PM desde domingo, um dia após a detenção do pedreiro, já que havia ameaça de depredação da residência.

Ao deixar a **casa(1)** que já foi sua, Irineia não abriu os vidros do Palio, apesar do calor do meio da tarde, para

não ouvir os improperios vindo dos vizinhos, que se aglomeraram na esquina da rua 29. O policiamento permanecerá por tempo indeterminado.

Mãe

Entre as pessoas que observavam a movimentação na Rua 29 era Maria Lúcia Lopes, 50 anos, de Márcio Luiz Lopes, 19 anos, último dos seis jovens a sumir, em 22 de janeiro. Diferentemente dos vizinhos que assistiam à mudança da família do suposto assassino, ela não queria xingar nem colocar a casa de Adimar abaixo. “Quem vai punir ele vai ser a Justiça, só vim ver a movimentação”, resumiu.

Abatida e irritada com a curiosidade dos moradores do Parque Estrela Dalva, Irineia da Silva afirmou que jamais desconfiou do comportamento do irmão e disse que ele precisa de tratamento, sem especificar de que tipo.

“Estamos muito mal quanto à família dos meninos. Para nós, não está sendo fácil, também estamos sem dormir”, afirmou.

Irineia não disse se considerava Adimar culpado. Já outra irmã dele, que ajudou na mudança mas não quis se identificar, não tem dúvidas da participação dele nos assassinatos. “Mesmo que apanhasse muito meu irmão não confessaria o crime se não tivesse sido ele”, assumiu. Segundo essa irmã, o suspeito não mantinha contato com os demais familiares, apenas com Irineia. “Somos 17 ou 18 irmãos, não sabemos nem quais estão vivos”, contou. Ela também disse que Adimar não merece estar solto. “Prisão faz mal a todo mundo que fica lá, mas uma hora a pessoa tem que se consertar por conta própria. Ele teve outra chance e não deu certo. Agora, vai pagar.”

1 - Simplicidade

Com amplo terreno em que se destaca um pé de mexerica, a casa de Adimar não era pequena, mas muito simples. Entre as paredes de reboco aparente e sob o teto de amianto, um sofá furado da cor bege e franjas marrons, uma televisão de 16 polegadas na sala e um armário recheado de troféus de plástico com imagens de goleiros dourados segurando uma bola. Na cozinha, a louça estava suja sobre a pia e os armários abertos e revirados pela polícia. A cama de solteiro utilizada por Adimar foi levada na mudança.

Disponível em: http://www.sinpolgo.org.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=1205&Itemid=28

ANEXO J - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 02.

DNA definirá identidade da sétima ossada encontrada em Luziânia Polícia Federal desconfia que os restos mortais encontrados por parentes de adolescente no local onde foram enterrados outros seis jovens sejam de Eric dos Santos, que sumiu em 20 de março

[Ary Filgueira](#)

Publicação: 23/04/2010 08:09 Atualização:

A Polícia Federal pediu ao Ministério Público autorização para examinar a última ossada encontrada no local onde o pedreiro Ademar de Jesus Silva, 41 anos, disse ter enterrado os **seis jovens (1)** de Luziânia. Os ossos, que seriam de uma sétima pessoa, foram descobertos por parentes de um adolescente durante as buscas aos objetos pessoais dele no último dia 15. A desconfiança das autoridades federais é de que os restos mortais sejam de Eric dos Santos, 15 anos, que sumiu em 20 de março do bairro Parque Santa Fé.

A dúvida será esclarecida com o resultado de um exame de DNA, semelhante ao que está sendo feito com os outros ossos que podem ser dos seis jovens desaparecidos. A análise ficará pronta após a coleta de saliva da mãe de Eric, a auxiliar de produção Benilde dos Santos, 34 anos, o que deve ocorrer na semana que vem. Ela ainda não foi contatada pelos federais. No dia em que sumiu, Eric saiu de casa por volta das 11h em direção à Escola Municipal Santa Fé, onde ele estudava à noite e dava aula de dança durante o dia. A escola fica perto da casa do adolescente: na Rua 9 da Quadra 48 do bairro.

Eric vestia camisa branca, short vermelho e preto e calçava sandálias com tiras vermelhas. Apesar de possuir celular, o adolescente não levou o aparelho. O que, para a mãe dele, desmonta a versão de alguns colegas de que o filho teria saído de casa por conta própria. “Ele era muito bem tratado aqui. Tinha regalias que nenhum outro irmão possui”, garante Benilde. O Ministério Público de Luziânia deve oficializar a Polícia Civil de Goiás e o Instituto Médico Legal (IML) da cidade para liberar o pedido dos policiais. “Devo fazer isso (encaminhar o ofício) até a semana que vem”, disse o promotor de Justiça de Luziânia, Ricardo Rangel.

O surgimento de mais uma ossada na Fazenda Buracão abriu brecha para outra desconfiança: de que no lugar esconde-se um verdadeiro cemitério clandestino. Em entrevista ao Correio, no dia 16, o delegado do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), Rosivaldo Linhares, disse que a proprietária da terra seria intimada a depor à polícia. E completou: “Aquele é um outro corpo, que não tem relação com os demais”. A declaração dele causou divergência entre os colegas da corporação. Tanto que Linhares quis desmentir suas próprias palavras. Mesmo a contragosto, a cúpula da PC goiana abriu inquérito para apurar mais esse caso, mas isso só ocorreu exatamente um mês depois do sumiço de Eric.

Para uma fonte policial ouvida pelo Correio, Eric se encaixa no perfil de vítimas preferenciais de Ademar: era jovem, forte e bonito. Além disso, a escola onde ele foi visto pela última vez, antes de sumir, fica a uma distância aproximada de 2km da casa de Flávio Augusto dos Santos, 14 anos, que desapareceu do Parque Estrela Dalva 7, em 18 de janeiro. O horário provável do fato também coincide com o momento em que o suposto autor gostava de agir. Outra evidência que reforça a tese de Eric ser a sétima vítima de Ademar é a distância do colégio para o trabalho do acusado, que fazia serviços autônomos de pedreiro num setor de casas populares, composto por 25 unidades, no Parque Estrela Dalva 3, situado do outro lado da BR-040. O local fica a quase 3km do colégio. “A distância é muito pouca. Esse menino tem todo o perfil de ter tido o destino dos outros seis”, disse um policial que trabalha no caso e pediu para não ser identificado.

1 - Sumiços em sequência

Seis jovens desapareceram do Parque Estrela Dalva entre o fim do ano passado e o início deste. O primeiro sumiço ocorreu em 30 de dezembro, quando Diego Alves Rodrigues, 13 anos, não voltou para casa. Depois dele, também não apareceram mais em seus lares Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, 16; George Rabelo dos Santos, 17; Flávio Augusto dos Santos, 14; Divino Luiz da Silva, 16; e Márcio Luiz de Sousa Lopes, 19.

Rapaz queria sair de casa >> Naira Trindade

A Polícia Civil de Goiás ouviu ontem seis pessoas próximas de Eric dos Santos. Amigos, colegas de sala e até a professora que teria escutado do menino o desejo de sair de casa colaboraram com as investigações. Agora, os agentes pretendem colher os depoimentos da mãe do adolescente, a auxiliar de produção Benildes dos Santos, e

do marido dela, Airton Carvalho. Ambos devem depor nos próximos dias. O titular da 5ª Delegacia Regional de Luziânia, José Luiz Martins de Araújo, acredita que os detalhes contados podem ajudar a solucionar o caso o mais rápido possível. “A professora nos confirmou sobre o interesse dele em sair de casa, mas ninguém sai de casa sem motivo. Ou existe uma razão ou ele pode ter sido tirado. O primordial é investigar o local onde ele se encontra”, pontuou o delegado.

A paralisação nacional de agentes e escrivães deve atrapalhar as apurações dos crimes e desaparecimentos de Luziânia. A categoria para hoje a fim de pressionar a aprovação de uma PEC que deve estabelecer um piso salarial para policiais civis e militares de todo o país. No sábado, o funcionamento deve voltar ao normal. Em Goiânia, os depoimentos relacionados à morte do pedreiro Ademar Jesus da Silva, 40 anos, ainda não foram marcados. Segundo o corregedor da Polícia Civil de Goiás, Sidney Costa e Souza, as definições de quantas e quais pessoas serão ouvidas ficará para segunda-feira.

Aniversário triste

José Luiz da Silva Lopes completou ontem 51 anos. A data seria motivo de alegria e festa se não fosse marcada também pelo aniversário de três meses de morte do filho Márcio Luiz Souza Lopes, 19 anos, supostamente vítima do pedreiro Ademar Jesus da Silva. Último a desaparecer, Márcio saiu de casa no Parque Estrela Dalva 4, montado na bicicleta Monark azul após trabalhar durante o dia inteiro em 22 de janeiro. Não se encontrou com o pai nem com a mãe. Não pôde se despedir. Ontem, junto dos outros filhos, José Luiz encarou a data como um dia normal, sem comemorações especiais. Perguntado se havia perdoado aquele que tirou-lhe o direito de conviver com o filho, ele respondeu: “Nunca. Eu bebo, eu fumo, mas jamais serei homem de tirar a vida de alguém. Não posso perdoar quem fez isso aos seis jovens”.

Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/23/interna_cidadesdf,188163/dna-definira-identidade-da-setima-ossada-encontrada-em-luziania.shtml>

ANEXO K - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE REPORTAGEM CB. 03.

Primeiro corpo identificado é de um dos jovens que estavam desaparecidos em Luziânia PF libera o resultado do exame de DNA de um dos seis corpos encontrados na Fazenda Buracão e confirma tratar-se de um dos garotos. Federais criticam trabalho da Polícia Civil de Goiás

[Naira Trindade](#)

Publicação: 30/04/2010 08:09 Atualização:

A Polícia Federal identificou um dos seis corpos encontrados na Fazenda Buracão, em Luziânia município goiano distante 66km de Brasília. As outras cinco ossadas, enterradas em covas rasas pelo assassino confesso Ademar Jesus da Silva, 40 anos, devem passar por contraprovas de exames de identificação por DNA ósseo e podem ser identificadas ainda hoje. O material é examinado pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) da PF. O resultado confirma que os restos mortais são de um dos adolescentes desaparecidos, mas o nome da vítima ainda não foi divulgado. Agora, as informações da perícia devem ser encaminhadas para o Instituto de Medicina Legal de Luziânia para que possa ser feita a liberação do corpo.



Dezenove dias após os seis corpos terem sido recolhidos, as mães dos jovens aguardam ansiosas pelo sepultamento dos filhos. Apoiadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, elas estiveram na manhã de ontem no Instituto de Medicina Legal, onde protocolaram um ofício pedindo mais empenho e agilidade na identificação. “Não suporto mais. Foram mais de três meses de espera e agora quase 20 dias de ansiedade. Queremos enterrar nossos filhos e pôr um fim nesse tormento”, desabafa Sônia Vieira Azevedo Lima, 45 anos, mãe de Paulo Victor de Azevedo Lima, 16. Segundo ela, as covas que devem receber os corpos dos garotos já estão prontas e os caixões, reservados.

Logo que o assassino apontou o local onde havia enterrado as vítimas, os peritos afirmaram que o resultado dos exames sairia em 13 dias. Ontem, por telefone, o delegado responsável Hellen Wesley Almeida Soares disse que a Polícia Federal não vai comentar o assunto e que “no momento oportuno” os laudos serão enviados aos responsáveis e a Polícia Civil de Goiás. Já a assessoria da Polícia Federal afirmou que o resultado dos testes deve ser feito pelo delegado Hellen Wesley ao promotor de Luziânia, Ricardo Rangel.

PF deixa caso

A excessiva exposição de Ademar Jesus da Silva feita pela Polícia Civil de Goiás quando da prisão do pedreiro motivou a Polícia Federal a enviar uma carta ao Ministério Público de Luziânia comunicando o fim da parceria nas investigações sobre o caso. No documento de quatro laudas, a PF explicou que discordava das medidas adotadas pela equipe goiana desde o momento da prisão do acusado. A carta foi entregue ao MP em 16 de abril, dois dias antes do acusado ser encontrado morto em uma cela da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos, em Goiânia.

No comunicado, o delegado de combate ao crime organizado da PF, Hellen Wesley Almeida Soares, critica o fato de terem sido disponibilizadas imagens de operações policiais em programas de TV, de ter sido permitido que o acusado respondesse a questionamentos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia antes de os delegados responsáveis pelo caso colherem depoimentos formais. A nomeação da delegada Renata Schein para conduzir os depoimentos também foi classificada como uma falha, uma vez que Renata não acompanhou os três meses de investigações sobre os desaparecimentos. Hellen Wesley relata que “diante das medidas”, a PF não poderia mais continuar no caso.

A participação dos policiais federais nas investigações foi uma vitória conquistada pelas mães dos jovens em 9 de fevereiro, quando — depois de muita insistência — conseguiram convencer o ministro da Justiça, à época Tarso Genro, a solicitar que o então secretário de Segurança Pública, Ernesto Roller, permitisse a entrada da Polícia Federal no caso, que se arrastava sem solução desde 30 de dezembro de 2009, data em que Diego Alves, 13 anos, saiu de casa pela manhã para ir a uma oficina e nunca mais voltou.

"Não suporto mais. Foram mais de três meses de espera e agora quase 20 dias de ansiedade. Queremos enterrar nossos filhos. As covas já estão prontas. Os caixões, reservados. Queremos pôr um fim nesse tormento"

Sônia Vieira Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor de Azevedo Lima

Memória

Repercussão nacional

Um assassinato em série envolvendo seis adolescentes de 13 a 19 anos de Luziânia comoveu o país. O mistério começou em 30 de dezembro de 2009, quando Diego Alves, 13 anos, saiu de casa pela manhã para ir a uma oficina mecânica e nunca mais voltou. Seis dias depois, Paulo Victor Vieira Lima, 16 anos, desapareceu. Na sequência, a família de George Rabelo dos Santos, 17 anos, também passou a buscar por notícias do jovem. O mesmo aconteceu com Divino Luiz Lopes da Silva, 16 anos, Flávio Augusto Fernandes dos Santos, 14, e Márcio Luiz Souza Lopes, 19. Os desaparecimentos passaram a intrigar os moradores da cidade. Três meses depois do primeiro sumiço, as Polícias Federal e Civil de Goiás chegaram ao pedreiro Ademar de Jesus Silva, que confessou ter matado os garotos. Antes que o caso fosse completamente desvendado, porém, o homem foi encontrado morto em uma cela do Denarc. O inquérito continua aberto até que se apure a morte do pedreiro.

Disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/30/interna_cidadesdf,189700/primeiro-corpo-identificado-e-de-um-dos-jovens-que-estava m-desaparecidos-em-luziania.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/30/interna_cidadesdf,189700/primeiro-corpo-identificado-e-de-um-dos-jovens-que-estava-m-desaparecidos-em-luziania.shtml)

ANEXO L - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 04.

Demora dos laudos preocupa famílias de Luziânia

[Noelle Oliveira](#)

Publicação: 01/05/2010 07:40 Atualização:



Maria Lúcia, mãe de Márcio: sem motivos para comemorar aniversário

Um simples almoço. Isso foi o máximo que a dona de casa Maria Lúcia Souza Lopes fez para comemorar o aniversário de 55 anos. Mãe de Márcio Luiz de Souza Lopes, 19 anos — um dos seis jovens mortos em Luziânia, município goiano a 66 km de Brasília — ela estava apreensiva por ainda não ter tido acesso ao exame de identificação do corpo do filho, que está sendo feito pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal. O prazo final firmado com os familiares para a divulgação dos resultados dos testes de DNA ósseo se encerrou ontem. Até o momento, no entanto, a PF confirma apenas ter concluído um dos seis exames e identificado um dos corpos, mas não revela a identidade da vítima.

O exame seguiu lacrado do INC para as mãos do delegado Hellen Wesley Almeida Soares, da PF. Cabe a ele encaminhar os resultados à Polícia Civil de Goiás e também ao Instituto Médico Legal de Luziânia (IML) para que os corpos sejam liberados. O IML do município goiano negou que tenha recebido o resultado do primeiro laudo, mesmo discurso adotado pela Polícia Civil. “Minha mãe está chegando amanhã de Minas para o enterro e já tem um monte de gente da família aqui. Eles só vão embora quando a gente enterrar o corpo, mas desse jeito a gente nem sabe quando vai ser”, considerou Maria Lúcia.

A Polícia Federal se afastou do caso alegando não concordar com os métodos de trabalho dos agentes goianos, que, segundo a PF, expuseram de maneira excessiva o assassino confesso dos garotos, o pedreiro Ademar Jesus da Silva. Em virtude disso, os federais se negam agora a prestar novas informações a respeito do caso. A demora para a liberação dos resultados chega a despertar esperança em algumas das mães. “Vai que o corpo do meu filho nem é um desses. Estou achando muito estranha essa demora toda. Com esse suspense, a gente já começa a

pensar que não são eles ou que está faltando algum”, indigna-se Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego Alves Rodrigues, 13 anos, outra vítima.

Cansada de esperar por respostas — vinte dias após ter sido anunciado o recolhimento do corpo de filho na Fazenda Buracão — Sônia Vieira Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor Azevedo Lima, 16 anos, preferiu se afastar da cidade para tentar descansar. “Só queremos enterrar os nossos filhos”, lembrou. As covas que devem receber os corpos dos garotos estão prontas e os caixões, reservados. As fotos que estamparão as lápides também já foram confeccionadas. Os corpos devem ser enterrados dois dias após a identificação, para que as mães tenham tempo de avisar aos familiares e organizar a cerimônia. Para a próxima semana, as mães planejam realizar um ato público para cobrar mais agilidade na liberação dos laudos. Na última quinta-feira, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, elas estiveram no IML protocolando um ofício que solicitava justamente mais empenho para a conclusão do caso

Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/01/interna_cidadesdf,189900/demora-dos-laudos-preocupa-familias-de-luziania.shtml

ANEXO M - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 05.

Famílias de Luziânia ainda aguardam os corpos

[Ariadne Sakkis](#)

Publicação: 02/05/2010 08:10 Atualização:

Passadas exatas três semanas da descoberta dos corpos que seriam dos seis rapazes desaparecidos de Luziânia, município goiano a 66km de Brasília, a falta de confirmação sobre a identificação das ossadas encontradas mantém as famílias ansiosas. “Ninguém diz nada. Pelo menos, não para nós”, afirma Lúcia Maria Souza Lopes, irmã de Márcio Luiz, último a desaparecer. “Nada. Não recebemos nenhuma novidade”, reitera Cirlene Gomes de Jesus, mãe de George Rabelo dos Santos.

Apenas uma identidade foi confirmada, mas não revelada pela Polícia Federal. A PF deixou o caso alegando discordar da superexposição do assassino confesso dos jovens, Ademar Jesus da Silva, por parte da Polícia Civil de Goiás. A postura adotada pelos federais, desde então, é o silêncio sobre novas informações. O resultado dos testes estão sob os cuidados do delegado Wesley Almeida, responsável por encaminhar os laudos à Polícia Civil de Goiás e ao Instituto Médico Legal de Luziânia. O IML nega ter sido notificado sobre os resultados obtidos até agora.

“O clima está horrível por aqui. É uma ansiedade imensa. Estamos só esperando a liberação para o enterro. Está tudo pronto”, diz Lúcia. A situação chegou a tal ponto para Sônia Vieira de Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor, que ela decidiu sair da cidade no fim de semana. “Enquanto tudo isso não passa, é melhor que ela descanse um pouco. A Sônia está esgotada”, contou a irmã Célia Vieira. As mães planejam organizar um ato público nesta semana para pedir mais rapidez na liberação dos laudos.

Disponível em: http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/02/interna_cidadesdf,189973/familias-de-luziania-ainda-aguardam-os-corpos.shtml

ANEXO N - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 06.

Sem motivos para comemorar, mães de Luziânia sofrem com a ausência dos filhos Enquanto mulheres de todo o país terão um domingo de comemorações, moradoras do município de Luziânia reviverão hoje a dor pela morte dos filhos

[Naira Trindade](#)

Publicação: 09/05/2010 09:51 Atualização: 09/05/2010 14:15



As mães de Luziânia. Assim, Aldenira, Sônia, Sirlene, Mariza, Valdirene, Maria Lúcia e Benildes se fizeram conhecidas em todo o Brasil. Mulheres guerreiras que, ao se tornarem vítimas do descaso, juntas, conseguiram chamar a atenção do país para as falhas das autoridades goianas. Mães que lutaram incessantemente para que policiais civis e federais se mobilizassem para desvendar o mistério que envolvia o desaparecimento dos filhos. Mulheres pobres, com pouca instrução ou até sem escolaridade, mas cheias de garra e de determinação. Se, hoje, elas tivessem direito a um pedido, não desejariam presentes caros, nem mesmo uma lembrancinha. Todas seriam unânimes ao pedir apenas ter a chance de abraçar novamente os filhos.

As sete trocariam qualquer coisa por mais um encontro, ainda que esse fosse o último. Desejariam sair do pesadelo que vivem desde o dia em que eles desapareceram. E ainda, implorariam para conseguir superar, com dignidade, a história que as importuna há mais de quatro meses. Pediriam mais respeito às autoridades para que outras mães não tivessem que reviver esse drama. A pedido do Correio, elas tentaram resumir em palavras como será o primeiro Dia das Mães que passarão sem os filhos.

Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/09/interna_cidadesdf,191340/sem-motivos-para-comemorar-maes-de-luziania-sofrem-com-a-ausencia-dos-filhos.shtml

ANEXO O - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 07.

Polícia de Goiás faz varredura na fazenda Buracão

[Naira Trindade](#)

Publicação: 10/05/2010 18:05 Atualização: 10/05/2010 19:05

A Polícia Civil de Goiás realizou uma varredura na fazenda Buracão, nesta segunda-feira (10/5), local onde os corpos de seis pessoas foram encontrados. A polícia busca por novas ossadas na propriedade situada a 1,8km da entrada de Luziânia.

Das 15h até por volta das 17h40, dez bombeiros, seis policiais civis e três cães farejadores fizeram buscas no local, mas não encontraram nada. O assassino confesso de seis adolescentes na cidade de Luziânia, Ademar de Jesus Silva, 40 anos, indicou a fazenda a polícia e os pontos onde as covas dos adolescentes estariam.

Nesta segunda-feira também, a Polícia Federal concluiu o exame de identificação dos corpos encontrados na fazenda. Apesar disso, a PF ainda não confirma se eles correspondem aos adolescentes que desapareceram na cidade goiana.

Histórico

O caso começou em 30 de dezembro de 2009, quando Diego Alves, 13 anos, saiu de casa pela manhã para ir a uma oficina mecânica e nunca mais voltou. Após três meses e mais cinco jovens desaparecidos, a polícia chegou a Ademar de Jesus Silva, que confessou o crime. Antes que o caso fosse completamente desvendado, porém, o homem foi encontrado morto em uma cela da delegacia onde estava preso.

Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/10/interna_cidadesdf,191573/policia-de-goias-faz-varredura-na-fazenda-buracao.shtml>

ANEXO P - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 08.

PF conclui laudos e enterro dos adolescentes deve ser nesta quinta-feira

[Ary Filgueira](#)

Publicação: 11/05/2010 09:25 Atualização: 11/05/2010 09:49



Três cães farejadores, seis policiais civis e 10 bombeiros realizaram na segunda-feira novas buscas na área onde foram localizados os corpos das seis vítimas do pedreiro Ademar de Jesus Silva

As seis mães de Luziânia que tiveram os destinos entrelaçados pelo desaparecimento dos filhos já prepararam o sepultamento coletivo para esta quinta-feira. Depois de um mês da retirada dos corpos da Fazenda Buracão, em Luziânia, a Polícia Federal finalmente concluiu os exames de DNA. Embora nenhuma autoridade policial confirme oficialmente a identificação das vítimas, o Instituto de Medicina Legal de Luziânia convocou todos os familiares dos desaparecidos para buscar hoje os atestados de óbito dos jovens. “Serão as três noites mais difíceis da minha vida: hoje (ontem), amanhã (hoje) e depois. Só vou ter paz quando enterrar meu filho”, lamentou Sirlene Gomes, 42 anos, mãe de George Rabelo, 17, após saber do resultado dos exames.

A Polícia Federal vai entregar hoje os laudos do Instituto Nacional de Criminalística (INC) ao delegado responsável pelo inquérito, o titular da 1ª Delegacia Regional, Juracy José Pereira, e ao Ministério Público de Luziânia. Os exames ficarão a cargo da Polícia Civil de Goiás, que deve incluí-los nos inquéritos que apuram os sumiços dos jovens. Em nota, a PF explicou que resta apenas o resultado da análise das ferramentas que o pedreiro Ademar Jesus da Silva, 40 anos, assassino confesso, utilizou para matar os jovens: uma enxada e um martelo. Após esta última análise, a PF diz que vai deixar o caso. “Com a entrega dos laudos, a PF está prestes a finalizar sua atuação no caso, uma vez já foi cumprida a missão determinada pelo ministro da Justiça, qual fosse identificar o autor do crime e localizar o paradeiro dos desaparecidos”, destaca o documento assinado pelo delegado de Combate ao Crime Organizado da PF, Hellan Wesley Almeida Soares.

O novo desafio da Polícia Civil de Goiás é encontrar o adolescente Eric dos Santos, 15 anos, desaparecido desde 20 de março, conforme divulgou, com exclusividade, o Correio. Benildes dos Santos, 34, mãe do garoto, identificou um bermuda vermelha florida e um par de sandálias emborrachadas com alças vermelhas como “bem parecidas” com as usadas pelo filho no dia do desaparecimento. As peças de roupas estavam entre os objetos recolhidos da casa do pedreiro Ademar de Jesus Silva em 10 de abril passado, data em que foi preso. A suspeita deixou em choque os familiares do adolescente. Após coletar sangue no IML de Luziânia, para exames de compatibilidade com as ossadas já encontradas, Benildes passou o domingo internada no Hospital Regional de Luziânia. Ela recebeu soro e foi medicada com tranquilizantes das 10h às 18h.

Varredura

Policiais civis e bombeiros começaram ontem uma nova varredura na Fazenda Buracão, situada a 1,8km de Luziânia, local onde estavam as seis ossadas das vítimas de Ademar. Um grupo de 10 bombeiros, divididos em

duas viaturas, seis policiais civis e três cães farejadores desceram a mata fechada, supostamente em busca de um corpo. Após mais de duas horas de caminhada na área que equivale ao tamanho de dois campos de futebol, nada foi encontrado. As buscas devem ser retomadas na manhã de hoje. “Só podemos descartar que não há mais corpos enterrados aqui depois de devassarmos a área. Não quero dizer que o Eric esteja morto, mas ainda não o encontramos nos lugares anunciados”, disse o delegado do Departamento Judiciário de Goiás, Josuemar Vaz de Oliveira.

Eric dos Santos saiu de casa por volta das 11h em direção à Escola Estadual Santa Fé, onde estudava à noite e dava aulas de dança durante o dia. A escola fica perto da casa do adolescente: na Rua 9 da Quadra 48 do bairro Parque Estrela Dalva. Ele vestia uma camisa branca, short vermelho e preto e calçava sandálias com tiras vermelhas. Apesar de possuir celular, o adolescente não levou o aparelho. O que, para a mãe dele, desmonta a versão de alguns colegas de que o filho teria fugido.

A propriedade rural onde os policiais fizeram as buscas foi apontada pelo pedreiro Ademar de Jesus, após a prisão, em 11 de abril. O homem indicou aos policiais as seis covas onde os adolescentes estavam enterrados. Em depoimento, Ademar negou ter matado outros jovens ou ter recebido colaboração de alguém nas mortes. “A ausência de participação de outras pessoas nas mortes seria uma das dificuldades da polícia em encontrá-lo, pois além dele, ninguém mais sabia dos crimes”, pontuou Josemar Vaz.

O triste caso de desaparecimento dos seis jovens do Parque Estrela Dalva começou em 30 de dezembro de 2009, quando Diego Alves, 13 anos, saiu de casa pela manhã para ir a uma oficina mecânica e nunca mais voltou. O menino nunca havia dormido uma única noite fora de casa, o que fez com que a família procurasse a polícia imediatamente. Em 4 janeiro, outro jovem desapareceu do bairro. Dessa vez, foi a família de Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, 16, que iniciou o calvário em busca do adolescente. Na sequência, George Rabelo dos Santos, 17 anos; Divino Luiz Lopes da Silva, 16, Flávio Augusto Fernandes dos Santos, 14; e Márcio Luiz de Souza Lopes, 19, sumiram. Nenhum era considerado rebelde pelos familiares.

Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/11/interna_cidadesdf,191668/pf-conclui-laudos-e-enterro-dos-adolescentes-deve-ser-nesta-quinta-feira.shtml>

ANEXO Q - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE REPORTAGEM CB. 09.

Luziânia parou para acompanhar enterro das vítimas de maníaco A cidade goiana parou para acompanhar o velório e o sepultamento de cinco dos seis jovens identificados como vítimas do pedreiro Ademar de Jesus Silva. Três mil pessoas participaram da cerimônia

[Marcelo Abreu](#)

Publicação: 13/05/2010 08:20 Atualização: 13/05/2010 08:37



Depois de velar o corpo de Eric no ginásio de esportes da cidade, a família do garoto preferiu enterrá-lo antes, em uma cerimônia discreta

Parecia o fim do filme ruim. Cinco caixões, um ao lado do outro. O lugar, um ginásio de esportes, o maior da cidade, a 66km de Brasília. Não faltou nada ao cenário da vida real. E Luziânia, finalmente, contou, um a um, os seus meninos mortos. Cinco foram enterrados no Cemitério Jardim da Consolação, a 4km do centro do município goiano. O sexto, a pedido da família, foi levado para o Gama. E a vida, despedaçada, derramou as lágrimas das mães que choram há quase cinco meses.



Durante o velório, Lúcia Maria Souza Lopes, irmã de Márcio, afirmou que a morte dele leva um pedaço da família

O filme ruim chegou ao fim. A luta, na vida real, está mais real. E aquelas seis mães — a sétima aguarda apenas o laudo conclusivo do IML para enterrar o filho — terão onde chorar seus prantos. E gritar, a hora que quiserem, sem medo de incomodar o vizinho. Ou parecer louca, descontrolada. “Eu sei onde posso achar meu filho agora. Sei onde posso visitar quando sentir saudade”, diz Sônia Vieira de Azevedo, de 45 anos, mãe de Paulo Victor.

Na manhã de ontem, Luziânia parou. A população foi ver a barbárie de perto. Como se quisesse comprovar que tudo era real. Na ficção, inventam-se até mortes. Munidas de máquinas fotográficas e celulares equipados com câmeras, elas entraram no Ginásio de Esportes José de Araújo Leite e dispararam fotos.

Queriam provar que tudo era verdade. “Eu não conhecia nenhum deles, nem as famílias, mas precisava vir aqui. Só vendo, a gente passa a acreditar”, explica a comerciária Juliana de Souza, 28, que usou a hora do almoço para ir ao lugar onde os meninos que comoveram o país eram velados. Na quadra de esportes, estavam Divino, 16 anos, George, 17, Flávio, 14, Márcio, 19 e Paulo Victor, 16. O mesmo caixão, lacrado. Sobre eles, uma Bíblia chumbada e a camiseta com a foto, a mesma que suas mães usavam quando ainda os procuravam.

Sofrimento e cansaço

Rosas vermelhas repousavam espalhadas em cima do caixão. Atrás, gigantescas coroas de flores, enviadas por políticos goianos àquelas famílias que sempre viveram à margem deles. Eles, sobretudo em época de campanha, sempre fazem questão de se mostrar presentes. Mesmo que em coroas de flores ao lado do corpo de quem nunca viu.

Sônia, a mãe de Paulo Victor, andava de um lado para o outro. Mesmo aos pedaços, ainda achou força para consolar as outras mães. “É dor, é sofrimento, é cansaço. Foi um filme de terror”, diz. E constata, olhando com os olhos perdidos, para aquele ginásio cheio de caixão lacrado. “Nada mais será a mesma coisa. Na mesa, faltará sempre a presença dele”.

De repente, Sônia se reveste de uma fortaleza admirável. É como se toda a dor se transformasse em energia: “Nossa luta, a de todas as mães, continua. Há muita coisa que precisa ser esclarecida. Não acreditamos que ele se matou na prisão. Muito menos que matou nossos filhos sozinho. Vamos fundar uma ONG. As leis para pedófilos precisam mudar”.

Enquanto Sônia falava em juntar forças, a mãe de Márcio, Maria Lúcia Souza Silva, 55, perdia o resto que ainda tinha. Desmaiou três vezes, ao lado do caixão do filho. Tudo que não conseguiu chorar nesses quase cinco meses de angústia, desabou na manhã de ontem. “Esse bandido levou a metade de nós, matou a gente pouco a pouco”, diz a filha de Maria Lúcia, Lúcia Maria Souza Lopes, 25, que chorava enquanto amparava a mãe. E dizia: “Eu não vi o corpo do meu irmão. É difícil aceitar a morte assim”.

Apertos de mão



A comunidade do pequeno município goiano, distante 66 km de Brasília, se revezou nas homenagens às vítimas do pedreiro Ademar de Jesus Silva: crimes em série chocaram o Brasil

O entra e sai de gente no ginásio de esportes durou a manhã inteira. As escolas onde os meninos mortos estudavam liberaram os alunos. Pessoas aproveitaram a hora do almoço para ver o que só viam pelos jornais e pela televisão. Curiosos de todas as idades. Pelo menos três mil pessoas estiveram no velório durante toda a manhã.

Um homem se plantou na porta do ginásio e começou a distribuir panfletos aos que chegavam. Dizia morar em Taguatinga e ser missionário. Levou para Luziânia mais de dois mil exemplares de mensagens bíblicas intituladas Vida após a morte. Foi o seu ofício do dia.

Convicto, afirmava: “Ninguém pode duvidar que existe vida depois da morte. Essa é a mensagem que quero deixar para essas pessoas, principalmente a essas mães que sofrem tanto”. E o homem seguiu sua missão no ginásio dos meninos mortos. Passava das 11h quando o senador Marconi Perillo (PSDB) chegou a Luziânia, cercado por assessores e pelo prefeito da cidade, Célio Silveira, também do PSDB.

De terno preto, andar comedido, o senador esteve junto aos cinco caixões. Falou com mães e familiares dos meninos, apertou a mão de populares com olhar consternado. Quinze minutos depois, o senador-candidato ao governo do Estado de Goiás deixou o local. O prefeito Célio Silveira também foi embora.

O vendedor de picolé Nelson Antônio de Oliveira, 48, também foi ao ginásio. Faturou uns trocados. “Cheguei aqui às 9h. Fiquei muito perturbado com isso tudo. Quando ouvi o povo dizendo que meninos tavam sumindo em Luziânia, avisei pros meus filhos que não aceitassem carona nem dinheiro de ninguém. Todo mundo que tem filho ficou apavorado.”

Um grupo católico, da Paróquia Nossa Senhora de Aparecida (Capela Rosa Mística), cantou no palco do ginásio pintado de azul e amarelo. Raimunda Lopes, 39 anos, funcionária da prefeitura, foi ao local. Tirou a hora do almoço para se despedir de quem nunca viu. E chorou como se parte de uma daquelas famílias fizesse.

“Tudo que vi foi pelos jornais e pela televisão, mas tinha obrigação de estar aqui. Tenho dois filhos, de 8 e 13 anos. A gente se coloca no lugar das mães”. E explica o choro que molhou o rosto ainda perplexo e amedrontado com tamanha barbaridade: “É choro de emoção. Tudo isso foi muito cruel, meu Deus! Pelo menos agora elas vão saber onde os filhos estão, né?”.

“Muita vergonha”



O enterro de cinco dos seis jovens identificados mobilizou a cidade e encerrou a agonia das famílias

Era perto do meio-dia, quando o padre Célio Amaro começou a pequena pregação. Citou trechos do livro do profeta Ezequiel. E repetiu: “Será que esses ossos poderão reviver?” Depois, citou o nome de cada mãe ali presente. Chamou-as de guerreiras. E respondeu à indagação que fez no início, usando as palavra de Deus: “Colocarei em vocês o meu espírito e vocês viverão”. E o homem de batina se penitenciou: “Eu estou com muita vergonha de ter feito tão pouco por esses jovens”. Em seguida, pediu para que todos ali presentes se dessem as mãos. Rezou um Pai Nosso com mães em lágrimas.

Depois, o pastor Gaspar Bernardes falou trechos da Bíblia. Também amparou as mães. E pediu: “Espírito Santo, console os nossos corações...” A católica Sônia, mãe de Paulo Victor, e a evangélica Valdirene Fernandes, 37 anos, mãe de Flávio (que ali foi velado, mas o único enterrado no Gama), abraçaram-se. E agradeceram todo o apoio que receberam nesses intermináveis quase cinco meses de desespero.

Às 13h45, os caixões deixaram o ginásio de esportes. Um a um — dos cinco enterrados no Jardim da Consolação — foi colocado no carro do Corpo de Bombeiros. Saíram sob aplausos daquela gente anônima. Já não havia mais

políticos por perto. O caixão de Paulo Victor, o último a deixar o local, foi enrolado com a Bandeira do Brasil.

O cortejo seguiu por algumas ruas movimentadas da cidade. O povo deixou suas casas, largou a louça suja na cozinha e correu para as calçadas. Acenou para as famílias. Alguns choraram. Às 14h30, o último caixão, o de Márcio, foi enterrado. A terra cobriu as flores vermelhas. Choro dos familiares e amigos dos seus filhos.

De longe, uma mulher assistia a tudo. Vez por outra, limpava uma lágrima que se juntava à poeira do cemitério de terra batida. A dona de casa Anita Soares, 51 anos, e seis filhos, foi de carona até ali. Nem a distância a demoveu da ideia. “Nunca vi esses meninos nem essas mães, mas precisava tá aqui”. E ela continua, como se estivesse em estado de letargia: “A procura delas (das mães) terminou, mas o vazio fica. Nada no mundo é capaz de ocupar o lugar de um filho. Cada um é um”.

O filme ruim chegou ao fim. E o que restou desse pesadelo, de concreto, além da infindável dor e do desalento, foi um endereço certo para o choro que será por toda a vida.

"Eu sei onde posso achar meu filho agora. Sei onde posso visitar quando sentir saudade"
Sônia Vieira de Azevedo Lima, mãe de Paulo Victor

"Estou aqui preparando o meu coração para quando chegar a minha vez"
Aldenira Alves de Souza, mãe de Diego

"Por que fizeram isto com meu filho? Ele tinha a vida inteira pela frente, só tinha 15 anos"
Benildes dos Santos, mãe de Eric

Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/13/interna_cidadesdf,192127/luziania-parou-para-acompanhar-enterra-das-vitimas-de-maniaco.shtml>

ANEXO R - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 10.

Primeira vítima de maníaco de Luziânia é velada em funerária da cidade

[Naira Trindade](#)

Publicação: 21/05/2010 11:23 Atualização: 21/05/2010 13:27

O corpo de Diego Alves Rodrigues é velado, na manhã desta sexta-feira (21/5), na funerária Pax Silva, em Luziânia. O laudo do exame de DNA, divulgado ontem, comprovou que a ossada encontrada em 11 de maio era do jovem de 13 anos. De acordo com a irmã do rapaz, Gláucia Alves, a família ainda tinha esperanças de que o menino fosse encontrado vivo. "É sempre muito difícil receber uma notícia dessas", desabafa.

Muitos amigos da vítima compareceram ao enterro e alguns escreveram uma mensagem para homenagear o garoto. Em um trecho, os colegas contam que Diego é inesquecível. Lidiane de Sousa Silva, 14 anos, é sobrinha do jovem e conta que, pela idade semelhante, foram criados juntos. Ela, emocionada, diz que vai sentir muita falta do tio. A mãe, Aldenira Alves, ficou ao lado do corpo do filho durante todo o velório. Cerca de 50 pessoas passaram pelo local.

Gláucia conta que quase todas as mães dos outros jovens assassinados por Ademar de Jesus estão no local, para prestar apoio. Os corpos dos outros seis jovens foram sepultados em 13 de maio. O enterro da primeira vítima de Ademar está previsto para 13h, no Cemitério Jardim da Consolação. O corpo sairá de um carro da própria funerária.

Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/21/interna_cidadesdf,193728/index.shtml>

ANEXO S - JORNAL CORREIO BRAZILIENSE - REPORTAGEM CB. 11.

Corpo de Diego Alves, primeira vítima do maníaco de Luziânia, é enterrado hoje

[Naira Trindade](#)

Publicação: 21/05/2010 14:14 Atualização: 21/05/2010 20:28



Emocionados, familiares e amigos acompanharam o enterro

O clima é de tristeza no Cemitério Jardim da Consolação. O corpo de Diego Alves Rodrigues, 13 anos, foi enterrado, por volta de 13h40, em Luziânia. O menino, assassinado pelo maníaco de Luziânia, Ademar de Jesus, estava desaparecido desde dezembro do ano passado e o laudo do exame de DNA, divulgado ontem, comprovou que a ossada encontrada em 11 de maio era do jovem.

Até por volta de 14h, ainda havia pessoas no local. O enterro estava marcado para 13h. Cerca de 50 pessoas compareceram ao enterro. Aldenira Alves, mãe de Diego, ficou muito emocionada no momento da retirada do caixão. Ela declarou que o sentimento é de alívio, mas que vai ter de aprender a lidar com a ausência do filho. Aldenira disse, ainda, que está muito chateada com o “monstro” que cometeu o crime contra Diego.

Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/21/interna_cidadesdf,193769/corpo-de-diego-alves-primeira-vitima-do-maniaco-de-luziania-e-enterrado-hoje.shtml

ANEXO T- REPORTAGEM REVISTA Veja - O Estado é cúmplice.

Justiça

O ESTADO É CÚMPLICE

O caso do pedreiro que matou seis adolescentes após ser solto por "bom comportamento" evidencia o ruinoso colapso do sistema prisional brasileiro

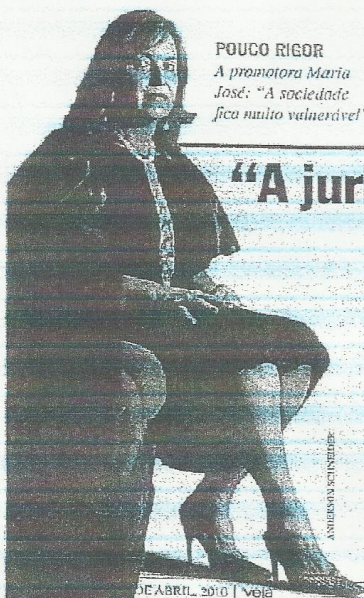
GUSTAVO RIBEIRO

O pedreiro baiano Ademar Jesus da Silva, de 40 anos, atirou num homem pelas costas, fugiu para o interior de Goiás, forjou uma nova identidade e, antes de ser capturado pela polícia há cinco anos, ainda teve tempo de molestar duas crianças. Preso por estupro, reduziu-se a apenas um entre os 470.000 internos que compõem a miserável massa humana dos cárceres brasileiros. Solto por apresentar "bom comporta-

mento" e por ter cumprido um sexto de sua pena, revelou-se um psicopata. Saiu da penitenciária da Papuda às vésperas do Natal e, uma semana depois, voltou a estuprar crianças — só que, desta vez, não houve sobreviventes. Matou primeiro um adolescente de 13 anos. Nas semanas seguintes, agindo sempre com a mesma perfídia, ele atraía garotos a um matagal em Luziânia, a 70 quilômetros de Brasília, onde os violentava e, ato contínuo, assassinava-os a golpes de pau, martelo ou enxada. Há dez dias, a polícia finalmente conseguiu prender Ademar, que confessou os crimes. Os terríveis atos cometidos por ele destruíram seis famílias. Ao resto do país, confrontado com tal demonstração de ferocidade, sobrou somente a triste e necessária pergunta: não era possível ter evitado essa matança?

POUCO RIGOR

A promotora Maria José: "A sociedade fica muito vulnerável"



ANDRÉIA SCHNEIDER

"A jurisprudência é favorável ao réu"

Católica praticante, casada, mãe de dois jovens, a promotora Maria José Miranda, 54 anos, pediu ao juiz do processo que Ademar Jesus da Silva, condenado por haver abusado sexualmente de duas crianças, uma vez solto ficasse submetido a "fiscalização sistemática", porque, como diz, "não existe ex-estuprador". O pedido foi negligenciado. Em entrevista à repórter Juliana Linhares, Maria José falou sobre essa e outras falhas da Justiça brasileira.

COMO UM CRIMINOSO TÃO PERIGOSO PODE GANHAR A LIBERDADE? Os principais problemas

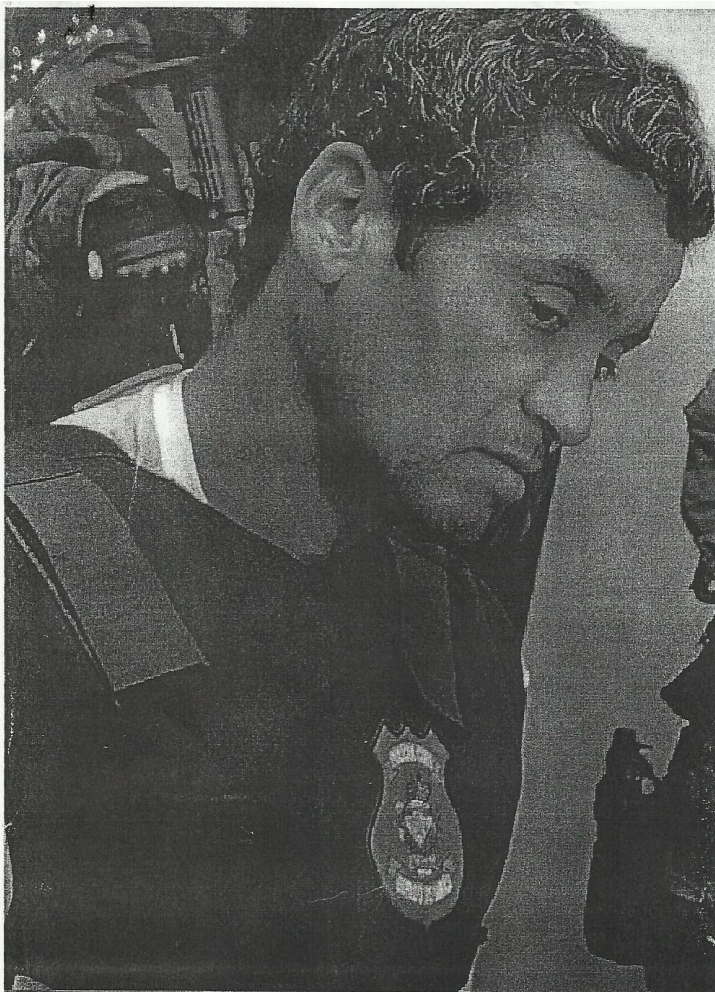
são os erros crônicos do poder público quanto à segurança do cidadão de bem. O pouco valor, a pouca dedicação e a pouca responsabilidade do estado criaram essa excrescência. A nossa jurisprudência favorece muito o criminoso, em detrimento da sociedade ordeira.

O RECURSO DE PROGRESSÃO DA PENA É MAL UTILIZADO? É um absurdo. Nós temos dois Brasis: Um de mentirinha, de faz de conta, que é o Brasil do papel, onde um homicídio qualificado pode render pena de até trinta anos. Outro, o Brasil real, muito diferente, onde alguém é condenado a trinta anos e



ARRENAL/REUTERS

1 DE ABRIL 2010 | veja



Como costuma acontecer numa tragédia dessa proporção, ninguém aceitou a responsabilidade pela dor que agora dilacera os familiares das vítimas. Sim, o pedreiro Ademar executou os adolescentes, e certamente agora pagará por isso, mas ele não estava sozinho naquele matagal. A terrível verdade moral é que estavam lá também as polícias da Bahia e de Goiás, que falharam em não prender o pedreiro quando ele cometeu outros crimes; estavam lá ainda os três psicólogos e a psiquiatra que avaliaram o estado mental de Ademar durante o processo de soltura e não descobriram que ele representava um perigo para as demais pessoas; e, por fim, o juiz do caso, que acabou por soltá-lo, apesar das evidências de que se tratava de um perigoso estuproador. Todos são agentes do estado e, embora possam ressaltar que cumpriam a lei, pressionados pela necessidade de esvaziar as desumanas prisões brasileiras, não hesitaram em assinar os papéis que devolveram o pedreiro à vida em sociedade. O caso do mafioso de Goiás traz à luz, portanto, o putrefato estado do sistema prisional do país — que acumula mais presos do que pode, isolando-os em cubículos fétidos, muitas vezes por mais tempo do que deveria, não os reeduca e, fosse isso pouco, solta

LIVRE PARA MATAR Apesar das evidências de psicopatia, o pedreiro voltou às ruas pelas mãos da Justiça

cumprir um sexto, fica só cinco anos na cadeia. Eu fico pensando em quanta gente contrata vigilantes, jardineiros, pessoas que vão entrar em casas em que há crianças, sem saber que são estuproadores. A sociedade fica muito vulnerável a esse tipo de criminoso.

POR QUE AS PENAS PARA UM CRIME TÃO BÁRBARO ACABAM SENDO TÃO BAIXAS? A Lei de Execução Penal diz que, a partir de um sexto de cumprimento da pena, o preso pode progredir de regime, ou seja, entrar em regime menos rigoroso. Enquanto esteve em vigor, a Lei dos Crimes Hediondos determinava que o praticante desse tipo de crime deveria cumprir dois terços da pena. Essa lei diferenciava o ladrão

de ténis do ladrão de vida. Em fevereiro de 2006, em pleno Carnaval, o Supremo Tribunal Federal atentou a um pedido de revisão de pena de um estuproador e tornou inconstitucional a Lei dos Crimes Hediondos. Isso aconteceu porque a composição do Supremo conta com uma quantidade de ministros muito liberais que, no meu entender, excedem na proteção dos direitos e garantias dos criminosos. A decisão foi catastrófica para o país. Mais de 80 000 encarcerados já tinham cumprido um sexto da pena. Quem requereu a saída da prisão teve o pedido aceito.

A NOVA LEI DE CRIMES SEXUAIS TAMBÉM É LENIENTE? A iniciativa foi boa — o que se

queria era que houvesse mais rigor contra os crimes sexuais. Na prática, aconteceu o contrário. Até agosto do ano passado, o artigo 213 do Código Penal tratava de estupro, definido como conjunção carnal com mulher, e o 214 tratava de atentado violento ao pudor, ou seja, qualquer outro ato sexual praticado mediante violência ou grave ameaça. O réu que praticasse estupro e atentado era condenado pelos dois crimes e as penas eram somadas. Com a mudança, os dois crimes viraram um só, qualificado de estupro. Não há mais o somatório de penas. E, pior, os criminosos que cumpriam pena por dois crimes puderam abolir a condenação por atentado violento ao pudor. Milhares de estuproadores foram parar na rua.

Justiça

DEPÓSITOS HUMANOS

As condições pestilentas das superlotadas cadeias brasileiras, como esta, em Florianópolis, levam promotores e juizes a pôr em liberdade presos que ainda são uma ameaça à população, como demonstra o episódio do maníaco de Goiás



REUTERS/NT/NSDAG/RENAE

muitos deles sem saber se têm condições de retornar ao convívio social.

O colapso desse sistema é tão absoluto que não há dados confiáveis sobre o assunto. Tanto o Ministério da Justiça quanto o Conselho Nacional de Justiça não dispõem de estatísticas sobre o número de presos beneficiados com o regime de progressão de pena — muito menos quantos desses internos foram soltos sem passar por uma avaliação psiquiátrica. Ou seja, não se sabe quantos Ademares em potencial circulam hoje pelas ruas do país. O problema certamente não está na possibilidade de redução da pena, mas na ausência de critérios objetivos para concedê-la. Desde 2003, o laudo criminológico, que serve justamente para isso, tornou-se facultativo: cada juiz decide se é ou não necessário fazê-lo, dependendo do caso. Quando o juiz exige o laudo, surge a

segunda etapa do problema — as avaliações psicológicas são realizadas em apenas uma sessão. Foi o caso de Ademar. Diz o psiquiatra forense José Geraldo Taborda: “Não é tempo suficiente para dizer se o indivíduo é perigoso ou não. Em que grau? E, mais importante, ele representa uma inclinação para cometer que tipo de crime?”.

A sucessão de erros se prolonga após a soltura do preso, quando, na prática, deixa de haver qualquer monitoramento. No caso de Ademar, a promotora Maria José Miranda até pediu uma “fiscalização sistemática”, sem sucesso (veja a entrevista abaixo). Nos Estados Unidos, presos que recebem o direito de cumprir parte da sentença em liberdade não podem viajar pelo país sem autorização da Justiça e são obrigados a usar rastreadores. Não há tolerância para desobediências. No Brasil, o Conse-

lho Nacional de Justiça já recomendou o monitoramento eletrônico, que precisa ser aprovado no Congresso. De tão falho, o sistema brasileiro ainda apresenta um terceiro empecilho. Psicopatas como o pedreiro Ademar não são considerados doentes mentais, inimpugnáveis, e, por isso, não se pode interná-los em clínicas para tratamento. Como resume o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes: “Se ele tivesse sido mantido preso, os seis meninos de Luziânia não teriam sido assassinados. Mas, e quando ele saísse da prisão, após o cumprimento total da pena, ele não faria outras vítimas?”. O único agente do estado que demonstrou algum tipo de remorso até agora foi o juiz Luiz Carlos Miranda, que soltou o estuproador. “Estou tranquilo com a minha decisão, mas triste com o que aconteceu”, reconheceu o juiz. ■

▶ **UMA PSIQUIATRA AVALIOU ADIMAR, NÃO IDENTIFICOU TRAÇOS AGRESSIVOS E ELE ACABOU SOLTTO. COMO SE EXPLICA ISSO?** A psiquiatra fez um único e rápido atendimento em Adimar e disse que ele não tinha nenhuma doença mental nem necessidade de medicação controlada. Ora, ela disse o óbvio. Doente mental ele nunca foi. Ele tem completa noção do que é certo e errado. Tem uma inteligência superior à média para o grupo dele. Esse laudo, então, é um nada. Depois, ele foi submetido a uma avaliação psicológica e o psicólogo disse nada também. Atestou que ele era polido, que tinha coerência de pensamento e crítica aos comportamentos a ele atribuídos. Ora, todo psicopata é polido. Ele

simula altruísmo e educação. Em resumo: ninguém disse que ele era perigoso.

POR QUE SEU PEDIDO DE FISCALIZAÇÃO SISTEMÁTICA NÃO FOI POSTO EM PRÁTICA? Quando eu pedi, já esperava que não fosse feita. O meu pedido era quase utópico. No Distrito Federal e no entorno, temos apenas três oficiais de Justiça para fiscalizar cerca de 20 000 presos em regime aberto. Esse monitoramento só é feito à noite, quando eles têm de estar recolhidos em casa. No caso do Adimar, houve uma única visita de fiscalização, em 20 de janeiro, às 23h21, e ele estava em casa.

EM RESUMO, O ESTADO ATUOU EM FAVOR DO

CRIMINOSO? Sim, e ele faz isso sempre. No Brasil, a jurisprudência é favorável ao réu e as vítimas ficam ao deus-dará. Se a Constituição pesasse 1 quilo, 900 gramas seriam de direito dos réus. Para eles existem direitos humanos; assistência judiciária gratuita, Pastoral Carcerária, Anistia Internacional, auxílio-reclusão, que é um dinheiro que o estado paga às famílias de presos que tinham emprego quando foram detidos. Mas escuta, e as vítimas? Elas não têm direito a nada? Eu não estou querendo dizer com isso que o réu não tem de ter direito a ampla defesa. É que essa defesa foi tão estendida que tudo que é pró-réu se admite. A Constituição prevê um direito e ele é alargado pelo lobby dos criminalistas.